

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**Faculdade de Belas Artes**



**UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA  
O EXÉRCITO PORTUGUÊS**

Francisco António Amado Rodrigues

Mestrado em Museologia e Museografia

2005

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**Faculdade de Belas Artes**



**UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA  
O EXÉRCITO PORTUGUÊS**

**Dissertação orientada pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira**

Francisco António Amado Rodrigues  
Licenciado

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em  
Museologia e Museografia

Lisboa, Junho de 2005

“HÁ VINTE ANOS UMA CONFERÊNCIA INTITULADA  
*O PRESIDENTE DA EMPRESA NUM MUNDO LIGADO EM REDE*  
NÃO TERIA SIDO POSSÍVEL. DAQUI A VINTE ANOS,  
NÃO SERÁ NECESSÁRIA”<sup>1</sup>.

Peter Drucker.

---

<sup>1</sup> - Frase atribuída a Peter Drucker. Ver em: *Máximas de Sempre* (2004), Amadora, Edição Lua Nova, página 49.

*À memória do Exmo General Manuel Themudo Barata.*

## AGRADECIMENTOS

Em 10 de Setembro de 2002 estava de férias com a minha família no Algarve (Monte Gordo) quando li o anúncio, no jornal semanário “Expresso”, sobre as condições de candidatura à frequência de Mestrado em Museologia e Museografia na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Era uma oportunidade única, essencialmente por duas razões:

- Estava na iminência de concluir a licenciatura em História pela Universidade Aberta e entendia que, na sequência desse curso, tratar-se-ia de uma candidatura coerente com aquela formação académica, associada à futura aplicabilidade no Exército Português e, dessa forma, contribuiria simultaneamente para a valorização da sua actividade histórica e museológica;

- Correspondia a um dos objectivos traçados pelo Comando da Academia Militar e do Exército Português, que era a obtenção de grau académico superior a licenciatura, colaborando assim para um melhor rácio entre professores militares com grau de “Mestre” ou “Doutor” e o número de alunos daquele Estabelecimento Militar de Ensino Superior.

O apoio familiar para avançar com a candidatura estava assegurado, desde o primeiro instante e na pessoa da minha mulher, a Graça Nunes. Portanto, o principal agradecimento vai para ela, obviamente.

No entanto, essa condição era necessária e não suficiente. Esta teria de ser adquirida na instituição em que sirvo. Através de um telefonema para o Tenente-Coronel de Cavalaria Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo, meu chefe directo na Academia Militar, obtive inequivocamente toda a sua cooperação, ânimo e confiança para formalizar a candidatura àquele Mestrado. Portanto, o meu primeiro agradecimento na instituição militar é dirigido à sua pessoa. Bem-haja!

Também devo agradecer à Academia Militar, na personagem do seu Comandante em 2002, o Tenente-general Silvestre António Salgueiro Porto, pela possibilidade proporcionada em frequentar durante algumas horas de serviço normal e em universidade civil a desejada formação avançada de professores militares, embora fosse numa área complementar à nossa formação de base, como é a do património cultural militar e na qual se inserem os museus militares. Pela visão, sensibilidade e inteligência

manifestadas na decisão positiva tomada pelo meu ex-Comandante, o reiterado agradecimento.

Ainda agradeço à Clara Camacho, pelo desafio e estímulo na tomada de decisão para frequentar esse Mestrado, na óptica de preencher algum vazio evidente no Exército Português e relacionado com a formação de quadros em Museologia e Museografia – sabendo que aquela instituição tem campo de aplicação e pode beneficiar da presente acção formativa, se assim o desejar a respectiva tutela.

À minha família e amigos próximos que souberam adequar a sua atitude à pouca atenção por mim dispensada em determinados e diversos momentos, obviando alguns sentimentos de culpa por não estar com eles e por estar a trabalhar na tese. Mas também lhes agradeço pelo contrário, porque foram eles mais uma vez que souberam provocar as interrupções necessárias na labuta e que, em certas circunstâncias, são tão saudáveis e importantes como a sua continuidade permanente noutros instantes. Contudo, aquela situação não impedia que se gerasse em mim outro tipo de sensação de falta, mas desta vez por estar com eles em diversas actividades (culturais, lúdicas, desportivas, etc) e não desenvolver trabalho para a tese. Enfim, bem-haja a todos vós pelo desejável equilíbrio mental, emocional e físico proporcionado.

Aos meus colegas de Mestrado por tudo que me transmitiram, gerando novos conhecimentos em áreas do saber tão diferenciadas, como por exemplo: arquitectura, design de comunicação, desenho e pintura. Mas a ênfase deste agradecimento incide na excelente camaradagem e amizade estabelecidas de uma maneira geral entre nós, constituindo um óptimo apanágio do nosso curso junto de alguns profissionais de vários museus nacionais e internacionais e, principalmente, de Professores.

Às demais pessoas e instituições que me auxiliaram, em particular a Célia Agapito pelo seu vasto conhecimento sobre a concepção de questionários e análise de dados, e as U/E/O respondentes aos questionários, a quem muito agradeço.

Por fim, ao meu orientador, Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira, o especial e enorme agradecimento pela confiança depositada, liberdade de acção facultada e supervisão e orientação exercidas ao longo de várias reuniões de direcção de tese, onde a inteligência, perspicácia, disponibilidade e erudição foram atributos essenciais para que fossem excelentes e oportunas as suas indicações.

Mais uma vez, obrigado e um bem-haja a todos!

**ÍNDICE GERAL**

	Página Nº
Índice de Figuras.....	x
Índice de Quadros.....	xi
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	xii
Resumo e Palavras-chave.....	xvi
<i>Abstract and Keywords</i> .....	xviii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL DE UNIDADES MUSEOLÓGICAS E PARAMUSEOLÓGICAS COM COLECCÇÕES MILITARES.	6
1. Elementos de índole museal sob a tutela do Exército.....	6
1.1. Estrutura superior do Exército.....	6
1.2. Direcção de Documentação e História Militar (DDHM).....	8
1.2.1. Antecedentes.....	8
1.2.2. Evolução da missão e da orgânica.....	8
1.3. Museus Militares.....	12
1.3.1. Museu Militar (em Lisboa).....	12
1.3.1.1. Antecedentes.....	12
1.3.1.2. Evolução da missão e da orgânica.....	13
1.3.2. Museu Militar do Porto.....	18
1.3.2.1. Antecedentes.....	18
1.3.2.2. Evolução da missão e da orgânica.....	19
1.3.3. Museu Militar de Bragança.....	20
1.3.3.1. Antecedentes.....	20
1.3.3.2. Missão e orgânica.....	21
1.3.4. Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge.....	22
1.3.4.1. Antecedentes.....	22
1.3.4.2. Missão e orgânica.....	22
1.3.5. Museu Militar de Coimbra.....	23
1.3.5.1. Antecedentes.....	23
1.3.5.2. Missão e orgânica.....	23

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

1.3.6. Museu Militar da Madeira.....	23
1.3.6.1. Antecedentes.....	23
1.3.6.2. Missão e orgânica.....	23
1.3.7. Museu Militar dos Açores.....	24
1.3.7.1. Antecedentes.....	24
1.3.7.2. Missão e orgânica.....	24
1.4. Unidades, Estabelecimentos e Órgãos Territoriais com museus, núcleos museológicos, ou outras denominações.....	24
1.4.1. No Governo Militar de Lisboa.....	26
1.4.1.1. Academia Militar.....	26
1.4.1.2. Batalhão de Informações e Segurança Militar.....	27
1.4.1.3. Centro de Audiovisuais do Exército.....	27
1.4.1.4. Centro de Psicologia Aplicada do Exército.....	27
1.4.1.5. Centro Militar de Educação Física e Desportos.....	28
1.4.1.6. Colégio Militar.....	28
1.4.1.7. Direcção dos Serviços de Saúde.....	29
1.4.1.8. Escola Militar de Electromecânica.....	29
1.4.1.9. Escola Prática de Cavalaria.....	30
1.4.1.10. Escola Prática de Infantaria.....	30
1.4.1.11. Escola de Sargentos do Exército.....	31
1.4.1.12. Escola Superior Politécnica do Exército.....	31
1.4.1.13. Instituto de Odivelas.....	31
1.4.1.14. Instituto Geográfico do Exército.....	32
1.4.1.15. Instituto Militar dos Pupilos do Exército.....	32
1.4.1.16. Manutenção Militar.....	33
1.4.1.17. Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.....	33
1.4.1.18. Regimento de Artilharia Anti-aérea N°1.....	34
1.4.1.19. Regimento de Engenharia N°1.....	34
1.4.1.20. Regimento de Infantaria N°1.....	35
1.4.1.21. Regimento de Lanceiros N°2.....	35
1.4.1.22. Regimento de Transmissões.....	36



## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

1.4.2. Na Região Militar do Norte.....	36
1.4.2.1. Centro de Instrução de Operações Especiais.....	36
1.4.2.2. Escola Prática de Transmissões.....	37
1.4.2.3. Escola Prática do Serviço de Transportes.....	37
1.4.2.4. Regimento de Artilharia Nº5.....	38
1.4.2.5. Regimento de Infantaria Nº13.....	38
1.4.2.6. Regimento de Infantaria Nº14.....	39
1.4.3. Na Região Militar do Sul.....	39
1.4.3.1. Escola Prática de Artilharia.....	39
1.4.3.2. Escola Prática de Engenharia.....	40
1.4.3.3. Escola Prática do Serviço de Material.....	40
1.4.3.4. Regimento de Cavalaria Nº3.....	41
1.4.3.5. Regimento de Infantaria Nº2.....	41
1.4.3.6. Regimento de Infantaria Nº3.....	42
1.4.4. No Campo Militar de Santa Margarida – Regimento de Cavalaria Nº4.....	42
1.4.5. No Comando das Tropas Aerotransportadas.....	43
1.4.5.1. Escola de Tropas Aerotransportadas.....	43
1.4.5.2. Regimento de Infantaria Nº15.....	43
2. Dois museus de tutela não militar e com colecções militares.....	44
2.1. Museu de tutela autárquica – Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras.....	44
2.1.1. Antecedentes.....	44
2.1.2. Evolução da missão e da orgânica.....	45
2.2. Museu de tutela privada – Museu da Fundação da Casa de Bragança.....	46
2.2.1. Antecedentes.....	46
2.2.2. Evolução da missão e da orgânica.....	46

CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES MUSEOLÓGICAS E PARAMUSEOLÓGICAS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, DO MUSEU MUNICIPAL LEONEL TRINDADE E DO MUSEU DA FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA.	48
1. O questionário como ferramenta de diagnóstico e os sete parâmetros de análise.....	48
1.1. Questionários aos museus do 1º e 2º grupos (museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, sob a tutela do Exército Português) – análise estatística na óptica dos sete parâmetros.....	51
1.1.1. Museus do 1º grupo (sob a dependência funcional da DDHM)...	52
1.1.1.1. Estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação.....	52
1.1.1.2. Conservação e segurança.....	52
1.1.1.3. Interpretação e exposição, e educação.....	53
1.1.1.4. Sustentabilidade.....	54
1.1.1.5. Públicos.....	55
1.1.1.6. Rede.....	55
1.1.1.7. Natureza institucional e funcional do museu.....	56
1.1.2. Museus do 2º grupo (museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O).....	57
1.1.2.1. Estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação.....	57
1.1.2.2. Conservação e segurança.....	57
1.1.2.3. Interpretação e exposição, e educação.....	58
1.1.2.4. Sustentabilidade.....	58
1.1.2.5. Públicos.....	59
1.1.2.6. Rede.....	60
1.1.2.7. Natureza institucional e funcional do museu.....	61

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

1.2. Questionário aos museus do 3º grupo (dois museus de tutela não militar e com colecções militares) – análise estatística na óptica dos sete parâmetros.....	61
1.2.1. Estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação.....	61
1.2.2. Conservação e segurança.....	62
1.2.3. Interpretação e exposição, e educação.....	62
1.2.4. Sustentabilidade.....	63
1.2.5. Públicos.....	63
1.2.6. Rede.....	64
1.2.7. Natureza institucional e funcional do museu.....	64
2. Caracterização da amostra – análise qualitativa na óptica dos sete parâmetros e ampliada às perguntas da primeira secção dos respectivos questionários.....	65
2.1. Análise qualitativa dos museus do 1º e 2º grupos (museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, sob a tutela do Exército Português).....	65
2.1.1. Museus do 1º grupo (sob a dependência funcional da DDHM)...	65
2.1.1.1. Museu Militar (em Lisboa).....	65
2.1.1.2. Museu Militar do Porto.....	67
2.1.1.3. Museu Militar de Bragança.....	70
2.1.1.4. Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge.....	72
2.1.1.5. Museu Militar de Coimbra.....	74
2.1.1.6. Museu Militar da Madeira.....	75
2.1.1.7. Museu Militar dos Açores.....	77
2.1.2. Museus do 2º grupo (museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O).....	79
2.1.2.1. Biblioteca e Museu, da Academia Militar.....	79
2.1.2.2. Museu do Criptólogo General Silvino Silvério Marques, do Batalhão de Informações e Segurança Militar.....	81
2.1.2.3. Secção Museológica, do Centro de Audiovisuais do Exército.....	82
2.1.2.4. Museu dos Comandos.....	84

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

2.1.2.5. Biblioteca e Núcleo Museológico, do Centro de Psicologia Aplicada do Exército.....	86
2.1.2.6. Museu e Arquivo Histórico, do Colégio Militar.....	88
2.1.2.7. Museu de História Natural, do Colégio Militar.....	89
2.1.2.8. Museu de Ciência, do Colégio Militar.....	91
2.1.2.9. Museu da Direcção dos Serviços de Saúde.....	93
2.1.2.10. Sub-secção de Museu e Biblioteca, da Escola Militar de Electromecânica.....	94
2.1.2.11. Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia, da Escola Prática de Cavalaria.....	96
2.1.2.12. Biblioteca e Museu, da Escola Superior Politécnica do Exército.....	98
2.1.2.13. Cartoteca, Fototeca e Museu, do Instituto Geográfico do Exército.....	100
2.1.2.14. Museu e Arquivo Histórico, do Instituto Militar dos Pupilos do Exército.....	102
2.1.2.15. Sala de Exposições Coronel Luís António Vasconcelos Dias, da Manutenção Militar.....	104
2.1.2.16. Centro Museológico e de Documentação, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.....	105
2.1.2.17. Museu da Artilharia Anti-aérea, do Regimento de Artilharia Anti-aérea N°1.....	107
2.1.2.18. Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, do Regimento de Engenharia N°1.....	109
2.1.2.19. Museu do Regimento de Lanceiros N°2.....	111
2.1.2.20. Museu das Transmissões, do Regimento de Transmissões....	113
2.1.2.21. Museu da Escola Prática de Transmissões.....	115
2.1.2.22. Museu da Serra do Pilar, do Regimento de Artilharia N°5....	116
2.1.2.23. Museu do Regimento de Infantaria N°14.....	118
2.1.2.24. Secção Museológica, da Escola Prática de Artilharia.....	120
2.1.2.25. Sala de Honra, do Regimento de Cavalaria N°3.....	122
2.1.2.26. Sala de Honra, do Regimento de Infantaria N°2.....	124
2.1.2.27. Museu do Regimento de Cavalaria N°4.....	125

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

2.1.2.28. Museu das Tropas Pára-quedistas, da Escola de Tropas Aerotransportadas.....	127
2.1.2.29. Museu do Regimento de Infantaria N°15.....	129
2.2. Análise qualitativa dos museus do 3º grupo (dois museus de tutela não militar e com colecções militares).....	131
2.2.1. Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras.....	131
2.2.2. Museu da Fundação da Casa de Bragança.....	133
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DOS CONCEITOS DE <i>MUSEU</i> E DE <i>REDES MUSEOLÓGICAS</i> DE ABRANGÊNCIA TERRITORIAL NACIONAL.....	135
1. Evolução da definição de <i>museu</i> em Portugal.....	135
1.1. Antecedentes.....	135
1.1.1. Da fundação à implantação da Monarquia Constitucional (1ª etapa).....	136
1.1.2. Da Monarquia Constitucional à implantação da República (2ª etapa).....	137
1.1.3. Durante a 1ª República (3ª etapa).....	138
1.1.4. Do Estado Novo à Revolução de 1974 (4ª etapa).....	138
1.1.5. Durante o Regime Democrático (5ª etapa).....	140
1.2. <i>Museu</i> – definição actual.....	143
2. Redes museológicas em Portugal.....	143
2.1. O panorama nacional até 2000.....	143
2.2. Estrutura de Projecto <i>Rede Portuguesa de Museus</i> .....	146
2.3. <i>A Rede de Museologia Militar</i> (de 1982/83).....	151
3. Rede de museus e sistema – uma definição teórica.....	156
4. Rede de dados do IPM e do Exército Português.....	160
4.1. <i>Rede Corporativa Virtual</i> ou <i>Sistema de Comunicação de Dados do IPM</i> .....	160
4.2. <i>Rede de Dados do Exército</i> .....	162

CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS.	164
1. Pressupostos.....	164
2. Linhas orientadoras e condicionamentos.....	164
2.1. Objectivos.....	164
2.2. Missão da Coordenação.....	165
2.3. Condicionamentos, estrutura organizacional e critérios de organização.....	166
2.3.1. Condicionamentos.....	166
2.3.2. Estrutura organizacional.....	167
2.3.3. Critérios de organização.....	169
2.3.3.1. Descentralização territorial.....	169
2.3.3.2. Descentralização de alguns recursos museológicos.....	171
2.3.3.2.1. Recursos humanos.....	171
2.3.3.2.2. Recursos materiais.....	171
2.3.3.3. Descentralização temática.....	172
2.3.3.3.1. Dos Museus Militares.....	172
2.3.3.3.2. Das Colecções Militares Visitáveis.....	173
2.3.3.4. Centralização na gestão integrada de bens museológicos e de recursos.....	175
2.3.3.4.1. Bens museológicos.....	175
2.3.3.4.2. Recursos humanos.....	175
2.3.3.4.2.1. Da Coordenação da Rede de Museus.....	176
2.3.3.4.2.2. Dos Museus Militares.....	178
2.3.3.4.2.3. Das Colecções Militares Visitáveis.....	183
2.3.3.4.3. Recursos materiais.....	185
2.3.3.4.4. Recursos financeiros.....	186
2.3.3.4.5. Recursos informáticos.....	187
CONCLUSÕES.....	189
Referências Bibliográficas.....	197

*UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

ANEXOS.....	208
Anexo 1.....	209
Anexo 2.....	211
Anexo 3.....	212
APÊNDICES.....	xix
Apêndice 1.....	xx
Apêndice 2.....	xxix
Apêndice 3.....	xxxix
Apêndice 4.....	lv
Apêndice 5.....	lvii
Apêndice 6.....	lviii
Apêndice 7.....	lxi
Apêndice 8.....	lxv
Apêndice 9.....	lxvi
Apêndice 10.....	lxviii
Apêndice 11.....	lxx
Apêndice 12.....	lxxii
Apêndice 13.....	lxxiii
Apêndice 14.....	lxxvii
Apêndice 15.....	lxxxii
Apêndice 16.....	lxxxiv
Apêndice 17.....	lxxxvii
Apêndice 18.....	lxxxix
Apêndice 19.....	xcı
Apêndice 20.....	xcıı
Apêndice 21.....	xcv
Apêndice 22.....	xcıx
Apêndice 23.....	ci
Apêndice 24.....	cııı

**ÍNDICE DE FIGURAS**

Número de Figura e significado	Capítulo/Página Nº
1 – Organização da estrutura superior do Exército.	I/6
2 – Organograma actual da DDHM.	I/11
3 – Organograma do Museu Militar em 1985.	I/16
4 – Organograma do Museu Militar desde 1993 até à actualidade.	I/17
5 – Organograma do Museu Militar do Porto.	I/20
6 – Organograma do Museu Militar de Bragança.	I/21
7 – Organograma da estrutura superior do Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras.	I/45
8 – Representação esquemática de museu segundo a abordagem sistémica.	III/158
9 – Enquadramento organizacional da rede de museus na estrutura superior do Exército Português.	IV/168
10 – Estrutura orgânica da “Coordenação da Rede de Museus” do Exército Português.	IV/168
11 – Mapa de Portugal continental dividido pelas duas áreas de influência dos Museus Militares de Lisboa e do Porto e respectivo quadro de distritos.	IV/170



**ÍNDICE DE QUADROS**

Número de Quadro e significado	Capítulo/Página Nº
1 – Quadro resumo de pessoal em 1985, distribuído por categorias e órgãos do Museu Militar.	I/17
2 – Quadro resumo de pessoal de 1993 à actualidade, distribuído por categorias e órgãos do Museu Militar.	I/18
3 – Quadro resumo de pessoal, distribuído por categorias e órgãos do Museu Militar do Porto.	I/20
4 – Quadro resumo de pessoal, distribuído por categorias e órgãos, do Museu Militar de Bragança.	I/21
5 – Algumas acções quantificáveis e salientes da EPRPM entre 2001 e 2004.	III/148-151
6 – Nível dos Museus Militares e respectivas dependências (em 1983).	III/153
7 – Algumas acções salientes da DSHM entre 1983 e 1993.	III/154-155
8 – Quadro resumo de pessoal da “Coordenação da Rede de Museus”.	IV/178
9 – Quadro resumo de pessoal do Museu Militar de Lisboa.	IV/181
10 – Quadro resumo de pessoal do Museu Militar do Porto.	IV/182
11 – Quadro resumo de pessoal do Museu Militar da Madeira.	IV/182
12 – Quadro resumo de pessoal do Museu Militar dos Açores.	IV/183
13 – Quadro tipo de pessoal de algumas Colecções Militares Visitáveis e consideradas centrais na rede temática.	IV/184
14 – Quadro tipo de pessoal de algumas Colecções Militares Visitáveis e consideradas adicionais à rede temática.	IV/185

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- AM – Academia Militar.
- APOM – Associação Portuguesa de Museologia.
- ADSL – *Assymetric Digital Subscriber Line*.
- BISM – Batalhão de Informações e Segurança Militar.
- CMTV – Câmara Municipal de Torres Vedras.
- CAVE – Centro de Audiovisuais do Exército.
- CIE – Centro de Informática do Exército.
- CIOE – Centro de Instrução de Operações Especiais.
- CMEFD – Centro Militar de Educação Física e Desportos.
- CPAE – Centro de Psicologia Aplicada do Exército.
- CEME – Chefe do Estado Maior do Exército.
- CMSM – Campo Militar de Santa Margarida.
- CM – Colégio Militar.
- CD-ROM – *Compact Disc Read Only Memory*.
- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
- DASC – Departamento de Acção Social e Cultural.
- DDHM – Direcção de Documentação de História Militar.
- DPCM – Direcção de Património e Cultura Militar.
- DSHM – Direcção do Serviço Histórico-militar.
- DSI – Direcção dos Serviços de Intendência.
- DSS – Direcção dos Serviços de Saúde.
- DCT – Divisão de Cultura e Turismo.
- DCCR – Despesas com Compensação em Receitas.
- ESE – Escola de Sargentos do Exército.
- ETAT – Escola de Tropas Aerotransportadas.
- EMEL – Escola Militar de Electromecânica.
- EPA – Escola Prática de Artilharia.
- EPC – Escola Prática de Cavalaria.
- EPE – Escola Prática de Engenharia.
- EPI – Escola Prática de Infantaria.
- EPT – Escola Prática de Transmissões.
- EPSM – Escola Prática do Serviço de Material.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

EPST – Escola Prática do Serviço de Transportes.

ESPE – Escola Superior Politécnica do Exército.

EME – Estado Maior do Exército.

EPRPM – Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus.

EMII – *European Museums Information Institute.*

GenCEME – General Chefe do Estado Maior do Exército.

GML – Governo Militar de Lisboa.

IO – Instituto de Odivelas.

IGeoE – Instituto Geográfico do Exército.

IMPE – Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

IPPC – Instituto Português do Património Cultural.

IPM – Instituto Português de Museus.

ICOM – *International Council of Museums.*

LAN's – *Local Areas Network.*

MM – Manutenção Militar.

MDN – Ministério da Defesa Nacional.

MMM – Museu Militar da Madeira.

MINOM – Movimento Internacional Para Uma Nova Museologia.

MMB – Museu Militar de Bragança.

MMC – Museu Militar de Coimbra.

MMCMSJ – Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge.

MMP – Museu Militar do Porto.

MMA – Museu Militar dos Açores.

NEMO – *Network European Museums Organization.*

OAC – Observatório das Actividades Culturais.

OGFE – Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

OMDN-E – Orçamento do Ministério da Defesa Nacional – Exército.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PHC – Património Histórico-cultural.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

POS\_Conhecimento – Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento.  
POSI – Programa Operacional da Sociedade da Informação.  
PPA/POP – Proposta de Planeamento de Actividades e Proposta de Orçamento Programa.  
QG/RMN – Quartel-general da Região Militar do Norte.  
RFW – *Recursos Financeiros para Windows*.  
RHW – *Recursos Humanos para Windows*.  
RMW – *Recursos Materiais para Windows*.  
RDIS – Rede Digital Integradora de Serviços.  
RRING – Redes Regimentais de Informação de Gestão.  
RAA1 – Regimento de Artilharia Anti-aérea Nº1.  
RA5 – Regimento de Artilharia Nº5.  
RC3 – Regimento de Cavalaria Nº3.  
RC4 – Regimento de Cavalaria Nº4.  
RE1 – Regimento de Engenharia Nº1.  
RI1 – Regimento de Infantaria Nº1.  
RI2 – Regimento de Infantaria Nº2.  
RI3 – Regimento de Infantaria Nº3.  
RI13 – Regimento de Infantaria Nº13.  
RI14 – Regimento de Infantaria Nº14.  
RI15 – Regimento de Infantaria Nº15.  
RL2 – Regimento de Lanceiros 2.  
RTm – Regimento de Transmissões.  
RGSUE – Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército.  
RMN – Região Militar do Norte.  
RMS – Região Militar do Sul.  
RAG – Repartição de Apoio Geral.  
RHM – Repartição de História Militar.  
RP – Repartição de Património.  
RPC – Repartição de Planeamento e Coordenação.  
SecPess – Secção de Pessoal.  
SecExpArq – Secção de Expediente e Arquivo.  
SecLog – Secção Logística.  
SPHC – Sector de Património Histórico-cultural.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

SHM – Serviço Histórico-militar.

SSRFin – Sub-secção de Recursos Financeiros.

SSRMat – Sub-secção de Recursos Materiais.

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicações.

TCP/IP – *Tansmission Control Protocol/Internet Protocol*.

U/E/O – Unidade(s), Estabelecimento(s) e Órgão(s).

UNESCO - *United Nations for Education, Science and Culture Organization*.

VPN – *Virtual Private Network*.

VPN/IPM – *Virtual Private Network*/Instituto Português de Museus.

VCEME – Vice-chefe do Estado Maior do Exército.

WAN – *Wide Area Network*.

ZMA – Zona Militar dos Açores.

ZMM – Zona Militar da Madeira.

**RESUMO E PALAVRAS CHAVE**

O Exército Português possui um vasto e diversificado património museológico, de abrangência territorial nacional e multidisciplinar. A sua estrutura organizacional, diversa legislação de suporte e missão reflectem a preocupação de preservar a memória militar, essencialmente na perspectiva histórica. Desde a dimensão e valor das colecções do Museu Militar (em Lisboa) até à mais pequena e humilde Sala de Honra de uma certa Unidade/Estabelecimento/Órgão há, inequivocamente, um denominador comum: conservar os diferentes testemunhos e acções militares. Mas, sendo condição necessária, “conservar” não é suficiente para se verificar o cumprimento de requisitos museológicos e museográficos, que são actualmente exigidos por lei.

Perante esse enquadramento e associado à percepção de existirem insuficiências de diversa ordem no panorama museológico do Exército Português, era determinante avaliar e caracterizar a sua realidade para se propor um novo modelo de gestão e de funcionamento mais eficiente e superiormente articulado.

Assim, estabeleceram-se duas perguntas:

- Quantos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, existem no Exército Português?
- Quais são as características de cada um e de todos, relativamente às funções museológicas?

As respostas a essas duas questões, na globalidade, não foram possíveis de obter junto da tutela e do Observatório das Actividades Culturais. Em consequência, recorreu-se ao método do questionário para a recolha de dados e procedeu-se a diversas visitas e entrevistas como forma complementar daquele método e contribuir desse modo para uma caracterização mais verdadeira.

Os resultados obtidos confirmam a necessidade, importância e urgência em agir de forma a ser implementada no Exército Português uma estrutura em rede de Museus Militares e de Colecções Militares Visitáveis, aberta a outros museus ou colecções visitáveis – quer no plano nacional quer no internacional – dotada de recursos museológicos – humanos, materiais, financeiros e informáticos – adequados para viabilizar um projecto de natureza complexa e diversificada, de dimensão variável e organizada funcionalmente de forma a cumprir dois critérios:

- De descentralização territorial, alguns recursos museológicos e temáticos;
- De centralização na gestão integrada daqueles recursos.

São palavras-chave:

- Estrutura Organizacional;
- Missão;
- Legislação;
- Questionário;
- Museu;
- Colecção Visitável;
- Rede;
- Sistema;
- Rede de Museus;
- Recursos Museológicos;
- Qualificação;
- Certificação.

**ABSTRACT AND KEYWORDS**

The Portuguese Army possesses a large and varied museological patrimony that is also national and multidisciplinary. Its organizational structure, supporting legislation and mission show the concern for the maintenance of the military memory, particularly in terms of historical perspective. There is something that both the large and valuable collections in the Military Museum (in Lisbon) and the smallest and most humble *Salas de Honra* of a particular Unit have in common, which is the fact that different military actions and testimony need to be preserved.

Nevertheless, “to maintain”, on its own, is not sufficient once we bear in mind museological and museographical requirements. Therefore and due to some insufficiencies related to the museums that belong to the Portuguese Army it seemed of great importance to assess and characterize the reality of those museums. Thus, it might be possible to formulate a proposal for a new model of management as well as for a more effective functioning.

Two questions were formulated:

- How many museums and related structures are there in the Portuguese Army?
- Which are the characteristics of each and of all of them concerning their functions?

Due to the impossibility of getting the answers for these questions, we decided to use a questionnaire for data collecting and decided to go through a process of several visits and interviews that could complement the questionnaire and contribute for a more real characterization.

The results confirm the need, importance and urgency of implementing a net structure in the Portuguese Army to be used with the Military Museums as well as with other Military Collections. This structure should also be used by other museums or collections – both in national and international territory – and possess the necessary resources – human, material, financial and computer – to create a complex multi project of variable dimension. This project should be organized in order to accomplish:

- Territorial decentralization of some thematic and museum related resources
- Centralization in terms of integrated management of those resources.

Key Words:

- Organization, mission, legislation, questionnaire, museum, collection, net, system, net of museums, museological resources, classification, certification.



## **INTRODUÇÃO**

A definição do tema de uma dissertação de Mestrado constitui a primeira abordagem ao objecto de estudo, mesmo que o seu âmbito não se encontre de início devidamente identificado e dimensionado. No entanto, a ideia nuclear estava fixa e residia no meio militar, sem qualquer espécie de dúvidas.

De seguida identificaram-se algumas possibilidades e vulnerabilidades – associadas aos recursos humanos, materiais, financeiros e informáticos – relacionadas com as actividades museológicas e museográficas dos museus das Forças Armadas Portuguesas e que justificassem também a proposta de tema de dissertação. As várias visitas efectuadas, durante a frequência do Mestrado àqueles museus, contribuíram significativamente para a listagem e análise de algumas dessas possibilidades e vulnerabilidades, ajudando a elucidar quão fundamental será para aqueles museus terem órgãos na estrutura organizacional que, de forma inequívoca e transversal, desenvolvam e apliquem as inúmeras competências de museologia e museografia, a fim de:

- Gerir de forma integrada os bens museológicos, os recursos humanos, materiais, financeiros e informáticos;
- Conservar, valorizar e divulgar o seu património material e imaterial.

A primeira ideia para se definir o âmbito da dissertação foi a seguinte: uma vez que estão identificados denominadores comuns aos museus dos três ramos das Forças Armadas e existindo o Ministério da Defesa Nacional (MDN) na orgânica superior àqueles ramos para aspectos de natureza administrativo-logística, deveria ser o MDN o enfoque do objecto de estudo. No entanto, apesar de se concordar pela edificação de uma estrutura coordenadora do saber da museologia ao nível do MDN e transversal aos seus três ramos, tal opção não elimina a necessidade de existir a respectiva estrutura organizacional daquele saber também na Marinha, no Exército e na Força Aérea. Além disso, há o condicionalismo dos prazos legalmente definidos para a conclusão do Mestrado<sup>1</sup>, que inviabiliza um estudo em profundidade sobre universo tão vasto e complexo, como é o caso dos museus em conjunto daqueles três ramos.

---

<sup>1</sup> - Deliberação N° 1683/2001 da Universidade de Lisboa, Diário da República N°247, II Série, de 24 de Outubro de 2001, ponto 9 do Artigo 13°, regulamentada posteriormente pela Deliberação N° 961/2003, Diário da República N°2153, II Série, de 05 de Julho de 2003, pontos 2 e 4 do Artigo 24°.

A ideia seguinte (e final) consistiu, assim, com a anuência do orientador, Exmo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira, em delimitar exclusivamente ao ramo Exército o universo em estudo.

O trabalho empírico de tipo “extensão” foi a metodologia seguida para a presente tese, na medida em que alguns resultados desenvolvidos na diversa literatura induziram a construção de uma hipótese geral nova, interessante e importante: “Quais serão as linhas orientadoras e condicionamentos associados à constituição de uma rede de museus para o Exército Português”?

No primeiro capítulo descreve-se o enquadramento organizacional de:

- Algumas unidades museológicas e paramuseológicas sob a tutela do Exército;
- Um museu de tutela autárquica;
- Um museu de tutela privada.

A organização geral do Exército inclui vários elementos de índole museal, desde o nível de direcção até ao nível de execução da actividade museológica, e distende-se no território continental e insular através de cerca de centena e meia de Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) territoriais<sup>2</sup>. A cada um desses elementos está associada uma missão, a respectiva orgânica e quadros de pessoal.

A Direcção de Documentação de História Militar (DDHM), um de vários Órgãos do Exército, exerce a autoridade técnica<sup>3</sup> sobre os “museus, monumentos e locais com interesse histórico-militar afectos ao Exército.”<sup>4</sup>

O Comando do Pessoal<sup>5</sup>, que compreende no seu quadro orgânico a DDHM, exerce a autoridade funcional<sup>6</sup> sobre: o Museu Militar, localizado em Lisboa; o Museu Militar do Porto; o Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge; o Museu Militar de Bragança; o Museu Militar de Coimbra; o Museu Militar da Madeira; e o Museu Militar dos Açores.

Os Comandos Territoriais, o Comando de Tropas Aerotransportadas, as Unidades, os Estabelecimentos, os Órgãos Territoriais e os Campos de Instrução<sup>7</sup> podem ter

---

<sup>2</sup> - Decreto-lei N° 50/93, Diário da República N°48, I Série-A, de 26 de Fevereiro de 1993, Artigo 21°.

<sup>3</sup> - Idem, ponto 4 do Artigo 3°, define *autoridade técnica* como “o tipo de autoridade que permite a um titular fixar e difundir normas de natureza especializada, sem que tal inclua competência disciplinar.”

<sup>4</sup> - Anuário da Direcção de Documentação e História Militar (2002), página 4.

<sup>5</sup> - Decreto-lei N° 50/93, cit., Artigo 9°, refere três Órgãos de Administração e Direcção do Exército, entre os quais se encontra o Comando do Pessoal.

<sup>6</sup> - Idem, ponto 3 do Artigo 3°, define *autoridade funcional* como sendo “caracterizada pela natureza funcional do vínculo hierárquico entre o comando funcional e elementos subordinados responsáveis pela execução de uma parte essencial ao cumprimento da sua missão e permite difundir normas e ordens e exercer competência disciplinar.”

<sup>7</sup> - Ibidem, Artigo 18°, estabelece os Órgãos de Implantação Territorial do Exército.

também os seus museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, mas nestes casos sob a respectiva autoridade hierárquica<sup>8</sup> instituída.

O Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército (RGSUE) determina que “os símbolos, troféus, menções honrosas, documentos históricos, fotografias, etc., que se relacionem com a história e tradições da Unidade serão devidamente arrolados e dispostos na sala de honra da Unidade.”<sup>9</sup>

O museu seleccionado de tutela autárquica foi o Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras, pelo valor patrimonial, histórico e cultural militar da região e considerado significativamente representativo da história do Exército e do País, e também pela existência de colecções essencialmente militares, em particular o armamento. A sua missão, estrutura organizacional e respectivos quadros de pessoal são igualmente apresentados.

O museu seleccionado de tutela privada foi o Museu da Fundação da Casa de Bragança, especialmente pelo valor patrimonial e histórico da colecção de armaria. A sua missão, estrutura organizacional e respectivos quadros de pessoal são analogamente expostos.

No segundo capítulo analisam-se as respostas às perguntas: “quantos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, existem no Exército Português?” e “quais são as características de cada um e de todos, relativamente às funções museológicas?”

A inexistência de respostas directas a essas duas questões esteve na origem da utilização do método do questionário. No seio do Exército foram elaborados dois questionários a fim de recolher dados para tratamento estatístico: um destinado aos Museus Militares (sob a dependência funcional da DDHM) e o outro às Unidades, Estabelecimentos e Órgãos com museu, núcleo museológico, ou outra denominação. Complementarmente, realizaram-se algumas visitas às entidades museológicas e paramuseológicas do Exército e entrevistas ou diálogos com os respectivos Comandantes, Directores, Chefes ou Oficiais, Sargentos e Civis nomeados para o efeito.

Simultaneamente, pensou-se que fosse pertinente obter alguns dados sobre os dois museus, um de tutela autárquica e o outro de tutela privada, para se estabelecerem

---

<sup>8</sup> - Decreto-lei Nº 50/93, cit., ponto 3 do Artigo 3º, define *autoridade hierárquica* como sendo “a correspondente ao exercício do comando completo e verifica-se sem prejuízo de outras dependências que sejam estabelecidas.”

<sup>9</sup> - Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército (1986), Despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército, de 3 de Fevereiro de 1986, Edição do Estado-Maior do Exército, ponto 1 do Artigo 121, página IX-3.

alguns referenciais e possíveis contributos à proposta de uma rede de museus para o Exército. O Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras, e o Museu da Fundação da Casa de Bragança responderam a um questionário específico.

Para além da análise estatística e organizada na óptica de sete parâmetros, fez-se também a análise qualitativa para melhor caracterizar cada um e todos os respondentes aos questionários.

No terceiro capítulo descrevem-se os assuntos de natureza histórica sobre:

- Evolução da definição de *museu* em Portugal, apresentada em cinco etapas;
- Redes museológicas em Portugal, de abrangência territorial nacional, com especial ênfase à *Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus* e à *Rede de Museologia Militar* (de 1982/83). O esquema geral de funcionamento desta última rede era o seguinte: a partir de um museu militar central, desenvolver-se-iam os museus militares regionais e locais, e as secções militares individualizadas em museus civis.<sup>10</sup>

Foi revista alguma literatura sobre a perspectiva teórica de *rede* e de *sistema*. Apesar de existirem diferenças conceptuais, esses dois conceitos apresentam também coincidências em alguns dos seus aspectos caracterizadores, designadamente entre um sistema aberto e uma estrutura em rede.

A abordagem sistémica admite que o núcleo do sistema seja preenchido ou por um museu ou por uma colecção visitável. O primeiro está dependente do cumprimento de todas as funções museológicas – também designadas de sub-sistemas – enquanto a colecção visitável tem uma ou várias daquelas funções amputadas.

A ligação em rede de várias entidades museológicas e paramuseológicas, de âmbito territorial local, regional, nacional e internacional, pode ser ampliada a uma escala e dimensão de *rede de redes*, através da plataforma informática que é a infra-estrutura tecnológica de base que liga e operacionaliza os vários elementos constituintes dessa rede. São dois exemplos de aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicações:

- A Rede de Dados do Instituto Português de Museus;
- A Rede de Dados do Exército Português.

Igualmente, a Rede Portuguesa de Museus constitui uma referência como estrutura de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, “tendo por objectivo a

---

<sup>10</sup> - Informação Nº 103/82, Direcção do Serviço Histórico-militar, Processo Nº 80.08.01, de 23 de Novembro de 1982, página 3.

promoção da comunicação e da cooperação, com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa.”<sup>11</sup>

No quarto e último capítulo propõe-se uma nova rede de museus para o Exército Português, tendo por base os recentes conceitos de *Museu* e de *Colecção Visitável* exarados na Lei Quadro dos Museus Portugueses<sup>12</sup> e na eleição de alguns pressupostos que permitam:

- Definir a missão da Coordenação, orgânica e quadros de pessoal;
- Estabelecer linhas orientadoras para a sua operacionalização;
- Identificar os condicionamentos associados à sua realização.

Seguem-se as conclusões que reflectem as principais evidências detectadas, em particular pela análise estatística às unidades museológicas e paramuseológicas do Exército Português e aos dois museus de tutela não militar e com colecções militares. Também são referidos alguns objectivos a alcançar na implementação da rede pelas duas fases, algumas consequências da actual proposta na missão, na orgânica e nas relações de autoridade entre os vários elementos de índole museal que intervêm nas actividades museológicas e tecidas pequenas considerações finais sobre alguns aspectos das linhas orientadoras e condicionamentos associados.

Por fim, apensam-se três anexos e vinte e quatro apêndices.

---

<sup>11</sup> - Despacho Normativo N° 28 do Ministério da Cultura, Diário da República N° 132, I Série-B, de 7 de Junho de 2001, página 3488.

<sup>12</sup> - Lei N°47/2004, Diário da República N° 195, I Série-A, de 19 de Agosto de 2004, página 5379.

## CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL DE UNIDADES MUSEOLÓGICAS E PARAMUSEOLÓGICAS COM COLECÇÕES MILITARES.

### 1. Elementos de índole museal sob a tutela do Exército

São elementos de índole museal da organização geral do Exército todos aqueles que intervêm nas actividades museológicas, desde o nível de direcção, passando pela gestão, até à execução, a seguir indicados: Estado Maior do Exército (EME), Divisão de Logística, Comando da Logística, Direcção dos Serviços de Intendência (DSI), Comando do Pessoal, Direcção de Documentação e História Militar, Museus Militares e Unidades, Estabelecimentos e Órgãos Territoriais com museus, núcleos museológicos, ou outras denominações.

De forma a simplificar o entendimento sobre as várias relações existentes entre a estrutura superior do Exército e alguns desses elementos que mais directamente intervêm naquelas actividades, apresenta-se concisamente essa estrutura e algumas das suas competências, e, em separado desta e de forma mais desenvolvida, a evolução da missão e da orgânica da actual DDHM, dos Museus Militares e das U/E/O com museus, núcleos museológicos, ou outras denominações.

#### 1.1. Estrutura Superior do Exército

A organização adoptada para a estrutura superior do Exército pelo Decreto-lei N° 50/93 de 26 de Fevereiro de 1993 compreende<sup>13</sup>: o Estado Maior do Exército (EME), vários Órgãos Centrais de Administração e Direcção, Órgãos de Conselho e de Inspeção, diversos Órgãos de Implantação Territorial e Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças Nacional.

**Legenda:**

CEME – Chefe do Estado Maior do Exército.

GabCEME – Gabinete do CEME.

VCEME – Vice-Chefe do Estado Maior do Exército.

EME – Estado Maior do Exército.

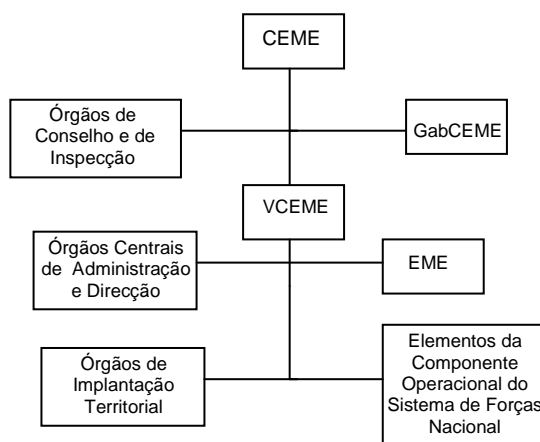


Figura N°1 – Organização da estrutura superior do Exército.

<sup>13</sup> - Decreto-lei N°50/93, Diário da República N° 48, 1ª Série-A, de 26 de Fevereiro de 1993, páginas 823.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

O EME “constitui o órgão de planeamento e apoio à decisão do Chefe do Estado Maior do Exército”<sup>14</sup>. Tem na sua orgânica o Estado Maior Coordenador que inclui, por sua vez, a Divisão de Logística<sup>15</sup> e a quem compete “elaborar os estudos respeitantes às diferentes funções logísticas e difundir as normas, os planos e as directivas que orientem e determinem as acções a realizar no âmbito das suas áreas de responsabilidade.”<sup>16</sup>

Um dos três Órgãos Centrais de Administração e Direcção é o Comando da Logística. De carácter funcional, “visa assegurar as actividades do Exército no domínio da administração dos recursos materiais e financeiros”<sup>17</sup>. A sua estrutura orgânica compreende a DSI, a par de outras direcções<sup>18</sup>, estando esta sob autoridade hierárquica daquele Comando. A DSI, entre outras atribuições, tem também a seu cargo os “abastecimentos de material de museus”, sendo igualmente a entidade gestora<sup>19</sup>. O Comando da Instrução é o segundo desses três órgãos com as competências para assegurar a instrução, ensino e formação do pessoal do Exército. O terceiro é o Comando do Pessoal. Também é de carácter funcional e “visa assegurar a superintendência e execução em áreas ou actividades inerentes ao pessoal, ao tratamento da documentação do Exército e à documentação militar”<sup>20</sup>. A sua estrutura orgânica compreende a DDHM, a par de outras direcções, estando esta sob autoridade hierárquica daquele Comando. Dependem deste, mas sob autoridade funcional, os museus militares, adiante identificados<sup>21</sup>.

Os Órgãos de Implantação Territorial compreendem<sup>22</sup>: os Comandos Territoriais, que são o Governo Militar de Lisboa (GML), as Regiões Militares do Norte e do Sul, as Zonas Militares dos Açores e da Madeira e o Campo Militar de Santa Margarida (CMSM); o Comando das Tropas Aerotransportadas; as Unidades, os Estabelecimentos e os Órgãos Territoriais; e os Campos de Instrução.

---

<sup>14</sup> - Decreto-lei N°50/93, cit.

<sup>15</sup> - A Divisão de Logística tem as Normas de Execução Permanente (NEP) N°04.03.03.04, de 9 de Maio de 2000, que normaliza os procedimentos relativos à gestão de materiais destinados a fins museológicos, de decoração ou culturais.

<sup>16</sup> - Decreto Regulamentar N° 43/94, Diário da República N°203, I Série-B, de 2 de Setembro de 1994, página 5160.

<sup>17</sup> - Decreto-lei N°50/93, cit, página 824.

<sup>18</sup> - A Direcção dos Serviços de Engenharia tem a seu cargo também os assuntos relacionados com fortificações e obras militares de carácter histórico.

<sup>19</sup> - Decreto Regulamentar N°44/94, Diário da República N° 203, cit, páginas 5173-5174.

<sup>20</sup> - Decreto-lei N°50/93, cit, página 824.

<sup>21</sup> - Idem.

<sup>22</sup> - Ibidem, página 825.

## **1.2. Direcção de Documentação e História Militar**

### **1.2.1. Antecedentes**

A sua história remonta a 1959, ano em que foi criado o Serviço Histórico Militar (SHM), no âmbito de uma reforma do Exército<sup>23</sup>.

Em 1976, a publicação de um novo Decreto-lei reestruturou também o SHM, mas de forma incompleta. Esta situação originou um vazio regulamentar que foi sucessivamente minimizado por vários despachos do General Chefe do Estado Maior do Exército (GenCEME), em especial alguns de 1982, e pela determinação de 18 de Outubro de 1991 do Director do SHM<sup>24</sup>, e dos quais resultaram alterações na missão e orgânica interna do SHM, adiante caracterizadas. Posteriormente, desde a publicação em Diário da República de 14 de Julho de 1993, a Direcção do SHM passou a denominar-se por Direcção de Documentação e História Militar, com uma nova missão e orgânica<sup>25</sup>. Contudo, a sua criação efectiva só entrou em vigor a partir do Despacho do GenCEME N° 179/94 de 2 de Setembro de 1994.

### **1.2.2. Evolução da missão e da orgânica**

A DSHM em 1959 tinha a seguinte missão<sup>26</sup>:

- Estudar e dar informação sobre todos os assuntos de interesse histórico-militar;
- Obter e compilar todos os documentos e objectos que, pela sua antiguidade, raridade ou valor, interessem à história militar;
- Superintender, do ponto de vista histórico e arqueológico, na parte que interesse ao Exército, em todos os trabalhos de investigação, restauro e conservação relativos a locais, monumentos, objectos, bibliografia ou quaisquer outros elementos com interesse histórico-militar;
- Publicar trabalhos com interesse histórico-militar ou prever a colaboração nesses trabalhos;
- Colaborar em comemorações com carácter histórico-militar;
- Orientar e superintender, do ponto de vista histórico e arqueológico, na organização, exploração e conservação de museus, monumentos ou locais histórico-militares afectos ao Exército em qualquer ponto do território nacional.

---

<sup>23</sup> - Decreto-lei N° 42564, de 7 de Outubro de 1959, e Ordem do Exército N° 8, 1ª Série de 19 de Novembro de 1959, página 623.

<sup>24</sup> - Anuário da DSHM, Estado Maior do Exército, 1991, página III-17.

<sup>25</sup> - Diário da República N° 163, II Série, de 14 de Julho de 1993, página 7504.

<sup>26</sup> - Idem.



A DSHM dependia directamente do CEME e compreendia<sup>27</sup>:

- O Director;
- A Repartição da História Militar;
- A Direcção de História Militar;
- O Arquivo Histórico Militar;
- A Secção de Expediente e Arquivo.

Relativamente aos museus afectos ao Exército, designadamente o Museu Militar e suas delegações, aqueles dependiam da DSHM, por intermédio da sua Repartição da História Militar<sup>28</sup>.

Em 1976, pela publicação do Decreto-lei Nº 949 de 31 de Dezembro desse ano, a DSHM passava a depender do Vice-chefe do Estado Maior do Exército (VCEME) e, no cumprimento das suas missões fundamentais, deixava de fazer qualquer referência explícita a museus<sup>29</sup>. Contudo, remetia para o Director do Serviço “accionar directamente os museus militares do Exército e suas dependências”<sup>30</sup>. Também não definia a organização interna do Serviço e no Artigo 29º, o das disposições finais, afirmava-se o seguinte: “A constituição, a orgânica e as atribuições específicas dos órgãos do Exército referidos neste decreto-lei serão reguladas ou completadas por diplomas especiais.”

Para atingir esse fim, de regulamentar o Serviço e a sua organização, foi inicialmente elaborado em 4 de Julho de 1978 um projecto de Decreto-lei. Decorridos quase dois anos e na ausência de despacho superior, o Director do Serviço nomeou em 30 de Maio de 1980 um Grupo de Trabalho para efectuar a revisão da sua organização<sup>31</sup>. Após algumas vicissitudes entre o VCEME e a DSHM<sup>32</sup>, muitas delas resultantes do processo de reestruturação do Exército nessa época, aquele (VCEME) fez publicar o Despacho Nº3/82 de 11 de Janeiro de 1982, exarando no ponto 4 o seguinte teor: “...deve a DSHM, tendo em cuidada atenção a integração máxima possível e conveniente de todos os Órgãos de interesse para a História Militar, a funcionalidade dos Serviços e a necessidade de economia de pessoal...”<sup>33</sup>.

---

<sup>27</sup> - Ordem do Exército Nº 8, cit., página 659.

<sup>28</sup> - Idem, Ponto 2 do Artigo 148º.

<sup>29</sup> - Diário da República Nº 303, I Série, Ponto 1 do Artigo 18º, de 31 de Dezembro de 1976, página 121.

<sup>30</sup> - Idem, ponto 2 do Artigo 18º, página 122.

<sup>31</sup> - Anuário da DSHM, cit, páginas III-5 – III-7.

<sup>32</sup> - Sobre este assunto, o volume anexo ao *Anuário da DSHM* de 1991 apresenta as várias Informações e Despachos produzidos pelas duas entidades.

<sup>33</sup> - Anuário da DSHM, cit, página III-9.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

Na sua sequência, o Director do SHM, General Manuel Freire Themudo Barata<sup>34</sup>, propôs a reestruturação do Serviço, da qual resultou o Despacho N°76/A/82 do General CEME, de 28 de Junho de 1982.

A DSHM passou, então, a ter a seguinte articulação provisória<sup>35</sup>:

- Director;
- Inspector;
- Centro de Planeamento e Coordenação;
- Centro de Estudos de História Militar;
- Centro de Património Histórico Militar;
- Secretaria.

É de salientar a criação do cargo de Inspector.

Mais tarde, por determinação de 18 de Outubro de 1991 do Director do Serviço, foi introduzida nova reorganização pelo incremento de três Gabinetes: de Heráldica, de Artilharia e de Uniformologia, para além da orgânica que existia do antecedente.

Essa modificação, associada ao facto de não existirem quadros orgânicos aprovados, resultou em prejuízo de efectivos, tomando como referência as quotas de pessoal atribuídas<sup>36</sup>. Assim, nesse ano a quota de pessoal militar atribuída era de 31 elementos, mas de facto apenas existiam 21 militares (diferença negativa de 10), e a de pessoal civil e civil militarizado era de 5, mas havia 6 (diferença positiva de 1)<sup>37</sup>.

Por fim, a mais recente reorganização do Exército – que decorreu da aprovação do Decreto-lei N°50/93, de 26 de Fevereiro de 1993, do Despacho N°72/MDN/93, de 30 de Junho de 1993, do Ministro da Defesa Nacional<sup>38</sup>, e dos Despachos N°178/94 e N°179/94, ambos de 2 de Setembro de 1994, do GenCEME – foi também consequente: o SHM foi efectivamente extinto (Despacho N°178/94) e verificou-se a criação efectiva da DDHM (Despacho N°179/94).

A missão da DDHM passou a ter a seguinte redacção<sup>39</sup>:

- Propor, promover e controlar as actividades referentes à pesquisa, à preservação e à conservação dos documentos históricos e do património histórico-militar;
- Promover a investigação, a recolha e a divulgação dos valores culturais correspondentes;

---

<sup>34</sup> - Ver ANEXO 1 – Alguns dados biográficos do General Themudo Barata.

<sup>35</sup> - Anuário da DSHM, cit, página III-14.

<sup>36</sup> - Idem, cit, páginas IV-1 – IV-2.

<sup>37</sup> - Ibidem, página IV-2.

<sup>38</sup> - Diário da República N° 163, II Série, de 14 de Julho de 1993, páginas 7502-7504.

<sup>39</sup> - Diário da República N° 203, cit, Ponto 1 do Artigo 14°, página 5168.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- Propor, coordenar e dirigir as actividades relativas à administração e ao controlo da documentação e das bibliotecas do Exército.

Ainda compete, em especial, à DDHM, entre outras obrigações<sup>40</sup>:

1) Orientar e zelar pela conservação do património histórico-militar afecto ao Exército;

2) Incentivar, coordenar e executar a investigação e a recolha de elementos susceptíveis de enriquecer o património;

3) Providenciar o estudo científico, técnico e cultural dos valores inerentes ao património e promover a sua adequada divulgação;

4) Orientar e coordenar as actividades relativas à organização, ao funcionamento e à conservação de museus, monumentos e locais com interesse histórico-militar afectos ao Exército.

O seu organograma é o seguinte<sup>41</sup>:

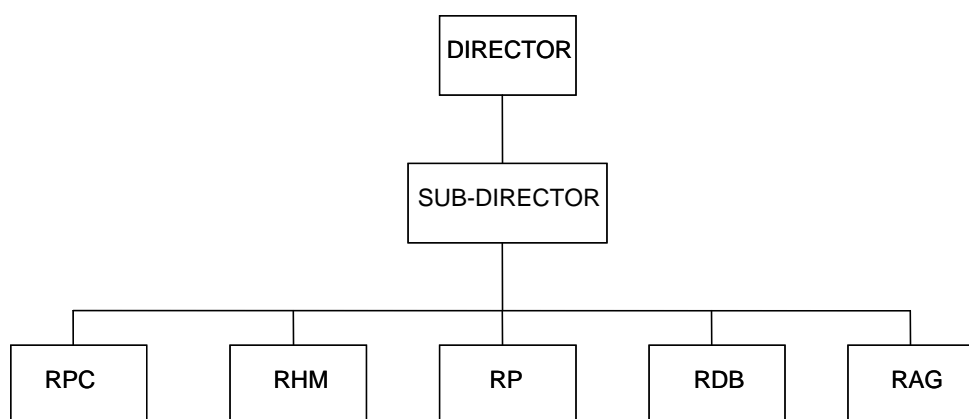


Figura Nº2 - Organograma actual da DDHM.

### Legenda:

RPC – Repartição de Planeamento e Coordenação.

RHM – Repartição de História Militar.

RP – Repartição de Património.

RDB – Repartição de Documentação e Bibliotecas.

RAG – Repartição de Apoio Geral.

Dessa estrutura da DDHM, compete<sup>42</sup>:

- À Repartição de Planeamento e Coordenação (RPC) exercer as competências referidas na alínea 4) do parágrafo anterior;

<sup>40</sup> - Ordem do Exército Nº9, I Série, 1994, Ponto 2 do Artigo 14º, página 401.

<sup>41</sup> - Diário da República Nº 203, cit, Artigo 15º, páginas 5168-5169.

<sup>42</sup> - Ordem do Exército Nº9, cit, página 402.

- À Repartição de História Militar (RHM) exercer, entre outras, as competências referidas na alínea 3) do parágrafo anterior;

- À Repartição de Património (RP) exercer, entre outras, as competências referidas na alínea 1) e 2) do parágrafo anterior.

O actual quadro orgânico de pessoal aprovado contempla 24 militares e 12 civis, ou seja 36 pessoas no total<sup>43</sup>. No entanto, de momento existem 20 militares e 6 civis.

### **1.3. Museus Militares**

Os museus militares “são órgãos de carácter cultural depositários e expositores do espólio de interesse histórico para o Exército.”<sup>44</sup> Inserem-se no sub-grupo “Outros órgãos administrativo-logísticos”, do grupo “Órgãos territoriais”<sup>45</sup>. Por esta razão, para além da dependência funcional anteriormente identificada, os museus militares dependem também dos respectivos Comandos Territoriais, por estarem implantados em áreas geográficas da acção de comando por parte destes últimos, designadamente em aspectos de segurança, de apoio de serviços e de finanças.

#### **1.3.1. Museu Militar (em Lisboa)**

##### **1.3.1.1. Antecedentes**

O processo embrionário para a criação do museu verificou-se em 1842, através da Ordem da Inspeção Geral Nº 224 de 15 de Novembro desse ano, emanada do Inspector do Arsenal do Exército, Tenente General José Baptista da Silva Lopes, Barão de Monte Pedral<sup>46</sup>. Nela estão exaradas as medidas necessárias para a classificação, guarda e conservação dos objectos raros e curiosos que existiam no Arsenal.

O documento fundador do museu é o Decreto de 10 de Dezembro de 1851<sup>47</sup>, garantindo “a existência do Museu de Artilharia actualmente estabelecido no Arsenal do Exército.”

O seu extraordinário desenvolvimento e a conveniente separação da administração do Arsenal, por aquele não se relacionar com o fabrico, concerto, armazenagem e conservação do material de guerra, foram reconhecidos pelo Decreto de 16 de Dezembro de 1909, que aprovou e mandou executar o Regulamento do Museu de

---

<sup>43</sup> - Anuário da DDHM, cit, página 15.

<sup>44</sup> - Decreto Regulamentar Nº47/94, Diário da República Nº203, cit, página 5188.

<sup>45</sup> - Idem, Ponto 2 do Artigo 10º e Ponto 2 do Artigo 16º, páginas 5186-5187.

<sup>46</sup> - Catálogo do Museu de Artilharia de 1906 – 4ª Edição, página 17.

<sup>47</sup> - Diário do Governo Nº296 de 16 de Dezembro de 1851, Artigo 19º, página 1295.

Artilharia, ficando este museu subordinado à Secretaria da Guerra por intermédio da Direcção de Artilharia<sup>48</sup>.

Na sequência da reorganização do Exército ocorrida após a implantação da República e determinada pelo Decreto de 25 de Maio de 1911<sup>49</sup>, “anexo ao Arsenal haverá o Museu de Artilharia, destinado a guardar e conservar os artigos de material de guerra com valor histórico.” De novo, este voltava a fazer parte do Arsenal.

Posteriormente, e após o Pronunciamento Militar de 28 de Maio de 1926, o Exército foi objecto de nova reorganização pelo Decreto N°12161 de 21 de Agosto desse ano. O Arsenal foi extinto e o museu voltou a fazer parte da Arma de Artilharia, tendo-lhe sido o nome alterado para Museu Militar, com o fundamento de reunir outro material museológico além de artilharia<sup>50</sup>.

Mais tarde, por Despacho do Ministro da Guerra de 16 de Junho de 1948, o Museu Militar passou a depender da 3ª Direcção Geral do Ministério da Guerra<sup>51</sup>, até à publicação de novo diploma legal que determinou a sua dependência do EME (juntamente com o Arquivo Histórico e a Comissão de História Militar)<sup>52</sup>, saindo da dependência da Arma de Artilharia desde 1 de Janeiro desse ano.

Depois de nova organização geral do Exército estabelecida pelo Decreto-lei N°42564 de 7 de Outubro de 1959, o Museu Militar passou a depender da DSHM<sup>53</sup>.

Por fim, com a reorganização definida pelo Decreto-lei N° 50/93 de 26 de Fevereiro de 1993, e conjugado com o Decreto Regulamentar N°43/94 de 2 de Setembro de 1994, o Museu Militar passou a depender funcionalmente do Comando do Pessoal, por via da DDHM, mantendo-se esta relação até à data.

### **1.3.1.2. Evolução da missão e da orgânica**

O Museu Militar, desde a sua fundação (1851) até à actualidade teve várias orgânicas. Em 1868 aquele museu era designado por Museu de Artilharia e era uma Secção do Depósito Geral de Material de Guerra, do Arsenal do Exército, “e seu chefe o Adjunto do Director do mesmo Depósito”<sup>54</sup>.

---

<sup>48</sup> - Decreto de 16 de Setembro de 1909, Diário do Governo N°241, de 23 de Outubro de 1909, Artigo 3º, página 3512.

<sup>49</sup> - Diário do Governo N°122 de 26 de Maio de 1911, Artigo 105º, página 2143.

<sup>50</sup> - Ordem do Exército N°10, I Série, de 31 de Agosto de 1926, Artigo 23º, página 531.

<sup>51</sup> - Portaria N°12408, Ordem do Exército N°3, I Série, de 30 de Junho de 1948, página 72.

<sup>52</sup> - Decreto N°37082, de 2 de Outubro de 1948, Ordem do Exército N°7, I Série, de 15 de Novembro de 1948, páginas 157-159.

<sup>53</sup> - Ordem do Exército N°8, cit, páginas 595-667.

<sup>54</sup> - Ordem do Exército N°80, I Série, de 31 de Dezembro de 1868, Ponto único do Artigo 7º, página 569.

No ano seguinte, foi determinado que o Museu ficaria sob a orientação do Director da Fábrica de Armas (esta fábrica era um de três estabelecimentos fabris do Arsenal), teria um Sargento guarda e era coadjuvado por um servente<sup>55</sup>.

A aprovação em 1909 do Regulamento do Museu de Artilharia estabelecia o seguinte pessoal, para garantir o seu regular funcionamento: um director (Oficial General), um adjunto (Oficial de patente inferior à do director), um amanuense, um chefe dos guardas, um decorador, um servente e o número necessário de guarda-salas<sup>56</sup>.

Em 1914 foram introduzidas alterações àquele regulamento. Tiveram essencialmente o fim de harmonizar a reinserção do Museu de Artilharia na estrutura do Arsenal e franquear a sua abertura ao público aos domingos e dias úteis, das 11 às 15 horas, excepto às segundas-feiras e dias de feriado nacional, em que estava fechado<sup>57</sup>. O anterior quadro de pessoal e respectivas funções manteve-se de uma maneira geral, exceptuando algumas condições para o cargo de director e de adjunto, em que o primeiro podia não ser Oficial General.<sup>58</sup>

A segunda alteração ao regulamento verificou-se em 1920. O director do museu podia ser um General ou um Coronel e o adjunto devia ser um Oficial Superior.<sup>59</sup>

Após a reorganização do Exército de 1926 e na sua sequência, em 1927 foi alterado o regulamento pela terceira vez. O museu tinha mudado de denominação – passando a designar-se Museu Militar, desde 1926 – e ficara compreendido novamente na Arma de Artilharia, razão pela qual o director correspondia-se com a Direcção da Arma de Artilharia sobre todos os assuntos que dependessem de resolução superior<sup>60</sup>. Para além do quadro de pessoal atrás referido, também foi incrementado um carpinteiro, um espingardeiro e dois serventes, trabalhando nas respectivas oficinas (de carpinteiro e de espingardeiro)<sup>61</sup>. Ainda foi definido o preço de entrada, as condições de acesso gratuito e um novo horário de abertura ao público<sup>62</sup>.

---

<sup>55</sup> - Decreto de 13 de Dezembro de 1869, Diário do Governo N°290 de 21 de Dezembro de 1869, Artigo 72º, página 1619.

<sup>56</sup> - Diário do Governo N°241, de 23 de Outubro de 1909, Artigo 5º, página 3512.

<sup>57</sup> - Decreto de 30 de Maio de 1914, Ordem do Exército N°12, I Série, de 19 de Maio de 1914, Artigos 2º e 4º, página 648.

<sup>58</sup> - Idem, página 649-650.

<sup>59</sup> - Decreto N°7195 de 19 de Novembro de 1920, Ordem do Exército N°14, I Série, de 22 de Dezembro de 1920, Artigo 6º, página 626.

<sup>60</sup> - Decreto N°13224 de 26 de Fevereiro de 1927, Ordem do Exército N°5, I Série, de 16 de Maio de 1927, páginas 507-511.

<sup>61</sup> - Ordem do Exército N°5, cit, páginas 507-509.

<sup>62</sup> - Idem, página 508.

Em 1935 foi publicado outro regulamento, em substituição do antecedente, do qual se destacavam as seguintes alterações:

- O museu constituía um dos organismos da Direcção da Arma de Artilharia;
- O horário de abertura ao público vigorava todos os dias, entre as doze e as dezasseis horas, excepto nos dias de feriado e nas segundas-feiras;
- O quadro de pessoal incluía: um sub-director (em vez do adjunto); um contínuo; o número de guardas que fosse necessário, até vinte (fixação de um limite superior); um carpinteiro decorador (além do carpinteiro); e cinco serventes (em vez de dois);
- O director podia ser General, Brigadeiro ou Coronel.<sup>63</sup>

Em 1948 o museu passou a depender inicialmente da 3ª Direcção Geral do Ministério da Guerra, em consequência da reforma dos depósitos, e finalmente do EME. O seu quadro de pessoal contemplava militares e civis, contratados ou assalariados. Os militares eram: o director (de graduação não inferior a Coronel), o sub-director (Oficial Superior), o adjunto (Capitão ou Subalerno) e os guardas das salas. Os civis contratados eram os seguintes: um terceiro-oficial, um chefe de guardas, dois guardas de noite, um segundo-contínuo e um porteiro. E os civis assalariados eram: um carpinteiro-decorador, um carpinteiro, um serralheiro, um serralheiro-espingardeiro e cinco serventes<sup>64</sup>.

Com a criação do Serviço Histórico Militar em 1959, os museus afectos ao Exército, designadamente o Museu Militar e suas delegações, passavam a depender desse Serviço, por intermédio da Repartição de História Militar<sup>65</sup>. Também é desse ano a publicação do (primeiro) Estatuto da Liga dos Amigos do Museu Militar<sup>66</sup>, instrumento legal muito importante para a possível implementação de acções favoráveis ao desenvolvimento e divulgação da sua riqueza patrimonial, mas sem consequências em termos organizacionais (sobre este assunto, ver a Portaria N°311/86 de 24 de Junho de 1986 – estabelece o Estatuto das Ligas dos Amigos dos Museus Militares – que revoga o Estatuto de 1959).

---

<sup>63</sup> - Decreto N°25837 de 9 de Setembro de 1935, Ordem do Exército N°10, I Série, de 30 de Setembro de 1935, páginas 517-520.

<sup>64</sup> - Ordem do Exército N°7, cit, página 158.

<sup>65</sup> - Ordem do Exército N°8, cit, Ponto 2 do Artigo 148º, página 659.

<sup>66</sup> - Portaria do Ministério do Exército de 12 de Abril de 1959, Ordem do Exército N°2, I Série, de 30 de Abril de 1960, páginas 221-227.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

Posteriormente, pelo Despacho do GenCEME de 21 de Março de 1985 fora aprovada a missão, o organograma e o Quadro Orgânico de Pessoal do Museu Militar, a seguir identificados<sup>67</sup>.

A sua missão era a seguinte<sup>68</sup>:

- Obter e expor em permanência e de forma sistematizada os testemunhos museológicos que constituem património histórico-militar, e eventualmente os espécimes que, pela sua antiguidade, raridade ou valor, tenham relevante significado cultural ou científico;

- Guardar, classificar, inventariar, catalogar e conservar o património pelo qual é responsável;

- Colaborar, conforme lhe for determinado, com outros órgãos ou entidades militares ou civis, em trabalhos de investigação histórico-militar;

- Como Museu Central, apoiar e aconselhar, conforme lhe for determinado, nos aspectos técnicos e museológicos, os restantes museus afectos ao Exército;

- Colaborar, conforme lhe for autorizado ou determinado, na organização e realização de cerimónias e manifestações de interesse histórico-militar ou com relevante significado histórico-cultural.

O organograma tinha a seguinte configuração:

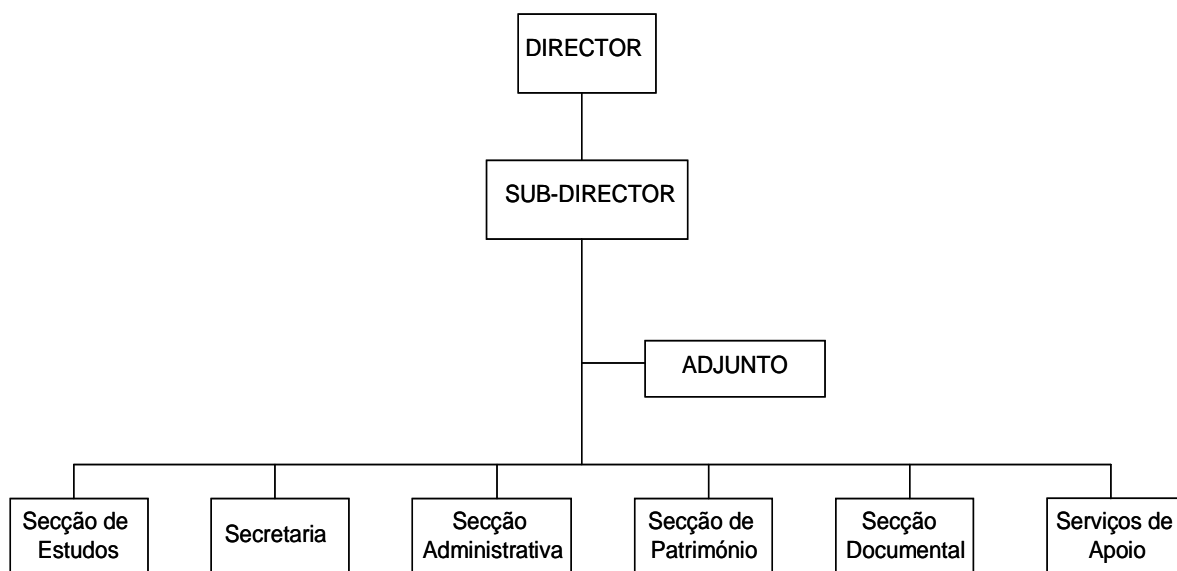


Figura Nº3 – Organograma do Museu Militar em 1985.

<sup>67</sup> - Quadro Orgânico Nº 9.9.041, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, 21 de Março de 1985, folhas 1-2.

<sup>68</sup> - Anuário do Museu Militar de Lisboa, 1990, página 27.



## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

O seu quadro de pessoal previa os seguintes efectivos:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Direcção		3	-	-	-	-	3
Secção de Estudos		2	1	1	1	2	7
Secretaria		1	1	-	-	2	4
Secção Administrativa		1	1	-	1	1	4
Secção de Património		1	-	2	2	3	8
Secção Documental		-	1	1	-	-	2
Serviços de apoio	Chefe de Serviços	-	1	-	-	-	1
	Secção de Segurança	-	1	-	-	20	21
	Secção de Fotografia e Cinema	-	-	1	1	-	2
	Secção Oficinal	-	-	-	3	6	9
	Secção de Serviços Gerais	-	-	1	11	9	21
TOTAL		8	6	6	19	43	82

Quadro N°1 – Quadro resumo de pessoal em 1985, distribuído por categorias e órgãos do Museu Militar.

As alterações verificadas pela reorganização geral do Exército de 1993, produziram efeitos na missão, no organograma e no quadro de pessoal do Museu Militar, estando actualmente em vigor.<sup>69</sup>

A missão, para além das atribuições anteriormente referidas, passou também a incluir a administração e o apoio ao Destacamento do Museu Militar do Buçaco<sup>70</sup>, e ainda a orientar e a apoiar tecnicamente as salas de armas e secções militares dos museus civis.

O organograma tem a seguinte forma:

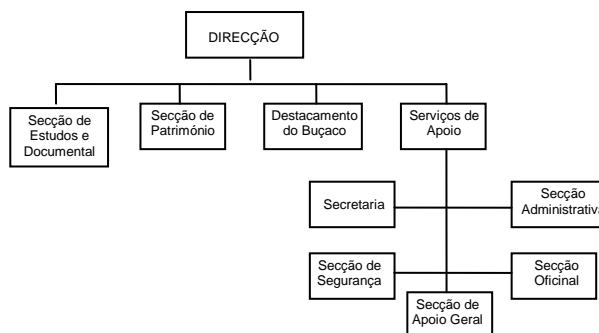


Figura N°4 – Organograma do Museu Militar desde 1993 até à actualidade.

<sup>69</sup> - Quadro Orgânico N°5.8.840, 3ª Repartição do Estado-Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993, páginas 1-3.

<sup>70</sup> - O Museu Militar do Buçaco foi inaugurado em 27 de Setembro de 1910 e em 1962 foi ampliado e remodelado. Pela reorganização do Exército de 1993, em conjugação com o Despacho N° 134/93 de 14 de Julho do General CEME, o Destacamento tornou-se efectivo, na dependência do Museu Militar.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

O quadro de pessoal contempla 73 (setenta e três) elementos (inclui o Destacamento Museu Militar do Buçaco), distribuídos pelas seguintes categorias e órgãos:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
	Direcção	1	-	-	-	1	2
	Secção de Estudos e Documental	3	1	-	-	2	6
	Secção de Património	-	-	2	-	3	5
	Destacamento Museu Militar do Buçaco	-	-	-	-	5	5
Serviços de Apoio	Chefe	1	-	-	-	-	1
	Secretaria	-	1	-	-	1	2
	Secção Administrativa	-	1	-	-	2	3
	Secção de Segurança	-	-	6	-	20	26
	Secção Ofical	-	-	-	-	13	13
	Secção de Apoio Geral	-	-	1	-	9	10
	TOTAL	5	3	9	0	56	73

Quadro N°2 – Quadro resumo de pessoal de 1993 à actualidade, distribuído por categorias e órgãos do Museu Militar.

Contudo, de momento existem 4 oficiais, 9 sargentos, 18 praças e 20 civis.

O MM depende funcionalmente da DDHM/Comando do Pessoal, para os assuntos de natureza técnica sobre museologia, e tem dependência logística, administrativa, financeira, entre outras subordinações, do Estado Maior do Exército.

### 1.3.2. Museu Militar do Porto

#### 1.3.2.1. Antecedentes

A data oficial da criação do Museu Militar do Porto (MMP) é de 1 de Abril de 1977, mas só foi efectivada pelo Decreto-lei N°242/77, de 8 de Junho de 1977, do Conselho da Revolução<sup>71</sup>. Contudo, as suas origens remontam à década de 50 do século passado, funcionando como Delegação do Museu Militar no Porto, de 1958 a 1966. Seguiu-se um interregno, cerca de cinco anos, até que fosse reactivado em 1971, com a designação de Sala de Armas do Quartel General da Região Militar do Norte (QG/RMN), e assim se manteve até 1977.

Desde esse ano adquiriu a denominação de MMP e, passando pela reorganização do Exército de 1993, até à actualidade não houve qualquer alteração na sua designação e local.

<sup>71</sup> - Decreto-lei N°242/77, Ordem do Exército N°6, I Série, de 8 de Junho de 1977, página 373.

### 1.3.2.2. Evolução da missão e da orgânica

Em 1977 o MMP tinha as seguintes missões fundamentais<sup>72</sup>:

- “Recolher, inventariar, classificar e conservar objectos que, pela sua antiguidade, raridade ou valor, convenha preservar como testemunhos da história militar do país na parte que respeita às instituições e forças militares terrestres e, em particular, ao Exército;

- Contribuir para a divulgação do património à sua guarda, designadamente pela exposição pública de espécimes com interesse cultural e patriótico, devidamente valorizadas com meios ou processos de esclarecimento e de dinamização pedagógica;

- Colaborar com os restantes órgãos do Serviço Histórico Militar e com outros organismos, civis e militares, na investigação histórico-militar;

- Prestar a colaboração que lhe for determinada na celebração de comemorações e na realização de cerimónias e de manifestações culturais com interesse histórico-militar e, de um, modo geral, com significado histórico-cultural.”

A missão do MMP, desde 1993 até à actualidade, é a seguinte<sup>73</sup>: promover a valorização, o enriquecimento e a exposição do património histórico-militar à sua guarda.

As suas atribuições são<sup>74</sup>:

- Guardar, inventariar e conservar o património que lhe esteja atribuído;

- Divulgar os valores culturais resultantes da investigação e estudos ligados à história militar, promovidos ou realizados na sua área;

- Colaborar, conforme lhe for autorizado ou determinado, em cerimónias e manifestações de interesses histórico-cultural ou com relevante significado histórico-cultural;

- Orientar e apoiar tecnicamente, quando lhe for determinado, as salas de armas e as secções militares dos museus civis implantados na sua área.

---

<sup>72</sup> - Decreto-lei N°242/77, Ordem do Exército N°6, I Série, cit, páginas 373-374.

<sup>73</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.841, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

<sup>74</sup> - Idem.

A actual orgânica tem a seguinte configuração<sup>75</sup>:

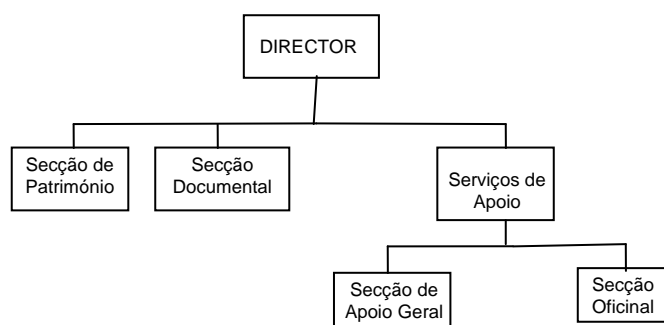


Figura Nº5 – Organograma do Museu Militar do Porto.

O quadro de pessoal contempla 24 (vinte e quatro) elementos (inclui a Direcção), distribuídos pelas seguintes categorias e órgãos<sup>76</sup>:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Director		1	-	-	-	-	1
Secção de Património		1	1	1	2	1	6
Secção Documental		-	-	1	-	1	2
Serviços de Apoio	Chefe	-	1	-	-	-	1
	Secção de Apoio Geral	-	1	-	1	7	9
	Secção Ofical	-	-	2	-	3	5
TOTAL		2	3	4	3	12	24

Quadro Nº3 – Quadro resumo de pessoal, distribuído por categorias e órgãos do Museu Militar do Porto.

De momento existem: 2 oficiais, 5 sargentos, 10 praças e 9 civis.

O MMP também depende funcionalmente da DDHM, para os assuntos de natureza técnica sobre museologia, e tem dependência logística, administrativa, financeira, entre outras subordinações, do Comando da Região Militar do Norte.

### 1.3.3. Museu Militar de Bragança

#### 1.3.3.1. Antecedentes

A criação do Museu Militar de Bragança (MMB) foi efectivada pela Portaria Nº 106/87, de 16 de Fevereiro de 1987, do Ministro da Defesa Nacional<sup>77</sup>. Contudo, as suas origens remontam a um período que se situa entre os anos 1928-1933, pela acção do então Comandante do Regimento de Infantaria Nº10, o Coronel António José

<sup>75</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.841, cit.

<sup>76</sup> - Idem, páginas 1-3.

<sup>77</sup> - Portaria Nº106/87, Ordem do Exército Nº2, I Série, de 16 de Fevereiro de 1987, do Ministro da Defesa Nacional, página 279.

Teixeira<sup>78</sup>. Na década de 50 do século passado, o museu foi desactivado e só em 22 de Agosto de 1983 foi reactivado e inaugurado.

A reorganização do Exército de 1993 não produziu qualquer alteração na sua designação e local, mantendo-se em vigor até à actualidade.

### 1.3.3.2. Missão e orgânica

O MMB tem missão e atribuições idênticas ao MMP<sup>79</sup>. A sua orgânica tem a seguinte configuração:

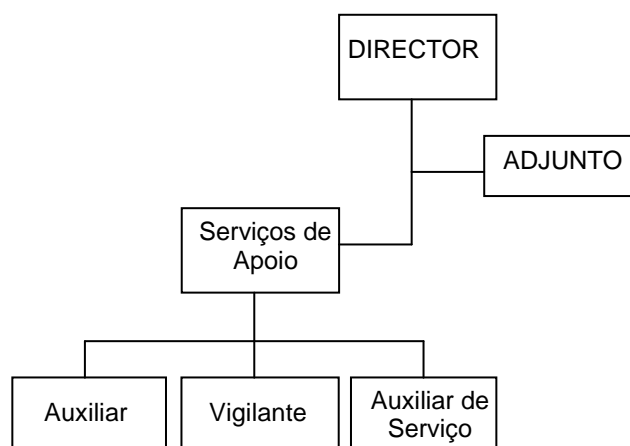


Figura N°6 – Organograma do Museu Militar de Bragança.

O quadro de pessoal contempla 8 (oito) elementos, distribuídos pelas seguintes categorias e órgãos<sup>80</sup>:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Director		1	-	-	-	-	1
Serviços de Apoio	Chefe	1	-	-	-	-	1
	Auxiliar	-	1	-	-	-	1
	Vigilante	-	-	-	-	3	3
	Auxiliar de Serviço	-	-	-	-	2	2
TOTAL		2	1	-	-	5	8

Quadro N°4 – Quadro resumo de pessoal, distribuído por categorias e órgãos, do Museu Militar de Bragança.

Actualmente existem: 1 oficial, 2 sargentos, 1 praça e 5 civis.

<sup>78</sup> - Anuário do Museu Militar de Bragança, 2001.

<sup>79</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.843, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

<sup>80</sup> - Idem.

Também depende funcionalmente da DDHM, para os assuntos de natureza técnica sobre museologia, e, à semelhança do MMP, tem dependência logística, administrativa, financeira, entre outras subordinações, do Comando da Região Militar do Norte.

### **1.3.4. Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge**

#### **1.3.4.1. Antecedentes**

O Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge (MMCMSJ) foi construído de raiz em 1985 e criado pelo Despacho N° 66/86, de 7 de Agosto de 1986, do GenCEME<sup>81</sup>. Tinha então a denominação de Museu Militar de Aljubarrota.

Apesar da reorganização do Exército de 1993 não ter produzido qualquer alteração na sua designação, posteriormente, o Despacho N°193/98 do GenCEME modificou-a para Museu Militar da Batalha<sup>82</sup>. Depois, o Despacho N°154/01, também daquela entidade, estabeleceu a actual denominação: Campo Militar de São Jorge – Museu Militar. Por fim, o Despacho Conjunto N° 457/2004, dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, “reafecta-o por 99 (noventa e nove) anos à Fundação Batalha de Aljubarrota”, a fim de ser remodelado, ampliado e transformado em Centro de Interpretação de Aljubarrota<sup>83</sup>.

#### **1.3.4.2. Missão e orgânica**

O MMCMSJ tem missão e atribuições idênticas aos dois anteriores museus. A sua configuração orgânica e quadro de pessoal são semelhantes ao MMB<sup>84</sup>.

Actualmente, o efectivo de pessoal existente é o seguinte: 1 oficial, 1 praça e 4 civis.

Também depende funcionalmente da DDHM, para os assuntos de natureza técnica sobre museologia, e, à semelhança dos dois museus precedentes, tem dependência logística, administrativa, financeira, entre outras subordinações, do Comando da Região Militar do Norte.

---

<sup>81</sup> - Anuário da DDHM, cit, página III-41.

<sup>82</sup> - Ordem do Exército N°7, I Série, 1998, páginas 209-210.

<sup>83</sup> - Sobre este assunto, ver: Resolução do Conselho de Ministros N° 64/2004, Diário da República N°119, I Série-B, de 21 de Maio de 2004, páginas 3234 - 3235; Despacho Conjunto N° 457/2004, Diário da República N°177, II Série, de 29 de Julho de 2004, páginas 11438-11439.

<sup>84</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.842, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

### **1.3.5. Museu Militar de Coimbra**

#### **1.3.5.1. Antecedentes**

O Museu Militar de Coimbra (MMC) foi criado pelo Despacho Nº 103/85, de 5 de Dezembro de 1985, do GenCEME. Era um órgão do Comando da Região Militar do Centro, a título provisório. Apesar da reorganização do Exército de 1993 não ter produzido qualquer alteração na sua designação e local, mantendo-se em vigor até à actualidade, contudo verificou-se a extinção dessa Região Militar.

#### **1.3.5.2. Missão e orgânica**

O MMC tem missão e atribuições idênticas aos três anteriores museus. A sua configuração orgânica e quadro de pessoal são semelhantes aos dois museus precedentes<sup>85</sup>.

Actualmente, o efectivo de pessoal existente é o seguinte: 1 oficial, 2 sargentos e 5 praças.

Também depende funcionalmente da DDHM, para os assuntos de natureza técnica sobre museologia, e, à semelhança dos três últimos museus, tem dependência logística, administrativa, financeira, entre outras subordinações, do Comando da Região Militar do Norte.

### **1.3.6. Museu Militar da Madeira**

#### **1.3.6.1. Antecedentes**

Na sequência da reestruturação do Exército de 1993, foi criado nesse ano o Museu Militar da Madeira (MMM). O seu documento fundador é o Despacho Nº72/MDN/93, de 30 de Junho de 1993, do Ministro da Defesa Nacional<sup>86</sup>.

O MMM tornou-se efectivo em 1 de Agosto de 1993, pelo Despacho Nº133/93, de 14 de Julho desse ano, do GenCEME<sup>87</sup>.

#### **1.3.6.2. Missão e orgânica**

O MMM tem missão e atribuições idênticas aos quatro anteriores museus. A sua configuração orgânica e quadro de pessoal são semelhantes aos três museus precedentes<sup>88</sup>.

---

<sup>85</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.844, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

<sup>86</sup> - Diário da República Nº163, cit, página 7502.

<sup>87</sup> - Ordem do Exército Nº7, I Série, 14 de Julho de 1993, páginas 376-377.

<sup>88</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.845, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

Actualmente, o efectivo de pessoal existente é o seguinte: 1 oficial e 4 praças.

Também depende funcionalmente da DDHM, para os assuntos de natureza técnica sobre museologia, e tem dependência logística, administrativa, financeira, entre outras subordinações, do Comando da Zona Militar da Madeira.

### **1.3.7. Museu Militar dos Açores**

#### **1.3.7.1. Antecedentes**

À semelhança do MMM, também foi criado em 1993 o Museu Militar dos Açores (MMA). O seu documento fundador é o Despacho N°72/MDN/93, de 30 de Junho de 1993, do Ministro da Defesa Nacional<sup>89</sup>.

O MMA tornou-se efectivo em 1 de Agosto de 1993, pelo Despacho N°133/93, de 14 de Julho desse ano, do GenCEME<sup>90</sup>.

#### **1.3.7.2. Missão e orgânica**

O MMA tem missão e atribuições idênticas aos cinco anteriores museus. A sua configuração orgânica e quadro de pessoal são semelhantes aos quatro museus precedentes<sup>91</sup>.

Actualmente, o efectivo de pessoal existente é o seguinte: 2 oficiais, 2 praças e 2 civis.

Também depende funcionalmente da DDHM, para os assuntos de natureza técnica sobre museologia, e tem dependência logística, administrativa, financeira, entre outras subordinações, do Comando da Zona Militar dos Açores.

### **1.4. Unidades, Estabelecimentos e Órgãos Territoriais com museus, núcleos museológicos, ou outras denominações**

A falta de informação exacta e disponível sobre as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos Territoriais com museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, esteve na origem de um pedido oficial – em ANEXO 2 –, por intermédio do Comando da Academia Militar<sup>92</sup>, aos vários comandos (territoriais e funcionais) do Exército para se estabelecerem contactos directos entre o signatário e cerca de centena e meia de U/E/O. Pretendia-se que estas respondessem, para além de outras questões, afirmativa ou

---

<sup>89</sup> - Diário da República N°163, cit, página 7502.

<sup>90</sup> - Ordem do Exército N°7, I Série, 14 de Julho de 1993, páginas 376-377.

<sup>91</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.846, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

<sup>92</sup> - Estabelecimento Militar de Ensino Superior que oficializou, por Nota, o pedido de apoio solicitado pelo signatário, estando este ali colocado a prestar serviço.



negativamente à pergunta sobre a existência ou não de museus, núcleos museológicos, ou outras denominações.

Embora no Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército exista uma determinação sobre a existência da Sala de Honra – local onde “os símbolos, troféus, menções honrosas, documentos históricos, fotografias e outros artigos que se relacionam com a história e tradições da unidade são devidamente arrolados e dispostos...”<sup>93</sup> –, na realidade isso não é denominador comum nas actuais U/E/O, havendo por isso respostas negativas à existência de museus, núcleos museológicos, ou outras denominações.

Doravante só iremos considerar o universo de U/E/O do Exército que responderam afirmativamente àquela questão, adiante descrito e organizado pelo critério de implantação geográfica de alguns Comandos Territoriais<sup>94</sup> – Governo Militar de Lisboa, Região Militar do Norte, Região Militar do Sul e Campo Militar de Santa Margarida – e do Comando das Tropas Aerotransportadas. Por cada U/E/O será apresentada a missão e o seu enquadramento organizacional.

Dos vários Órgãos Territoriais, estão excluídos os Museus Militares por terem sido objecto de anterior descrição. Também foram excluídas as duas Zonas Militares (dos Açores e da Madeira) porque os respectivos museus militares estão inseridos naquela descrição e por não ter havido resposta afirmativa de mais alguma U/E/O dessas Zonas.

Para completar este intróito, transcreve-se o conceito de Unidades, de Estabelecimentos e de Órgãos Territoriais<sup>95</sup>:

- “As Unidades são elementos da estrutura que formam, aprontam e mantêm forças operacionais, convocam, mobilizam e organizam outras forças, tendo em vista a satisfação das necessidades do Exército para o sistema de forças nacional. São também unidades territoriais as escolas práticas e os centros de instrução.”;

- “Os Estabelecimentos são elementos da estrutura com competência nas áreas do ensino ou da produção. São regulados por diploma próprio.”;

- “Os Órgãos Territoriais são elementos da estrutura aos quais incumbe prestar apoio de serviços a outros elementos do Exército.”

---

<sup>93</sup> - Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército, Despacho do General CEME de 3 de Fevereiro de 1986, Ponto 1 do Artigo 121, página IX-3.

<sup>94</sup> - Os Comandos Territoriais “são órgãos que visam assegurar, de acordo com uma divisão territorial, a descentralização da acção de comando por parte do Chefe do Estado Maior do Exército, podendo, quando adequado, ser-lhes atribuídas missões e meios operacionais.” Ver em: Decreto Regulamentar N°47/94, Diário da República N°203, cit, Artigo 2º, página 5183.

<sup>95</sup> - Decreto Regulamentar N°47/94, Diário da República N°203, cit, Artigos 7º, 9º e 10º, páginas 5185-5186.

#### 1.4.1. No Governo Militar de Lisboa

O GML, com sede em Lisboa, abrange: o distrito de Lisboa; os concelhos de Rio Maior, Santarém, Alpiarça, Almeirim, Cartaxo, Salvaterra de Magos e Benavente, do distrito de Santarém; os concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha, Peniche e Bombarral, do distrito de Leiria; e os concelhos do Montijo, Alcochete, Moita, Palmela, Barreiro, Seixal, Almada, Sesimbra e Setúbal, do distrito de Setúbal<sup>96</sup>. As suas U/E/O que declararam possuir museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, são descritas em seguida e caracterizadas designadamente pela: localização, missão, dependência hierárquica, entre outras, e organograma.

##### 1.4.1.1. Academia Militar

A Academia Militar (AM) tem a sua sede em Lisboa e um destacamento na Amadora. A principal missão da AM é ministrar<sup>97</sup>:

- O Curso de formação Geral aos alunos do Exército e da Guarda Nacional Republicana;
- Ensino Superior Militar, de formação de Oficiais dos Quadros Especiais do Exército e, nesse âmbito, desenvolver actividades de investigação e de apoio à comunidade.

A AM é um estabelecimento militar de ensino superior de dupla tutela: do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Na orgânica superior do Exército está na dependência hierárquica do GenCEME. Também tem dependência funcional do Comando da Instrução<sup>98</sup>.

O seu organograma inclui a “Biblioteca e Museu”, na dependência do Director de Ensino. Mas o quadro orgânico de pessoal não explicita qualquer categoria profissional dos museus, ou outra<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> - Portaria N°616/93, Diário da República N°151, I Série-B, de 30 de Junho de 1993, página 3592.

<sup>97</sup> - Decreto-lei N°302/88, Diário da República N°203, I Série, de 2 de Setembro de 1988, página 3626, conjugado com o Decreto-lei N°173/91, Diário da República N°108, I Série-A, de 11 de Maio de 1991, página 2548.

<sup>98</sup> - Portaria N°425/91, Diário da República N°119, I Série-B, de 24 de Maio de 1991, página 2827, conjugado com o Decreto Regulamentar N°44/94, Diário da República N°203, cit, Artigo 46°, página 5179.

<sup>99</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.704/A, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 26 de Novembro de 1993.

#### **1.4.1.2. Batalhão de Informações e Segurança Militar**

O Batalhão de Informações e Segurança Militar (BISM) localiza-se na Trafaria. A principal missão do BISM é ministrar cursos de qualificação e actualização a militares do Quadro Permanente, no âmbito das informações e segurança militar, e assegurar a investigação e o estudo das actividades de criptologia. Também adquire, produz, regista, guarda, conserva, prepara e distribui o material e documentação cripto a utilizar pelo Exército<sup>100</sup>:

O BISM é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa.

O seu organograma não considera a existência de museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>101</sup>. No entanto possui, desde 21 de Novembro de 1998, o “Museu do Criptólogo” General Silvino Silvério Marques.

#### **1.4.1.3. Centro de Audiovisuais do Exército**

O Centro de Audiovisuais do Exército (CAVE) localiza-se na Amadora. A principal missão do CAVE é assegurar a execução das actividades de produção dos meios auxiliares de instrução (didácticos) necessários ao Exército e obter, processar, catalogar e arquivar toda a imagem fixa, animada e virtual. Também se constitui como depositário de todos os arquivos de imagem fixa, animada ou virtual disponíveis no Exército<sup>102</sup>.

O CAVE está na dependência hierárquica do Comando da Instrução. O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>103</sup>. No entanto possui a “Secção Museológica do CAVE”.

Transitoriamente, também tutela o “Museu dos Comandos”. Prevê-se a transferência deste da Amadora para outra localidade onde seja aquartelada a Unidade de Comandos.

#### **1.4.1.4. Centro de Psicologia Aplicada do Exército**

O Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE) localiza-se em Lisboa. A principal missão do CPAE é estudar a aplicação da psicologia e da sociologia ao meio

---

<sup>100</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.207, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 12 de Outubro de 1993.

<sup>101</sup> - Idem.

<sup>102</sup> - Quadro Orgânico Nº 2.3.006, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 14 de Maio de 1999.

<sup>103</sup> - Idem.

militar. Também elabora e mantém actualizados os métodos e técnicas de classificação, orientação e selecção de pessoal, tendo em vista a adequação homem/função<sup>104</sup>.

O CPAE é um órgão que depende funcionalmente do Comando do Pessoal<sup>105</sup>.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>106</sup>. No entanto possui a “Biblioteca e Núcleo Museológico do CPAE”.

#### **1.4.1.5. Centro Militar de Educação Física e Desportos**

O Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD) localiza-se em Mafra. A principal missão do CMEFD é ministrar cursos e estágios de qualificação de educação física, equitação, esgrima e tiro desportivo a militares do Quadro Permanente. Também procede a estudos e experiências de carácter técnico nas áreas de educação física e de equitação<sup>107</sup>.

O CMEFD é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução<sup>108</sup>.

O seu organograma contempla o “Museu” (tem a designação de “Núcleo Museológico do Lagar de Azeite”), na dependência do Director de Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 oficial e 1 sargento, ambos em acumulação de funções, e 1 civil na categoria de auxiliar de serviços<sup>109</sup>.

#### **1.4.1.6. Colégio Militar**

O Colégio Militar (CM) localiza-se em Lisboa. A principal missão do CM é ministrar os cursos de ensino básico e secundário destinados a filhos de militares e civis, em regime de internato, ou semi-internato, e assegurar a sua formação militar base: moral, intelectual e física. Também integra nos seus cursos alunos estrangeiros, ao abrigo de acordos de Cooperação Internacionais<sup>110</sup>.

O CM é um estabelecimento de ensino militar que depende funcionalmente do Comando da Instrução.

---

<sup>104</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.830, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

<sup>105</sup> - Decreto Regulamentar N°44/94, Diário da República N°203, cit, Artigo 3º, página 5165.

<sup>106</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.830, cit.

<sup>107</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.202, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 4 de Março de 1994.

<sup>108</sup> - Decreto Regulamentar N°44/94, Diário da República N°203, cit, Artigo 46º, página 5179.

<sup>109</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.202, cit, página 4.

<sup>110</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.702, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 21 de Setembro de 1993.

O seu organograma contempla o “Museu e Arquivo Histórico” (para além deste, existem mais dois núcleos museológicos: o de “História Natural” e o de “Ciência”, ambos vocacionados para o apoio ao ensino das respectivas disciplinas), na dependência do Chefe do Serviço Escolar e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 conservador, 2 oficiais administrativos e 2 auxiliares de serviços<sup>111</sup>.

#### **1.4.1.7. Direcção dos Serviços de Saúde**

A Direcção dos Serviços de Saúde (DSS) localiza-se em Lisboa. A principal missão da DSS é propor e accionar a obtenção e a produção dos abastecimentos de saúde, assegurar a manutenção e superintender a sua gestão. Também colabora com a indústria nacional na investigação, desenvolvimento, ensaio e fabrico de novos materiais, equipamentos ou serviços de saúde, designadamente medicina, farmácia, medicina veterinária e medicina dentária<sup>112</sup>.

A DSS depende hierarquicamente do Comando da Logística.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>113</sup>. No entanto possui o “Museu da DSS”.

#### **1.4.1.8. Escola Militar de Electromecânica**

A Escola Militar de Electromecânica (EMEL) localiza-se em Paço d’Arcos. A principal missão da EMEL é ministrar cursos, tirocínios, formação e estágios de manutenção nas áreas de electricidade, electrónica, telecomunicações e sistemas de informação, termodinâmica, optrónica, mecânica de instrumentos de precisão, radares, mísseis e aviónicos. Também assegura actividades de investigação, desenvolvimento e de controlo de qualidade no fabrico ou recepção de novos sistemas/equipamentos ou serviços nas áreas de radares, mísseis, equipamentos eléctricos, aviónicos, electrónicos e optrónicos, de calor e frio, instrumentos de precisão, e sistemas de segurança e vigilância<sup>114</sup>.

---

<sup>111</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.702, cit., página 2.

<sup>112</sup> - Quadro Orgânico Nº 2.2.004, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 16 de Dezembro de 1994.

<sup>113</sup> - Idem.

<sup>114</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.130, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 3 de Setembro de 2004.

A EMEL é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa. Também depende tecnicamente do Comando da Logística e funcionalmente do Comando da Instrução<sup>115</sup>.

O seu organograma contempla a “Sub-seção de Museu e Biblioteca” (o museu tem a designação de “Museu da EMEL”), na dependência do Director de Formação e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 sargento, em acumulação de funções, 1 praça e 1 civil<sup>116</sup>.

#### **1.4.1.9. Escola Prática de Cavalaria**

A Escola Prática de Cavalaria (EPC) localiza-se em Santarém. A principal missão da EPC é ministrar cursos de promoção, de especialização ou qualificação e de actualização aos militares dos Quadros Permanentes. Também assegura tarefas de natureza técnica, emitindo estudos, pareceres e propostas relativos às tradições e história geral da Arma de Cavalaria, organização, doutrina, material e emprego das unidades da Arma<sup>117</sup>.

A EPC é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla o “Museu” (tem a designação de “Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia”), na dependência do Director de Estudos e Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 sargento, em acumulação de funções, e 1 praça<sup>118</sup>.

#### **1.4.1.10. Escola Prática de Infantaria**

A Escola Prática de Infantaria (EPI) localiza-se em Mafra. A principal missão da EPI é ministrar cursos de promoção, de especialização e de actualização aos militares do Quadro Permanente. Também assegura tarefas de natureza técnica, emitindo estudos, pareceres e propostas relativos às tradições e história geral da Arma de Infantaria, organização, doutrina, material e emprego das unidades da Arma<sup>119</sup>.

---

<sup>115</sup> - Decreto Regulamentar N°44/94, Diário da República N°203, cit, Artigo 18° e 46°, páginas 5170 e 5179.

<sup>116</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.130, cit, página 2.

<sup>117</sup> - Quadro Orgânico N° 7.6.500, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 31 de Julho de 1995.

<sup>118</sup> - Quadro Orgânico N° 7.6.500, cit, página 4.

<sup>119</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.110, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 21 de Setembro de 1993.

A EPI é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla o “Museu” (tem a designação de “Museu da EPI”), na dependência do Director de Estudos e Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 sargento, em acumulação de funções, e 1 praça<sup>120</sup>.

#### **1.4.1.11. Escola de Sargentos do Exército**

A Escola de Sargentos do Exército (ESE) localiza-se nas Caldas da Rainha. A principal missão da ESE é ministrar o Curso de Formação de Sargentos e o de Promoção a Sargento-Chefe. Também integra nos seus cursos e estágios alunos estrangeiros, ao abrigo dos acordos internacionais de cooperação<sup>121</sup>.

A ESE é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas. No entanto possui a “Sala de Honra” da ESE.

#### **1.4.1.12. Escola Superior Politécnica do Exército**

A Escola Superior Politécnica do Exército (ESPE) localiza-se na Amadora. A principal missão da ESPE é ministrar os cursos de formação de oficiais dos Quadros Técnicos. Também garante a sua formação intelectual, moral e física<sup>122</sup>.

A ESPE é um estabelecimento militar de ensino superior politécnico. Está na dependência funcional do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla a “Biblioteca e Museu” (tem a designação de “Museu da ESPE”), na dependência do Director de Ensino e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 oficial, em acumulação de funções, e 3 civis<sup>123</sup>.

#### **1.4.1.13. Instituto de Odivelas**

O Instituto de Odivelas (IO) localiza-se em Lisboa. A principal missão do IO é ministrar os cursos de ensino básico e secundário a filhas de militares e civis em regime

---

<sup>120</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.110, cit, página 6.

<sup>121</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.706, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1de Julho de 1993.

<sup>122</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.7.705, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 22 de Julho de 2004, página 2.

<sup>123</sup> - Idem, página 5.

de internato, e assegurar a sua preparação militar geral em regime de voluntariado. Também integra nos seus cursos alunas estrangeiras, ao abrigo de acordos de cooperação internacionais<sup>124</sup>.

O IO é um estabelecimento de ensino militar que depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla o “Museu e Arquivo Histórico”, na dependência do Chefe do Serviço Escolar e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 conservador, 1 oficial administrativo e 1 auxiliar de serviços<sup>125</sup>.

#### **1.4.1.14. Instituto Geográfico do Exército**

O Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) localiza-se em Lisboa. A principal missão do IGeoE é assegurar a execução de actividades relacionadas com a ciência geográfica, a técnica cartográfica e a promoção e desenvolvimento de acções de investigação científica e tecnológica no domínio da geomática. Também executa actividades relativas ao intercâmbio de documentação e informação geográfica militar com países aliados ou amigos e à política geográfica OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)<sup>126</sup>.

O IGeoE está na dependência hierárquica do Comando da Logística.

O seu organograma contempla a “Cartoteca, Fototeca e Museu” (tem a designação de “Museu da Cartografia”), na dependência do Chefe do Centro de Documentação Geográfica Militar. O quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 oficial, 1 soldado e 2 civis<sup>127</sup>.

#### **1.4.1.15. Instituto Militar dos Pupilos do Exército**

O Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE) localiza-se em Lisboa. A principal missão do IMPE é ministrar os cursos de ensino básico, secundário e superior politécnico (este último, nas áreas de: Contabilidade e Administração; e de Engenharia, em vários dos seus ramos), destinados a filhos de militares e civis, em regime de internato, ou semi-internato, e assegurar a sua formação militar base: moral, intelectual

---

<sup>124</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.701, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Julho de 1993.

<sup>125</sup> - Idem, página 2.

<sup>126</sup> - Quadro Orgânico Nº 2.2.013, Instituto Geográfico do Exército, de 27 de Abril de 2004.

<sup>127</sup> - Idem, página 5.



e física. Também integra nos seus cursos alunos estrangeiros, ao abrigo de acordos de cooperação internacionais<sup>128</sup>.

O IMPE é um estabelecimento de ensino militar que está na dependência funcional do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla o “Museu e Arquivo Histórico”, na dependência do Chefe do Serviço Escolar e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 conservador, 1 oficial administrativo e 1 auxiliar de serviços<sup>129</sup>.

#### **1.4.1.16. Manutenção Militar**

A Manutenção Militar (MM) é um Estabelecimento Fabril do Exército com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. No entanto, tem dependência funcional do Comando da Logística.

A sua sede localiza-se em Lisboa. A principal missão da MM é apoiar o Exército nas actividades de fabrico e de apoio logístico nas classes de víveres, combustíveis e lubrificantes, artigos de cantina e expediente e impressos. Também apoia actividades de pesquisa e instrução no âmbito do Serviço de Intendência e assegura o apoio logístico às Forças Nacionais Destacadas em países estrangeiros, em missões de paz<sup>130</sup>.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico). No entanto, no Gabinete de Apoio à Direcção possui um(a) técnico(a) superior com licenciatura em História.

A MM tem a “Sala de Exposições Coronel Luís António Vasconcelos Dias”, onde está essencialmente preservado algum património material da sua actividade comercial e industrial.

#### **1.4.1.17. Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento**

As Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE) são igualmente um Estabelecimento Fabril do Exército, dependendo também funcionalmente do Comando da Logística.

A localização da sua sede é identicamente em Lisboa. A principal missão das OGFE é prestar apoio logístico ao Exército, em actividades comerciais e industriais, designadamente em artigos de uniforme e de equipamento diverso, produzidos ou não

---

<sup>128</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.700, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 21 de Setembro de 1993.

<sup>129</sup> - Idem, página 3.

<sup>130</sup> - Disponível em: <http://www.exercito.pt/portal/exercito>

nas suas fábricas. Também pode apoiar outros ramos das Forças Armadas, as Forças de Segurança, o Serviço Nacional de Protecção Civil, os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e as Forças Nacionais Destacadas em missões internacionais. Ainda pode desenvolver acções de pesquisa e estudo em actividades de logística e de instrução<sup>131</sup>.

O seu organograma contempla o “Centro Museológico e de Documentação”, na dependência do Director das OGFE<sup>132</sup>. O quadro orgânico de pessoal prevê um(a) técnico(a) superior especialista, com licenciatura em História.

Aquele Centro é composto por “Biblioteca, Arquivo e Núcleos Museológicos N°1 e N°2”, onde se encontra a memória desse estabelecimento. Tem ainda a seu cargo a dinamização do espaço cultural do Centro Comercial.

#### **1.4.1.18. Regimento de Artilharia Anti-aérea N°1**

O Regimento de Artilharia Anti-aérea N°1 (RAA1) localiza-se em Queluz. A principal missão do RAA1 é ministrar cursos de promoção, de formação, de especialização ou qualificação e de actualização aos militares dos Quadros Permanentes. Emite também pareceres e propostas relativas às tradições, história, organização, doutrina, material e emprego tático das unidades de artilharia anti-aérea<sup>133</sup>.

O RAA1 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>134</sup>. No entanto possui o “Museu da Artilharia Anti-aérea”.

#### **1.4.1.19. Regimento de Engenharia N°1**

O Regimento de Engenharia N°1 (RE1) localiza-se na Pontinha. A principal missão do RE1 é assegurar o apoio a infra-estruturas a todas as U/E/O da componente territorial do Exército e apoiar na formação das especialidades das construções os oficiais e sargentos dos quadros de Engenharia. Também organiza, treina e mantém as forças

---

<sup>131</sup> - Disponível em: <http://www.exercito.pt/portal/exercito>

<sup>132</sup> - Desde 2005, passou a denominar-se “Centro Museológico, Documentação e Imagem”.

<sup>133</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.204, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 30 de Setembro de 1993.

<sup>134</sup> - Idem.

operacionais que lhe forem fixadas e participa em operações de paz ou em missões do âmbito da cooperação técnico-militar, conforme lhe for determinado<sup>135</sup>.

O RE1 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>136</sup>. No entanto, através de um protocolo estabelecido entre o Regimento e a Comissão Instaladora do Município de Odivelas (actualmente Câmara Municipal de Odivelas) foi criado o “Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas”.

#### **1.4.1.20. Regimento de Infantaria N°1**

O Regimento de Infantaria N°1 (RI1) localiza-se em Queluz. A principal missão do RI1 é aprontar, manter e treinar as forças operacionais atribuídas. É actualmente o Centro de Instrução Nacional de qualificação da tropa especial “Comando”<sup>137</sup>.

O RI1 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa. Também depende funcional e tecnicamente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>138</sup>. No entanto possui o “Núcleo Museológico do RI1”.

#### **1.4.1.21. Regimento de Lanceiros N°2**

O Regimento de Lanceiros 2 (RL2) localiza-se em Lisboa. A principal missão do RL2 é ministrar instrução aos efectivos superiormente fixados e em especialidades que lhe forem determinadas. Também organiza, treina e mantém dois Esquadrões de Polícia do Exército para o Governo Militar de Lisboa e um terceiro para o Corpo de Exército<sup>139</sup>.

O RL2 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa.

---

<sup>135</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.340, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 21 de Novembro de 1997.

<sup>136</sup> - Idem.

<sup>137</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.310, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993; e disponível em: <http://www.exercito.pt/portal/exercito>

<sup>138</sup> - Idem.

<sup>139</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.333, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 13 de Outubro de 1998.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>140</sup>. No entanto possui o “Museu do RL2”.

#### **1.4.1.22. Regimento de Transmissões**

O Regimento de Transmissões (RTm) localiza-se em Lisboa. A principal missão do RTm é garantir as ligações permanentes privadas do Exército, bem como a interligação com os sistemas que lhe são exteriores. Também assegura o fluxo da informação, garantindo a sua recepção, tratamento, protecção, transporte e distribuição, e ainda a segurança das comunicações<sup>141</sup>.

O RTm é uma unidade que está na dependência hierárquica do Governo Militar de Lisboa. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>142</sup>. No entanto possui o “Museu das Transmissões”.

#### **1.4.2. Na Região Militar do Norte**

A Região Militar do Norte, com sede no Porto, abrange: os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Aveiro e Coimbra; e os concelhos de Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pedrógão Grande, Pombal e Porto Mós, do distrito de Leiria<sup>143</sup>. As suas U/E/O que declararam possuir museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, são descritas em seguida e também caracterizadas pela: localização, missão, dependência hierárquica, entre outras, e organograma.

##### **1.4.2.1. Centro de Instrução de Operações Especiais**

O Centro de Operações Especiais (CIOE) localiza-se em Lamego. A principal missão do CIOE é organizar, treinar e manter as forças operacionais superiormente fixadas. Também assegura a emissão de pareceres e propostas relativos à história e

---

<sup>140</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.333, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 13 de Outubro de 1998.

<sup>141</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.350, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 21 de Setembro de 1993.

<sup>142</sup> - Idem.

<sup>143</sup> - Diário da República N°151, cit.

tradições das operações não convencionais, à organização, à doutrina, ao material e emprego das forças de operações especiais e forças irregulares<sup>144</sup>.

O CIOE é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Norte.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>145</sup>. No entanto possui o “Museu do CIOE”.

#### **1.4.2.2. Escola Prática de Transmissões**

A Escola Prática de Transmissões (EPT) localiza-se no Porto. A principal missão da EPT é ministrar cursos de formação, promoção, qualificação e actualização a militares dos Quadros Permanentes. Também assegura tarefas de natureza técnica, emitindo estudos, pareceres e propostas relativos às tradições e história geral da Arma de Transmissões, organização, doutrina, material e emprego das unidades da Arma. Ainda organiza, treina e mantém as forças de um Batalhão de Transmissões e de um Pelotão de Guerra Electrónica<sup>146</sup>.

A EPT é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Norte. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla o “Museu” (tem a designação de “Museu da EPT”), na dependência do Director de Estudos e Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 oficial e 1 sargento, ambos em acumulação de funções, e 1 praça<sup>147</sup>.

#### **1.4.2.3. Escola Prática do Serviço de Transportes**

A Escola Prática do Serviço de Transportes (EPST) localiza-se na Figueira da Foz. A principal missão da EPST é ministrar cursos de formação, promoção, qualificação e actualização no âmbito de transportes a militares dos Quadros Permanentes e elaborar estudos e pareceres sobre organização, especificações técnicas de equipamentos e material, doutrina de emprego, tradições e história geral do Serviço<sup>148</sup>.

---

<sup>144</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.101, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 13 de Setembro de 1996.

<sup>145</sup> - Idem.

<sup>146</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.150, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

<sup>147</sup> - Idem, página 5.

<sup>148</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.190, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 25 de Outubro de 1993.

A EPST é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Norte. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla o “Museu” (tem a designação de “Museu da EPST”), na dependência do Director de Estudos e Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 2 sargentos e 1 praça, todos em acumulação de funções<sup>149</sup>.

#### **1.4.2.4. Regimento de Artilharia Nº5**

O Regimento de Artilharia Nº5 (RA5) localiza-se em Vila Nova de Gaia, mais propriamente na Serra do Pilar. A principal missão do RA5 é ministrar instrução de artilharia de campanha rebocada e organizar, treinar e manter as forças operacionais de escalão Grupo 10,5 cm rebocado<sup>150</sup>.

O RA5 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Norte.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>151</sup>. No entanto possui o “Museu da Serra do Pilar”.

#### **1.4.2.5. Regimento de Infantaria Nº13**

O Regimento de Infantaria Nº13 (RI13) localiza-se em Vila Real. A principal missão do RI13 é ministrar instrução aos efectivos superiormente fixados e em especialidades que lhe forem determinadas. Também organiza, treina e mantém as forças operacionais de infantaria de escalão Batalhão para a Brigada Ligeira de Intervenção<sup>152</sup>.

O RI13 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Norte. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>153</sup>. No entanto considera a sua “Sala de Honra” um museu.

---

<sup>149</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.190, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 25 de Outubro de 1993, página 3.

<sup>150</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.321, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 30 de Setembro de 1993.

<sup>151</sup> - Idem.

<sup>152</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.314, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993.

<sup>153</sup> - Idem.

#### **1.4.2.6. Regimento de Infantaria Nº14**

O Regimento de Infantaria Nº14 (RI14) localiza-se em Viseu. A principal missão do RI14 é ministrar instrução aos efectivos superiormente fixados e em especialidades que lhe forem determinadas<sup>154</sup>.

O RI14 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Norte. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>155</sup>. No entanto possui o “Museu do RI14”.

#### **1.4.3. Na Região Militar do Sul**

A Região Militar do Sul, com sede em Évora, abrange: os distritos de Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro; os concelhos de Abrantes (com excepção das freguesias do Tramagal, São Miguel do Rio Torto e Bemposta), Alcanena, Chamusca (com excepção das áreas das freguesias de Pinheiro Grande e Carregueira, atribuídos ao Campo Militar de Santa Margarida, e das freguesias de Chouto e Ulme), Constância (com excepção da freguesia de Santa Margarida da Coutada), Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém, do distrito de Santarém; e os concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Grândola e Sines, do distrito de Setúbal<sup>156</sup>. As suas U/E/O que declararam possuir museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, são descritas em seguida e caracterizadas igualmente pela: localização, missão, dependência hierárquica, entre outras, e organograma.

##### **1.4.3.1. Escola Prática de Artilharia**

A Escola Prática de Artilharia (EPA) localiza-se em Vendas Novas. A principal missão da EPA é ministrar cursos de promoção, de especialização e de actualização aos militares do Quadro Permanente. Também assegura tarefas de natureza técnica, emitindo estudos, pareceres e propostas relativos às tradições e história geral da Arma de Artilharia, organização, doutrina, material e emprego das unidades da Arma<sup>157</sup>.

---

<sup>154</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.315, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993.

<sup>155</sup> - Idem.

<sup>156</sup> - Diário da República Nº151, cit.

<sup>157</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.120, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993.

A EPA é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Sul. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla a “Secção Museológica” (tem a designação de “Museu da EPA”), na dependência do Director de Estudos e Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 oficial e 1 sargento, ambos em acumulação de funções, e 1 praça<sup>158</sup>.

#### **1.4.3.2. Escola Prática de Engenharia**

A Escola Prática de Engenharia (EPE) localiza-se em Tancos. A principal missão da EPE é ministrar cursos de promoção, de especialização e de actualização aos militares do Quadro Permanente. Também assegura tarefas de natureza técnica, emitindo estudos, pareceres e propostas relativos às tradições e história geral da Arma de Engenharia, organização, doutrina, material e emprego das unidades da Arma. Ainda organiza, treina e mantém unidades de engenharia nas valências de: pontes; defesa nuclear, biológica e química; engenharia e construções<sup>159</sup>.

A EPE é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Sul. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla o “Museu” (tem a designação de “Museu da EPE”), na dependência do Director de Estudos e Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 oficial e 1 sargento, ambos em acumulação de funções, e 1 praça<sup>160</sup>.

#### **1.4.3.3. Escola Prática do Serviço de Material**

A Escola Prática do Serviço de Material (EPSM) localiza-se no Entroncamento. A principal missão da EPSM é ministrar cursos de promoção, de especialização e de actualização aos militares do Quadro Permanente. Também assegura tarefas de natureza técnica, emitindo estudos, pareceres e propostas relativos às tradições e história geral do Serviço de Material, organização, doutrina, material e emprego das unidades do Serviço<sup>161</sup>.

---

<sup>158</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.120, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993, página 4.

<sup>159</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.140, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 26 de Novembro de 1993.

<sup>160</sup> - Idem, página 5.

<sup>161</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.160, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 21 de Setembro de 1993.



A EPSM é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Sul. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma contempla o “Museu” (tem a designação de “Museu da EPSM”), na dependência do Director de Estudos e Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 sargento em acumulação de funções e 1 praça<sup>162</sup>.

#### **1.4.3.4. Regimento de Cavalaria Nº3**

O Regimento de Cavalaria Nº3 (RC3) localiza-se em Estremoz. A principal missão do RC3 é ministrar instrução aos efectivos que lhe forem superiormente fixados e organizar, treinar e manter as forças operacionais de Cavalaria, designadamente de reconhecimento<sup>163</sup>.

O RC3 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Sul. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>164</sup>. No entanto considera o “Salão Nobre” o seu núcleo museológico.

#### **1.4.3.5. Regimento de Infantaria Nº2**

O Regimento de Infantaria Nº2 (RI2) localiza-se em Abrantes. A principal missão do RI2 é ministrar instrução aos efectivos superiormente fixados e em especialidades que lhe forem determinadas<sup>165</sup>.

O RI2 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Sul. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>166</sup>. No entanto considera a “Sala de Honra” o seu núcleo museológico.

---

<sup>162</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.160, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 21 de Setembro de 1993, página 5.

<sup>163</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.330, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993.

<sup>164</sup> - Idem.

<sup>165</sup> - Quadro Orgânico Nº 5.8.311, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993.

<sup>166</sup> - Idem.

#### **1.4.3.6. Regimento de Infantaria N°3**

O Regimento de Infantaria N°3 (RI3) localiza-se em Beja. A principal missão do RI3 é ministrar instrução aos efectivos superiormente fixados e em especialidades que lhe forem determinadas<sup>167</sup>.

O RI3 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando da Região Militar do Sul. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>168</sup>. No entanto considera a “Sala de História” o seu núcleo museológico.

#### **1.4.4. No Campo Militar de Santa Margarida – Regimento de Cavalaria N°4**

O Campo Militar de Santa Margarida abrange: do concelho de Constância, a freguesia de Santa Margarida da Coutada; do concelho de Abrantes, as freguesias do Tramagal, de São Miguel do Rio Torto e da Bemposta; do concelho da Chamusca, as freguesias de Pinheiro Grande e da Carregueira, com excepção das respectivas áreas a noroeste da estrada nacional n° 118 (Chamusca-Arrepiado), e as freguesias de Chouto e Ulme<sup>169</sup>.

A única Unidade que declarou possuir museu, núcleo museológico, ou outra denominação, foi o Regimento de Cavalaria N°4 (RC4). A principal missão é ministrar instrução de viaturas blindadas de combate e especiais, e organizar, treinar e manter as forças operacionais de escalão Grupo de Carros de Combate e de Esquadrão de Reconhecimento<sup>170</sup>.

O RC4 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando do Campo Militar de Santa Margarida. Também depende funcionalmente do Comando da Instrução.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>171</sup>. No entanto possui o “Museu do RC4”.

---

<sup>167</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.313, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993.

<sup>168</sup> - Idem.

<sup>169</sup> - Diário da República N°151, cit.

<sup>170</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.331, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993.

<sup>171</sup> - Idem.

#### **1.4.5. No Comando das Tropas Aerotransportadas**

O Comando das Tropas Aerotransportadas tem na sua dependência orgânica duas unidades que declararam possuir museu, núcleo museológico, ou outra denominação: a Escola das Tropas Aerotransportadas e o Regimento de Infantaria N°15.

##### **1.4.5.1. Escola de Tropas Aerotransportadas**

A Escola de Tropas Aerotransportadas (ETAT) localiza-se em Tancos. A principal missão da ETAT é ministrar instrução a quadros e praças do Exército para formar, aprontar e manter as tropas aerotransportadas e garantir a prontidão dos seus encargos operacionais. Também elabora estudos e experiências de carácter orgânico, tático e técnico<sup>172</sup>.

A ETAT é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando das Tropas Aerotransportadas. Também depende tecnicamente do Comando da Instrução<sup>173</sup>.

O seu organograma contempla a “Biblioteca e Museu” (tem a designação de “Museu das Tropas Pára-quedistas”), na dependência do Director de Estudos e Instrução e o quadro orgânico de pessoal prevê os seguintes efectivos: 1 sargento e 2 praças<sup>174</sup>.

##### **1.4.5.2. Regimento de Infantaria N°15**

O Regimento de Infantaria N°15 (RI15) localiza-se em Tomar. A sua principal missão desde 1996 é organizar, manter e treinar, com os graus de prontidão estabelecidos, as forças operacionais atribuídas, designadamente as tropas aerotransportadas de escalão Batalhão<sup>175</sup>.

O RI15 é uma unidade que está na dependência hierárquica do Comando das Tropas Aerotransportadas.

O seu organograma não contempla um museu (ou núcleo museológico) e, por conseguinte, não dispõe organicamente de recursos humanos, entre outros, afectos às actividades museológicas<sup>176</sup>. No entanto considera possuir o “Museu do RI15”.

---

<sup>172</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.200, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 10 de Dezembro de 1993.

<sup>173</sup> - Decreto Regulamentar N°44/94, Diário da República N°203, cit, Artigo 46º, página 5179.

<sup>174</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.200, cit, página 16.

<sup>175</sup> - Disponível em: <http://www.exercito.pt/portal/exercito>

<sup>176</sup> - Quadro Orgânico N° 5.8.316, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993.

## **2. Dois museus de tutela não militar e com colecções militares**

Os dois museus seleccionados de tutela não militar e com colecções militares foram os seguintes: o Museu Municipal de Torres Vedras e o Museu da Fundação da Casa de Bragança. Porquê foram escolhidos dois e estes?

Para responder à primeira pergunta, recorde-se que o enquadramento organizacional de unidades museológicas e paramuseológicas com colecções militares é o objecto do presente capítulo. Anteriormente apresentou-se o enquadramento do Exército, bastante representativo da Administração Central do Estado. Faltava eger uma tutela que fosse ou da Administração Regional ou da Administração Local, e uma outra, a Privada. Atendendo à dimensão, variedade e expressão museológica no contexto nacional, territorial e populacional, optou-se pela Administração Local, em detrimento da Regional, onde obviamente estão inseridas as autarquias. Desta forma se justifica a inclusão deste tipo de tutela, para além da administração central e da privada.

Mas essa condição, sendo necessária, não era contudo suficiente. A sua conjugação tinha de ser feita com base em património material e que fosse significativamente representativo da história do Exército e do País. Através das colecções de alguns museus e da sua importância para a compreensão da história, em particular da militar, valorizou-se o armamento e o interesse de determinada região, território ou sítio.

Assim, considerando os pressupostos anteriormente definidos, seleccionou-se:

- O Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras, essencialmente pelo valor patrimonial, histórico e cultural militar da região e por estar na dependência de uma autarquia;

- O Museu da Fundação da Casa de Bragança, especialmente pelo valor patrimonial e histórico da sua colecção de armaria e por estar na dependência de uma entidade privada.

### **2.1. Museu de tutela autárquica – Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras**

#### **2.1.1. Antecedentes**

O Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras, foi fundado em 21 de Junho de 1929<sup>177</sup>. Provisoriamente, a sua sede ficara instalada nas salas da Irmandade dos Clérigos Pobres. Posteriormente, por se mostrarem exíguas aquelas instalações, face ao acréscimo dos materiais a expor, o Museu foi transferido em Março de 1944 para a

---

<sup>177</sup> - Regulamento do Museu Municipal de Torres Vedras, 21 de Junho de 1929.

antiga sede da Santa Casa da Misericórdia. Aí permaneceu até que, por razões deficitárias de segurança do seu acervo e de museografia, em 8 de Julho de 1989 a Câmara Municipal apresentou publicamente o projecto da sua reinstalação no antigo Convento da Graça<sup>178</sup>.

Desde 1994 – ano da sua reabertura ao público – que se encontra aí em funcionamento.

### 2.1.2. Evolução da missão e da orgânica

O Museu Municipal, desde a sua criação em 1929 teve um regulamento onde vinham definidas as competências do director e o modo de funcionamento (estipulando dias e horas de abertura ao público e alguns procedimentos administrativos).

Desde 1992 que estão em vigor as suas “Normas Internas”, cujo documento estipula o seguinte: “O Museu Municipal de Torres Vedras é um museu de Arqueologia e História, que se destina a contribuir para o estudo das origens e evolução histórica do Homem, na região, através da recolha, estudo e exposição de objectos arqueológicos, históricos, etnográficos e artísticos.”<sup>179</sup>

O actual organograma da sua estrutura superior tem a seguinte configuração:

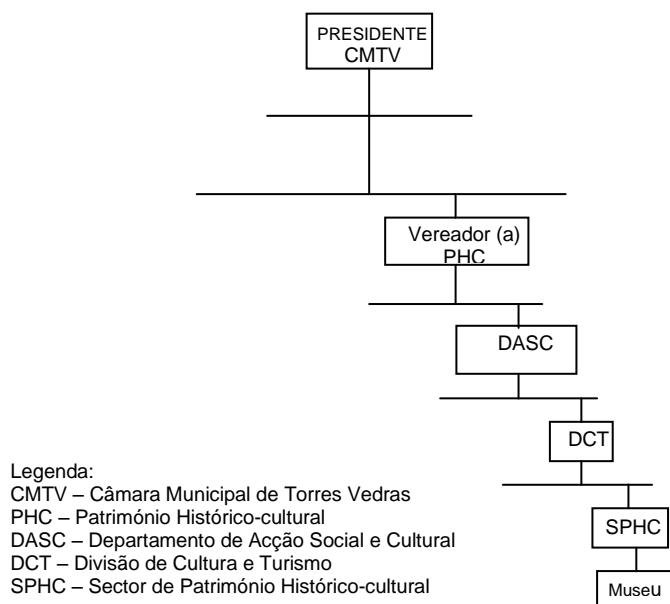


Figura N°7 – Organograma da estrutura superior do Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras.

<sup>178</sup> - JÚNIOR, Leonel Trindade, e LUNA, Isabel de (1990), *Museu Municipal de Torres Vedras – cem mil anos de história, sessenta anos de vida*, Torres Cultural, Revista Semestral, N°3, Janeiro de 1990, páginas 38-41.

<sup>179</sup> - Normas Internas do Museu Municipal de Torres Vedras (1992), ponto 2.

As suas áreas de actuação abrangem o serviço de conservação e restauro, o serviço de inventariação e classificação, a exposição permanente, o centro de documentação e divulgação, o serviço de arqueologia, o serviço educativo, a animação e extensão cultural, o apoio administrativo, a recepção e vigilância e a limpeza<sup>180</sup>.

O seu quadro orgânico de pessoal inclui: 1 conservador(a), 1 técnico(a) superior de conservação e restauro, 2 técnicos profissionais de museografia, 1 assistente arqueólogo(a), 1 assistente administrativo(a), 1 auxiliar administrativo(a) e 1 auxiliar de serviços gerais, totalizando 8 profissionais. Actualmente o quadro está preenchido.

## **2.2. Museu de tutela privada – Museu da Fundação da Casa de Bragança**

### **2.2.1. Antecedentes**

Deveu-se a D. Manuel II, por via testamentária de 20 de Setembro de 1915, a intenção de se criar o “Museu da Casa de Bragança”, em simples propriedade, através de uma Fundação. Porém, por vicissitudes diversas, o “Museu e Biblioteca da Casa de Bragança” foi instituído por diploma legal apenas em 21 de Novembro de 1933, pela criação da Fundação da Casa de Bragança nessa mesma data<sup>181</sup>.

Na década de 40 do século passado, a instalação do “Museu e Biblioteca” no Paço Ducal de Vila Viçosa só ocorreu depois de concluídas as obras de grande reparação<sup>182</sup>.

Além da biblioteca camoniana, entre outro património diverso, a Fundação também mantém cinco núcleos museológicos no Paço: andar nobre, armaria, tesouro, carruagens e porcelana azul e branca da China<sup>183</sup>.

### **2.2.2. Evolução da missão e da orgânica**

O Museu da Fundação da Casa de Bragança tem a missão de conservar, valorizar e incrementar o património cultural a seu cargo, constituído por bens móveis e imóveis de inestimável valor histórico e artístico.

Para efeitos de administração dos bens da Fundação, a sua orgânica interna evoluiu do seguinte modo:

- Entre 1933 e 1944, a Junta da Casa de Bragança, composta por sete membros, era simultaneamente órgão administrativo e executivo;

<sup>180</sup> - Normas Internas do Museu Municipal de Torres Vedras (1992), ponto 5.

<sup>181</sup> - Decreto-lei N°23240, Diário do Governo N°266, I Série, de 21 de Novembro de 1933, página 266.

<sup>182</sup> - Decreto-lei N°33726, Diário do Governo N°132, I Série, de 21 de Junho de 1944, página 526.

<sup>183</sup> - Disponível em: <http://www.fcbraganca.pt>

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- Depois de 1944, verificou-se a separação de competências: a Junta era o órgão representativo da Fundação, e o conselho administrativo geria o seu património e submetia à Junta, até 31 de Março de cada ano, as contas de gerência do ano anterior<sup>184</sup>.

No período compreendido entre 1935 e 1945 o museu tinha o seguinte quadro de pessoal: 1 director-conservador, 1 escriturário e 2 guardas-serventes. Actualmente, aquele inclui: 1 técnico(a) superior, 2 técnicos de museologia – estando um deles em dedicação exclusiva à colecção de armaria –, 2 auxiliares de museografia, 12 guardas-guias – incluindo um chefe de pessoal e um responsável pela segurança – 7 guardas-nocturnos, 1 funcionário (a) administrativo(a) e 5 auxiliares de serviços gerais, totalizando 30 profissionais<sup>185</sup>.

---

<sup>184</sup> - Diário do Governo N°132, cit.

<sup>185</sup> - MONGE, Maria de Jesus (2004), Comunicação apresentada nas *II Jornadas do Património de Vila Viçosa*, Novembro de 2004.

**CAPÍTULO II - DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES MUSEOLÓGICAS E PARAMUSEOLÓGICAS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, DO MUSEU MUNICIPAL LEONEL TRINDADE E DO MUSEU DA FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA.**

**1. O questionário como ferramenta de diagnóstico e os sete parâmetros de análise**

De forma a obterem-se dados para fins estatísticos sobre a realidade das unidades museológicas do Exército Português e por aqueles não existirem na DDHM<sup>186</sup>, optou-se pelo método do questionário dirigido a todas as U/E/O que, para além dos 7 museus militares<sup>187</sup>, também declararam, por via oficial<sup>188</sup>, possuir museu, núcleo museológico, ou outra denominação, complementado por visitas e entrevistas a alguns dos seus responsáveis directos e cujos resultados estarão retratados mais adiante, quando se proceder à análise qualitativa da amostra em estudo.

O Museu Municipal Leonel Trindade, da Administração Local, e o Museu da Fundação da Casa de Bragança, de tutela privada, foram incluídos igualmente nesse processo de recolha de dados e, para além das condições referidas no primeiro capítulo,<sup>189</sup> também pelos seguintes factores:

- Integram a Rede Portuguesa de Museus;
- Têm profissionais formados em museologia e/ou museografia nos seus quadros;
- Pertencem a uma estrutura organizacional superiormente definida;
- Servirão de referencial em alguns quesitos para se determinar o posicionamento relativo das unidades museológicas e paramuseológicas do Exército;
- Poderão integrar uma rede de museus do Exército.

Uma vez que o universo<sup>190</sup> ficou definido por 44 U/E/O do Exército<sup>191</sup> e dois museus de outras duas tutelas<sup>192</sup>, e atendendo às semelhanças e diferenças da sua natureza, dimensão e características, os casos foram organizados em três grupos:

---

<sup>186</sup> - O Observatório das Actividades Culturais disponibilizou em Fevereiro de 2005 alguns dados sobre 26 museus de tutela militar - não exclusiva do Exército - e que se encontram no ANEXO 3.

<sup>187</sup> - Os sete museus militares dependentes funcionalmente da DDHM são: Museu Militar, Museu Militar do Porto, Museu Militar de Bragança, Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge, Museu Militar de Coimbra, Museu Militar da Madeira e Museu Militar dos Açores.

<sup>188</sup> - Foram enviadas da Academia Militar dez Notas para todos os Comandos do Exército (ANEXO 2).

<sup>189</sup> - Ver Capítulo 1, página 44.

<sup>190</sup> - Do ponto de vista estatístico, *Universo* é o conjunto de valores de uma variável sobre a qual pretendemos tirar conclusões, em: HILL, Manuela Magalhães, e HILL, Andrew (2002), *Investigação Por Questionário*, 2ª Edição, Edições Sílabo, página 41.

<sup>191</sup> - 7 (sete) Museus Militares, 22 (vinte e dois) do Governo Militar de Lisboa, 6 (seis) da Região Militar do Norte, 6 (seis) da Região Militar do Sul, 1 (um) do Campo Militar de Santa Margarida e 2 (dois) do Comando das Tropas Aerotransportadas, todos sob tutela da Administração Central.



- Um primeiro grupo, composto pelos 7 museus militares na dependência funcional da DDHM;

- Um outro grupo, formado pelas 37 U/E/O com museu, núcleo museológico, ou outra denominação;

- O terceiro e último grupo, constituído pelos 2 museus de tutela não militar e com colecções militares.

De seguida, construiu-se um questionário para cada grupo – ver Apêndices 1, 2 e 3, respectivamente. No entanto, quer na forma quer em muito do seu conteúdo há semelhanças.

Assim, quanto à forma, os três grupos de questionários têm duas secções:

- A primeira secção caracteriza-se essencialmente por ter perguntas de tipo “abertas”<sup>193</sup>;

- A segunda, organizada em duas partes, é principalmente constituída por perguntas de tipo “fechadas”<sup>194</sup>.

Relativamente ao seu conteúdo, a metodologia seguida foi a seguinte:

- Listaram-se todas as variáveis da investigação, havendo diferenças em número pelos três grupos – 144 variáveis no primeiro grupo, 147 no segundo e 122 no terceiro;

- Verificou-se a necessidade de desdobrar algumas perguntas, de forma a obterem-se diferentes indicadores sobre uma mesma variável;

- Escreveu-se uma versão inicial para cada pergunta,

- Verificou-se se as escalas de medida (nominais e ordinais, estas últimas ainda se dividem em escalas de intervalo e de rácio) utilizadas para aplicar as técnicas estatísticas eram adequadas para testar a hipótese<sup>195</sup> estabelecida;

- Em algumas perguntas estabeleceu-se o intervalo de cinco anos, contados entre 1999 e 2003, considerando-se ser o espaço de tempo necessário e suficiente para se obterem indicadores fiáveis e, simultaneamente, não ser obstáculo aos respondentes na busca de dados para preencherem o questionário;

- Reviram-se as perguntas iniciais e chegou-se a uma versão final para incorporar no questionário;

---

<sup>192</sup> - Museu Municipal Leonel Trindade, da Câmara Municipal de Torres Vedras, sob tutela da Administração Local; e Museu da Fundação da Casa de Bragança, sob tutela Privada.

<sup>193</sup> - Este tipo de perguntas requer uma resposta construída e escrita pelo respondente. Ver: HILL, Manuela Magalhães, e HILL, Andrew, op.cit, página 93.

<sup>194</sup> - Este tipo de perguntas requer que o respondente tenha de escolher entre respostas alternativas fornecidas. Ver: HILL, Manuela Magalhães, e HILL, Andrew, op.cit.

<sup>195</sup> - Recorde-se que a hipótese geral é: “Quais serão as linhas orientadoras e condicionamentos associados à constituição de uma rede de museus para o Exército Português?”

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- Escreveram-se algumas instruções associadas às perguntas onde se informava o respondente como deveria responder;

- Pediu-se a colaboração a três pessoas para lerem e darem a sua opinião sobre a clareza e compreensão;

- Procedeu-se a uma ligeira rectificação;

- Redigiu-se a introdução;

- Submeteu-se ao orientador da tese para a sua aprovação;

- Difundiou-se pelo correio, entre 3 e 5 de Maio de 2004.

Apesar de ter sido fixada uma data limite de devolução ao signatário, esse prazo foi largamente ultrapassado em alguns casos e, excepcionalmente, poucos não responderam ao questionário. Os destinatários pertencentes ao primeiro e terceiro grupos responderam na totalidade, pelo que a sua amostra atingiu 100% de representatividade. Do segundo grupo, a amostra alcançou 70% dum total de 37 U/E/O (isto é, 26), assim distribuídos:

- 77% dum total de 22 U/E/O (isto é, 17) do Governo Militar de Lisboa;

- 50% dum total de 6 U/E/O (isto é, 3) da Região Militar do Norte;

- 50% dum total de 6 U/E/O (isto é, 3) da Região Militar do Sul;

- 100% dum total de 1 U/E/O do Campo Militar de Santa Margarida;

- e 100% dum total de 2 U/E/O, do Comando das Tropas Aerotransportadas.

Por fim, ou por telefone ou por contactos pessoais, esclareceram-se algumas dúvidas ao nível das respostas, das quais resultaram alterações pontuais no preenchimento de determinados campos.

De seguida procede-se à análise estatística aos questionários, exclusivamente centrada nas respostas da segunda secção e na óptica de sete parâmetros: estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação; conservação e segurança; interpretação e exposição, e educação; sustentabilidade; públicos; rede; natureza institucional e funcional do museu.

Os indicadores utilizados estão adiante descritos, por cada um dos grupos de questionários e respectivos parâmetros. Algumas das suas métricas foram empregues e validadas. Outras, porém, não foram confirmadas por requererem tempo e espaço superiores ao permitido para a realização de um trabalho desta natureza, sem contudo comprometerem o seu objectivo e possibilitarem uma série de linhas de investigação a desenvolver em futuros estudos sobre o tecido museológico do Exército Português.

Finalmente, elabora-se a análise qualitativa aos questionários sobre esses parâmetros e ampliada pelas respostas da primeira secção, por visitas, trocas de correspondência e algumas entrevistas, ajudando a caracterizar melhor a amostra.

**1.1. Questionários aos museus do 1º e 2º grupos (museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, sob a tutela do Exército Português) – análise estatística da amostra na óptica dos sete parâmetros**

Os sete museus que constituem a amostra do primeiro grupo são: Museu Militar; Museu Militar do Porto; Museu Militar de Bragança; Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge; Museu Militar de Coimbra; Museu Militar da Madeira; e Museu Militar dos Açores.

Os vinte e nove museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, que constituem a amostra do segundo grupo são: Biblioteca e Museu, da Academia Militar; Museu do Criptólogo, do Batalhão de Informações e Segurança Militar; Secção Museológica do Centro de Audiovisuais do Exército; Museu dos Comandos; Biblioteca e Núcleo Museológico, do Centro de Psicologia Aplicada do Exército; Museu e Arquivo Histórico, do Colégio Militar; Museu de História Natural, do Colégio Militar; Museu de Ciência, do Colégio Militar; Museu da Direcção dos Serviços de Saúde; Sub-secção de Museu e Biblioteca, da Escola Militar de Electromecânica; Museu Tenente-Coronel de Cavalaria Salgueiro Maia, da Escola Prática de Cavalaria; Biblioteca e Museu, da Escola Superior Politécnica do Exército; Cartoteca, Fototeca e Museu, do Instituto Geográfico do Exército; Museu e Arquivo Histórico, do Instituto Militar dos Pupilos do Exército; Sala de Exposições Coronel Luís António Vasconcelos Dias, da Manutenção Militar; Centro Museológico e de Documentação, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento; Museu da Artilharia Anti-aérea, do Regimento de Artilharia Anti-aérea N°1; Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, do Regimento de Engenharia N°1; Museu do Regimento de Lanceiros N°2; Museu das Transmissões, do Regimento de Transmissões; Museu da Escola Prática de Transmissões; Museu da Serra do Pilar, do Regimento de Artilharia N°5; Museu do Regimento de Infantaria N°14; Secção Museológica de Artilharia, da Escola Prática de Artilharia; Sala de Honra, do Regimento de Cavalaria N°3; Sala de Honra, do Regimento de Infantaria N°2; Museu do Regimento de Cavalaria N°4; Museu das Tropas Pára-quedistas, da Escola de Tropas Aerotransportadas; Museu do Regimento de Infantaria N°15.

### **1.1.1. Museus do 1º grupo (sob a dependência funcional da DDHM)**

#### **1.1.1.1. Estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 1, 2, 3, 4 e 26). Estas representam 13,5% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os seguintes indicadores:

- Política de incorporação seguida pelos museus militares entre 1999 e 2003;
- Dinâmica da incorporação;
- Tipo de suporte de inventário;
- Classificação qualitativa do inventário;
- Apoio à investigação.

Os dados estatísticos obtidos encontram-se no Apêndice 4.

Da sua análise dum total de 7 museus, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 29% (isto é, 2) dos museus não efectuaram qualquer incorporação em cinco anos;
- Em 2001 verificou-se o maior número de museus (quatro) a procederem à incorporação;
- Cerca de 43% (isto é, 3) dos museus têm fichas de inventário preenchidas de forma manual;
- Cerca de 57% (isto é, 4) dos museus consideram “Má” ou “Muito Má” a informação exarada nas suas fichas de inventário;
- Cerca de 71% (isto é, 5) dos museus não possibilitam o acesso às suas reservas para investigação.

#### **1.1.1.2. Conservação e segurança**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de quatro perguntas (com os números 5, 6, 7 e 27). Estas representam 10,8% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os seguintes indicadores:

- Normas de procedimentos de conservação preventiva;
- Valores mínimo e máximo de humidade relativa e temperatura registados em 2003;
- Alarme anti-intrusão;
- Acesso a documentos sobre segurança do edifício.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 5.

Da sua análise dum total de 7 museus, salienta-se o seguinte:

- Nenhum museu possui normas sobre procedimentos de conservação preventiva;
- Em 2003 não há qualquer registo de humidade relativa e de temperatura em cada um e todos os museus;
- Cerca de 57% (isto é, 4) dos museus possuem alarme anti-intrusão;
- Todos os museus possuem medidas restritivas de acesso a documentos sobre segurança dos seus edifícios.

### **1.1.1.3. Interpretação e exposição, e educação**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de quatro perguntas (com os números 8, 9, 10 e 11). Estas representam 10,8% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os seguintes indicadores:

- Utilização da “Internet”;
- Tipos de suportes de edições produzidas desde 1999;
- Quantidade de edições publicadas;
- Protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 6.

Da sua análise dum total de 7 museus, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 57% (isto é, 4) dos museus não utilizam a Internet para divulgação das suas actividades;
- Apenas em 2003 houve a produção de um “CD-ROM” e só por um museu;
- Em 2001 verificou-se o maior número de museus (cinco) a produzirem o seu “Folheto”;
- Em 2003 não houve produção de qualquer “Catálogo” em cada um e todos os museus;
- Em 2001 e 2002 não houve produção de qualquer “Brochura” em cada um e todos os museus;
- Em 1999 verificou-se o maior número de museus (dois) a produzirem “Outras Edições”;
- Apenas um museu possui protocolo com Estabelecimentos de Ensino Superior.

#### 1.1.1.4. Sustentabilidade

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de dez perguntas (com os números 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21), representando 27,1% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os seguintes indicadores:

- Programa de acções de formação desde 1999;
- Tipo de quadros de pessoal que beneficiou de formação;
- Liga de Amigos ou Associação afim e anterior a 2003;
- Actividades desenvolvidas pela Liga ou Associação;
- Outras formas de angariar recursos financeiros, para além da tutela;
- Espaços para reservas, actividades educativas e oficina de conservação;
- Espaço para estacionamento de viaturas dos visitantes;
- Quadro orgânico de pessoal aprovado;
- Tipo de quadros, quanto à sua categoria profissional e situação;
- Regulamento do museu.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 7.

Da sua análise dum total de 7 museus, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 57% (isto é, 4) dos museus não possibilitaram alguma acção de formação aos seus quadros;
- Em 2002 houve um maior número de quadros (Oficial e Sargento) a beneficiar de acção formativa;
- Cerca de 57% (isto é, 4) dos museus possuem a sua “Liga de Amigos” ou “Associação” afim;
- Dos quatro museus que possuem “Liga” ou “Associação”, 50% (dois) consideram “Más” ou “Muito Más” as suas actividades;
- Cerca de 71% (isto é, 5) dos museus utilizam outras formas para angariarem recursos financeiros, para além dos respectivos orçamentos da tutela;
- Cerca de 43% (isto é, 3) dos museus não têm espaços para reservas;
- Cerca de 57% (isto é, 4) dos museus não possuem nem espaços para actividades educativas, nem para estacionamento de viaturas dos visitantes;
- Cerca de 71% (isto é, 5) dos museus têm oficina de conservação;
- Todos os museus têm quadro orgânico de pessoal aprovado;
- Cerca de 71% (isto é, 5) dos museus incluem Oficiais na situação de “Reserva” e cerca de 57% (isto é, 4) incluem Sargentos, igualmente na situação de “Reserva”;

- Apenas um museu possui o seu “Regulamento”.

#### **1.1.1.5. Públicos**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 22, 23, 24, 25 e 28). Estas representam 13,5% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os seguintes indicadores:

- Registo de visitantes;
- Quantidade de visitantes por ano, desde 1999;
- Inquéritos preenchidos pelos públicos;
- Acesso a salas de exposição por deficientes físicos;
- Livro de sugestões e reclamações.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 8.

Da sua análise dum total de 7 museus, salienta-se o seguinte:

- Todos os museus têm registado o ingresso de visitantes;
- Cerca de 14 % (isto é, 1) dos museus teve mais de 30.000 visitantes por ano e nos cinco anos (1999 – 2003);
- Nenhum dos museus disponibilizou qualquer inquérito para que fosse preenchido pelos públicos;
- Cerca de 29% (isto é, 2) dos museus permitem o acesso a deficientes físicos a todas as salas de exposição;
- Cerca de 86% (isto é, 6) dos museus têm “Livro de Sugestões” e “Reclamações”.

#### **1.1.1.6. Rede**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 32, 33, 35, 36 e 37). Estas representam 13,5% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os seguintes indicadores:

- Estrutura superior adequada às actividades museológicas;
- Possíveis estruturas orgânicas para o enquadramento superior dessas actividades;
- Avaliação sobre a situação de pertencer a uma rede;
- Alargamento da rede a outros museus;
- Prioridade a atribuir a certos países, no caso de ser uma rede internacional.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 9.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

Da sua análise dum total de 7 museus, salienta-se o seguinte:

- Todos os museus consideram a actual orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas e concordam com a criação da Repartição de Museus na orgânica da DDHM;

- Cerca de 71% (isto é, 5) dos museus concordam com a criação da Direcção Geral de Património e Museus Militares, na orgânica do Ministério da Defesa Nacional, e da Divisão de Património e Museus na orgânica do Estado Maior do Exército;

- Cerca de 86% (isto é, 6) dos museus concordam que seja importante pertencerem a uma rede de museus e também discordam que resulte numa perda da sua identidade por serem membros da rede de museus do Exército;

- Cerca de 71% (isto é, 5) dos museus concordam com o alargamento da rede de museus do Exército a outros museus nacionais;

- Cerca de 43% (isto é, 3) dos museus concordam com o alargamento da rede de museus do Exército a outros museus internacionais e cerca de 14% (isto é, 1) discorda totalmente;

- Dos três museus que concordam com o alargamento da rede a outros museus internacionais, cada um atribui maior prioridade a países ou do Sul da Europa, ou da Europa Ocidental ou da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

### **1.1.1.7. Natureza institucional e funcional do museu**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de quatro perguntas (com os números 29, 30, 31 e 34). Estas representam 10,8% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os seguintes indicadores:

- Existência de documento fundador;
- Programa museológico disponível;
- Classificação qualitativa do programa museológico;
- Grau de importância a atribuir a certas actividades museológicas.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 10.

Da sua análise dum total de 7 museus, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 57% (isto é, 4) dos museus possuem documento fundador;
- Dos quatro museus que dispõem de programa museológico, um deles considera-o “Incompleto”, um outro “Muito incompleto”, e os dois restantes “Completo”;



- Cerca de 43% (isto é, 3) dos museus atribuem o maior grau de importância à “Conservação/Restauro” e cerca de 57% (isto é, 4) consideram o segundo grau de importância o “Inventário Desenvolvido”.

### **1.1.2. Museus do 2º grupo (museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O)**

#### **1.1.2.1. Estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 3, 4, 5, 6 e 28). Estas representam 12,5% dum total de 40 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores dos museus do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 11.

Da sua análise dum total de 29 museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 52% (isto é, 15) não efectuaram qualquer incorporação em cinco anos;
- Em 2002 e 2003 verificou-se o maior número (dez, por cada um desses anos) a procederem à incorporação;
- Dum total de 27 respondentes, cerca de 63% (isto é, 17) têm fichas de inventário preenchidas de forma manual;
- Dum total de 26 respondentes, cerca de 69% (isto é, 18) consideram “Má” ou “Muito Má” a informação exarada nas suas fichas de inventário;
- Cerca de 62% (isto é, 18) não possibilitam o acesso às suas reservas para investigação.

#### **1.1.2.2. Conservação e segurança**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de quatro perguntas (com os números 7, 8, 9 e 29). Estas representam 10,0% dum total de 40 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores dos museus do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 12.

Da sua análise dum total de 29 museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 97% (isto é, 28) não possuem normas sobre procedimentos de conservação preventiva;

- Em 2003 não há qualquer registo de humidade relativa e de temperatura em cada um e todos os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações;
- Cerca de 86% (isto é, 25) não possuem alarme anti-intrusão;
- Dum total de 27 respondentes, cerca de 89% (isto é, 24) possuem medidas restritivas de acesso a documentos sobre segurança dos seus edifícios.

### **1.1.2.3. Interpretação e exposição, e educação**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de quatro perguntas (com os números 10, 11, 12 e 13). Estas representam 10,0% dum total de 40 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores dos museus do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 13.

Da sua análise dum total de 29 museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 79% (isto é, 23) não utilizam a “Internet” para divulgação das suas actividades;
- Em 2003 verificou-se por duas vezes o maior número de produções, três fizeram o seu “CD- ROM” e quatro elaboraram o seu “Folheto”;
- Em cinco anos não houve produção de qualquer “Catálogo” em cada um e todos os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações;
- Apenas em 2003 verificou-se que só dois museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, produziram a sua “Brochura” e que só um produziu “Outras Edições”;
- Em 1999 verificou-se o maior número (dois) a produzirem “Outras Edições”;
- Cerca de 93% (isto é, 27) não possuem protocolo com Estabelecimentos de Ensino Superior.

### **1.1.2.4. Sustentabilidade**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de doze perguntas (com os números 1, 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23). Estas representam 30,0% dum total de 40 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores do 1º grupo e acrescentados os seguintes:

- Abertura regular ao público;
- Modalidade de funcionamento.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 14.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

Da sua análise dum total de 29 museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 86% (isto é, 25) não se encontram regularmente abertos ao público;
- Apenas um museu declarou possuir um horário perfeitamente definido;
- Também só um museu possibilitou alguma acção de formação a um Sargento do Quadro Permanente em 2000;
- Nenhum dos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, possui a sua “Liga de Amigos” ou “Associação” afim;
- Só um museu utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, para além do respectivo orçamento da tutela;
- Dum total de 27 respondentes, cerca de 48% (isto é, 13) não têm espaços para reservas e 74% (isto é, 20) não possuem espaços para actividades educativas;
- Dum total de 26 respondentes, cerca de 77% (isto é, 20) não têm oficina de conservação;
- Dum total de 28 respondentes, cerca de 71% (isto é, 20) dispõem de locais de estacionamento para viaturas dos visitantes e cerca de 82% (isto é, 23) não têm quadro orgânico de pessoal aprovado;
- Dos cinco museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, com quadro orgânico de pessoal aprovado, alguns incluem Oficiais na situação de “Activo” e/ou Sargentos, igualmente na situação de “Activo”;
- Apenas um museu possui o seu “Regulamento”.

### 1.1.2.5. Públicos

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 24, 25, 26, 27 e 30). Estas representam 12,5% dum total de 40 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 15.

Da sua análise dum total de 29 museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, salienta-se o seguinte:

- Dum total de 27 respondentes, cerca de 85% (isto é, 23) não têm registado os ingressos de visitantes;
- Em 2003 verificou-se o maior número de registos de visitantes;

- Nenhum dos museus disponibilizou qualquer inquérito para que fosse preenchido pelos públicos;
- Cerca de 35% (isto é, 10) permitem o acesso a deficientes físicos a todas as salas de exposição;
- Cerca de 90% (isto é, 26) não têm “Livro de Sugestões” e “Reclamações”.

#### **1.1.2.6. Rede**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 35, 36, 38, 39 e 40). Estas representam 12,5% dum total de 40 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 16.

Da sua análise dum total de 29 museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 86% (isto é, 25) consideram a actual orgânica da sua U/E/O inadequada às actividades museológicas;
- Dum total de 28 respondentes, todos concordam com a criação da Secção de Museu na sua U/E/O, bem como da Repartição de Museus na orgânica da DDHM, e 75% (isto é, 21) concordam com a criação da Divisão de Património e Museus na orgânica do Estado Maior do Exército;
- Cerca de 55% (isto é, 16) concordam que seja importante pertencer a uma rede de museus e 31% (isto é, 9) concordam totalmente;
- Cerca de 62% (isto é, 18) discordam que resulte numa perda da sua identidade por serem membros da rede de museus do Exército e cerca de 21% (isto é, 6) discordam totalmente;
- Cerca de 72% (isto é, 21) concordam com o alargamento da rede de museus do Exército a outros museus nacionais e cerca de 24% (isto é, 7) concordam totalmente;
- Cerca de 59% (isto é, 17) concordam com o alargamento da rede de museus do Exército a outros museus internacionais e cerca de 14% (isto é, 4) concordam totalmente;
- Dos vinte e um museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, que concordam ou concordam totalmente com o alargamento da rede a outros museus internacionais, onze atribuem igualmente a maior prioridade a países ou do Sul da Europa ou da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

### **1.1.2.7. Natureza institucional e funcional do museu**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 31, 32, 33, 34 e 37). Estas representam 12,5% dum total de 40 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores do 1º grupo, acrescidos de um outro relativo à existência de núcleos.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 17.

Da sua análise dum total de 29 museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, salienta-se o seguinte:

- Cerca de 93% (isto é, 27) não possuem documento fundador;
- Apenas um museu, núcleo museológico, ou outra denominação dispõe de programa museológico, e considera-o “Razoável”;
- Dum total de 28 respondentes, cerca de 71% (isto é, 20) atribuem o maior grau de importância à “Conservação/Restauro”;
- Cerca de 41% (isto é, 12) consideram o segundo grau de importância o “Inventário desenvolvido”.

### **1.2. Questionário aos museus do 3º grupo (dois museus de tutela não militar e com coleções militares) – análise estatística da amostra na óptica dos sete parâmetros**

Os dois museus que constituem a amostra do terceiro grupo, são: o Museu Municipal Leonel Trindade, da Câmara Municipal de Torres Vedras, e o Museu da Fundação da Casa de Bragança.

#### **1.2.1. Estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 2, 3, 4, 5 e 28). Estas representam 13,5% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 18.

Da sua análise dum total de 2 museus, salienta-se o seguinte:

- Apenas um museu procedeu à incorporação de bens museológicos essencialmente militares durante os cinco anos;
- Em todos os anos essa incorporação nunca atingiu as dez unidades;

- Ambos os museus têm fichas de inventário preenchidas de forma manual;
- Ambos os museus consideram “Boa” a informação exarada nas suas fichas de inventário;
- Ambos os museus possibilitam o acesso às suas reservas para investigação.

### **1.2.2. Conservação e segurança**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de quatro perguntas (com os números 6, 7, 8 e 29). Estas representam 10,8% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores dos museus do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 19.

Da sua análise dum total de 2 museus, salienta-se o seguinte:

- Ambos os museus não possuem normas sobre procedimentos de conservação preventiva;
- Em 2003 ambos os museus têm registos de humidade relativa e de temperatura;
- Ambos os museus possuem alarme anti-intrusão;
- Apenas um museu tem medidas restritivas de acesso a documentos sobre segurança do seu edifício.

### **1.2.3. Interpretação e exposição, e educação**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de quatro perguntas (com os números 9, 10, 11 e 12). Estas representam 10,8% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores dos museus do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 20.

Da sua análise dum total de 2 museus, salienta-se o seguinte:

- Ambos os museus utilizam a Internet para divulgação das suas actividades;
- Os dois museus não possuem “CD-ROM” nem produziram “Folheto” durante os cinco anos;
- Em 2000 um museu produziu um “Catálogo” e em 2001 o outro museu fez também o mesmo;
- Em 2000 ambos os museus produziram a sua “Brochura”;
- Apenas um museu produziu em 2001 “Outras Edições”;
- Os dois museus não possuem protocolo com Estabelecimentos de Ensino Superior.

#### 1.2.4. Sustentabilidade

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de onze perguntas (com os números 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23). Estas representam 13,5% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores dos museus do 1º grupo, acrescidos de um outro relacionado com o orçamento.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 21.

Da sua análise dum total de 2 museus, salienta-se o seguinte:

- Apenas um museu possibilitou alguma acção de formação aos seus quadros;
- Durante os cinco anos esse museu teve vários quadros (superior e outros) a beneficiarem de acções formativas;
- Nenhum dos museus possui uma “Liga de Amigos” ou “Associação” afim;
- Apenas um museu dispõe de orçamento próprio da sua tutela e utiliza também outras formas para angariar recursos financeiros;
- Ambos os museus têm espaços para reservas e para oficina de conservação;
- Nenhum dos museus possui espaços para actividades educativas;
- Apenas um museu possui espaços para estacionamento de viaturas dos visitantes;
- Só um museu tem quadro orgânico de pessoal aprovado, estando o pessoal em serviço efectivo e sendo de diferentes categorias;
- Os dois museus possuem o “Regulamento” aprovado pela sua tutela.

#### 1.2.5. Públicos

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 24, 25, 26, 27 e 30). Estas representam 13,5% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores dos museus do 1º grupo.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 22.

Da sua análise dum total de 2 museus, salienta-se o seguinte:

- Ambos os museus têm registado o ingresso de visitantes;
- Apenas um museu teve mais de 10.000 visitantes por ano, desde 2001 (inclusive);
- Os dois museus não disponibilizaram qualquer inquérito para que fosse preenchido pelos públicos;
- Ambos os museus permitem o acesso a deficientes físicos a algumas das salas de exposição;

- Ambos os museus têm “Livro de Sugestões” e “Reclamações”.

### **1.2.6. Rede**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de três perguntas (com os números 35, 36 e 37). Estas representam 8,1% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os seguintes indicadores:

- Avaliação sobre a situação de pertencer a uma rede;
- Alargamento da rede a outros museus internacionais;
- Prioridade a atribuir a certos países, no caso de ser uma rede internacional.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 23.

Da sua análise dum total de 2 museus, salienta-se o seguinte:

- Um museu concorda que seja importante pertencer a uma rede de museus e o outro concorda totalmente;
- Um museu discorda que resulte numa perda de identidade por ser membro de uma rede de museus e o outro discorda totalmente;
- Um museu concorda com o alargamento da rede de museus do Exército a outros museus internacionais e o outro concorda totalmente;
- No alargamento da rede a outros museus internacionais, um atribui maior prioridade a países do Sul da Europa e o outro a países da Europa Ocidental, enquanto que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa para um museu é a segunda prioridade e para o outro é a terceira.

### **1.2.7. Natureza institucional e funcional do museu**

Para se adquirirem dados sobre este parâmetro, elaborou-se um conjunto de cinco perguntas (com os números 1, 31, 32, 33 e 34). Estas representam 13,5% dum total de 37 perguntas do questionário.

Foram utilizados os mesmos indicadores do 1º grupo, acrescidos de um outro relativo às salas de natureza essencialmente militar.

Os dados estatísticos encontram-se no Apêndice 24.

Da sua análise dum total de 2 museus, salienta-se o seguinte:

- As salas de natureza essencialmente militar, tal como se encontram na actualidade foram inauguradas, uma em 1994 e a outra em 1997;
- Ambos os museus possuem documento fundador;



- Apenas um museu dispõe de programa museológico, considerando-o “Muito incompleto”;
- Ambos os museus atribuem o maior grau de importância ao “Inventário desenvolvido”;
- Um museu considera o segundo grau de importância a “Conservação/Restauro” e o outro o “Catálogo”.

## **2. Caracterização da amostra - análise qualitativa na óptica dos sete parâmetros e ampliada às perguntas da primeira secção dos respectivos questionários**

Uma das razões em caracterizar a amostra reside na necessidade de identificar *per se* as diferentes unidades museológicas e paramuseológicas e respectivas capacidades (aspectos positivos ou pontos fortes) e limitações (aspectos negativos ou pontos fracos) no desenvolvimento das suas actividades.

Através dos dados obtidos pelos questionários é possível fazer a leitura de indicadores de formas diversas – por exemplo: do simples ao complexo, do directo ao cruzado – e o seu tratamento estatístico permitir a realização de diferentes tipos de análises, em que uma destas se caracteriza pela omissão da identidade e especificidade da amostra. Mas por haver toda a pertinência em revelá-la, no sentido exclusivo de contribuir para a avaliação mais rigorosa possível sobre a actual situação de cada um e de todos os respondentes aos questionários e para a consequente introdução de medidas correctivas tendentes para as boas práticas museológicas – eis uma outra razão para a revelação da identidade – a opção incidiu pela análise caracterizada pela identificação da amostra. Face à dimensão desta e ao número de variáveis anteriormente descritas, optou-se pela análise qualitativa em extensão e não em profundidade, de forma a complementar globalmente o esclarecimento de alguns dados revelados anteriormente na análise estatística.

### **2.1. Análise qualitativa dos museus do 1º e 2º grupos (museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, sob a tutela do Exército Português)**

#### **2.1.1. Museus do 1º grupo (sob a dependência funcional da DDHM)**

##### **2.1.1.1. Museu Militar (em Lisboa)**

A actual missão do Museu Militar encontra-se definida pelo Despacho do General CEME de 7 de Junho de 1993. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: pintura, escultura, azulejaria, armamento – ligeiro, pesado, individual e

colectivo –, uniformes, estandartes de unidades, capacetes e barretinas, guiões e miniaturas.

O Museu Militar tem um inventário sumário do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário desenvolvido e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é razoável. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha é ténue e não foi possível quantificar os bens museológicos incorporados entre 1999 e 2003. As suas reservas não são visitáveis e nem estão organizadas, não facultando a investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu Militar não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal qualificado em armaria e pertencente à Secção Oficial.

Ao nível da segurança, o Museu Militar tem alarme anti-intrusão, beneficia de medidas de segurança presencial, através de pessoal pertencente à Secção de Segurança, e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu Militar não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu em 2001 um “Folheto”. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal (Oficial, Sargento, Praça e Civil). A sua Liga de Amigos tem um mau desempenho pela pouca actividade de promoção e de apoio à sustentabilidade do museu. A angariação de recursos financeiros, para além do orçamento da tutela, é feita principalmente por apelo a mecenas. Existem espaços para actividades educativas e oficinas de conservação. No entanto, no espaço exterior não há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Não possui “Regulamento do Museu” actualizado, o que dificulta a adequação das suas actividades à definição actual de museu consignada pelo Conselho Internacional dos Museus<sup>196</sup> e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004<sup>197</sup>.

O ingresso de visitantes é registado e, desde 1999 até 2003, anualmente o seu número fixou-se sempre entre 20.000 e 30.000. Esse registo inclui os visitantes do Destacamento do Buçaco. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

O Museu Militar considera a actual estrutura orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Direcção Geral de Património e Museus Militares, no Ministério da Defesa Nacional;
- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM.

Quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército e à perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede, o Museu Militar respondeu “indeciso”. Resposta igual foi dada ao alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais.

Existe documento fundador do Museu, não dispõe de programa museológico e considera a Conservação/Restauro o maior grau de importância, seguido da Exposição Temporária, Catálogo e “Site na Internet”. O terceiro grau de importância é o Inventário Informatizado e o Desenvolvido.

#### **2.1.1.2. Museu Militar do Porto**

A actual missão do Museu Militar do Porto encontra-se definida pelo Despacho do General CEME de 7 de Junho de 1993. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: armamento ofensivo e defensivo – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, uniformes, condecorações, meios de comunicação, equipamento médico e sanitário de campanha, miniaturas de modelos militares, gravuras, fotografias e cartas militares.

---

<sup>196</sup> - Código Deontológico do ICOM para os Museus (2003), Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, página 16.

<sup>197</sup> - Diário da República Nº 195, cit, página 5379.

O inventário do seu acervo é sumário, está sob a forma mista (manual e informatizado) e tende para um inventário desenvolvido e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade. Contudo, possui uma secção documental, da qual faz parte a biblioteca, para apoio à investigação. A sua acção de recolha é ténue. Entre 1999 e 2003, houve incorporação de bens museológicos (em quantidades inferiores a 10 bens) em 1999 e 2002. Embora não tenha sido referida nas respostas ao questionário, verificou-se em finais de 2001 também a aquisição de 260 peças – entre armas brancas e de fogo, armas defensivas (protecções) e adereços militares – da colecção “Manuel Francisco Araújo”. Ainda se registou outra incorporação, por doação em 2002, relativa a 15 armas de fogos de âmbito desportivo, pertencentes ao Doutor Rogério Tavares, antigo atleta olímpico. Tem espaço destinado às reservas, estando estas disponíveis à investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu Militar do Porto não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal qualificado em armaria e pertencente à Secção Oficinal.

Ao nível da segurança, não tem alarme anti-intrusão, beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu Militar do Porto utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu diferentes edições: catálogo e brochura, ambos em 1999 e 2000; catálogo e folheto, ambos em 2001; e catálogo em 2002. A edição desses catálogos está associada a exposições temporárias e ciclos de conferências. É recorrente a utilização de exposições itinerantes, de Norte a Sul do país, percorrendo inúmeras cidades e vilas do interior, permitindo cativar mais público fora do espaço do museu. Outra actividade de grande impacto na região do Porto foi o projecto educativo “Famílias nos Museus”, coordenado pela Câmara Municipal do Porto. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior. No entanto, o Museu

Militar do Porto recebe frequentemente estagiários de algumas universidades. Inserem-se nesta situação a Universidade Fernando Pessoa (*Marketing* e Publicidade), a Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Ciências Documentais) e a Universidade Católica (curso de Conservação e Restauro). O Museu Militar do Porto tem vários protocolos com a Câmara de Comércio Italiana. Esta envia estagiários do curso de restauro na área de pintura em madeira e pintura a óleo sobre tela.

Desde 1999 até 2003 foi possibilitada a frequência de acções de formação aos seus quadros em museologia e/ou museografia, designadamente: pessoal Civil em 1999, 2000 e 2003; Sargento Contratado em 2001 e 2002; e Oficial Contratado em 2002. A sua Liga de Amigos tem um razoável desempenho, colaborando nas suas actividades de promoção e de apoio à sustentabilidade do museu. A angariação de recursos financeiros, para além do orçamento da tutela, é feita principalmente por subsídios e patrocínios angariados através da sua Liga. Existem espaços para actividades educativas e oficinas de conservação. No entanto, no espaço exterior não há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e, desde 1999 até 2003, anualmente o seu número fixou-se sempre entre 5.000 e 10.000. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu Militar do Porto considera a actual estrutura orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma Direcção Geral de Património e Museus Militares, no Ministério da Defesa Nacional, e da Repartição de Museus, na DDHM; e discorda da criação da Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército. Quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército, o Museu Militar do Porto concorda totalmente, e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Em relação ao alargamento dessa rede a outros museus nacionais discorda, e concorda com o seu alargamento a museus internacionais, atribuindo maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa, da Europa

Central e da Europa Central/Leste, seguida dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Existe documento fundador do Museu e dispõe de programa museológico, considerando-o completo. Atribui em simultâneo o maior grau de importância à Conservação/Restauro e Inventário Desenvolvido, seguido também em paridade do Inventário Informatizado, Exposição Temporária, Catálogo e “Site na Internet”.

### **2.1.1.3. Museu Militar de Bragança**

A actual missão do Museu Militar de Bragança encontra-se definida pelo Despacho do General CEME de 7 de Junho de 1993. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: pintura, armamento ligeiro e pesado, incluindo espadas, armaduras, bandeiras, uniformes, capacetes e barretinas.

O Museu Militar de Bragança tem um inventário sumário do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário desenvolvido e informatizado. Considera boa a informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para essa actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha tem sido contínua. Entre 1999 e 2003 incorporou menos de 10 bens museológicos por cada um desses anos. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu Militar de Bragança não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, tem alarme anti-intrusão, beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu Militar de Bragança utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu diferentes edições: brochura em 2000; folheto

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

em 2001; e folheto e brochura, ambos em 2003. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Desde 1999 até 2003 foi possibilitada a frequência de acções de formação em museologia e/ou museografia a um Oficial do Quadro Permanente em 1999 e em 2001. A sua Liga de Amigos tem um razoável desempenho, colaborando nas suas actividades de promoção e de apoio à sustentabilidade do museu. A angariação de recursos financeiros, para além do orçamento da tutela, é feita principalmente pela venda de bilhetes de visitantes e de livros e postais. Existem espaços para actividades educativas, oficinas de conservação e, no exterior, dispõe de parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e, entre 1999 e 2003, anualmente o seu número ultrapassou sempre os 30.000. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu Militar de Bragança considera a actual estrutura orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Direcção Geral de Património e Museus Militares, no Ministério da Defesa Nacional;
- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM.

Quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército, o Museu Militar de Bragança concorda, e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Em relação ao alargamento dessa rede a outros museus nacionais concorda, e discorda totalmente com o seu alargamento a museus internacionais.

Existe documento fundador do Museu, não dispõe de programa museológico e considera a Exposição Temporária o maior grau de importância, seguido em simultâneo do Inventário Informatizado, do Inventário Desenvolvido e do Catálogo. Atribui o

menor grau de importância e em paridade à Conservação/Restauro e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.1.4. Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge**

A actual missão do Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge encontra-se definida pelo Despacho do General CEME de 7 de Junho de 1993. A natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia sobre a Guerra com Castela e a Conquista de Ceuta, balizada entre 1369 e 1415, e abrange essencialmente armamento ligeiro, armaduras e bandeiras.

O Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge tem um inventário de cadastro do seu acervo e de forma manual. Considera muito má a informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para essa actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada externamente por pessoal qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, tem alarme anti-intrusão, beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer tipo de edições. Também não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada a frequência em qualquer acção de formação de museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não tem Liga de Amigos ou Associação afim e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, para além do orçamento da tutela. Não dispõe de espaços para actividades



educativas, oficinas de conservação e, no exterior, tem parques de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e, desde 1999 até 2003, anualmente o seu número fixou-se entre os 5.000 e 10.000 visitantes, exceptuando em 2003 cujo registo foi inferior a 5.000. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge considera a actual estrutura orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército, e de uma Repartição de Museus, na DDHM, discordando da criação de uma Direcção Geral de Património e Museus Militares, no Ministério da Defesa Nacional.

Quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército, o Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge concorda totalmente, e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Em relação ao alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais concorda totalmente. Sobre estes últimos, confere maior grau de prioridade aos países do Sul da Europa, seguida dos países da Europa Ocidental. A terceira prioridade é dada em simultâneo à Comunidade de Países de Língua Portuguesa e aos países do Magreb.

Embora o Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho do General CEME Nº 66/86, de 7 de Agosto de 1986. O Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge dispõe de programa museológico, embora este esteja muito incompleto. Atribui à Conservação/Restauro o maior grau de importância, seguido em simultâneo do Inventário Informatizado e do Desenvolvido, e dá menor grau de importância ao Catálogo.

#### **2.1.1.5. Museu Militar de Coimbra**

A actual missão do Museu Militar de Coimbra encontra-se definida pelo Despacho do General CEME de 7 de Junho de 1993. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, designadamente: armamento ligeiro e pesado, viaturas blindadas e engenhos, material de orientação, bandeiras, guiões de diversas Unidades e equipamentos de transmissões.

O Museu Militar de Coimbra tem um inventário de cadastro do seu acervo e de forma manual. Considera muito má a informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para essa actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha tem sido ténue. Entre 1999 e 2003, houve incorporação de bens museológicos (em quantidades inferiores a 10 bens) em 2001 e 2003. Tem espaço destinado às reservas, estando estas disponíveis à investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu Militar de Coimbra não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, tem alarme anti-intrusão, beneficia de medidas de segurança presencial e vídeo e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu Militar de Coimbra utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu diferentes edições: folheto em todos os anos e CD-ROM em 2003. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada a frequência de acções de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não tem Liga de Amigos ou Associação afim. A angariação de recursos financeiros, para além do orçamento da tutela, é feita principalmente pela venda de bilhetes de visitantes e artigos diversos à venda na sua loja. Existem espaços para actividades educativas, oficinas de conservação e, no exterior, dispõe de parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Considera as suas “Normas de Execução Permanente”, de 2004, equivalentes ao “Regulamento do Museu”. Apesar de ser um instrumento regulador de algumas actividades, aquelas Normas não estipulam as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e, desde 1999 até 2002, anualmente o seu número fixou-se sempre entre 10.000 e 20.000. Em 2003 ultrapassou os 20.000 visitantes. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu Militar de Coimbra considera a actual estrutura orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma Repartição de Museus, na DDHM.

Quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército, o Museu Militar de Coimbra concorda totalmente, e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Em relação ao alargamento dessa rede, concorda que seja ampliada a outros museus nacionais e internacionais. Relativamente a estes últimos, o Museu Militar de Coimbra atribui maior prioridade e em simultâneo aos países da Europa Ocidental e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida e também em paridade dos países do Sul da Europa, da Europa Central/Leste e do Magreb.

Existe documento fundador do Museu, não dispõe de programa museológico e considera em simultâneo a Conservação/Restauro e o Catálogo o maior grau de importância, seguido em paridade do Inventário Informatizado, do Inventário Desenvolvido e do “Site na Internet”. Atribui o menor grau de importância à Exposição Temporária.

#### **2.1.1.6. Museu Militar da Madeira**

A actual missão do Museu Militar da Madeira encontra-se definida pelo Despacho do General CEME de 7 de Junho de 1993. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, uniformes e guiões.

O Museu Militar da Madeira tem um inventário sumário do seu acervo e de forma manual. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual

estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu Militar da Madeira não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada externamente por pessoal qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu Militar da Madeira não tem alarme anti-intrusão, beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu Militar da Madeira não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu um “Folheto” em 1999. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não tem Liga de Amigos ou Associação afim. Não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, para além do orçamento da tutela. Não possui espaços para actividades educativas, oficinas de conservação e, no espaço exterior, não há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e, entre 1999 e 2003, anualmente o seu número foi sempre inferior a 5.000. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Museu Militar da Madeira considera a actual estrutura orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Direcção Geral de Património e Museus Militares, no Ministério da Defesa Nacional;
- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM.

Quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército, o Museu Militar da Madeira concorda, e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Em relação ao alargamento desta, concorda que seja ampliada a outros museus nacionais e está indeciso quanto aos internacionais.

Embora o Museu Militar da Madeira tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho N°72/MDN/93, de 30 de Junho de 1993. O Museu Militar da Madeira não tem programa museológico. Atribui o maior grau de importância ao Inventário Informatizado, seguido em simultâneo do Inventário Desenvolvido, Exposição Temporária e Catálogo. O “Site na Internet” é o último grau de importância.

#### **2.1.1.7. Museu Militar dos Açores**

A actual missão do Museu Militar dos Açores encontra-se definida pelo Despacho do General CEME de 7 de Junho de 2003. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: fotografia, armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, coberturas, uniformes, estandartes de unidades, material e equipamento diverso de topografia, transmissões, serviço de saúde e engenharia militar e documentos. Tem ainda um extenso e valioso arquivo escrito e iconográfico relacionado com a história militar dos Açores.

O Museu Militar dos Açores tem um inventário desenvolvido do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário totalmente informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é boa. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha tem sido contínua, desde a instalação do Museu Militar dos Açores em 2000, e os bens museológicos incorporados ultrapassaram sempre a meia centena. Possui reservas, mas o acesso a estas não é facultado para fins de investigação.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

Relativamente à conservação preventiva, o Museu Militar dos Açores não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada externamente por pessoal qualificado essencialmente em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu Militar dos Açores não tem alarme anti-intrusão, beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu Militar dos Açores não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 2000 e 2003 produziu todos anos o seu “Folheto” e “Outras Edições”. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Desde 2000 até 2003 foi possibilitada em 2002 a frequência de uma acção de formação em museologia e/ou museografia a um Oficial do Quadro Permanente e a um Oficial Contratado. A sua Liga de Amigos tem um muito mau desempenho pela total ausência de actividades de promoção e de apoio à sustentabilidade do museu. A angariação de recursos financeiros, para além do orçamento da tutela, é feita na área da recuperação do edifício e monumentos pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e pelo Ministério da Defesa Nacional. Não existem espaços para actividades educativas e há espaços para oficinas de conservação. No entanto, no espaço exterior não há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Não possui “Regulamento do Museu” actualizado, o que dificulta a adequação das suas actividades à definição existente de museu consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e, entre 2000 e 2003, anualmente o seu número não atingiu os 5.000. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

O Museu Militar dos Açores considera a actual estrutura orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Direcção Geral de Património e Museus Militares, no Ministério da Defesa Nacional;

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;

- Repartição de Museus, na DDHM.

Quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército, o Museu Militar dos Açores concorda, e discorda com a perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Em relação ao alargamento desta, concorda que seja ampliada a outros museus nacionais e está indeciso quanto aos internacionais.

Embora o Museu Militar dos Açores tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho N°72/MDN/93, de 30 de Junho de 1993. O Museu Militar dos Açores dispõe de programa museológico completo. Atribui o maior grau de importância à Exposição Temporária, seguido em simultâneo pela Conservação/Restauro e Inventário Informatizado. O “Site na Internet” constitui o menor grau de importância.

## **2.1.2. Museus do 2º grupo (museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O)**

### **2.1.2.1. Biblioteca e Museu, da Academia Militar**

A actual missão do Museu da Academia Militar (AM) encontra-se definida desde 28 de Outubro de 1959, na sua Ordem de Serviço dessa data. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, designadamente: pintura, escultura, azulejaria, armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, viaturas blindadas, uniformes, espólios de Oficiais Gerais, arte sacra, equipamentos laboratoriais de física e de química, fotografia, livros e documentos.

O Museu da AM tem um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade. A biblioteca possui um vasto património documental para apoio à investigação. Embora o Museu da AM tenha respondido que não incorporou qualquer bem museológico entre 1999 e 2003, verificou-se ter havido em 2000 a doação do espólio do General Almeida Bruno. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu da AM não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em

conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita, bem como da temperatura, e como tal não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal da AM e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu da AM não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu da AM não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior, mas a Academia Militar possui.

O Museu da AM não se encontra regularmente aberto ao público. Considera que não tem quadro orgânico de pessoal aprovado. Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e oficinas de conservação. No entanto, no espaço exterior há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei N° 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

A actual estrutura orgânica da Academia Militar é considerada inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, o Museu da AM concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, na Academia Militar.

Quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército e à perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede, a resposta do Museu da AM é



indecisa. Resposta igual foi dada ao alargamento dessa rede a outros museus internacionais, mas concorda com o seu alargamento a outros museus nacionais.

Existe documento fundador do museu, não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Considera em simultâneo a Conservação/Restauro e o Inventário Informatizado o maior grau de importância, seguido em paridade do Inventário Desenvolvido, da Exposição Temporária e do Catálogo. O último grau de importância é o “Site na Internet”.

#### **2.1.2.2. Museu do Criptólogo General Silvino Silvério Marques, do Batalhão de Informações e Segurança Militar**

A missão do Museu do Criptólogo, do Batalhão de Informações e Segurança Militar, não está definida e a sua existência está para além do quadro orgânico da Unidade aprovado pelo General CEME. A natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia sobre a criptografia e abrange essencialmente diversos bens museológicos cripto, informações militares, reconhecimento e segurança das transmissões.

O Museu do Criptólogo considera possuir um inventário desenvolvido do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um totalmente informatizado. Também considera que a informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário seja boa. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Possui reservas que estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu do Criptólogo não tem normas de procedimentos. A existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade é inconsequente porque a sua monitorização não é feita, bem como da temperatura, e como tal não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do BISM e qualificado em transmissões.

Ao nível da segurança, o Museu do Criptólogo não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu do Criptólogo não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu do Criptólogo não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por

consequente, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e oficinas de conservação. No entanto, no espaço exterior há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

O Museu do Criptólogo considera a actual estrutura orgânica do Batalhão de Informações e Segurança Militar inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Batalhão de Informações e Segurança Militar.

O Museu do Criptólogo concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda igualmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa, da Europa Ocidental, da Europa Central/Leste e da América do Norte, seguida em paridade pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa e pelos países da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador do museu, não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Considera em simultâneo a Conservação/Restauro e o Inventário Desenvolvido o maior grau de importância, seguido em paridade do Inventário Informatizado, da Exposição Temporária, do Catálogo e do “Site na Internet”.

### **2.1.2.3. Secção Museológica, do Centro de Audiovisuais do Exército**

A missão da Secção Museológica, do Centro de Audiovisuais do Exército, não está definida e a sua existência está para além do quadro orgânico do Órgão aprovado pelo

General CEME. A natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia sobre os audiovisuais e abrange essencialmente diversos bens museológicos fotográficos, cinematográficos, videográficos, quadros auxiliares de instrução e estúdios de som e imagem.

A Secção Museológica do CAVE considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Possui reservas que estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, a Secção Museológica do CAVE não tem normas de procedimentos. A existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura é inconsequente porque a sua monitorização não é feita, e como tal não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do CAVE e qualificado em audiovisuais.

Ao nível da segurança, a Secção Museológica do CAVE não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

A Secção Museológica do CAVE não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

A Secção Museológica do CAVE não se encontra regularmente aberta ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas, o que não acontece com as oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política da secção museológica de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei N° 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

A Secção Museológica do CAVE considera a actual estrutura orgânica do Comando da Instrução inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Centro de Audiovisuais do Exército.

A Secção Museológica do CAVE concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda totalmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida em paridade pelos países da Europa Ocidental e da Europa Central/Leste. A menor prioridade é dada aos países da América do Norte, da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador da Secção Museológica do CAVE e esta não dispõe de programa museológico nem possui núcleos. Considera a Conservação/Restauro o maior grau de importância, seguido em simultâneo pelo Inventário Informatizado, Inventário Desenvolvido e Exposição Temporária. O menor grau de importância é atribuído em paridade ao Catálogo e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.4. Museu dos Comandos**

A missão do Museu dos Comandos não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia deste tipo de tropa especial, abrangendo essencialmente diversos bens museológicos fotográficos, armamento ligeiro e pesado, estandartes, manuais, livros, medalhas e condecorações do (extinto) Regimento.

O Museu dos Comandos considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e não respondeu às questões relacionadas com a forma e a qualidade da informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

Relativamente à conservação preventiva, o Museu dos Comandos não tem normas de procedimentos, nem dispõe de equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal externo e qualificado em armamento.

Ao nível da segurança, o Museu dos Comandos não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e não restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu dos Comandos não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu dos Comandos não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso à sala de exposição.

O Museu dos Comandos considera a actual estrutura orgânica inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, numa unidade militar de Comandos.

O Museu dos Comandos concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser

membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais, embora sobre estes últimos não tenha respondido à pergunta de escala sobre a atribuição de maior e menor prioridade aos vários países propostos.

Não existe documento fundador do Museu dos Comandos e este não dispõe de programa museológico nem possui núcleos. Considera a Conservação/Restauro o maior grau de importância, seguido em simultâneo pelo Inventário Informatizado, Inventário Desenvolvido e Exposição Temporária. O menor grau de importância é atribuído em paridade ao Catálogo e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.5. Biblioteca e Núcleo Museológico, do Centro de Psicologia Aplicada do Exército**

A missão do Núcleo Museológico, do Centro de Psicologia Aplicada do Exército, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia de estudos psicotécnicos, abrangendo essencialmente diversos bens museológicos fotográficos, modelos de testes psicotécnicos e aparelhos de laboratório psicotécnico.

O Núcleo Museológico do CPAE considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma manual. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Núcleo Museológico do CPAE não tem normas de procedimentos, nem dispõe de equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta não é assegurada porque não existe pessoal qualificado e pertencente ao CPAE.

Ao nível da segurança, o Núcleo Museológico do CPAE não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Núcleo Museológico do CPAE não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição, embora tenha uma publicação técnica – que se chama “Revista de Psicologia Militar” – cuja periodicidade é anual. Possui protocolos com estabelecimentos de ensino superior.

O Núcleo Museológico do CPAE encontra-se regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações incluem espaços para actividades educativas e o mesmo não sucede para oficinas de conservação e estacionamento em parque de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Núcleo Museológico considera a actual estrutura orgânica do CPAE inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Centro de Psicologia Aplicada do Exército.

O Núcleo Museológico do CPAE concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade aos países do Sul da Europa, seguida em simultâneo dos países da Europa Ocidental e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A menor prioridade é dada em paridade aos países da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador do Núcleo Museológico do CPAE e este não dispõe de programa museológico nem possui outros pólos. Actualmente há uma proposta de um novo quadro orgânico e onde se prevê a existência desse Núcleo. Considera em simultâneo o maior grau de importância o Inventário Informatizado, a Conservação/Restauro e a Exposição Temporária, seguido em paridade pelo Inventário Desenvolvido e o Catálogo. O menor grau de importância é atribuído ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.6. Museu e Arquivo Histórico, do Colégio Militar**

A missão do Museu e Arquivo Histórico Militar, do Colégio Militar, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, designadamente: pintura, fotografia, escultura, azulejaria, armamento ligeiro e individual, uniformes, barretinas, medalhas, guiões e espólios de ex-alunos ilustres.

O Museu e Arquivo Histórico Militar do CM tem um inventário tipo cadastro do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha tem sido contínua desde 2000 até 2003, incorporando menos de 10 bens museológicos por cada um desses anos. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu e Arquivo Histórico Militar do CM não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do CM e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu e Arquivo Histórico Militar do CM não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu e Arquivo Histórico Militar do CM não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu todos os anos um “Folheto”. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu e Arquivo Histórico Militar do CM não se encontra regularmente aberto ao público. Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações incluem espaços para actividades



educativas e o mesmo não sucede para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

O Museu e Arquivo Histórico Militar do CM considera a sua actual estrutura orgânica inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Colégio Militar.

O Museu e Arquivo Histórico Militar do CM concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e está indeciso sobre o seu alargamento aos museus internacionais.

Embora o Museu e Arquivo Histórico Militar do CM tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho do General CEME de 21 de Setembro de 1993. Considera ainda que dispõe de programa museológico e não possui núcleos. A Conservação/Restauro tem o maior grau de importância, seguido do “Site na Internet”. Atribui o terceiro grau de importância em simultâneo à Exposição Temporária e ao Catálogo. O quarto grau de importância é conferido ao Inventário Desenvolvido, sendo o último atribuído ao Inventário Informatizado.

#### **2.1.2.7. Museu de História Natural, do Colégio Militar**

A missão do Museu de História Natural do Colégio Militar não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia do ensino de história natural, abrangendo diversos bens museológicos, nomeadamente: minerais, espécies animais terrestres, aéreas e aquáticas, fotografia e livros.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

O Museu de História Natural do CM considera possuir um inventário tipo cadastro do seu acervo e de forma manual. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Possui reservas, mas o acesso a estas não é facultado para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu de História Natural do CM não tem normas de procedimentos. Dispõe de equipamentos (ar condicionado) para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do CM e qualificado em ciências naturais.

Ao nível da segurança, o Museu de História Natural do CM não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu de História Natural do CM não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu de História Natural do CM não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior possui parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei N° 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu de História Natural considera a actual estrutura orgânica do Colégio Militar inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Colégio Militar.

O Museu de História Natural do Colégio Militar concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade em simultâneo aos países da Europa Ocidental e da América do Norte, seguida pelos países do Sul da Europa. A terceira prioridade é atribuída em paridade aos países da Europa Central/Leste e do Magreb, e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A menor prioridade é dada aos países da Ásia.

Não existe documento fundador do Museu de História Natural do CM e este não dispõe de programa museológico nem possui núcleos. Considera em simultâneo o maior grau de importância o Inventário Informatizado, o Inventário Desenvolvido e a Conservação/Restauro, seguido da Exposição Temporária. O Catálogo ocupa o penúltimo grau. O menor grau de importância é atribuído ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.8. Museu de Ciência, do Colégio Militar**

A missão do Museu de Ciência, do Colégio Militar, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia do ensino de ciência física, abrangendo diversos bens museológicos, designadamente: instrumentos de medida (de massa, pressão, tensão eléctrica), lentes, lunetas, pêndulos, tubos de ensaio, microscópios, livros e fotografia.

O Museu de Ciência do CM considera possuir um inventário tipo cadastro do seu acervo e de forma manual. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. A sua acção de recolha tem sido contínua desde 1999 até 2003, incorporando menos de 10 bens museológicos por cada um desses anos. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu de Ciência do CM não tem normas de procedimentos, nem dispõe de equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do CM e qualificado em ciências da física.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

Ao nível da segurança, o Museu de Ciência do CM não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu de Ciência do CM não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu de Ciência do CM não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. Dispõe no espaço exterior de parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Museu de Ciência considera a actual estrutura orgânica do Colégio Militar inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Colégio Militar.

O Museu de Ciência do CM está indeciso quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército e concorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade aos países do Sul da Europa, seguida pelos países da Europa Ocidental. A terceira prioridade é em simultâneo é atribuída à Comunidade de Países de Língua Portuguesa e aos países da Europa Central/Leste, da América do Norte, da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador do Museu de Ciência do CM e este não dispõe de programa museológico nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância a Conservação/Restauro, seguido em simultâneo pelo Inventário Informatizado, Inventário Desenvolvido e Exposição Temporária. O terceiro grau é atribuído em paridade ao Catálogo e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.9. Museu da Direcção dos Serviços de Saúde**

A missão do Museu da Direcção dos Serviços de Saúde não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: equipamentos cirúrgicos de medicina, instrumentos de diagnóstico médico, ambulância, aparelhos de fisioterapia e fotografia.

O Museu da DSS não possui inventário do seu acervo, não respondendo por isso às perguntas sobre a forma e a qualidade da informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário. A sua acção de recolha entre 1999 e 2003 tem sido ténue. Foram incorporados menos de 10 bens museológicos em 2003. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu da DSS não tem normas de procedimentos, nem dispõe de equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal pertencente à DSS e sem qualificação.

Ao nível da segurança, o Museu da DSS não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu da DSS não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu da DSS não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para

oficinas de conservação. No espaço exterior não há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Museu da DSS considera a actual estrutura orgânica do Comando da Logística inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma Repartição de Museus, na DDHM, e da Secção de Museu, na Direcção dos Serviços de Saúde. Contudo, não concorda com a criação de uma Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército.

O Museu da DSS concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais está indeciso sobre o seu alargamento aos museus internacionais.

Não existe documento fundador do Museu da DSS e este não dispõe de programa museológico nem possui núcleos. Considera em simultâneo o maior grau de importância o Inventário Informatizado e a Conservação/Restauro, seguido pelo Inventário Desenvolvido e pelo “Site na Internet”. O menor grau de importância é atribuído em paridade à Exposição Temporária e ao Catálogo.

#### **2.1.2.10. Sub-secção de Museu e Biblioteca, da Escola Militar de Electromecânica**

A missão da Sub-secção de Museu e Biblioteca da Escola Militar de Electromecânica, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: equipamentos eléctricos, materiais e equipamentos de electrónica e meios de transmissões.

A Sub-secção de Museu e Biblioteca da EMEL tem um inventário tipo cadastro do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha tem sido

contínua desde 1999 até 2003, incorporando menos de 10 bens museológicos por cada um desses anos. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, a Sub-secção de Museu e Biblioteca da EMEL não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal da EMEL e qualificado em electricidade, electrónica e transmissões.

Ao nível da segurança, a Sub-secção de Museu e Biblioteca da EMEL não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

A Sub-secção de Museu e Biblioteca da EMEL não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

A Sub-secção de Museu e Biblioteca da EMEL não se encontra regularmente aberta ao público. Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. Também não dispõe no espaço exterior de parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

A Sub-secção de Museu e Biblioteca considera a sua actual estrutura orgânica da EMEL inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, na Escola Militar de Electromecânica.

A Sub-secção de Museu e Biblioteca da EMEL está indecisa sobre a importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército e a perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Discorda totalmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais.

Embora a Sub-secção de Museu e Biblioteca da EMEL tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que existe e trata-se do Despacho do General CEME de 3 de Setembro de 2004. Não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Atribui o mesmo grau (intermédio) de importância ao Inventário Informatizado, Inventário Desenvolvido, Conservação/Restauro, Exposição Temporária, Catálogo e “Site na Internet”.

#### **2.1.2.11. Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia, da Escola Prática de Cavalaria**

A missão do Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da Escola Prática de Cavalaria, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: viaturas blindadas, arreios militares, pintura, fotografia, escultura, armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, uniformes, estandartes de unidades, guiões e espólios de ex-militares de cavalaria.

O Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da EPC tem um inventário tipo cadastro do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha entre 1999 e 2003 tem sido intermitente, incorporando em 2002 entre 30 – 40 bens museológicos e em 2003 entre 40 – 50. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, O Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da EPC não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não



contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal pertencente à EPC e qualificado em armaria, viaturas blindadas e arreios.

Ao nível da segurança, o Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da EPC tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da EPC utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu todos os anos um “Folheto”. Em 2000, 2002 e 2003 produziu um “CD-ROM Interactivo”. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da EPC considera que se encontra regularmente aberto ao público, em horário de “expediente normal” e durante os dias de semana. Desde 1999 até 2003 foi possibilitada apenas uma acção de formação em museografia a um Sargento do Quadro Permanente. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior dispõe de parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e, desde 1999 até 2003, o seu número foi sempre entre 1000 – 2000. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia considera a actual estrutura orgânica da EPC inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, discorda da criação de uma Divisão de Património e

Museus, no Estado Maior do Exército, e concorda com a criação de uma Repartição de Museus, na DDHM, e de uma Secção de Museu, na EPC.

O Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da EPC concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida em paridade pelos países da Europa Ocidental e da Europa Central/Leste. A terceira e última prioridade é atribuída aos países da América do Norte, da Ásia e do Magreb.

Embora o Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da EPC tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que existe e trata-se do Despacho do General CEME de 31 de Julho de 1995. Não dispõe de programa museológico e possui três núcleos. Ainda considera o Inventário Informatizado, o Inventário Desenvolvido, a Conservação/Restauro, o Catálogo e o “Site na Internet”, todos em simultâneo, o maior grau de importância, seguido da Exposição Temporária.

#### **2.1.2.12. Biblioteca e Museu, da Escola Superior Politécnica do Exército**

A missão do Museu da Escola Superior Politécnica do Exército não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: meios de transmissões, equipamentos de mecânica, aparelhos de medida, componentes de electrónica, estandartes de unidades e guiões.

O Museu da ESPE tem um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu da ESPE não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em

algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal externo e qualificado em mecânica ou em electrónica.

Ao nível da segurança, o Museu da ESPE não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu da ESPE não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu da ESPE não se encontra regularmente aberto ao público. Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não respondeu à pergunta sobre a existência ou não de inquéritos preenchidos pelos públicos. Não possui Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso à sala de exposição.

O Museu considera a actual estrutura orgânica da ESPE inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, na Escola Superior Politécnica do Exército.

O Museu da ESPE concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda totalmente com o alargamento dessa rede

a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa e da Europa Ocidental e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida em paridade pelos países da Europa Central/Leste, da América do Norte e do Magreb. A terceira e última prioridade é atribuída aos países da Ásia.

Embora o Museu da ESPE tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que existe e trata-se do Despacho do General CEME de 22 de Julho de 2004. Não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Ainda considera em simultâneo o Inventário Informatizado e a Conservação/Restauro o maior grau de importância, seguido em paridade o Inventário Desenvolvido, o Catálogo e o “Site na Internet”. Atribui o terceiro grau de importância à Exposição Temporária.

### **2.1.2.13. Cartoteca, Fototeca e Museu, do Instituto Geográfico do Exército**

A missão da Cartoteca, Fototeca e Museu do Instituto Geográfico do Exército não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, designadamente: fotografia, cartografia militar, equipamentos e materiais de produção cartográfica.

A Cartoteca, Fototeca e Museu do IGeoE tem um inventário sumário do seu acervo e de forma informatizada, tendendo para um inventário desenvolvido. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é razoável. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, mas possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva e exceptuando a Cartoteca, quer a Fototeca e quer o Museu do IGeoE não têm normas de procedimentos e a orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, também excepto a Cartoteca, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura da Fototeca e do Museu. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do IGeoE e qualificado em cartografia militar.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

Ao nível da segurança, a Cartoteca, Fototeca e Museu do IGeoE não tem alarme anti-intrusão, mas tem vídeo-vigilância, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

A Cartoteca, Fototeca e Museu do IGeoE utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

A Fototeca e Museu do IGeoE não se encontram regularmente abertos ao público, mas a Cartoteca possui um horário regular. Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões, excepto na Cartoteca onde existe um questionário e o livro de reclamações. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

A Cartoteca, Fototeca e Museu considera a actual estrutura orgânica do IGeoE adequada às actividades museológicas. Por isso não se aplica a pergunta sobre as possíveis novas estruturas orgânicas para o enquadramento superior da actividade museológica no Exército Português.

A Cartoteca, Fototeca e Museu do IGeoE concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida dos países da Europa Ocidental. A terceira prioridade é conferida aos países da Europa Central/Leste. Por fim, a última prioridade é dada aos países da América do Norte, da Ásia e do Magreb.

Embora a Cartoteca, Fototeca e Museu do IGeoE tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho do General CEME de 27 de Abril de 2004. Não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Ainda considera o Inventário Informatizado o maior grau de importância, seguido em simultâneo do Inventário Desenvolvido e da Conservação/Restauro. Atribui o terceiro grau de importância em paridade à Exposição Temporária, ao Catálogo e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.14. Museu e Arquivo Histórico, do Instituto Militar dos Pupilos do Exército**

A missão do Museu do Instituto Militar dos Pupilos do Exército não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: telémetros, uniformes, armamento ligeiro e individual, fotografia e espólio do General Xavier Correia Barreto, fundador do IMPE.

O Museu do IMPE tem um inventário sumário do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário desenvolvido e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é razoável. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Possui reservas que estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu do IMPE não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do IMPE e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu do IMPE não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu do IMPE não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

O Museu do IMPE não se encontra regularmente aberto ao público. Entre 1999 e 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia/museografia aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior dispõe de parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

O Museu considera a actual estrutura orgânica do IMPE inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no IMPE.

O Museu do IMPE concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo à Comunidade de Países de Língua Portuguesa e aos países da América do Norte, seguida em paridade pelos países do Sul da Europa, da Europa Ocidental, da Europa Central/Leste, da Ásia e do Magreb.

Embora o Museu do IMPE tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho do General CEME de 21 de Setembro de 1993. Não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Ainda considera a Conservação/Restauro o maior grau de importância, seguido em simultâneo do Inventário Informatizado, do Inventário Desenvolvido, da Exposição Temporária e do Catálogo. O menor grau de importância é dado ao “Site na Internet”.

### **2.1.2.15. Sala de Exposições Coronel Luís António Vasconcelos Dias, da Manutenção Militar**

A missão da Sala de Exposições Coronel Luís António Vasconcelos Dias, da Manutenção Militar, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, designadamente: máquinas de produção industrial, equipamentos de panificação mecânica, de moagem, de massas e de laboratório e fotografia.

A Sala de Exposições da MM considera possuir um inventário desenvolvido do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é boa. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha entre 1999 e 2003 tem sido descontínua, incorporando em 2001 e em 2003 menos de 10 bens museológicos por ano. Possui reservas que estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, a Sala de Exposições da MM não tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal da MM e qualificado em várias especialidades da sua indústria.

Ao nível da segurança, a Sala de Exposições da MM não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

A Sala de Exposições da MM não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

A Sala de Exposições da MM não se encontra regularmente aberta ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior não há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.



Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado apenas a partir de 2001 e, até 2003, o seu número foi sempre inferior a 500. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

A Sala de Exposições considera a actual estrutura orgânica da MM inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, na Manutenção Militar.

A Sala de Exposições da MM concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e está indecisa quanto à perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida dos países da Europa Ocidental. A terceira prioridade é dada aos países do Magreb, seguida em paridade pelos países da América do Norte e da Ásia. A menor e última prioridade é conferida aos países da Europa Central/Leste.

Não existe documento fundador da Sala de Exposições da MM e esta não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera em simultâneo o maior grau de importância o Inventário Informatizado e a Conservação/Restauro, seguido do Inventário Desenvolvido. O menor grau de importância é atribuído em paridade à Exposição Temporária, ao Catálogo e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.16. Centro Museológico e de Documentação, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento**

A missão do Centro Museológico e de Documentação, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: uniformes, calçado, arreios, máquinas de produção industrial, equipamentos e materiais de campanha.

O Centro Museológico e de Documentação das OGFE considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, mas possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha entre 1999 e 2003 tem sido interpolada, incorporando em 2002 entre 40 – 50 bens museológicos e em 2003 mais de 50. Possui reservas que estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Centro Museológico e de Documentação das OGFE não tem normas específicas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal das OGFE e qualificado em uniformes e calçado.

Ao nível da segurança, o Centro Museológico e de Documentação das OGFE não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Centro Museológico e de Documentação das OGFE utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu um “Folheto” em 2003. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Centro Museológico e de Documentação das OGFE não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Contudo, a técnica superior tem o Curso de Especialização em Museologia, frequentado na Universidade Lusíada em 2003. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas, mas têm espaços para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Centro Museológico e de Documentação considera a actual estrutura orgânica das OGFE inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, nas Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O Centro Museológico e de Documentação das OGFE concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda totalmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e concorda com o seu alargamento aos internacionais. Atribui maior prioridade aos países do Sul da Europa, seguida em simultâneo dos países da Europa Ocidental e do Magreb e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A terceira prioridade é dada em paridade aos países da Europa Central/Leste e da Ásia. A menor prioridade é conferida aos países da América do Norte.

Embora o Centro Museológico e de Documentação das OGFE tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui desde 2005. Não dispõe de programa museológico, mas possui dois núcleos museológicos – com uma exposição permanente em cada um deles – e tem em projecto um terceiro, relativo ao fardamento. Considera em simultâneo o maior grau de importância o Inventário Desenvolvido, a Conservação/Restauro e o “Site na Internet”, seguido em paridade do Inventário Informatizado e do Catálogo. O menor grau de importância é atribuído à Exposição Temporária.

#### **2.1.2.17. Museu da Artilharia Anti-aérea, do Regimento de Artilharia Anti-aérea N°1**

A missão do Museu de Artilharia Anti-aérea, do Regimento de Artilharia Anti-aérea N°1, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia de artilharia anti-aérea portuguesa, abrangendo essencialmente os seguintes bens museológicos: armamento pesado e colectivo de artilharia anti-aérea e de artilharia de campanha, armamento ligeiro, granadas de artilharia e estandartes de unidades.

O Museu de Artilharia Anti-aérea do RAA1 possui um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma manual. Não respondeu à pergunta sobre a qualidade da informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade e não possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu de Artilharia Anti-aérea do RAA1 não tem normas de procedimentos. Pelo facto da maioria dos seus bens museológicos se encontrarem expostos ao ar livre, sujeitos a todos factores de degradação de ambiente, torna-se inevitável a frequente acção curativa e, em casos mais extremos, pratica-se o restauro quando aquela não ocorreu em tempo oportuno. Não há registos de valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Por isso, não é possível obter esses dados referentes a 2003. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RAA1 e qualificado em armamento de artilharia anti-aérea e de campanha.

Ao nível da segurança, o Museu de Artilharia Anti-aérea do RAA1 não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e não se aplica a pergunta sobre a restrição de acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu de Artilharia Anti-aérea do RAA1 não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu de Artilharia Anti-aérea do RAA1 não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior não há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as áreas de exposição.

O Museu de Artilharia Anti-aérea considera a actual estrutura orgânica do RAA1 inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Regimento de Artilharia Anti-aérea Nº1.

O Museu de Artilharia Anti-aérea do RAA1 concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade aos países da Europa Ocidental, seguida em simultâneo dos países do Sul Europa e da Europa Central/Leste. A terceira prioridade é dada em paridade aos países da América do Norte e Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A menor prioridade é conferida igualmente aos países da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador do Museu de Artilharia Anti-aérea do RAA1 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância o Inventário Informatizado, seguido da Conservação/Restauro. O terceiro grau é dado ao Inventário Desenvolvido, seguido do Catálogo. O menor grau de importância é atribuído em simultâneo à Exposição Temporária e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.18. Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, do Regimento de Engenharia Nº1**

A missão do Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, do Regimento de Engenharia Nº1, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia do Movimento das Forças Armadas, abrangendo essencialmente diversos bens museológicos fotográficos, mobiliário, uniformes, documentos, livros e viaturas blindadas.

O Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do RE1 considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. A actual estrutura orgânica

não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha entre 1999 e 2003 tem sido ténue. Foram incorporados menos de 10 bens museológicos em 2003. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do RE1 não tem normas de procedimentos. Não dispõe de equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura. Por isso, não é possível obter registos dessas condições. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RE1 e qualificado em mobiliário, documentos e livros.

Ao nível da segurança, o Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do RE1 não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do RE1 utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu um “Folheto” em 2001. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do RE1 não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim. Contudo, tem um protocolo com a Câmara Municipal de Odivelas através do qual beneficia de apoio em manutenção de equipamento e em museografia. Não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações incluem espaços para actividades educativas, mas o mesmo não sucede para oficinas de conservação. No espaço exterior ao núcleo museológico não há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes, mas o RE1 disponibiliza parte do seu parque.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas considera a actual estrutura orgânica do RE1 adequada às actividades museológicas. Por isso não se aplica a pergunta sobre as possíveis novas estruturas orgânicas para o enquadramento superior da actividade museológica no Exército Português.

O Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do RE1 concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorde totalmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e está indeciso sobre o seu alargamento aos museus internacionais.

Existe documento fundador do Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do RE1 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera em simultâneo o maior grau de importância o Inventário Informatizado, o Inventário Desenvolvido e o Catálogo, seguido em paridade pela Conservação/Restauro, Exposição Temporária e “Site na Internet”.

#### **2.1.2.19. Museu do Regimento de Lanceiros N°2**

A missão do Museu do Regimento de Lanceiros N°2 não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, designadamente: uniformes, capacetes, pintura, fotografia, armamento ligeiro e individual, viaturas blindadas, estandartes de unidades, documentos e livros.

O Museu do RL2 considera possuir um inventário tipo sumário do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário informatizado. Também considera que seja razoável a informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha entre 1999 e 2003 tem sido ténue. Foram incorporados mais de 50 bens museológicos em 1999. Possui reservas que estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu do RL2 tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter

dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RL2 e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu do RL2 não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu do RL2 não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu do RL2 não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Considera as suas “Normas de Execução Permanente”, de 2003, equivalentes ao “Regulamento do Museu”. Apesar de ser um instrumento regulador de algumas actividades, aquelas Normas não estipulam as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu do RL2 considera a actual estrutura orgânica desta Unidade inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Regimento de Lanceiros Nº2.

O Museu do RL2 concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade à Comunidade de Países de Língua Portuguesa,



seguida em simultâneo dos países do Sul da Europa e da Europa Ocidental. A terceira prioridade é dada em paridade aos países da Europa Central/Leste, da América do Norte e da Ásia. A última prioridade é conferida aos países do Magreb.

Não existe documento fundador do Museu do RL2 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância a Conservação/Restauro, seguido em simultâneo do Inventário Informatizado e do Inventário Desenvolvido. O terceiro grau de importância é atribuído em paridade à Exposição Temporária, ao Catálogo e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.20. Museu das Transmissões, do Regimento de Transmissões**

A missão do Museu das Transmissões, do Regimento de Transmissões, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia de transmissões e telecomunicações do Exército Português, abrangendo essencialmente os seguintes bens museológicos: rádios, centrais telefónicas, equipamentos de feixes hertzianos, estandartes de unidades, fotografia, manuais técnicos, documentos e livros.

O Museu das Transmissões do RTm considera possuir um inventário sumário do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário desenvolvido e informatizado. Também considera que seja razoável a informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha tem sido contínua desde 1999 até 2003, incorporando menos de 10 bens museológicos por cada um desses anos. Possui reservas que estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu das Transmissões do RTm não tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RTm e qualificado em transmissões e telecomunicações.

Ao nível da segurança, o Museu das Transmissões do RTm não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

O Museu das Transmissões do RTm utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu das Transmissões do RTm não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas, mas o mesmo não sucede para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

O Museu das Transmissões considera a actual estrutura orgânica do RTm inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, não concorda com a criação de uma Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército, mas concorda com a criação de uma:

- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Regimento de Transmissões.

O Museu das Transmissões do RTm concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda totalmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e concorda com esse alargamento aos internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo à Comunidade de Países de Língua Portuguesa e aos países da América do Norte, seguida dos países da Europa Ocidental. A terceira e última prioridade é dada em paridade aos países do Sul da Europa, da Europa Central/Leste, da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador do Museu das Transmissões do RTm e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de

importância e em simultâneo a Conservação/Restauro e a Exposição Temporária, seguido em paridade do Inventário Informatizado, do Inventário Desenvolvido e do “Site na Internet”. O terceiro grau de importância é atribuído ao Catálogo.

#### **2.1.2.21. Museu da Escola Prática de Transmissões**

A missão do Museu da Escola Prática de Transmissões não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia de transmissões de campanha do Exército Português, abrangendo diversos bens museológicos, designadamente: lanternas, bandeiras de sinalização, chaves de *Morse*, heliógrafos, equipamentos rádio, telefones, teleimpressores, fotografia, manuais técnicos e livros.

O Museu da EPTm tem um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Possui reservas, mas o acesso a estas não é facultado para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu da EPTm não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal da EPTm e qualificado em transmissões e guerra electrónica.

Ao nível da segurança, o Museu da EPTm não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu da EPTm não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003, produziu um “CD-ROM”, uma “Brochura” e “Outras Edições”, tudo em 2003. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu da EPTm não se encontra regularmente aberto ao público. Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia

aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior dispõe de parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Museu da EPTm considera a actual estrutura orgânica desta Unidade adequada às actividades museológicas. Por isso não se aplica a pergunta sobre as possíveis novas estruturas orgânicas para o enquadramento superior da actividade museológica no Exército Português.

O Museu da EPTm concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e está indeciso sobre o seu alargamento aos museus internacionais.

Embora o Museu da EPTm tenha respondido “não” à existência de documento fundador do Museu, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho do General CEME de 7 de Junho de 1993. Não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Também considera o maior grau de importância e em simultâneo o Inventário Informatizado, o Inventário Desenvolvido e a Conservação/Restauro, seguido em paridade da Exposição Temporária, do Catálogo e do “Site na Internet”.

#### **2.1.2.22. Museu da Serra do Pilar, do Regimento de Artilharia Nº5**

A missão do Museu da Serra do Pilar, do Regimento de Artilharia Nº5, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: uniformes, armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, estandartes de unidades, azulejaria, fotografia, documentos e livros.

O Museu da Serra do Pilar do RA5 considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma informatizada, tendendo para um inventário sumário. A

informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu da Serra do Pilar do RA5 não tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RA5 e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu da Serra do Pilar do RA5 não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu da Serra do Pilar do RA5 não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu da Serra do Pilar do RA5 não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e, desde 1999 até 2003, o seu número foi sempre entre 500 – 1000. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu da Serra do Pilar considera a actual estrutura orgânica do RA5 inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, não concorda com a criação de uma Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército, mas concorda com a criação de uma:

- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Regimento de Artilharia N°5.

O Museu da Serra do Pilar do RA5 concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida em simultâneo dos países do Sul da Europa e do Magreb. A terceira prioridade é conferida aos países da Europa Ocidental, seguida em paridade dos países da Europa Central/Leste e da Ásia. A última prioridade é dada aos países da América do Norte.

Não existe documento fundador do Museu da Serra do Pilar do RA5 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância e em simultâneo o Inventário Informatizado, o Inventário Desenvolvido e a Conservação/Restauro, seguido em paridade da Exposição Temporária, do Catálogo e do “Site na Internet”.

#### **2.1.2.23. Museu do Regimento de Infantaria N°14**

A missão do Museu do Regimento de Infantaria N°14 não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: uniformes, armamento ligeiro e individual, capacetes, estandartes de unidades, medalhas, fotografia e documentos.

O Museu do RI14 considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha entre 1999 e 2003 tem sido ténue. Foram incorporados menos de 10 bens museológicos em 2002. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu do RI14 não tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade

e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RI14 e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu do RI14 não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu do RI14 não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu do RI14 não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Museu do RI14 considera a actual estrutura orgânica desta Unidade adequada às actividades museológicas. Por isso não se aplica a pergunta sobre as possíveis novas estruturas orgânicas para o enquadramento superior da actividade museológica no Exército Português.

O Museu do RI14 concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda totalmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e concorda com esse alargamento aos internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa, da Europa Ocidental e à

Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida em simultâneo dos países da Europa Central/Leste e da América do Norte. A terceira prioridade é conferida aos países do Magreb, seguida da última pelos países da Ásia.

Não existe documento fundador do Museu do RI14 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância o Inventário Informatizado, seguido em simultâneo do Inventário Desenvolvido, da Conservação/Restauro e do Catálogo. O menor grau de importância é dado em paridade da Exposição Temporária e do “Site na Internet”.

#### **2.1.2.24. Secção Museológica de Artilharia, da Escola Prática de Artilharia**

A missão da Secção Museológica da Escola Prática de Artilharia não está definida e a natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, designadamente: armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, viaturas blindadas, munições de artilharia, uniformes, estandartes de unidades, pintura, fotografia, documentos, manuais técnicos e livros.

A Secção Museológica da EPA tem um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Possui reservas, mas o acesso a estas não é facultado para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, a Secção Museológica da EPA não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal da EPA e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, a Secção Museológica da EPA tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.



## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

A Secção Museológica da EPA utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Em 2002 e 2003 produziu um “Folheto” e editou uma “Brochura” em 2003. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

A Secção Museológica encontra-se regularmente aberta ao público, durante os dias de semana e no seguinte horário: das 10H00/12H30 e das 14H00/17H00. Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado apenas desde 2002. Neste ano o número de visitantes fixou-se entre 500 – 1000, e no ano seguinte entre 1000 – 2000 visitantes. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

A Secção Museológica considera a actual estrutura orgânica da EPA inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, na Escola Prática de Artilharia.

A Secção Museológica da EPA concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Também concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade aos países do Sul da Europa, seguida em simultâneo dos países da Europa Ocidental, da Europa Central/Leste e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A terceira prioridade é dada aos países do Magreb, seguida da última e em simultâneo dos países da América do Norte e da Ásia.

Embora a Secção Museológica da EPA tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho do

General CEME de 7 de Junho de 1993. Não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Considera o Inventário Informatizado o maior grau de importância, seguido em simultâneo do Inventário Desenvolvido, da Conservação/Restauro e do “Site na Internet”. Atribui o terceiro grau de importância e em paridade à Exposição Temporária e ao Catálogo.

#### **2.1.2.25. Sala de Honra, do Regimento de Cavalaria Nº3**

A missão da Sala de Honra do Regimento de Cavalaria Nº3 não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia do Regimento, abrangendo essencialmente os seguintes bens museológicos: armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, viaturas blindadas, pintura, documentos, espólios de ex-militares de cavalaria e fotografia.

A Sala de Honra do RC3 considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, a Sala de Honra do RC3 não tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RC3 e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, a Sala de Honra do RC3 não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

A Sala de Honra do RC3 não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

A Sala de Honra do RC3 não se encontra regularmente aberta ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em

museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior não há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

A Sala de Honra do RC3 considera a actual estrutura orgânica desta Unidade inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Regimento de Cavalaria Nº3.

A Sala de Honra do RC3 concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida dos países da Europa Ocidental. A terceira prioridade é conferida em paridade aos países da Europa Central/Leste e da América do Norte, seguida dos países da Ásia. A última prioridade é dada aos países do Magreb.

Não existe documento fundador da Sala de Honra do RC3 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância e em simultâneo o Inventário Informatizado, a Conservação/Restauro e o “Site na Internet”, seguido em simultâneo do Inventário Desenvolvido, da Exposição Temporária e do Catálogo.

### **2.1.2.26. Sala de Honra, do Regimento de Infantaria Nº2**

A missão da Sala de Honra do Regimento de Infantaria Nº2 não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia do Regimento, abrangendo essencialmente os seguintes bens museológicos: armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, estandartes e guiões de Unidades, fotografia, documentos e livros.

A Sala de Honra do RI2 considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma mista (manual e informatizado), tendendo para um inventário sumário e informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é muito má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 não incorporou qualquer bem museológico. Não possui reservas e, por conseguinte, a investigação nesse espaço funcional não se aplica.

Relativamente à conservação preventiva, a Sala de Honra do RI2 não tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RI2 e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, a Sala de Honra do RI2 tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

A Sala de Honra do RI2 não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

A Sala de Honra do RI2 não se encontra regularmente aberta ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior não há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada

pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

A Sala de Honra do RI2 considera a actual estrutura orgânica desta Unidade inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, não concorda com a criação de uma Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército, mas concorda com a criação de uma:

- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Regimento de Infantaria Nº2.

A Sala de Honra do RI2 concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda totalmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida em simultâneo dos países do Sul da Europa, da Europa Ocidental, da Europa Central/Leste, da América do Norte, da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador da Sala de Honra do RI2 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância e em simultâneo o Inventário Informatizado, o Inventário Desenvolvido, a Conservação/Restauro e a Exposição Temporária, seguido em paridade do Catálogo e do “Site na Internet”.

#### **2.1.2.27. Museu do Regimento de Cavalaria Nº4**

A missão da Museu do Regimento de Cavalaria Nº4 não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia do Regimento, abrangendo essencialmente os seguintes bens museológicos: armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, viaturas blindadas, pintura, documentos, fotografia e equipamentos de guerra.

O Museu do RC4 considera possuir um inventário sumário do seu acervo e de forma mista manual, tendendo para um inventário informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é razoável. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha entre 1999 e 2003 tem

sido contínua desde 2001, incorporando neste ano e 2003 entre 10 – 30 bens museológicos e em 2002 entre 30 - 40. Possui reservas e estas estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu do RC4 não tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RC4 e qualificado em armaria e viaturas blindadas.

Ao nível da segurança, o Museu do RC4 não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu do RC4 não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu um “CD-ROM” em 2003. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu do RC4 não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior não há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos não têm acesso às salas de exposição.

O Museu do RC4 considera a actual estrutura orgânica desta Unidade inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;

- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Regimento de Cavalaria Nº4.

O Museu do RC4 concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e está indeciso sobre esse alargamento aos internacionais. Atribui maior prioridade à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida em simultâneo dos países do Sul da Europa, da Europa Ocidental, da Europa Central/Leste, da América do Norte, da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador do Museu do RC4 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância e em simultâneo o Inventário Informatizado, o Inventário Desenvolvido, a Exposição Temporária, o Catálogo e o “Site na Internet”, seguido da Conservação/Restauro.

#### **2.1.2.28. Museu das Tropas Pára-quedistas, da Escola de Tropas Aerotransportadas**

A missão do Museu das Tropas Pára-quedistas, da Escola de Tropas Aerotransportadas, não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia das tropas pára-quedistas portuguesas, abrangendo essencialmente os seguintes bens museológicos: pára-quedas, equipamentos de pára-quedas, armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, uniformes, estandartes e guiões de unidades, escultura, fotografia, manuais técnicos e livros.

O Museu das Tropas Pára-quedistas da ETAt tem um inventário sumário do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é razoável. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. A sua acção de recolha tem sido contínua e, entre 1999 e 2003, incorporou em 1999 mais de 50 bens museológicos, e entre 2000 e 2003 menos de 10 por cada um desses anos. Possui reservas, mas o acesso a estas não é facultado para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu das Tropas Pára-quedistas da ETAt não tem normas de procedimentos. A sua orgânica também não contempla especialistas qualificados em conservação. Por isso, não há um plano de conservação preventiva e a existência de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura em algumas das salas de exposição permanente é

inconsequente. A monitorização daquelas condições não é feita e, como tal, não é possível obter dados de 2003 sobre os valores mínimos e máximos de humidade relativa e de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal da ETA e qualificado em pára-quedas e armaria.

Ao nível da segurança, o Museu das Tropas Pára-quedistas da ETAt não tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e não restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu das Tropas Pára-quedistas da ETAt não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu das Tropas Pára-quedistas da ETAt encontra-se regularmente aberto ao público. Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia aos seus quadros de pessoal. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e utiliza outras formas – por exemplo, entradas pagas – para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior dispõe de parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei N° 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu das Tropas Pára-quedistas considera a actual estrutura orgânica da ETAt inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, na Escola de Tropas Aerotransportadas.

O Museu das Tropas Pára-quedistas da ETAt concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus do Exército e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda totalmente com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior



prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida dos países da Europa Ocidental. A terceira prioridade é conferida em paridade aos países da Europa Central/Leste e da América do Norte, seguida dos países da Ásia e do Magreb.

Embora o Museu das Tropas Pára-quedistas da ETAt tenha respondido “não” à existência de documento fundador, no entanto considera-se que possui e trata-se do Despacho do General CEME de 10 de Dezembro de 1993. Não dispõe de programa museológico e não possui núcleos. Também considera o maior grau de importância e em simultâneo o Inventário Informatizado, o Inventário Desenvolvido e a Conservação/Restauro, seguido do Catálogo. O último grau é dado à Exposição Temporária e ao “Site na Internet”.

#### **2.1.2.29. Museu do Regimento de Infantaria Nº15**

A missão do Museu do Regimento de Infantaria Nº1 não está definida e a natureza das colecções do seu acervo inscreve-se na monografia do Regimento, abrangendo essencialmente bens museológicos de armamento – ligeiro, pesado, individual e colectivo –, estandartes e guiões de Unidades, condecorações, documentos, livros e fotografia.

O Museu do RI15 considera possuir um inventário de tipo cadastro do seu acervo e de forma informatizada, tendendo para um inventário sumário. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é má. A actual estrutura orgânica não dispõe de um serviço específico para esta actividade, nem possui um centro de documentação para apoio à investigação. Entre 1999 e 2003 a sua acção de recolha tem sido ténue. Em 2002 incorporou entre 40 – 50 bens museológicos. Possui reservas e estas estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu do RI15 não tem normas de procedimentos. Dispõe de alguns equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura, mas não há registos dessas condições. Por isso, não é possível obter dados de 2003 sobre os seus valores mínimos e máximos. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por pessoal do RI15 e qualificado em armaria.

Ao nível da segurança, o Museu do RI15 tem alarme anti-intrusão, não beneficia de medidas de segurança presencial e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

O Museu do RI15 não utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 não produziu qualquer edição. Não possui algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

O Museu do RI15 não se encontra regularmente aberto ao público. Pelo facto de inexistir em termos orgânicos, também não possui quadro orgânico de pessoal. Por conseguinte, desde 1999 até 2003 não foi possibilitada qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não possui Liga de Amigos ou Associação afim, não dispõe de orçamento da tutela e não utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas e para oficinas de conservação. No espaço exterior há parque de estacionamento de viaturas dos visitantes.

Ainda não possui “Regulamento do Museu”, o que inviabiliza a avaliação sobre as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes não é registado. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, nem existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a todas as salas de exposição.

O Museu do RI15 considera a actual estrutura orgânica desta Unidade inadequada às actividades museológicas. Para o enquadramento superior dessas actividades, concorda com a criação de uma:

- Divisão de Património e Museus, no Estado Maior do Exército;
- Repartição de Museus, na DDHM;
- Secção de Museu, no Regimento de Infantaria Nº15.

O Museu do RI15 está indeciso quanto à importância de pertencer a uma Rede de Museus do Exército e à perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Concorda com o alargamento dessa rede a outros museus nacionais e internacionais. Atribui maior prioridade e em simultâneo aos países do Sul da Europa e à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, seguida dos países da Europa Ocidental. A terceira prioridade é conferida aos países da Europa Central/Leste, seguida dos países da América do Norte. A última prioridade é dada em paridade aos países da Ásia e do Magreb.

Não existe documento fundador do Museu do RI15 e este não dispõe de programa museológico, nem possui núcleos. Considera o maior grau de importância a

Conservação/Restauro, seguido do Inventário Informatizado. O terceiro grau é conferido em simultâneo ao Inventário Desenvolvido e Exposição Temporária, seguido do Catálogo. O último grau é dado ao “Site na Internet”.

## **2.2. Análise qualitativa dos museus do 3º grupo (dois museus de tutela não militar e com colecções militares)**

### **2.2.1. Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras**

A vocação do Museu Municipal Leonel Trindade encontra-se definida no seu Regulamento. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, designadamente: arqueologia, epigrafia, pintura, fotografia, armamento ligeiro e individual, estandartes, numismática, cerâmica, azulejaria e gravura.

O Museu Municipal Leonel Trindade tem um inventário desenvolvido do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário totalmente informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é boa. A actual estrutura orgânica dispõe de um serviço específico para esta actividade e possui um centro de documentação para apoio à investigação. A acção de recolha de bens museológicos essencialmente militares não tem sido praticada, não tendo havido incorporação desses bens entre 1999 e 2003. Possui reservas e estas estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu Municipal Leonel Trindade não tinha, até Janeiro de 2005, normas escritas de procedimentos e um plano de conservação preventiva. Este plano, actualmente em vigor, integra normas a serem seguidas relativamente a segurança, poluentes, condições ambientais (temperatura e humidade relativa), materiais e sistemas de armazenamento, acondicionamento e exposição. A sua orgânica contempla um especialista qualificado em conservação e restauro. Existem equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura e os dados são registados e analisados. A monitorização referente a 2003 indicou valores mínimo e máximo de humidade relativa, respectivamente, 65% e 90%, e de 20° de temperatura. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada essencialmente por um técnico superior de conservação e restauro.

Ao nível da segurança, o Museu Leonel Trindade tem alarme anti-intrusão e não restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício em determinadas circunstâncias, designadamente: trabalhos universitários, inquéritos de serviços públicos

e outras entidades/instituições que sejam credoras de confiança, de bom senso e sentido de responsabilidade.

O Museu Leonel Trindade utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades, através do “Site” da Câmara Municipal de Torres Vedras. Entre 1999 e 2003 produziu em 2000 um “Catálogo” e uma “Brochura”, e em 2001 editou um “Livro” (“Outras Edições”). Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Desde 1999 até 2003 não foi possibilitada aos seus quadros de pessoal a frequência de qualquer acção de formação em museologia e/ou museografia. Não tem Liga de Amigos ou Associação afim, embora tenha existido de forma efémera uma Liga em 1929. Possui orçamento próprio e utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, designadamente através de candidaturas a fundos europeus e estatais. Não existem espaços para actividades educativas e há espaços para oficinas de conservação. No entanto, no espaço exterior não há parque de estacionamento específico para as viaturas dos visitantes.

O Museu Leonel Trindade possui “Regulamento do Museu”, o que permite avaliar as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei Nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes é registado e o seu número variou entre 1999 e 2003. Até 2001, fixou-se entre os 5.000 e os 10.000 visitantes, e desde esse ano, inclusive, verificou-se o seu incremento, situando-se entre os 10.000 e 20.000 visitantes. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas na recepção é registado em impresso próprio um conjunto de dados estatísticos, como por exemplo: idade, país e localidade de residência. Existe o Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu Leonel Trindade concorda que seja importante pertencer a uma Rede de Museus, e discorda totalmente que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Em relação ao alargamento desta, concorda que seja ampliada a outros museus internacionais, atribuindo maior prioridade aos países do Sul da Europa, seguida pelos países da Europa Ocidental. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa e os países da Ásia são a sua terceira prioridade, e a menor prioridade é em simultâneo os países da Europa Central/Leste e da América do Norte.

O Museu Leonel Trindade possui documento fundador e considera que não tem programa museológico, embora muitos dos quesitos desse programa figurem no seu

Regulamento. Atribui o maior grau de importância e em simultâneo ao Inventário Informatizado e ao Inventário Desenvolvido, seguido da Conservação/Restauro. O “Site na Internet” constitui o menor grau de importância, apenas quando confrontado com as outras prioridades. A divulgação do património por essa via é muito importante, mas só poderá ter utilidade quando houver conteúdos para disponibilizar, o que não é ainda possível.

### **2.2.2. Museu da Fundação da Casa de Bragança**

A vocação do Museu da Fundação da Casa de Bragança encontra-se definida em Diário do Governo de 1933. A natureza das colecções do seu acervo é heterogénea, nomeadamente: artes decorativas, pintura, escultura, arqueologia, armamento ligeiro e individual, espécies naturais e carruagens.

O Museu da Fundação da Casa de Bragança tem um inventário desenvolvido do seu acervo e de forma manual, tendendo para um inventário totalmente informatizado. A informação disponibilizada pelas suas fichas de inventário é boa. A actual estrutura orgânica dispõe de um serviço específico para esta actividade e possui um centro de documentação para apoio à investigação. A acção de recolha de bens museológicos da colecção de armamento tem sido praticada, tendo havido incorporação (menos de 10) desses bens todos os anos, entre 1999 e 2003. Possui reservas e estas estão acessíveis para fins de investigação.

Relativamente à conservação preventiva, o Museu da Fundação da Casa de Bragança não tem normas de procedimentos. A sua orgânica não contempla especialistas qualificados em conservação e restauro, mas tem técnicos auxiliares de museografia que realizam conservação preventiva. Não possui um plano de conservação preventiva, embora existam equipamentos para regular as condições de humidade e de temperatura e os dados sejam registados e analisados. A monitorização referente a 2003 indicou valores mínimos e máximos de humidade relativa, respectivamente, 60% e 80%, e valores mínimos e máximos de temperatura, respectivamente, 10° e 20°. Quanto à conservação curativa, esta é assegurada externamente por especialistas.

Ao nível da segurança, o Museu da Fundação da Casa de Bragança tem alarme anti-intrusão e incêndio, guarda presencial ininterrupta e restringe o acesso a documentos relativos à segurança do edifício.

O Museu da Fundação da Casa de Bragança utiliza a “Internet” na divulgação das suas actividades. Entre 1999 e 2003 produziu uma “Brochura” em 2000 e um

“Catálogo” em 2001. Não possui nenhum protocolo com estabelecimentos de ensino superior.

Desde 1999 até 2003 foi possibilitada aos seus quadros de pessoal a frequência de acções de formação em museologia e/ou museografia, designadamente os quadros superiores em 2000, 2001 e 2002, e outros quadros em 1999 e 2003. Não tem Liga de Amigos ou Associação afim. O Museu da Fundação da Casa de Bragança considera que não possui orçamento próprio, nem utiliza outras formas para angariar recursos financeiros. As suas instalações não incluem espaços para actividades educativas, mas têm espaços para oficinas de conservação e, no espaço exterior, há parque de estacionamento para as viaturas dos visitantes.

O Museu da Fundação da Casa de Bragança possui “Regulamento do Museu”, o que permite avaliar as suas metas, objectivos e política do museu de forma a cumprir a definição consignada pelo Conselho Internacional dos Museus e, mais recentemente, pela Lei N° 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

O ingresso de visitantes à sala de armaria é registado e o seu número, entre 1999 e 2003, foi sempre inferior a 5.000 visitantes. Não há inquéritos preenchidos pelos públicos, mas existe Livro de Reclamações e Sugestões. Os deficientes físicos têm acesso a algumas salas de exposição.

O Museu da Fundação da Casa de Bragança concorda totalmente que seja importante pertencer a uma Rede de Museus, e discorda que haja perda de identidade em resultado de ser membro dessa rede. Em relação ao alargamento desta, concorda totalmente que seja ampliada a outros museus internacionais, atribuindo maior prioridade aos países da Europa Ocidental, seguida pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A menor prioridade é dada aos países do Sul da Europa.

O Museu da Fundação da Casa de Bragança possui documento fundador e dispõe de programa museológico, embora considere este razoável. Atribui o maior grau de importância e em simultâneo ao Inventário Desenvolvido e à Conservação/Restauro, seguido do Catálogo. O “Site na Internet” e o Inventário Informatizado constituem em paridade o menor grau de importância.

**CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DOS CONCEITOS DE  
MUSEU E DE REDES MUSEOLÓGICAS DE ABRANGÊNCIA  
TERRITORIAL NACIONAL.**

**1. Evolução da definição de *museu* em Portugal**

**1.1. Antecedentes**

As origens dos actos de coleccionar e de conservar as memórias são muito antigas e existem algumas semelhanças dessas actividades no *museu* e na *biblioteca*<sup>198</sup>.

A génese de *museu* é observada por Hugues de Varine-Bohan segundo duas perspectivas<sup>199</sup>:

- A origem histórica objectiva, clássica, que remonta a duas instituições gregas, o *museion* e a *pinakothéke*, onde, respectivamente, “se guardavam os conhecimentos da humanidade” e se “conservavam os estandartes, os quadros, as tábuas, as obras de arte antiga”.

- A origem analítica da evolução cultural da humanidade, dividida em três etapas: a pré-industrial (1ª etapa), onde “a palavra cultura não existe e, à excepção duma pequena elite sem importância cultural, o conceito de museu não pode existir”; a revolução e evolução industriais (2ª etapa), onde o “campo perde em grande parte a iniciativa cultural e abandona a sua criatividade, que passa a concentrar-se nas cidades”; e o período pós-industrial (3ª etapa), onde “os poderes políticos, económicos e culturais concentram-se nas metrópoles e a iniciativa cultural desaparece quase totalmente”, sendo esta “substituída pela inovação tecnológica”, própria da actual Era da Informação.

Essa segunda perspectiva, que é aplicada à escala planetária, pode e deve ser analisada de outras formas mais consentâneas com a história de cada país. Assim, tendo por base aquela como enquadramento geral, perspectiva-se de seguida a evolução da definição de museu em Portugal, organizada em cinco etapas: da fundação à implantação da Monarquia Constitucional (1ª etapa); entre esta e a implantação da República (2ª etapa); durante a 1ª República (3ª etapa); do Estado Novo à Revolução de 1974 (4ª etapa); e durante o Regime Democrático (5ª etapa).

---

<sup>198</sup> - MOREIRA, Isabel M. Martins (1989), *Museus e Monumentos em Portugal (1772 – 1974)*, Lisboa, Edição da Universidade Aberta, página 19.

<sup>199</sup> - AAVV (1979), *Os museus no mundo*, Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil, páginas 9-12.

### 1.1.1. Da fundação à implantação da Monarquia Constitucional (1ª etapa)

As colecções conservadas em templos, conventos e castelos constituíram um exemplo da prática medieval de entesouramento. Foi também desse período da Idade Média “a primeira norma jurídica sobre o património arqueológico”, o decreto régio de “22 de Abril de 1345 nas chamadas Ordenações Afonsinas onde se regulamenta o modo como se fazia a aglomeração dos bens reais”<sup>200</sup>.

No período renascentista verificou-se a laicização do coleccionismo, em parte favorecido pela revelação de novos mundos ao mundo e pelo conseqüente incremento económico, ambos proporcionados pelos Descobrimentos. Foram vários os humanistas – entre os quais se salientaram D. Diogo de Sousa, André de Resende, António Gouveia, Damião de Góis e Garcia da Horta – que recolheram e estudaram bens museológicos de diversas disciplinas, como a arqueologia, a arte, a história natural, a etnologia, a ciência e a técnica<sup>201</sup>.

Durante o século XVIII, por acção dos Iluminados e do espírito enciclopédico foram criados, ainda de forma incipiente, os primeiros “museus” públicos, de intuítos pedagógicos, por via estatal e eclesiástica<sup>202</sup>. Do período joanino (reinado de D. João V, entre 1706-1750), os principais esforços dirigiam-se “quer para obras de arte em geral, e para as pinturas em particular, quer sobretudo para a medalhística e para a arqueologia” e o interesse crescente pela aquisição de objectos da Natureza, armazenados em gabinetes de erudição curiosa e em galerias de arte<sup>203</sup>. Sob o signo do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) e no reinado de D. José (1750-1777), assistiu-se à “refundação” da Universidade em Portugal, pela introdução de uma nova cultura europeia, ganhando relevância os estudos naturais. “Seria, aliás, no âmbito da introdução dos estudos naturais que se fundariam dois estabelecimentos museológicos universitários, o Museu de História Natural e o Jardim Botânico”<sup>204</sup>. Para além do seu carácter eminentemente formativo, a história natural afirmou-se também no campo social, colocando-se “num terreno de argumentação consensual propício ao estabelecimento de diálogo e colaboração entre ciência e sociedade”, por via de jardins

---

<sup>200</sup> - TEIXEIRA, Madalena Braz (2000), Separata de *Foro BSCH*, página 3.

<sup>201</sup> - AAVV (1995), *Documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico português (primeira parte)*, Boletim APOM, Lisboa, Editado pela APOM, páginas 4 e 5.

<sup>202</sup> - Idem, página 5.

<sup>203</sup> - BRIGOLA, João Carlos Pires (2003), *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, Coimbra, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, páginas 51-52.

<sup>204</sup> - Idem, página 94.



botânicos e de gabinetes de iniciativa particular, em paridade às colecções de arte, arqueologia, medalhística e antiguidades<sup>205</sup>.

A tipologia de colecções desse período tinha maior abrangência em comparação com o conceito de *museu* apresentado em 1806 no *Novo Dicionario da língua portugueza*, como sendo o “lugar onde se guardão producções da Natureza, e da Arte, moedas, medalhas”.<sup>206</sup>

Até à extinção das ordens religiosas e a nacionalização dos seus bens em 1834, a Igreja e as instituições religiosas enriqueceram as colecções artísticas, arqueológicas e científicas, por acréscimos constantes e renovados e também pelo facto de não se encontrarem abrangidas pelas vicissitudes dos direitos sucessórios. Estes foram um dos principais motivos para o desmembramento das colecções particulares, nomeadamente por morte do coleccionador, entre outros factores perturbadores que conduziram à destruição e dispersão dos bens, designadamente: o terramoto de 1755, alguns incêndios, a ruína de algumas famílias nobres, as invasões francesas e as guerras liberais<sup>207</sup>.

### 1.1.2. Da Monarquia Constitucional à implantação da República (2ª etapa)

Durante a monarquia constitucional, período compreendido entre 1834 e 1910, foram-se criando algumas condições mais efectivas de museus públicos, independentemente da sua vocação ser de arte, arqueologia, etnografia, técnica e ciência, de iniciativa estatal, autárquica ou privada. Segundo Henrique Coutinho Gouveia, havia um “programa envolvendo a cobertura museológica do país, na legislação de 1836, determinando que fossem estabelecidos em cada uma das capitais de distrito, uma Biblioteca Pública e um Gabinete de Raridades”<sup>208</sup>. Contudo, também nesse intervalo de tempo anteriormente referido, em 1844 o conceito de museu apresentado por Francisco Solano Constâncio era ainda de um “depósito de productos da natureza ou da arte (...) de historia natural, de pintura, esculptura”, e em 1909, Esteves Pereira definia-o como “um edificio onde se guardam os exemplares e objectos raros ou curiosos relativos às sciencias, bellas artes, letras e industrias, quer antigos,

---

<sup>205</sup> - BRIGOLA, João Carlos Pires, op. cit, páginas 365-444.

<sup>206</sup> - MOREIRA, Isabel M. Martins, op. cit, página 35.

<sup>207</sup> - AAVV, *Documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico português (primeira parte)*, cit, página 5.

<sup>208</sup> - Citação feita por: TEIXEIRA, Madalena Braz, cit, página 27.

quer modernos”<sup>209</sup>. Apesar de se ter verificado a publicação de legislação para o estabelecimento de museus públicos, esta característica “pública” não estava consolidada em Portugal e por isso ainda não constava genericamente do conceito de museu.

### **1.1.3. Durante a 1ª República (3ª etapa)**

Foi durante a primeira república – compreendida entre 1910 e 1926 – que se legislou no sentido de se concretizar em Portugal uma política de âmbito nacional para o sector, como complemento fundamental do ensino artístico e educação em geral. O Decreto Nº1 do Governo Provisório, datado de 26 de Maio de 1911, constituiu o diploma legal de maior relevância para se alcançar o propósito descentralizador e imprimir o seu desenvolvimento coerente<sup>210</sup>. Através desse decreto – que teve o Doutor José de Figueiredo como relator de uma comissão criada para a sua redacção – foram criados os Conselhos de Arte e Arqueologia, como tutela institucional, de cada uma das três circunscrições, com sede em Lisboa (1ª circunscrição), Coimbra (2ª circunscrição) e Porto (3ª circunscrição)<sup>211</sup>.

### **1.1.4. Do Estado Novo à Revolução de 1974 (4ª etapa)**

No regime do Estado Novo – período compreendido entre 1926 e 1974 – foi publicada diversa legislação, da qual se destacou:

- O Decreto Nº 20.985, de 7 de Março de 1932, que incidia essencialmente na organização e na classificação dos museus. Quanto à organização, avultava o seguinte: a extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia daquelas três circunscrições, embora possibilitasse a organização das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia mas com funções meramente consultivas; a concentração no Conselho Superior de Belas Artes das funções técnicas e administrativas; e a atribuição à novel Academia Nacional de Belas Artes de trabalhos especulativos, puramente académicos<sup>212</sup>. Relativamente à classificação dos museus, existiam três grupos: “museus nacionais, museus regionais e museus, museus municipais, tesouros de arte sacra e outras mais colecções oferecendo valor artístico, histórico ou arqueológico”<sup>213</sup>.

---

<sup>209</sup> - MOREIRA, Isabel M. Martins, op. cit.

<sup>210</sup> - Decreto Nº1 de 26 de Maio de 1911, Diário do Governo Nº124 de 29 de Maio, páginas 2245-2247.

<sup>211</sup> - Idem, página 2245.

<sup>212</sup> - Decreto Nº20.985, Diário do Governo Nº56, I Série, de 7 de Março de 1932, páginas 431-433.

<sup>213</sup> - Idem, página 435.

- O Decreto-lei Nº 46.758, de 18 de Dezembro de 1965, que reflectia principalmente a necessária preparação dos directores para o processo de modernização dos museus portugueses. Através do *Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia*, nele se evidenciava o “Curso de Conservador de Museu”, destinado à formação profissional dos conservadores. Para além dessa medida, também se destacava a acção pedagógica e o papel educativo e social dos museus, e ainda a atribuição de competências de inspecção à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes<sup>214</sup>. Nesse processo de modernização deve-se destacar a figura de João Couto – protagonista da qualificação geral dos museus em Portugal – e o Museu Nacional de Arte Antiga – instituição vocacionada para a implementação prática do conjunto de medidas estabelecidas naquele regulamento, em particular pela acção do seu laboratório e oficinas de restauro.

Decorrendo desse esforço legislativo, por despacho ministerial de 17 de Setembro de 1965 também foi criada a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) com a finalidade de<sup>215</sup>:

“- Agrupar conservadores de museus, restauradores de obras de arte, historiadores e críticos de arte, arquitectos e outros técnicos e cientistas ligados aos problemas museológicos actuais;

- Promover o conhecimento da museologia e dos domínios científicos e técnicos que a informam, através de reuniões e visitas de estudo, conferências, exposições e publicações.”

Na década de 70, verificou-se a participação de forma mais expressiva de profissionais de museus, “em regra os que prestavam funções nas instituições nacionais de maior prestígio”<sup>216</sup>, nas Conferências Gerais do *International Council of Museums* (ICOM) – organismo da *United Nations for Education, Science and Culture Organization* (UNESCO), com sede em Paris e criado em 1946 – e nos seminários organizados pelos vários comités desse organismo, estando na origem da criação da

---

<sup>214</sup> - Decreto-lei Nº46.758, Diário do Governo Nº286, I Série, de 18 de Dezembro de 1965, páginas 1699 - 1704.

<sup>215</sup> - ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1992), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Edição Universidade Aberta. Ver em: RAMOS, Paulo Oliveira, *Breve História do Museu em Portugal*, página 59. Os estatutos da APOM foram revistos em 1994 e aí é possível constatar a sua distensão pela criação de cinco delegações regionais – Norte, Centro, Sul, Madeira e Açores – e de um Conselho Consultivo.

<sup>216</sup> - CAMACHO, Maria Clara de Frayão (1999), *Renovação Museológica e Génesis dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa 1974-90*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, página 151.

Comissão Nacional Portuguesa do ICOM. A definição de museu, adoptada na VII Assembleia Geral do ICOM (Alemanha – 1968), era a seguinte<sup>217</sup>:

- “O ICOM reconhece como museu toda a instituição permanente, que conserva e expõe colecções de objectos de carácter cultural ou científico, para fins de estudo, educação e fruição. Entram nesta definição: as salas de exposição que com carácter permanente mantêm as bibliotecas públicas e as colecções de arquivos; os monumentos históricos, suas partes ou dependências, tais como os tesouros das catedrais, lugares históricos, arqueológicos ou naturais, se estão abertos oficialmente ao público; jardins botânicos e zoológicos, aquários, viveiros e outras instituições que mostrem exemplares vivos; os parques naturais”.

### **1.1.5. Durante o Regime Democrático (5ª etapa)**

Por fim, a etapa do pós-revolução de 25 de Abril de 1974 que possibilitou:

- A implantação e a consolidação do regime democrático em Portugal e a consequente abertura ao exterior, cujos contactos internacionais resultaram em mudanças operadas também na museologia pela introdução de novas concepções museológicas, ora por via da APOM, e/ou da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, e/ou do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) desde 1985, e/ou por outras vias de cooperação estabelecidas por entidades locais, regionais ou privadas e mais facilitadas pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia desde 1986;

- O desenvolvimento de museus e núcleos museológicos por todos o país, de tutelas diversificadas – desde a administração central, passando pela local, até à privada –, assistindo-se, assim, ao seu enorme incremento provocado pelo significativo movimento de opinião e de consciência museológica, em cuja dinamização foi determinante o alargamento do conceito de património cultural, o aparecimento disseminado pelo território de várias Associações de defesa de património e de testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente e a asserção da museologia e disciplinas afins em licenciaturas e cursos pós-graduados.

Relativamente à legislação publicada no regime democrático, salientou-se:

- O Decreto-lei N° 45/80, de 20 de Março de 1980<sup>218</sup>. Este diploma legal estava fundamentalmente centralizado na gestão de recursos humanos dos museus, pois criava

---

<sup>217</sup> - FERNÁNDEZ, Luis Alonso (1999), *Museologia y museografía*, 1ª Edição, Barcelona, Edições del Serbal, página 30. (Tradução feita pelo signatário).

novas categorias e pretendia dignificar as existentes. O carácter urgente de reformular a situação de todo o pessoal prendia-se exactamente pelo número crescente dos museus, pelos desajustamentos verificados entre as habilitações exigidas aos seus técnicos e os vencimentos praticados e pela ineficácia de muitos aspectos abrangidos pelo Decreto-lei N° 46758 de 1965<sup>219</sup>.

- O Decreto-lei N°278/91, de 9 de Agosto de 1991, que criou o Instituto Português de Museus (IPM), “na presunção assumida pelo Governo de que a gestão dos museus devia ser confiada a um organismo exclusivamente vocacionado para os múltiplos problemas específicos do sector, com competências administrativas próprias”<sup>220</sup>. Contudo, poucos anos volvidos, verificou-se que continuava a faltar uma instância coordenadora das políticas museológicas à escala regional e nacional<sup>221</sup>. Perante tal evidência e para superar os bloqueios ocorridos no panorama museológico nacional, vários profissionais de museus reunidos na APOM e no ICOM produziram em 1995 um texto intitulado “Documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico nacional”<sup>222</sup>.

- O Decreto-lei 398/99, de 13 de Outubro de 1999, que pretendia obter sucesso na implementação e estruturação da Rede Portuguesa de Museus (RPM) e a assunção clara de que ao IPM competia definir e orientar a política museológica nacional<sup>223</sup>.

Entretanto, a definição de museu adoptada pelo ICOM e anteriormente descrita, sofreu várias alterações. Na sua XVI Assembleia Geral realizada em Haia em 1989, o museu passou a designar-se como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica, e expõe para fins de estudo, de educação e de fruição,

---

<sup>218</sup> - Posteriormente, foi publicado o Decreto-lei N° 55/2001. Ver em: Diário da República N°39, I Série-A, de 15 de Fevereiro de 2001, páginas 846-853. Este diploma “define o regime das carreiras do pessoal que exerce a sua actividade no domínio da museologia e no domínio da conservação e do restauro”, sob a tutela do Ministério da Cultura.

<sup>219</sup> - Decreto-lei N°45/80, Diário da República N°67, I Série, de 20 de Março de 1980, página 493. Posteriormente, foi aprovado o Decreto-lei N°248/85, de 15 de Julho de 1985, que estabelecia o regime geral da estruturação das carreiras da função pública – nomeadamente da administração central, dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos, da administração local por via de decreto regulamentar e das regiões autónomas – e, consequentemente, incidia na estruturação das carreiras museológicas nacionais.

<sup>220</sup> - Decreto-lei N°398/99, Diário da República N°239, I Série-A, de 13 de Outubro de 1999, página 6892.

<sup>221</sup> - AAVV, *Documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico português (primeira parte)*, cit, página 6.

<sup>222</sup> - AAVV (2003), *Perspectiva Histórica*, artigo publicado na revista da APOM “Lugar em Aberto”, Semestral, N°1 – I Série, Edição APOM, Lisboa, página 42.

<sup>223</sup> - Decreto-lei N°398/99, cit, páginas 6892-6893. Este decreto revogou o Decreto-lei N°161/97, de 26 de Junho de 1997, que permitiu estruturar mais profundamente os serviços do IPM.

testemunhos materiais do homem e do seu ambiente”<sup>224</sup>. Posteriormente, na XVIII Assembleia Geral organizada na Noruega em 1995, era introduzida naquela definição o conceito de “museus formados pelas suas comunidades respectivas para preservar a sua herança cultural específica”<sup>225</sup>.

Até à publicação de um normativo actual e legal sobre a definição de museu em Portugal<sup>226</sup>, a sua referência continuava a situar-se nos estatutos do ICOM e, após a XX Assembleia Geral de Barcelona em 2001, estes tinham a seguinte redacção<sup>227</sup>:

- “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição. A definição de museu supracitada deve ser aplicada sem quaisquer limitações resultantes da natureza da entidade responsável, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das colecções da instituição em causa. Para além das instituições designadas “museus”, são abrangidos por esta definição: os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos e os sítios e monumentos históricos com características de museu pelas suas actividades de aquisição, conservação e comunicação dos testemunhos materiais dos povos e do seu meio ambiente, as instituições que conservam colecções e expõem espécimens vivos de vegetais e animais, tais como jardins botânicos e zoológicos, aquários e viveiros; os centros científicos e planetários; as reservas naturais; as organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus, as administrações públicas que tutelam museus de acordo com a definição supracitada; as instituições ou organizações sem fins lucrativos que desenvolvem actividades de conservação, investigação, educação, formação, documentação e outras relacionadas com museus e museologia; os centros culturais e outras instituições cuja finalidade é promover a preservação, continuidade e gestão dos recursos patrimoniais materiais e imateriais (património vivo e actividade criativa digital); quaisquer outras instituições que o Conselho Executivo, ouvido o Conselho Consultivo, considere como tendo algumas ou todas as características de um museu, ou que proporcione aos museus e aos profissionais de museus os meios para a investigação na área da Museologia, da educação ou da formação”.

---

<sup>224</sup> - FERNÁNDEZ, Luis Alonso, op. cit, página 31.

<sup>225</sup> - Idem.

<sup>226</sup> - A Lei N.º107/2001, Diário da República N.º209, I Série-A, de 8 de Setembro de 2001, estabelece “as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”, páginas 5808-5829.

<sup>227</sup> - Código Deontológico para os Museus (2003), Edição da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, página 16.

## 1.2. *Museu* – definição actual

A definição portuguesa e actual de *museu* tem suporte jurídico desde 2004, pela publicação da Lei N°47/2004, e é a seguinte<sup>228</sup>:

- “Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; facultar o acesso ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade. Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiente e paisagístico”.

Também é relevante naquela lei o conceito de “coleção visitável”, como sendo “o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações essencialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu. A coleção visitável é objecto de benefícios e de programas de apoio e de qualificação adequados à sua natureza e dimensão através do Estado, das regiões autónomas e dos municípios, desde que disponha de bens culturais inventariados nos termos do artigo 19º da Lei N°107/2001, de 8 de Setembro. Os programas referidos no número anterior são preferencialmente estabelecidos quando seja assegurada a possibilidade de investigação, acesso e visita pública regular”<sup>229</sup>.

## 2. Redes museológicas em Portugal

### 2.1. O panorama nacional até 2000

A introdução em Portugal do conceito de rede de índole museal deveu-se a João Couto, através de uma proposta sua de 1941 e relativa a uma possível “Rede de Museus

---

<sup>228</sup> - Lei N°47/2004, cit, página 5379.

<sup>229</sup> - Idem, páginas 5379-5380.

do Estado”<sup>230</sup>. A sua não efectivação, acompanhada em simultâneo pelo nascimento de museus no seio de diferentes tutelas e sem que fossem criados órgãos e instrumentos formais de articulação entre eles, possibilitou àqueles o prolongamento por longas décadas de problemas comuns, designadamente: necessidades de apoio técnico, questões financeiras, instalações e formação de pessoal<sup>231</sup>.

A acção de Luís Chaves e de Sebastião Pessanha, em relação à criação de uma rede nacional de museus de etnografia, apenas foi consequente à escala local e regional<sup>232</sup>. Por conseguinte, também se gorou o objectivo de implantar essa rede no país.

Na década de setenta do século passado, Per-Uno Agren recomendou, no relatório apresentado à UNESCO e ao governo português em 1979, um conjunto de soluções culturais, sendo a primeira destas a “criação de uma rede coerente de museus”<sup>233</sup>. Esta ideia de “rede museológica nacional” foi incorporada em 1981 pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC), para que fosse “coerente com as reais necessidades do País, através da qual museus de uma determinada região possam ser coordenados por um museu considerado central, assim como museus de uma determinada especialidade possam ser coordenados por um museu central dessa especialidade”<sup>234</sup>. Os museus dependentes do IPPC eram funcionalmente categorizados em quatro tipos:

- “Museus especializados, responsáveis sem delimitações geográficas por consultoria técnica;
- Museus especializados, responsáveis por consultoria técnica em zonas delimitadas;
- Museus coordenadores regionais;
- Museus sem funções de coordenação”<sup>235</sup>.

A par dessa reorganização funcional estavam também previstos protocolos de colaboração com museus de certas zonas do país onde não existia entidade museológica dependente do IPPC.

Mas, uma vez mais, a implementação do Plano Museológico Nacional não se concretizou. Simultaneamente, assistiu-se na década de oitenta do século passado a uma pujança e dinâmica, protagonizadas essencialmente por museus tutelados pela Administração Local, que reforçavam a necessidade e urgência de erguer uma entidade

---

<sup>230</sup> - Rede Portuguesa de Museus, *Documento Programático*, disponível em: <http://www.min-cultura.pt/Noticias/Redes/RPMCnt.html>

<sup>231</sup> - Idem

<sup>232</sup> - Ibidem.

<sup>233</sup> - Ibidem.

<sup>234</sup> - Ibidem

<sup>235</sup> - Ibidem.



de âmbito nacional (e não apenas de tutela) capaz de promover a articulação, a cooperação e o apoio técnico inter-museus, perante a constatação de esvaziamento da noção de rede museológica nacional.

Foi na década de noventa do século passado que se consolidou a metodologia e definição conceptual de implementação da rede museológica nacional, através:

- De contributos individualizados e sob a forma de textos, dos quais se salientaram:

- Adília Alarcão, em 1992, propondo “(...) que se retomasse a ampliasse a reflexão sobre a rede museológica nacional encetada nos primeiros anos da década de 80 e que deixou bem claro, para todos os que dela participaram, quanto é difícil, mas imprescindível, definir conceitos, políticas e estratégias antes de iniciar-se qualquer programa de reorganização”<sup>236</sup>;
- Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, em 1996, propondo uma tipificação “centrada em torno da estrutura funcional e territorial”, de entidades museológicas e paramuseológicas, e tendo em conta a tríade “coleção-implantação-população”<sup>237</sup>;
- Fernando António Baptista Pereira, em 1998, estabelecendo os principais tópicos de formulação das redes de âmbito nacional<sup>238</sup>;
- Henrique Coutinho Gouveia, em 1999, formulando os fundamentos das redes museológicas locais<sup>239</sup>,

- De vários *Encontros Museologia e Autarquias*, nascidos em 1990 e organizados anualmente, havendo a destacar o *IX Encontro Nacional de Museologia e Autarquias – Loures/1998*;

- Do *Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português* – da responsabilidade conjunta da APOM e da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, datado de 1995<sup>240</sup>;

---

<sup>236</sup> - ALARCÃO, Adília (1993), “O património museológico e a(s) tutela(s)”, *Revista Vértice*, Maio-Junho, página 35.

<sup>237</sup> - LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia (1998), *Analisar e Comparar Entidades Museológicas e Paramuseológicas*, Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias, Seixal, Edição da Câmara Municipal do Seixal, páginas 106-112.

<sup>238</sup> - PEREIRA, Fernando António Baptista (1999), *Redes de Museus e Organização dos Museus Autárquicos*, in 9º Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, Loures, Edição da Câmara Municipal de Loures, páginas 145-147.

<sup>239</sup> - GOUVEIA, Henrique Coutinho (1999), *Proposta de realização de um Seminário sobre redes museológicas locais*, em *Viana do Castelo*, documento policopiado.

- Do IPM, da observação, reconhecimento e exemplaridade de alguns sistemas de articulação entre museus – e implementados em países como França, Estados Unidos da América, Inglaterra, Irlanda e região da Catalunha;

- De diversas organizações internacionais, como por exemplo: o *European Museums Information Institute* (EMII), o *Network of European Museums Organization* (NEMO) e o *European Museum Forum*<sup>241</sup>.

A aprovação da lei orgânica do IPM, através do Decreto-Lei Nº 398/99, de 13 de Outubro de 1999, atribuiu a este Instituto a definição do “modelo integrado da Rede Portuguesa de Museus”<sup>242</sup>. Nesse sentido, o IPM tomou a iniciativa, devidamente escorada pelo Observatório das Actividades Culturais e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de elaborar um inquérito – realizado em 1999 e publicado em 2000 – que permitisse diagnosticar e caracterizar o estado dos museus em Portugal<sup>243</sup>. Esse profundo e rigoroso conhecimento da realidade museológica nacional esteve na origem do processo de geração de uma estrutura formal de rede, dotada de recursos humanos, logísticos e financeiros, com atribuições e objectivos a alcançar num certo espaço temporal. Foram então diligenciadas as necessárias formalidades legais para a constituição da Rede Portuguesa de Museus (RPM). Explorando a possibilidade prevista no Artigo 21º do Decreto-Lei 398/99, foi constituída na dependência daquele Instituto uma estrutura de projecto e que, através do Despacho Conjunto Nº616/2000, de 17 de Maio de 2000<sup>244</sup>, se denominou Estrutura de Projecto *Rede Portuguesa de Museus* (EPRPM).

## 2.2. Estrutura de Projecto *Rede Portuguesa de Museus*

A EPRPM entrou em funcionamento em Agosto de 2000<sup>245</sup>. Era constituída por uma Coordenadora Geral, uma Coordenadora-adjunta, uma equipa de quatro elementos – nomeada pelo Ministro da Cultura – e dois elementos de secretariado técnico-

---

<sup>240</sup> - Foram subscritores do documento: Fernando António Baptista Pereira, Madalena Braz Teixeira, Maria Rosa Figueiredo, Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, Natália Correia Guedes, Isabel Silveira Godinho e Henrique Coutinho Gouveia.

<sup>241</sup> - Rede Portuguesa de Museus, *Documento Programático*, cit.

<sup>242</sup> - Decreto-lei Nº 398/99, Diário da República Nº 239, I Série-A, de 13 de Outubro de 1999, página 6893.

<sup>243</sup> - SILVA, Raquel Henriques da (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Edição do Instituto Português de Museus, Lisboa, página 11.

<sup>244</sup> - Despacho Conjunto Nº 616/2000, Diário da República Nº 130, II Série, de 5 de Junho de 2000, páginas 9633-9634.

<sup>245</sup> - CAMACHO, Clara Frayão, *Relatório de Actividades – 2001*, Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus, página 3.

-administrativo. A sua dotação orçamental, inscrita no PIDDAC do IPM, era de 500.000 contos<sup>246</sup>. Tinha a duração temporal de três anos, e as seguintes competências<sup>247</sup>:

- Estudar e propor o modelo da RPM;
- Elaborar programas de apoio a museus;
- Acompanhar e apoiar tecnicamente a execução de projectos;
- Estabelecer contactos com outras entidades públicas ou privadas que prossigam objectivos afins;
- Dar parecer sobre a integração de museus na RPM;
- Organizar e apoiar acções de formação no âmbito da museologia e da museografia.

As competências referidas em epígrafe geraram o conteúdo programático da acção da EPRPM, cujas linhas de actuação tinham como meta<sup>248</sup>:

- O aumento substancial do número de museus que preencham os requisitos enunciados pelos organismos internacionais e nacionais;
- A estruturação de uma rede consistente de “museus-difusores” que possa contribuir para a correcção de desequilíbrios regionais e inter-regionais;
- O aprofundamento e extensão da comunicação entre museus;
- A afirmação da museologia como domínio de investigação específica e pluridisciplinar.

Ainda no final de 2000 foi apresentado e submetido a discussão pública o seu “Documento Programático” e constituído um grupo de trabalho para apoio e aconselhamento à EPRPM, fornecendo “importantes contributos, designadamente na apreciação do *Documento Programático da RPM*; no apoio à definição do Plano de Actividades para 2001; na concepção dos quesitos e parâmetros que integram o *Regulamento de Adesão à RPM*; no debate sobre as prioridades de realização de acções de formação; na estruturação do programa do Fórum Internacional *Redes de Museus*”<sup>249</sup>.

Inicialmente projectada para exercer a sua actividade até 5 de Junho de 2003, tornar-se-ia evidente prorrogar o prazo de duração da EPRPM, de forma a não interromper as acções e trabalhos encetados e os quais apenas poderiam prosseguir com a manutenção daquela estrutura de projecto. O Despacho conjunto N° 309/2003, de 14 de Março de

---

<sup>246</sup> - Em 2000 o orçamento inicial era de 1.246.995,0 Euros; em 2001 de 997.596,0 Euros; em 2002 de 1.592.215, 0 Euros; e em 2003 de 1.410.000, 0 Euros. Ver em: *O Panorama Museológico em Portugal 2000-2003* (2005), Lisboa, Edição do OAC e IPM, página 70.

<sup>247</sup> - Despacho Conjunto N° 616/2000, cit, página 9634.

<sup>248</sup> - SILVA, Raquel Henriques da, op. cit, página 16.

<sup>249</sup> - CAMACHO, Clara Frayão, *Relatório de Actividades – 2001*, cit.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

2003, confirmou essa prorrogação por uma ano<sup>250</sup>. Em 6 de Julho de 2004 verificou-se a segunda prorrogação, através do Despacho conjunto N°455/2004<sup>251</sup>.

Desde o início das suas actividades até 2004 (inclusive), a EPRPM desenvolveu em diferentes anos várias acções. Destas foram seleccionadas algumas acções quantificáveis e mais salientes, ocorridas entre 2001 e 2004, exclusivamente centradas nos três eixos estruturadores (Eixo 1: Informação; Eixo 2: Formação; Eixo 3: Qualificação) e nas candidaturas de adesão à RPM, e a seguir apresentadas:

Ano	Algumas acções quantificáveis e salientes
2001	<p><b>Eixo 1:</b> Lançamento do <i>Site</i> da RPM; Edição da publicação <i>Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas</i>; Edição de dois números do Boletim trimestral <i>Rede Portuguesa de Museus</i>; Realização do <i>Fórum Internacional Redes de Museus</i>; Promoção duma conferência pelo Professor Stephen Weil<sup>252</sup>.</p> <p><b>Eixo 2:</b> Realização de quatro acções de formação destinadas a profissionais em exercício nos museus<sup>253</sup>.</p> <p><b>Eixo 3:</b> Elaboração de dois Programas de Apoio a Museus: o de Apoio à Qualificação e o de Apoio Técnico; Análise técnica a oitenta e oito projectos de candidatura àqueles programas de apoio; Acções de consultoria a cinco museus; emissão de onze pareceres; Realização de dezassete visitas e respectivos relatórios técnicos; trinta reuniões de trabalho efectuadas no IPM ou na sede da EPRPM; Produção do <i>Regulamento de Adesão à RPM</i><sup>254</sup>.</p> <p><b>Candidaturas de adesão à RPM:</b> Formulação do <i>Regulamento de Adesão à RPM</i>; apreciação de quarenta e cinco candidaturas; trinta e seis museus aderiram à RPM, para além dos vinte e nove museus do IPM<sup>255</sup>.</p>

<sup>250</sup> - Despacho conjunto N° 309/2003, de 14 de Março de 2003, Diário da República N° 79, II Série, de 3 de Abril de 2003, páginas 5217-5218.

<sup>251</sup> - Despacho Conjunto N°455/2004, de 6 de Julho de 2004, Diário da República N° 176, II Série, de 28 de Julho de 2004, página 11348.

<sup>252</sup> - CAMACHO, Clara Frayão, *Relatório de Actividades – 2001*, cit, páginas 4 -12.

<sup>253</sup> - Idem, página 13.

<sup>254</sup> - Ibidem, páginas 19-32.

<sup>255</sup> - Ibidem, páginas 33-41.

2002	<p><b>Eixo 1:</b> Reformulação do <i>Website</i> da RPM; Publicação das <i>Actas do Fórum Internacional Redes de Museus</i>; Edição da publicação <i>Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas</i>; Edição de quatro números do Boletim trimestral <i>Rede Portuguesa de Museus</i>; Participação nas “Jornadas Autarquias e Museus” e na exposição da <i>Festa dos Museus</i>; Continuação da gestão da <i>Base de Dados Museus</i><sup>256</sup>.</p> <p><b>Eixo 2:</b> Realização de sete acções de formação destinadas a profissionais em exercício nos museus; Constituição do Centro de Documentação da RPM<sup>257</sup>.</p> <p><b>Eixo 3:</b> Prosseguimento dos Programas de Apoio a Museus: o de Apoio à Qualificação e o de Apoio Técnico; Avaliação de elegibilidade a oitenta e um projectos para financiamento; Atribuição de consultorias técnicas a trinta e três museus; Visitas técnicas a trinta e uma entidades e museus; Realização de doze reuniões de trabalho efectuadas no IPM ou na sede da EPRPM<sup>258</sup>.</p> <p><b>Candidaturas de adesão à RPM:</b> Apreciação de vinte e nove candidaturas; incremento de trinta e dois museus – inclui os catorze museus tutelados pelas Direcções Regionais da Cultura dos Açores e da Madeira – que aderiram à RPM, num total de noventa e sete<sup>259</sup>.</p>
------	---

<sup>256</sup> - CAMACHO, Clara Frayão, *Relatório de Actividades – 2002*, cit, páginas 9-16.

<sup>257</sup> - Idem, páginas 17-22.

<sup>258</sup> - Ibidem, páginas 23-32.

<sup>259</sup> - Ibidem, páginas 2-8.

2003	<p><b>Eixo 1:</b> Actualização do <i>Website</i> da RPM; Disponibilização <i>on-line</i> e para <i>download</i> dos ficheiros correspondentes aos Regulamentos, ao Programa de Formação e a todos os Boletins editados; Disponibilização de fichas de apresentação e caracterização dos museus integrados na RPM; Continuação da gestão da <i>Base de Dados Museus</i>; Edição de quatro números do Boletim trimestral <i>Rede Portuguesa de Museus</i>; Abertura ao público do Centro de Documentação da RPM; Edição do <i>Roteiro e Programa de Actividades dos Museus da Rede Portuguesa de Museus</i><sup>260</sup>.</p> <p><b>Eixo 2:</b> Realização de quatro acções de formação destinadas a profissionais em exercício nos museus; Preparação de uma acção formação específica para párocos e zeladores de igrejas; Publicação de <i>Edições e divulgação em museus</i> e <i>Museu e colecções etnográficas</i><sup>261</sup>.</p> <p><b>Eixo 3:</b> Prosseguimento dos Programas de Apoio a Museus: o de Apoio à Qualificação e o de Apoio Técnico; Análise técnica a oitenta e quatro projectos de candidatura àqueles programas de apoio; Acções de consultoria a quarenta e seis museus; Visitas técnicas a vinte e três entidades; Realização de doze reuniões de trabalho efectuadas no IPM ou nas instalações da EPRPM.<sup>262</sup></p> <p><b>Candidaturas de adesão à RPM:</b> Apreciação de vinte e sete candidaturas; incremento de dezassete museus que aderiram à RPM, num total de cento e catorze museus<sup>263</sup>.</p>
2004	<p><b>Eixo 1:</b> Actualização do <i>Website</i> da RPM; Disponibilização do menu CDRPM respeitante ao Centro de Documentação, permitindo pesquisas no catálogo <i>on-line</i>; Edição do <i>Roteiro de Museus</i>; Edição de quatro números do Boletim trimestral <i>Rede Portuguesa de Museus</i>; Actualização da <i>Base de Dados Museus</i>; Participação em oito encontros<sup>264</sup>.</p> <p><b>Eixo 2:</b> Realização de sete acções de formação e do Curso <i>Museus e Acessibilidades</i>, ambos destinados a profissionais em exercício nos museus<sup>265</sup>;</p> <p><b>Eixo 3:</b> Elaboração de dois Programas de Apoio a Museus: o de Apoio à Qualificação e o de Apoio Técnico; Análise técnica a cento e dez projectos de candidatura àqueles programas de apoio; Realização de visitas e respectivos relatórios técnicos a oito</p>

<sup>260</sup> - CAMACHO, Clara Frayão, *Relatório de Actividades – 2003*, cit, páginas 10-18.

<sup>261</sup> - Idem, páginas 19 - 25.

<sup>262</sup> - Ibidem, páginas 29-41.

<sup>263</sup> - Ibidem, páginas 2-7.

<sup>264</sup> - CAMACHO, Clara Frayão, *Relatório de Actividades – 2004*, cit, páginas 17-29.

<sup>265</sup> - Idem, páginas 30-41.

<p>entidades; Reuniões de trabalho com três entidades efectuadas no IPM ou na sede da EPRPM<sup>266</sup>.</p> <p><b>Candidaturas de adesão à RPM:</b> Incremento de seis museus que aderiram à RPM, num total de cento e vinte museus; Realização de dois encontros com museus da RPM; Visitas de trabalho a dezoito museus da RPM<sup>267</sup>.</p>
--

Quadro N°5 – Algumas acções quantificáveis e salientes da EPRPM entre 2001 e 2004.

Do rol das suas profícuas actividades, verificáveis no quadro em epígrafe, ainda se realça a dinâmica e agilidade implementadas pela EPRPM na elaboração da actual *Lei Quadro dos Museus Portugueses*, discutida e aprovada por unanimidade na Assembleia da República e publicada em 19 de Agosto de 2004.

### 2.3. A Rede de Museologia Militar (de 1982/83)

A *Rede de Museologia Militar* foi criada no início da década de oitenta do século passado. À semelhança da “rede museológica nacional” preconizada pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC) à escala nacional e anteriormente descrita, também o Director do Serviço Histórico-militar, General Manuel Freire Themudo Barata, propôs a criação da “Rede de Museologia Militar” para o Exército Português<sup>268</sup>.

Essa proposta mereceu a aprovação do General CEME, por seu despacho de 30 de Dezembro de 1982, exarando o seguinte: “Visto e considero muito importante e de interesse esta proposta, que aprovo”<sup>269</sup>.

O princípio subjacente a essa rede museológica era o da sua descentralização territorial, sendo os museus categorizados inicialmente em três tipos<sup>270</sup>:

- “Museus Nacionais, especializados em temas militares e que nunca poderão pertencer a uma Rede de Museus Militares<sup>271</sup>;

<sup>266</sup> - Ibidem, páginas 42-55.

<sup>267</sup> - Ibidem, páginas 4-16.

<sup>268</sup> - Ver, no arquivo da DDHM, a Informação N° 103/82, cit.

<sup>269</sup> - Despacho do General CEME, exarado em 30-12-83 na Informação N°103/82, cit.

<sup>270</sup> - Informação N° 103/82, cit.

<sup>271</sup> - Sobre essa categoria, de Museus Nacionais especializados em temas militares, não foi possível esclarecer o alcance e sentido da afirmação, apesar do esforço efectuado quer junto do Doutor Carlos Barata – um dos sobrinhos do General Themudo Barata, possuidor de algum espólio e que amavelmente nos facultou a colecção de discursos legada pelo seu tio – quer em contactos informais

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- Museus Militares, totalmente integrados na organização militar, sendo órgãos de execução da DSHM;

- Secções Militares individualizadas em museus civis, sendo órgãos estruturalmente civis e que podem, até certo ponto, vir a constituir o último elo de museologia militar”.

Posteriormente, em 1983 foi incrementado na “Rede de Museologia Militar” o quarto tipo de categoria de museu: as Salas de Honra das U/E/O que, pelas atribuições definidas no Regulamento Geral do Serviço Interno do Exército, “constituem o órgão vocacionado para a história e património museológico militar”<sup>272</sup>.

Apesar dos Museus Militares terem “idêntica missão – preservar e divulgar os testemunhos históricos e as tradições militares nacionais –”<sup>273</sup>, o nível de tarefas atribuídas podia ser variável. Assim, foram definidos quatro níveis:

- O Museu Militar (em Lisboa), que teria funções de Museu central;
- Os Museus Militares Regionais, sendo um por Região Militar (RM) e Zona Militar (ZM), ou Locais, a implantarem nas localidades onde o interesse histórico-militar se conjugue com a vontade manifesta das populações locais;
- As Secções Militares em museus civis;
- As Salas de Honra nas U/E/O<sup>274</sup>.

Foram estabelecidas três dependências: a orgânica, a administrativa e a técnica, sintetizadas no quadro seguinte:

Nível dos Museus Militares	Dependência		
	Orgânica	Administrativa	Técnica
Museu Militar	DSHM	EME	----
Museu Militar Regional ou Local	DSHM	Comando da RM/ZM	Museu Militar
Secções Militares	Civil	Civil	Museu Militar Regional ou Local
Salas de Honra	U/E/O	U/E/O	Museu Militar

Quadro Nº6 – Nível dos Museus Militares e respectivas dependências (em 1983).

A estrutura dessa Rede de Museologia Militar previa:

---

com dois ex-directores da DDHM, o Brigadeiro Medeiros Ferreira (de 1995 a 1996) e o Coronel Costa Dias (de 1997 a 2002).

<sup>272</sup> - Ver, no arquivo da DDHM, a Informação Nº 114/83 – DS, Processo 80.08.01, de 10 de Novembro de 1983. Esse Regulamento foi substituído em 1986 pelo *Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército*, Despacho do General CEME de 3 de Fevereiro de 1986, mantendo-se actualmente em vigor o conceito de Sala de Honra (ver Ponto 1 do Artigo 121, página IX-3).

<sup>273</sup> - Informação Nº 103/82, cit.

<sup>274</sup> - Idem.



- A existência de 6 (seis) Museus Militares, sendo um central (Museu Militar, em Lisboa) e cinco regionais (Museu Militar da Região Militar do Norte, Museu Militar da Região Militar do Centro, Museu Militar da Região Militar do Sul, Museu Militar da Zona Militar da Madeira e Museu Militar da Zona Militar dos Açores)<sup>275</sup>.

- Atribuir à DSHM competências para “apoiar o desenvolvimento e dinamização dos museus militares e superintender tecnicamente na sua organização e funcionamento; orientar a organização e apoiar a implementação de secções museológicas nas Salas de Honra das U/E/O do Exército”<sup>276</sup>.

- Diferentes encargos financeiros: dos Museus Militares eram suportados pelo Exército; dos Museus Militares Locais eram repartidos entre o Exército e as Autarquias Locais; e das Secções Militares em museus civis eram da responsabilidade exclusiva das respectivas entidades civis<sup>277</sup>.

- A negociação entre o Exército e a Autarquia Local para a decisão de implementação de um Museu Militar Local, que culminaria com a celebração de um protocolo e onde ficassem concretamente definidas as responsabilidades de cada uma das partes. Em princípio, era de admitir que a autarquia local comparticipasse com a cedência e manutenção de instalações, o fornecimento de água e luz e a guarda e vigilância. Ao Exército competia fundamentalmente a atribuição de pessoal militar para assegurar a direcção, gestão e funcionamento do museu. Em relação às Secções Militares em museus civis, os encargos do Exército reduziam-se a eventuais cedências de espécimes e apoio técnico especializado nas áreas da museologia e da história militar<sup>278</sup>.

- Uma organização interna similar, em que todos os museus militares continham a Direcção, a Secretaria, a Segurança e as Oficinas. “Além daquelas quatro áreas, havia uma quinta e cuja necessidade específica era menos objectiva: a Biblioteca. Parecia não haver razão para que na orgânica de um museu militar houvesse lugar à inclusão de uma biblioteca. No entanto, se o Exército não tiver órgãos ao nível regional para assegurar a preservação de testemunhos escritos, poder-se-ia admitir a criação de um órgão *Arquivo-biblioteca*, mas como mera antena do Arquivo Histórico-militar”<sup>279</sup>.

---

<sup>275</sup> - Ver, no arquivo da DDHM, a Informação Nº 429/OR/83, Processo 325.39.01, de 17 de Novembro de 1983, página 1.

<sup>276</sup> - Idem, páginas 1-2.

<sup>277</sup> - Informação Nº 103/82, cit.

<sup>278</sup> - Informação Nº 103/82, cit.

<sup>279</sup> - Idem.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- Os quadros orgânicos de pessoal de cada Museu Militar, de acordo com a sua estrutura organizacional e a definir “na futura Organização Territorial do Exército”<sup>280</sup>.

Desde a aprovação superior dessa rede e até à reorganização do Exército em 1993 (inclusive), salientaram-se algumas acções e que estão resumidas no quadro seguinte:

Ano	Algumas acções salientes
1983	Protocolo entre o EME e a Câmara Municipal de Bragança para a implementação do Museu Militar de Bragança <sup>281</sup> .
1984	Publicação do Despacho do General CEME que cria a Comissão para a Valorização do Património Histórico-militar da Região Militar do Norte <sup>282</sup> . Início do Curso de Especialistas de Armamento com Interesse Museológico <sup>283</sup> .
1985	Publicação do Despacho do General CEME que cria o Museu Militar de Coimbra. Fim do Curso de Especialistas de Armamento com Interesse Museológico.
1986	Protocolo entre o EME e o Instituto Português do Património Cultural sobre monumentos militares <sup>284</sup> . Publicação do Despacho do General CEME que cria o Museu Militar de Aljubarrota.
1987	Publicação da Portaria do MDN que cria o Museu Militar de Bragança. Publicação do Despacho do General CEME que cria a Comissão para a Valorização do Património Histórico-militar da Região Militar do Centro <sup>285</sup> . Início do Curso de Introdução à Museologia Militar <sup>286</sup> . Protocolo entre o EME e a Câmara Municipal de Leiria sobre o Castelo de Leiria <sup>287</sup> .
1988	Fim do Curso de Introdução à Museologia Militar. Protocolos entre o EME e as Câmaras Municipais de Loures, de Mafra, de Vila

<sup>280</sup> - Informação Nº 429/OR/83, cit.

<sup>281</sup> - Anuário da Direcção do Serviço Histórico-militar de 1991, cit, página V-24.

<sup>282</sup> - Idem, página III-44

<sup>283</sup> - Ibidem, página V-1.

<sup>284</sup> - Ibidem, página V-25.

<sup>285</sup> - Anuário da Direcção do Serviço Histórico-militar de 1991, cit, página III-48.

<sup>286</sup> - Idem, página V-1.

<sup>287</sup> - Ibidem, página V-28.

	<p>Franca de Xira, de Torres Vedras e de Sobral de Monte Agraço sobre os Fortes das Linhas de Torres Vedras<sup>288</sup>.</p> <p>Protocolo entre o EME e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira sobre o Castelo de Santa Maria da Feira<sup>289</sup>.</p>
1991	<p>Protocolo entre o EME e a Câmara Municipal de Almeida sobre a Praça Fortificada de Almeida<sup>290</sup>.</p> <p>Protocolo entre a DSHM e o Gabinete Português de Estudos Humanísticos sobre a conservação e recuperação do património cultural e artístico militar e o inventário documental escrito e iconográfico<sup>291</sup>.</p>
1993	<p>A DSHM é extinta e é criada a DDHM.</p> <p>O Museu Militar do Buçaco passa a Destacamento do Museu Militar e são criados os Museus Militares da Madeira e dos Açores<sup>292</sup>.</p>

Quadro N°7 - Algumas acções salientes da DSHM entre 1983 e 1993.

Após 1993, assistiu-se ao definhamento da actividade dessa estrutura de rede museológica. Vários motivos concorreram para essa situação, designadamente o desinvestimento verificado nos recursos humanos e financeiros<sup>293</sup>.

Em 2003 foi a própria DDHM que assumiu implicitamente a inoperância dessa rede, pela apresentação ao Estado Maior do Exército de uma proposta de candidatura ao Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)/2004 para a “Constituição da *Rede dos Museus Militares do Exército*”<sup>294</sup>.

### 3. Rede de museus e sistema – uma definição teórica

<sup>288</sup> - Ibidem, páginas V-29 – V-33.

<sup>289</sup> - Ibidem, página V-37.

<sup>290</sup> - Ibidem, página V-38.

<sup>291</sup> - Ibidem, V-39.

<sup>292</sup> - Diário da República N° 163, cit, página 7504.

<sup>293</sup> - A Lei N°15/92, publicada no Diário da República N° 179, I Série-A, de 5 de Agosto de 1992, páginas 3668-3670, decretou um conjunto de medidas visando a racionalização dos efectivos militares. Concomitantemente, a publicação dos diplomas legais para a reorganização do Exército de 1993, em conjugação com a contínua e sistemática redução do orçamento de estado para o Exército, provocaram taxas deficitárias em pessoal e conseqüente desregulação e inoperância dos serviços directamente relacionados com as actividades museológicas, entre outras actividades do Exército. Sobre o Orçamento do Ministério da Defesa Nacional para o Exército (OMDN-E), na década situada entre 1990 e 2000, a um crescimento de 2,77% do Produto Interno Bruto (PIB) correspondeu a um crescimento negativo de 0,68% do OMDN-E (Ver em: VARELA, Tenente-coronel Monteiro (2004), *Economia da Defesa*, Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa, Edição da Academia Militar e do Instituto de Altos Estudos Militares, página 118).

<sup>294</sup> - Nota N° 32/03, Processo 101.03, de 22 de Abril de 2003, DDHM, páginas 1-2.

A definição de *rede de museus* assenta conceptualmente numa estrutura ordenadora e coordenadora de unidades museológicas, “aproximando-se da estrutura *em sistema* que com ela pode concorrer na capacidade organizativa de conjuntos físicos e informacionais”<sup>295</sup>.

O conceito de *Rede Portuguesa de Museus* – que assenta em critérios de descentralização e transversalidade dos recursos museológicos – é o seguinte: “sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus”<sup>296</sup>. Tem por objectivos: “a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional; a cooperação institucional e a articulação entre museus, a descentralização de recursos; o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus; a difusão da informação relativa aos museus; a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas, o fomento da articulação entre museus”<sup>297</sup>.

A definição de *rede de museus* adopta a proximidade a um “sistema”, e o conceito de *Rede Portuguesa de Museus* elege-a como sendo um “sistema”. E de seguida coloca-se a questão: um *sistema* e uma *rede de museus* têm o mesmo significado?

A *Teoria Geral dos Sistemas*, apresentada por Bertalanffy em 1953<sup>298</sup>, resume-se às suas quatro características: global, total, integrado e sinérgico, onde o todo é maior – ou pelo menos diferente – do que a soma das partes. Aplicando a abordagem sistémica a museus, afigura-se-nos que um museu é o elemento nuclear do sistema. Este (sistema) por sua vez só existe se aquele (museu) dispuser de elementos constituintes – denominados sub-sistemas – que sejam identificados pelas funções museológicas. Estas, pela *Lei Quadro dos Museus Portugueses*, são as seguintes<sup>299</sup>:

- Estudo e investigação;
- Incorporação;
- Inventário e documentação;
- Conservação;

---

<sup>295</sup> - LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia; CAMPAGNOLO, Henri (2002), *O conceito de “Rede”: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas*, Actas do Fórum Internacional Redes de Museus, Edição Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, páginas 25-26.

<sup>296</sup> - Lei N°47/2004, cit, página 5390.

<sup>297</sup> - Idem.

<sup>298</sup> - BERTALANFFY, Ludwig von (1953), *Revista Scientific Monthly*. Disponível em:

<http://www.bertalanffy.org/sites/index1.htm>

<sup>299</sup> - Lei N°47/2004, cit, página 5380.

- Segurança;
- Interpretação e exposição;
- Educação.

Se se verificarem disfunções museológicas, ou por inexistência ou por insuficiência de alguma ou de algumas daquelas funções, o núcleo tomará a designação de “coleção visitável” – no lugar de museu – e o sistema estará amputado de uma ou mais funções. Neste caso, qualquer coleção visitável terá de possuir as seguintes funções mínimas: “o inventário, a conservação e a exposição”<sup>300</sup>.

Também poderá ocorrer que um sistema (museu) distenda-se através de uma ou várias coleções visitáveis. Assim sendo, estaremos a aplicar o conceito de *sistema* (museu) *de sistemas* (coleções visitáveis).

O *museu* anteriormente apresentado sob a forma sistémica é dinâmico e aberto, interagindo com os diferentes públicos e vários factores do seu ambiente interno e externo, por via de um conjunto de processos que nele se desenvolvem, numa relação recíproca, global, total, integral e sinérgica. Esquemáticamente poderá ser assim representado:

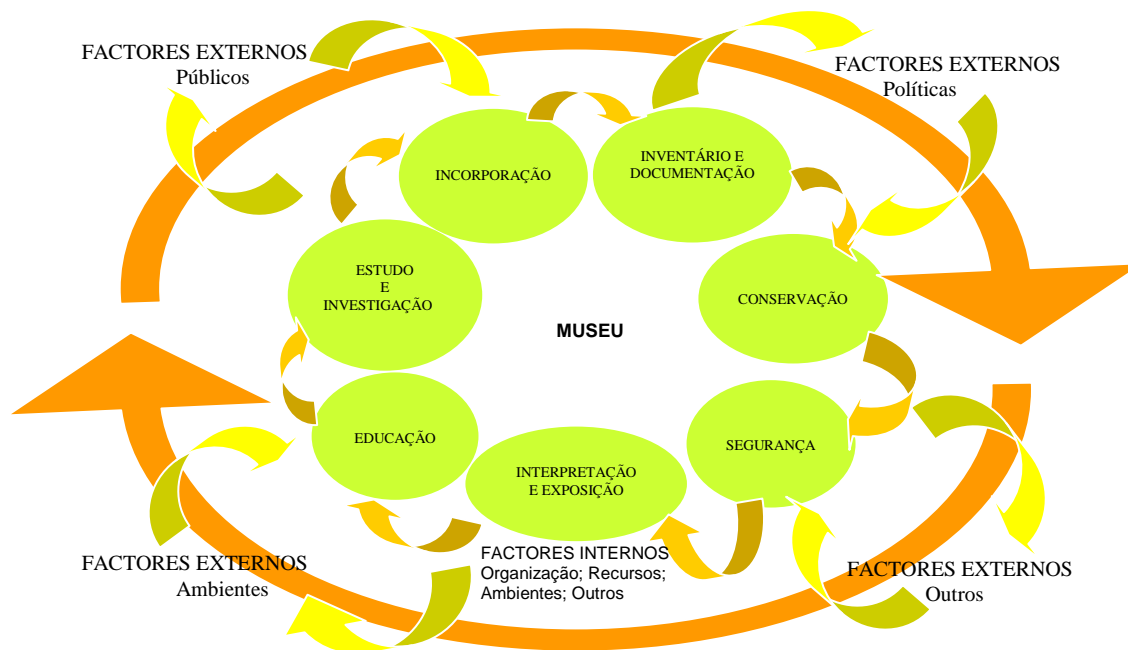


Figura N°8 - Representação esquemática de museu segundo a abordagem sistémica.

De uma maneira geral, as funções interagem de forma sequencial, ordenada e coerente. Quanto maior e integrada for essa interação, mais dinâmico e sinérgico será

<sup>300</sup> - Idem, páginas 5379-5380.

o sistema. Contudo, existem factores internos e externos que influenciam positiva ou negativamente essa actividade.

Os factores internos mais significativos do sistema são os seguintes:

- Organização, quer de serviços, quer de espaços, preferencialmente por áreas funcionais;
- Recursos humanos, materiais, financeiros e informáticos disponíveis;
- Gestão desses recursos;
- Condições de ambiente, quer de trabalho, quer de natureza climática.

Os factores externos mais expressivos são os seguintes:

- Públicos reais e potenciais (adultos, grupos interessados, famílias, etários, profissionais, *não-públicos* e virtuais);
- Políticas das tutelas para a museologia;
- Macro-estrutura organizacional;
- Condições de ambiente, quer de trabalho no seio da macro-estrutura estabelecida, quer de natureza climática exterior resultante da sua localização geográfica e topográfica;
- Mudança, ou por via processual, organizacional, estrutural, ou outra (por exemplo: factores de risco e de segurança, e redes informáticas que têm produzido alterações radicais de paradigmas)<sup>301</sup>.

Relativamente à *rede de museus*, trata-se de uma estrutura reticular que interrelaciona e submete um conjunto de unidades museológicas e paramuseológicas dessa estrutura a uma instância coordenadora central – não necessariamente uma entidade museal –, tornando-se condição indispensável à sua implementação e gestão. Além dessa condição, uma rede de museus terá também de reunir as seguintes condições<sup>302</sup>:

- Um mesmo território, material ou conceptual;
- Pólos funcionais mínimos: a documentação, a conservação, a exposição e interpretação e a educação.

---

<sup>301</sup> - Elin Harriet Wyller e Lars Wenass indicaram a “vontade de mudar” como uma das medidas a implementar na reforma dos museus noruegueses. Ver em: *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*, cit, página 47.

<sup>302</sup> - PEREIRA, Fernando António Baptista (no prelo), *Manual de Programação Museológica*.

À semelhança de outras estruturas em rede da actual sociedade da Era da Informação<sup>303</sup>, a *rede de museus* é uma malha de ordenações, de nós, de interligações, de coordenações, de parcerias, de desenvolvimento e de cooperações entre vários sistemas (museus e colecções visitáveis)<sup>304</sup>. Actualmente, a plataforma informática é a infra-estrutura tecnológica de base que liga e operacionaliza aquela malha, podendo ser ampliada a uma escala e dimensão de *rede de redes*<sup>305</sup>. Por exemplo: a RPM integra desde 2003<sup>306</sup> o Museu Municipal de Loures e o Museu de Cerâmica de Sacavém, ambos pertencentes à Rede de Museus do Município de Loures. Esta, por sua vez, está integrada também na rede do Fórum Europeu de Museus<sup>307</sup>.

Para além da descentralização no território ao serviço da sua população, de recursos e da temática da vocação, um museu em rede na actualidade só o é de facto se trabalhar centrado em rede informática – implica a existência de infra-estruturas (físicas) tecnológicas de ligação – e se tirar partido das Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC), para estabelecer comunicações em tempo real – é o caso da comunicação por *chats* na *Internet* – e/ou em tempo diferido – o *e-mail* é um exemplo – e permitir novas funcionalidades, facilidades, rapidez e eficiência de gestão, organização e disponibilização de dados, voz e imagem<sup>308</sup>.

A União Europeia tem vários programas que estimulam a formação de redes. São dois exemplos: o “Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS\_Conhecimento)<sup>309</sup> e o INTERREG III<sup>310</sup> – este tem por princípio a implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças transnacionais e programas de desenvolvimento inter-regiões.

#### **4. Rede de dados do IPM e do Exército Português**

##### **4.1. Rede Corporativa Virtual ou Sistema de Comunicação de Dados do IPM**

---

<sup>303</sup> - CASTELLS, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, página 609.

<sup>304</sup> - A *Network of European Museum Organisations* é uma rede independente, representante da comunidade museológica europeia. Disponível em: <http://www.ne-mo.org>

<sup>305</sup> - Manuel Castells desenvolve esse conceito de “rede de redes” na economia, sociedade e cultura e na actual Era da Informação. Ver em: CASTELLS, Manuel, op. cit.

<sup>306</sup> - Relatório de Actividades de 2003, Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus, página 3.

<sup>307</sup> - Informação recolhida por entrevista à Chefe de Divisão do Património Cultural, Dra Paula Assunção, em 29 de Outubro de 2004, na Quinta do Conventinho – Loures.

<sup>308</sup> - Informação recolhida por entrevista ao Director de Serviços de Inventário do IPM, Dr Paulo Costa, em 25 de Junho de 2004, no Palácio da Ajuda.

<sup>309</sup> - O “POS\_Conhecimento” resulta da reprogramação de fundos europeus sobre o anterior “Programa Operacional Sociedade da Informação” (POSI). Disponível em: <http://www.posi.pcm.gov.pt>

<sup>310</sup> - Disponível em: <http://www.qca.pt>

O esforço do IPM para introduzir nos seus museus *software* específico para o inventário do património móvel iniciou-se em 1993 pela concepção do MATRIZ. A sua implementação processou-se em três períodos sucessivos<sup>311</sup>:

- 1994: informatização e implementação do programa MATRIZ em 10 museus;
- De 1995 a 1998: informatização e implementação do programa MATRIZ em 10 museus;
- 1999: informatização e implementação do programa MATRIZ em 9 museus.

Em 2000 foi lançada uma versão tecnológica e funcionalmente mais desenvolvida do que a versão original, designada “MATRIZ: Inventário e Gestão de Colecções Museológicas”. Esse progresso revestiu-se de particular importância no incremento da eficácia da gestão das colecções dos museus, designadamente: circulação (interna e externa) das peças em contexto de organização de exposições e gestão de reservas, depósitos, cedências temporárias, programação de campanhas fotográficas e intervenções de conservação e restauro.

Em 2001, no contexto de candidatura ao POSI, iniciou-se a digitalização do Inventário Fotográfico Nacional e procedeu-se à concepção e implementação de um sistema de gestão do arquivo de imagens dos museus.

Entre 2001 e 2003 assistiu-se também à divulgação sistemática dos museus e das suas colecções em ambiente digital. Os *websites* do IPM, de 14 museus e da EPRPM foram disponibilizados *on-line* e o motor de pesquisa MatrizNet permitiu o acesso aos inventários das colecções de referência daqueles museus.

Ainda em 2003 foi iniciada a implementação de uma *Virtual Private Network* (VPN) sobre tecnologia *Assymetric Digital Subscriber Line* (ADSL), com vista à interligação de todos os serviços do IPM, cujas virtualidades fizeram-se sentir logo após a sua implementação em 2004, designadamente com: correio electrónico (*e-mail*); *Internet*; mensagens *on-line*, em tempo real; e *Intranet* de conteúdo dinâmico.

A VPN/IPM constitui-se assim como um instrumento indispensável para a gestão interna do IPM, quer sobre o sistema de gestão orçamental, quer sobre o sistema de recursos humanos, permitindo ao mesmo tempo a autonomia e descentralização de procedimentos. Destacam-se de seguida os objectivos fundamentais do Sistema de Comunicação de Dados do IPM:

---

<sup>311</sup> - Informação recolhida por entrevista ao Director de Serviços de Inventário do IPM, Dr Paulo Costa, em 25 de Junho de 2004, no Palácio da Ajuda.



- “Optimizar os recursos técnicos e financeiros de comunicações de dados nos vários serviços do IPM;
- Possibilitar o acesso, por parte de todos os serviços do IPM, a dados e aplicações informáticas residentes em servidor(es) instalado(s) nos serviços centrais e/ou nos serviços dependentes;
- Desenvolver os meios técnicos de actualização dos *websites* dos museus, adequando-os às expectativas criadas junto dos respectivos públicos;
- Assegurar a manutenção remota – a partir dos serviços centrais do IPM – das redes, seus equipamentos e das aplicações informáticas em todos os serviços do IPM;
- Optimizar os meios de *backup* das Bases de dados do programa MATRIZ nos museus do IPM;
- Optimizar o acesso à *Internet* e ao correio electrónico, mediante o aumento dos postos de trabalho com acesso àqueles serviços;
- Melhorar a comunicação inter-serviços;
- Proporcionar a autonomia de procedimentos e processos”<sup>312</sup>.

#### **4.2. Rede de Dados do Exército**

A actual designação de *Rede de Dados do Exército* decorre da denominação do anterior projecto *Redes Regimentais de Informação de Gestão* (RRING). Este projecto iniciou-se em finais de 1993. Foi desenvolvido pelo Centro de Informática do Exército e tinha como finalidade inicial a informatização dos Regimentos do Exército nas suas várias componentes:

- Instalação de *Local Areas Network* (LAN`s) (cablagem estruturada e equipamento activo) e sua interligação numa *Wide Area Network* (WAN) (com acessos prioritários por circuitos militares e *backups* por circuitos civis, incluindo Rede Digital Integradora de Serviços – RDIS);
- Instalação e parametrização do *hardware*;
- Instalação e parametrização do *software* “comercial base”;

---

<sup>312</sup> - Informação recolhida em documento da autoria do Director de Serviços de Inventário do IPM, Dr Paulo Costa, em 25 de Junho de 2004, no Palácio da Ajuda.

- Desenvolvimento de software específico, teste, instalação, formação básica do pessoal envolvido e manutenção (correctiva e adicionais);

- Integração de dados, quer a nível da Unidade, quer a nível duma base de dados central em Lisboa (*server* RRING) e transferência dos dados adequados de/para o *mainframe* do CIE (Centro de Informática do Exército).

De características modulares, ele foi essencialmente estruturado na óptica do fluxo informacional de gestão de recursos financeiros ao escalão Regimental, evoluindo posteriormente para as áreas de recursos humanos e de materiais, ao escalão Brigada e de Comandos dos diferentes Quartéis-Generais das várias Regiões Militares/Zonas Militares e Governo Militar de Lisboa.

A aplicação “RFW”<sup>313</sup> – *Recursos Financeiros para Windows*, composta por sete módulos independentes e base de dados única – foi a primeira a ser desenvolvida e instalada nas U/E/O que têm responsabilidades de gestão de recursos financeiros. Actualmente encontra-se finalizada e implementada, procedendo-se simultaneamente ao incremento das suas potencialidades.

A segunda aplicação incide na área dos recursos humanos. Tem a designação de “RHW” – *Recursos Humanos para Windows*. Está finalizada e procede-se à sua instalação nas U/E/O.

A outra aplicação do projecto está relacionada com a gestão dos materiais, que se encontra em estudo. A sua denominação é “RMW” – *Recursos Materiais para Windows*.

Os museus militares na dependência da DDHM, à semelhança de outros órgãos sem responsabilidades de gestão financeira, não foram considerados nós de interligação dessa rede de dados. Contudo, actualmente a DDHM e o Museu Militar (em Lisboa) encontram-se ligados à *Intranet* do Exército e o Museu Militar de Coimbra estará brevemente conectado a essa rede interna<sup>314</sup>.

---

<sup>313</sup> - Essa aplicação foi a vencedora do Prémio *Descartes 1996*, instituído pelo Instituto de Informática (Ministério das Finanças). Esse prémio destina-se a “galardoar anualmente trabalhos originais no âmbito da ciência informática ou do uso dos sistemas e tecnologias da informação, desenvolvidos em organismos da Administração Pública e que apresentem aspectos inovadores ou constituam aplicações relevantes para a sociedade em geral e/ou para a Administração Pública em particular”.

<sup>314</sup> - Informação recolhida por entrevista ao Major de Transmissões Barroso, em 26 de Outubro de 2004, no Regimento de Transmissões. Esta unidade tem actualmente a responsabilidade da parte física da Rede. O Centro de Informática do Exército tem a seu cargo a gestão dos sistemas operativos e das aplicações informáticas, sendo estas obtidas ou por desenvolvimento ou por compra.

## **CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS.**

### **1. Pressupostos**

A presente proposta de uma rede de museus para o Exército Português tem os seguintes pressupostos:

- O Exército atribui a missão de índole museológica a determinadas U/E/O sob a sua tutela, de molde total (Museu Militar) ou parcial (Colecção Militar Visitável), ligadas em rede, articuladas por uma Coordenação e globalmente aptas a assegurar: estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição; e educação;

- A rede de museus do Exército Português distende-se territorial e tematicamente por fases e de forma progressiva nos planos nacional e internacional.

### **2. Linhas orientadoras e condicionamentos**

As linhas orientadoras e condicionamentos para a implementação de uma rede de museus para o Exército Português – à frente enunciadas – estão organizadas da seguinte forma: objectivos, missão, condicionamentos, estrutura organizacional e critérios de organização.

## **2.1. Objectivos**

Os objectivos a alcançar ocorrerão em duas fases e serão os seguintes:

- Na primeira fase, o Museu Militar (em Lisboa) – doravante designado por Museu Militar de Lisboa –, o Museu Militar do Porto, o Museu Militar da Madeira e o Museu Militar dos Açores serão os quatro museus do Exército que terão de ser providos das condições necessárias e suficientes – só possível se houver (re)investimentos em recursos humanos devidamente habilitados e recursos financeiros compatíveis – para obterem a sua (re)qualificação e maior aproximação às boas práticas museológicas nas diferentes funções de museu, em particular o Museu Militar da Madeira e o Museu Militar dos Açores;

- Na segunda fase, por via daqueles quatro Museus Militares, serão desenvolvidas acções de apoio, em algumas funções museológicas e no território continental e insular, às U/E/O que declararam possuir museu, núcleo museológico, ou outra denominação – ora em diante identificado por Colecção Militar Visitável – e àquelas que tenham recentemente criado, ou venham ainda a criar, a sua entidade museal.

Ainda são objectivos os seguintes:

- A valorização e qualificação da realidade museológica do Exército Português;
- A cooperação institucional e a articulação em rede entre os diferentes órgãos de execução nas várias funções museológicas e entre os seus Museus Militares e Colecções Militares Visitáveis e outras instituições museológicas de âmbito territorial local, regional, nacional e internacional, explorando as potencialidades proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação;
- A descentralização de alguns recursos museológicos, designadamente os recursos humanos e os recursos materiais;
- A centralização na gestão integrada dos bens museológicos e dos recursos humanos, materiais, financeiros e informáticos;
- O planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em Museus Militares e Colecções Militares Visitáveis;

- A difusão da informação e conhecimento relativa aos Museus Militares e Colecções Militares Visitáveis;
- A promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas;
- A certificação de qualidade técnica dos Museus Militares e Colecções Militares Visitáveis.

## **2.2. Missão da Coordenação**

A missão da Coordenação da rede será a seguinte:

- Aplicar e desenvolver o modelo da rede;
- Elaborar programas de apoio e qualificação a Museus Militares e Colecções Militares Visitáveis;
- Certificar os Museus Militares e Colecções Militares Visitáveis;
- Acompanhar e apoiar tecnicamente a execução de projectos;
- Estabelecer contactos com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que prossigam objectivos afins;
- Estimular a cooperação entre museus e colecções visitáveis locais, regionais, nacionais e internacionais. Dessa cooperação transnacional, destacam-se: os PALOP, a CPLP, Espanha e Inglaterra.
- Dar parecer sobre a integração de Museus Militares e Colecções Militares Visitáveis noutras redes de âmbito local, regional, nacional e internacional;
- Organizar e apoiar acções de formação no âmbito da museologia e da museografia.

## **2.3. Condicionamentos, estrutura organizacional e critérios de organização**

### **2.3.1. Condicionamentos**

Constituem condicionamentos à implementação da presente proposta:

- A fraca sustentabilidade dos Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis, quer de ordem financeira quer no plano da formação do pessoal, e a sua influência no cumprimento da missão e dos objectivos a atingir, designadamente os que se relacionam com a função social, a preservação, a valorização e a divulgação das respectivas colecções;
- A heterogeneidade das colecções de cada um e de todos os Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis obrigará a gerar muitas equipas pluridisciplinares;

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- A falta de informação sobre as colecções, muitas vezes limitada à ficha de inventário do tipo cadastro (contendo apenas informação relativa à proveniência, número, denominação e dados de incorporação) exigirá um acrescido trabalho de investigação;

- A ténue actividade de investigação e documentação dos bens museológicos;

- A existência de documentos juridicamente relevantes sobre todos os Museus Militares e algumas das Colecções Militares Visitáveis, desde Despachos, passando por Portarias, até Decretos-lei, retardará e não agilizará os processos de adaptação e transformação aos conceitos de museu e de colecção visitável e da sua articulação em rede;

- A dispersão territorial continental e insular dos Museus Militares e das Colecções Visitáveis importará elevados custos iniciais de investimento em infra-estruturas físicas adequadas ao cabal funcionamento da rede com base tecnológica informática;

- A reprogramação museológica de cada um e de todos os Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis, de forma a construir-se a malha coerente de nós e aplicar-se o conceito de *rede de redes*, quer no plano nacional quer no internacional, implicará a contratação de especialistas em regime de prestação de serviços;

- O período de tempo e recursos financeiros necessários à concepção, teste e desenvolvimento de *software* específico, instalação, formação básica do pessoal envolvido e manutenção da aplicação informática do inventário, gestão e rotação de bens museológicos;

- O aumento significativo de bens móveis potencialmente museológicos;

- A carência de instalações, de equipamentos e de mobiliários adequados para conservar ou expor os objectos museológicos em condições de segurança;

- A cultura organizacional tradicionalmente centrada na estrutura hierarquizada tipifica certas relações de poder e de autoridade e estas poderão colidir com as características da estrutura matricial, funcional e em rede;

- O tempo para diagnosticar, estruturar, legalizar, implementar, crescer e desenvolver a rede deverá ser objecto de um cronograma.

### 2.3.2. Estrutura Organizacional

Na estrutura hierárquica do Exército e sob a dependência do Vice-Chefe do Estado Maior do Exército deverá ser criada a “Direcção de Património e Cultura Militar” (DPCM) do Exército, com responsabilidades administrativas e financeiras inscritas no

Orçamento do Ministério da Defesa Nacional – Exército. Os assuntos relacionados com bens culturais (móveis e imóveis, material e imaterial, ou ainda os bens naturais, ambientais e paisagísticos) do Exército – actualmente espartilhados por diversas U/E/O e sob complexas relações de autoridade, desde a hierárquica, passando pela funcional, até à técnica – deverão estar concentrados nesse órgão de cultura militar. Essa Direcção, entre outros elementos constituintes – designadamente a “Rede de Bibliotecas” do Exército, a “Rede de Arquivos” do Exército, os “Bens Imóveis” pertencentes às categorias de monumento, conjunto ou sítio, uma Repartição de Apoio Geral (RAG) com uma Secção Logística (SecLog) – esta por sua vez abrangerá uma Sub-secção de Recursos Financeiros (SSRFin) e uma Sub-secção de Recursos Materiais (SSRMat) –, uma Secção de Pessoal (SecPess) e uma Secção de Expediente e Arquivo (SecExpArq), um órgão de conselho e um órgão de inspecção – terá no seu organograma a “Coordenação da Rede de Museus” do Exército:

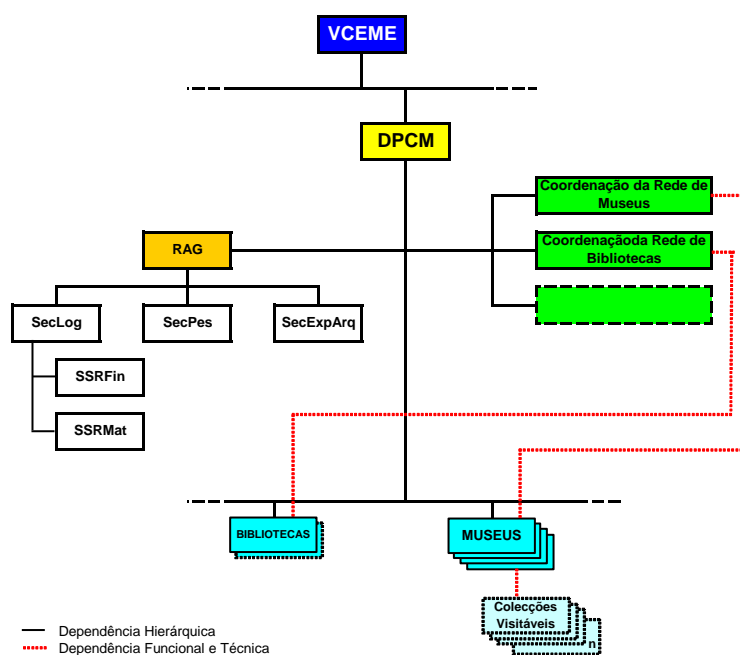


Figura Nº9 – Enquadramento organizacional da rede de museus na estrutura superior do Exército Português.

A Coordenação da Rede de Museus do Exército deverá ter a seguinte estrutura matricial<sup>315</sup>:

- Coordenador-geral;

<sup>315</sup> - A estrutura matricial é aquela que melhor se adequa para o desenvolvimento de projectos, devendo agrupar-se por centros de competências ou de produtos bem identificados, visando assegurar a constituição de equipas multidisciplinares com base na mobilidade funcional. Ver em: Lei Nº4/2004, de 15 de Janeiro de 2004, Diário da República Nº12, I Série-A, página 315.

- Serviço de inventário, gestão e rotação de bens museológicos móveis do Exército;
- Sistemas de informação e comunicação;
- Serviços funcionais de Museus Militares e Colecções Militares Visitáveis;
- Serviço de protocolos, de parcerias e de candidaturas;
- Serviços técnico-administrativos.

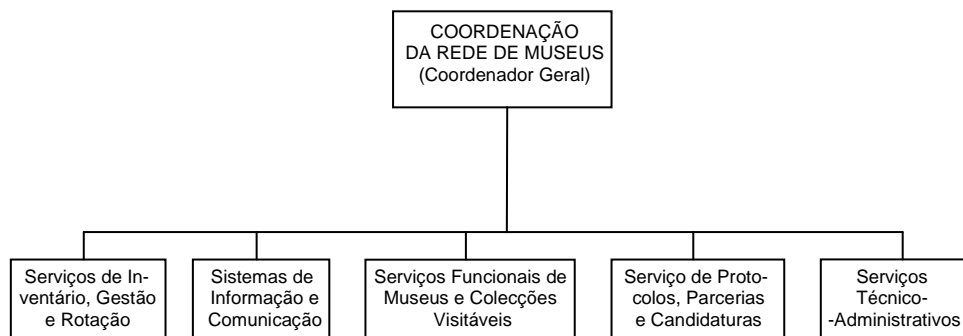


Figura Nº10 – Estrutura orgânica da “Coordenação da Rede de Museus” do Exército Português.

Os diferentes serviços da Coordenação da Rede estarão ligados através de uma rede informática entre si (intercomunicabilidade horizontal) e aos vários órgãos de execução: os Museus Militares e as Colecções Militares Visitáveis (intercomunicabilidade vertical inferior). O Coordenador-geral, os Serviços de Informação e Comunicação, o Serviço de Protocolos, de Parcerias e de Candidaturas e os Serviços Técnico-administrativos estarão também ligados com a Direcção de Património e Cultura Militar (intercomunicabilidade vertical superior), em particular com a sua Repartição de Apoio Geral. Esta, por sua vez, ainda estará ligada às Secções Logísticas das diferentes U/E/O com Colecções Militares Visitáveis.

A malha de ligações da Rede obedecerá aos critérios de descentralização territorial, alguns recursos museológicos e temáticos. Também observará o critério de centralização na gestão integrada dos bens museológicos e de recursos (humanos, materiais, financeiros e informáticos).

### 2.3.3. Critérios de organização

#### 2.3.3.1. Descentralização territorial

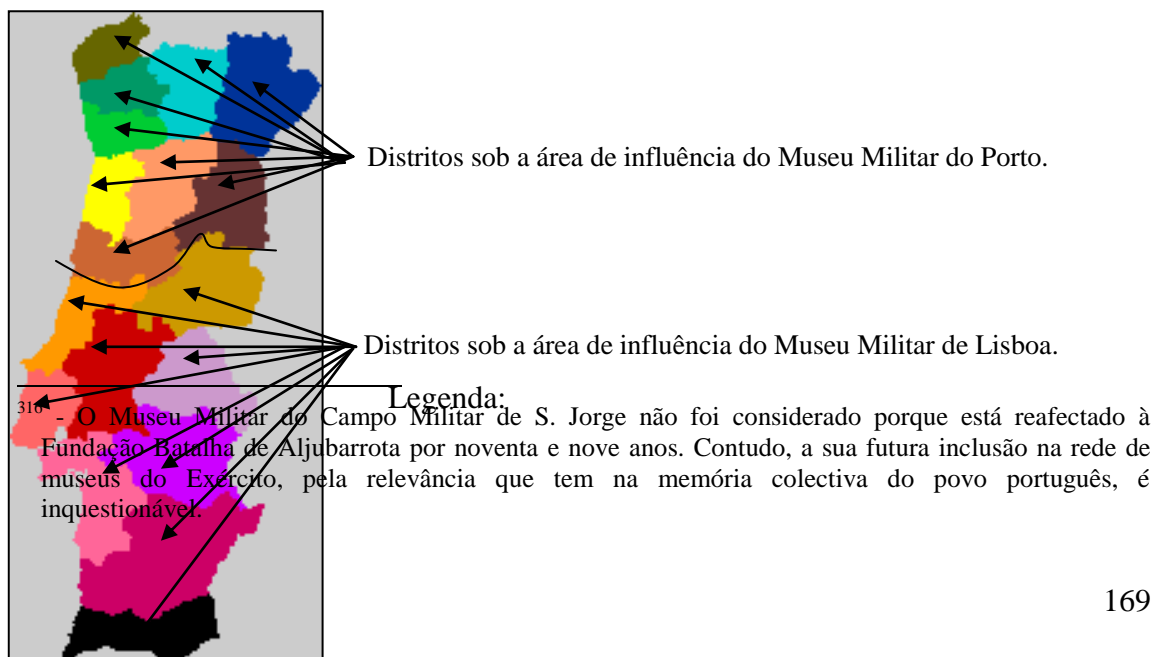
O Museu Militar de Lisboa englobará parte do território continental sob a sua área de influência, abrangendo os distritos de: Lisboa, Leiria, Santarém, Setúbal, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro. Actualmente, as U/E/O abrangidas pela área de influência do Museu Militar de Lisboa são as seguintes: Academia Militar (Lisboa),



## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

Batalhão de Informações e Segurança Militar (Setúbal), Centro de Audiovisuais do Exército (Amadora), Centro de Informática do Exército (Lisboa), Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa), Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra), Colégio Militar (Lisboa), Direcção dos Serviços de Saúde (Lisboa), Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos), Escola Militar de Electromecânica (Paço d'Arcos), Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas), Escola Prática de Infantaria (Mafra), Escola Prática de Cavalaria (Santarém), Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora), Instituto de Odivelas (Lisboa), Instituto Geográfico do Exército (Lisboa), Instituto Militar dos Pupilos do Exército (Lisboa), Manutenção Militar (Lisboa), Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (Lisboa), Regimento de Artilharia Anti-aérea Nº1 (Queluz), Regimento de Engenharia Nº1 (Pontinha), Regimento de Infantaria Nº1 (Queluz), Regimento de Infantaria Nº2 (Abrantes), Regimento de Infantaria Nº15 (Tomar), Regimento de Cavalaria Nº3 (Estremoz), Regimento de Cavalaria Nº4 (Santa Margarida), Regimento de Lanceiros Nº2 (Lisboa) e Regimento de Transmissões (Lisboa)<sup>316</sup>.

O Museu Militar do Porto abrangerá a restante parte do território continental sob a sua área de influência. Incluirá os seguintes distritos: Porto, Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Aveiro e Coimbra. Actualmente, as U/E/O abrangidas pela área de influência do Museu Militar do Porto são as seguintes: Centro de Instrução de Operações Especiais (Lamego), Destacamento Museu Militar do Buçaco (Buçaco), Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz), Escola Prática de Transmissões (Porto), Museu Militar de Bragança (Bragança), Museu Militar de Coimbra (Coimbra), Regimento de Artilharia Nº5 (Vila Nova de Gaia), Regimento de Infantaria Nº13 (Vila Real) e Regimento de Infantaria Nº14 (Viseu).





















 <u>Viana do Castelo</u>	 <u>Viseu</u>	 <u>Santarém</u>
 <u>Braga</u>	 <u>Guarda</u>	 <u>Lisboa</u>
 <u>Porto</u>	 <u>Coimbra</u>	 <u>Setúbal</u>
 <u>Vila Real</u>	 <u>Castelo Branco</u>	 <u>Évora</u>
 <u>Bragança</u>	 <u>Leiria</u>	 <u>Beja</u>
 <u>Aveiro</u>	 <u>Portalegre</u>	 <u>Faro</u>

Figura N°11 – Mapa de Portugal continental dividido pelas duas áreas de influência dos Museus Militares de Lisboa e do Porto e respectivo quadro de distritos.

O Museu Militar da Madeira englobará o espaço territorial do arquipélago da Madeira sob a sua área de influência.

O Museu Militar dos Açores envolverá o espaço territorial do arquipélago dos Açores sob a sua área de influência.

Qualquer um dos quatro museus poderá ligar-se com outras entidades distritais/regionais de índole museal, militares e civis, isto é, promoverá a colaboração interna e externa a um certo distrito/região da sua área de influência. As U/E/O com Coleções Militares Visitáveis empreenderão colaborações locais, ou seja, estabelecerão formas de cooperação ponto a ponto, em espaço territorial restrito.

A cooperação institucional de abrangência territorial nacional e internacional será dirigida, planeada, coordenada, mediada e centralizada pela “Coordenação da Rede de Museus”, e o cumprimento das orientações emanadas da Coordenação será realizado de forma descentralizada pelos Museus Militares e Coleções Militares Visitáveis.

### **2.3.3.2. Descentralização de alguns recursos museológicos**

#### **2.3.3.2.1. Recursos humanos**

Através da formação de alguns dos quadros permanentes do Exército, civis e militares, em saberes específicos, desde a museologia em geral, passando pela conservação, até à exposição, dever-se-á estimular um conjunto de acções de apoio aos diferentes Museus Militares e Coleções Militares Visitáveis. Isso só será possível pelo emprego descentralizado dos seus recursos humanos. Por exemplo: um quadro obteve formação em “como montar uma exposição”. Os conhecimentos adquiridos deverão ser de imediato transmitidos transversalmente e, por via de um planeamento adequado, esse

quadro deslocar-se-á pelo território para apoiar a montagem de uma exposição com acções concretas.

A existência de sobreposição de formação também deverá ser feita, mas terá de haver sempre muita atenção face à sua real aplicação numa determinada função. Por vezes acontece existirem quadros com formação idêntica e no mesmo órgão, enquanto se verifica a sua falha num outro. Nestes casos, justifica-se a deslocação de um deles para suprir a falha detectada. O Exército tem mecanismos legais para proceder assim.

#### **2.3.3.2. Recursos materiais**

Esse tipo de recursos refere-se aos bens materiais não museológicos e que existam para assegurar o regular funcionamento global da actividade da rede. Os materiais ficarão submetidos a um planeamento e gestão centralizados, privilegiando-se sempre que possível a sua partilha, e execução descentralizada.

Da imensa diversidade de materiais não museológicos, destacam-se os seguintes: artigos de limpeza, de conservação e restauro, equipamentos e dispositivos diversos de segurança, manutenção e conservação das instalações e espaços, vários materiais para fins museográficos, armazenagem, transporte e exposição, equipamentos *software* e *hardware* e bens não duradouros.

#### **2.3.3.3. Descentralização temática**

O roteiro temático do Exército, real e virtual, deverá conduzir os públicos de duas formas:

- A partir de qualquer um dos museus para uma de várias colecções visitáveis ou para um outro museu, monumento, conjunto e sítio, do país ou do estrangeiro;
- Começar por uma certa colecção visitável e terminar numa outra colecção ou num determinado museu, monumento, conjunto e sítio, igualmente do país ou do estrangeiro.

Ambas as formas deverão possibilitar aos públicos a escolha de caminhos, pelo meio do seu percurso temático, que os conduzam a diferentes colecções visitáveis, museus (por exemplo: Museu Municipal Leonel Trindade ou Museu da Fundação da Casa de Bragança), monumentos, conjuntos e sítios (por exemplo: Linhas Defensivas de Torres Vedras), numa infinidade de combinações possíveis.

##### **2.3.3.3.1. Dos Museus Militares**

O Museu Militar de Lisboa abrange fundamentalmente as seguintes disciplinas: história, arte, etnografia, ciência e técnica. A sua área temática identifica-se principalmente com os grandes acontecimentos militares da história nacional, regional e local. Por exemplo: o seu acervo de pintura de enorme valor artístico, através de numerosos e valiosíssimos exemplares de telas de alguns dos mais célebres mestres portugueses, é o mote para se estabelecerem várias conexões entre o Museu Militar de Lisboa e alguns museus de arte com bens museológicos afins (por autor, por tema, por época, por artes plásticas). Ainda de acordo com a tipologia de colecções e a história militar da sua área de influência, o Museu Militar de Lisboa poderá desenvolver a sua actividade também no plano internacional.

O Museu Militar do Porto abrange essencialmente as seguintes disciplinas: história, arte, ciência e técnica. A sua área temática identifica-se fundamentalmente com os grandes acontecimentos militares da história regional e local. Através de diferentes colecções de armamento, de uniformes e de miniaturas poderão estabelecer-se várias conexões entre o Museu Militar do Porto e alguns museus regionais e locais com bens museológicos afins. Também de acordo com a tipologia de colecções e a história militar da sua área de influência, o Museu Militar do Porto poderá alargar a sua actividade no plano nacional e igualmente no plano internacional.

O Museu Militar da Madeira abrange principalmente as seguintes disciplinas: história, ciência e técnica. A sua área temática identifica-se com os momentos históricos da presença dos militares no arquipélago da Madeira. Ainda de acordo com a tipologia de colecções e a história militar da sua área de influência, o Museu Militar da Madeira poderá ampliar a sua acção no plano nacional e igualmente no plano internacional.

O Museu Militar dos Açores abrange sobretudo as seguintes disciplinas: história, ciência e técnica. A sua área temática identifica-se com os momentos histórico-militares mais significativos e ocorridos no arquipélago dos Açores. Ainda de acordo com a tipologia de colecções e a história militar da sua área de influência, o Museu Militar dos Açores poderá alongar a sua acção no plano nacional e igualmente no plano internacional.

#### **2.3.3.3.2. Das Colecções Militares Visitáveis**

Os temas das várias Colecções Militares Visitáveis poderão ser organizados da seguinte forma:

- Infantaria (inclui: Comandos, Operações Especiais e Aerotransportada);

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- Artilharia (inclui: Campanha, Costa e Anti-aérea);
- Cavalaria (inclui: Reconhecimento, Carros de Combate, Polícia do Exército e Equitação);
- Engenharia;
- Transmissões (inclui a Criptografia);
- Serviço de Saúde (inclui: Medicina, Enfermagem, Farmácia e Veterinária);
- Serviço de Administração Militar;
- Serviço de Material;
- Serviço de Assistência Religiosa;
- Serviço de Transportes;
- Instrução, Ensino e Formação;
- Industrial e Comercial;
- Audiovisuais;
- Geografia, Cartografia e Geomática;
- Psicologia;
- Centros de Interpretação.

Para isso será necessário organizá-los em rede, a partir de um nó director (ou núcleo), e descentralizados. Esse nó na sua maioria coincide com as Escolas Práticas, que são actualmente: de Infantaria, de Artilharia, de Cavalaria, de Engenharia, de Transmissões, de Administração Militar, do Serviço de Material e do Serviço de Transportes. De cada uma dessas Escolas Práticas poder-se-ão estabelecer imensas conexões dessa temática com outras entidades. Por exemplo: o tema sobre Cavalaria. A partir da Escola Prática de Cavalaria (Santarém) poderá ser percorrido um longo roteiro temático que incluirá a visita – real ou virtual – aos Regimentos de Cavalaria N°3 (Estremoz) e N°4 (Santa Margarida), ao Regimento de Lanceiros N°2 (Lisboa), ao Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra), Museus Militares (Lisboa, Porto, Madeira e Açores, nas áreas específicas da sua história), outros museus locais, regionais, nacionais e internacionais representativos da Cavalaria, monumentos, conjuntos ou sítios onde esta tenha desempenhado um papel relevante em combates, batalhas e guerras.

O tema da Colecção Militar Visitável do Buçaco aconselha a sua transformação em centro de interpretação da Batalha do Buçaco.

O tema da Colecção Militar Visitável de Bragança induz a sua transformação em centro de interpretação do castelo e história militar de Bragança.

O tema da Coleção Militar Visitável de Coimbra impele a sua transformação em história militar de Coimbra e das várias unidades aí aquarteladas.

A instrução, o ensino e a formação incluem essencialmente: Academia Militar, Centro Militar de Educação Física e Desportos, Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Instituto de Odivelas, Escola Superior Politécnica do Exército, Escola Militar de Electromecânica, Escola de Sargentos do Exército, Escola de Tropas Aerotransportadas e as várias Escolas Práticas.

O tema industrial e comercial inclui a Manutenção Militar e as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Os temas de saúde, de audiovisuais, de geografia, cartografia e geomática, de serviço religioso e de psicologia têm os seus principais vínculos, respectivamente, na Direcção dos Serviços de Saúde, no Centro de Audiovisuais do Exército, no Instituto Geográfico do Exército, nas várias U/EO com colecções de arte sacra e no Centro de Psicologia do Exército.

#### **2.3.3.4. Centralização na gestão integrada de bens museológicos e de recursos**

##### **2.3.3.4.1. Bens museológicos**

A Coordenação da Rede tem um órgão destinado exclusivamente para a actividade de gestão integrada de bens museológicos: os Serviços de Inventário, Gestão e Rotação do acervo de cada um e de todos os Museus Militares e Coleções Militares Visitáveis.

No processo de incorporação de um objecto novo, independentemente da sua modalidade, este terá um número de inventário sequencial atribuído por aqueles Serviços. A ficha de inventário constituirá o suporte para se introduzir ou acrescentar informaticamente dados relativos a esse objecto e organizados em bases de dados.

Através da informação aí contida será admissível imprimir a rotação de objectos, preferencialmente entre as várias entidades museológicas pertencentes à rede, quer seja no plano nacional que seja no plano internacional.

Aspectos de conservação e segurança, de forma a minimizar ou a eliminar os riscos associados ao transporte e condições de exposição dos bens museológicos, terão uma particular atenção e destaque nos actos de boa gestão, sendo estes suportados sempre por plataformas informáticas e ligadas em rede.

##### **2.3.3.4.2. Recursos humanos**

Através do Comando do Pessoal – órgão central de administração e direcção do Exército – é processado o recrutamento, a selecção e a avaliação dos recursos humanos para as múltiplas actividades do Exército. Em oposição à execução descentralizada de recursos humanos, o seu planeamento e gestão deverão ser integrados e centralizados, de forma a satisfazer as necessidades e objectivos globais dos Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis. De acordo com a avaliação de necessidades para o desempenho de certos cargos e preenchimento de vagas nas diferentes estruturas museológicas anteriormente expostas, os futuros quadros orgânicos de pessoal – adiante apresentados – da Coordenação da Rede, dos Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis deverão prever quadros militares e civis mais capacitados para o desempenho eficiente dos respectivos conteúdos funcionais.

Através da clara assunção e envolvimento da estrutura superior do Exército, na importância a dar à (re)qualificação dos recursos humanos no cumprimento da missão da Coordenação da Rede, dos Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis, e da estratégia a ser implementada com vista à obtenção da sua formação sistematizada e continuada (também designada por plano de formação), por via do Comando da Instrução, essencialmente em história, museologia e museografia, associada ao aproveitamento daqueles que já a possuem, propõe-se o seguinte:

- Determinar os efectivos, militares e civis, do quadro permanente ou contratados, que desenvolvam ou já desenvolveram actividades dessa natureza ou afins;
- Reunir, constituir e distribuir as equipas pluridisciplinares pela estrutura orgânica da rede, pelos quatro Museus Militares e pelas várias Colecções Militares Visitáveis;
- Proceder à contratação externa de serviços especializados para algumas actividades de inventário, de conservação e restauro, de interpretação e exposição e de educação;
- Constituir uma equipa multidisciplinar para definir, construir e desenvolver: as fichas de inventário organizadas por super-categorias, categorias e categorias, e consentâneas com a diversidade e complexidade dos bens patrimoniais móveis do Exército; o sistema informático de suporte; o inventário geral;
- Adequar os diplomas legais em vigor, de acordo com as alterações de enquadramento organizacional e quadros orgânicos de pessoal propostos.

#### **2.3.3.4.2.1. Da Coordenação da Rede de Museus**

A Coordenação da Rede de Museus deverá ter o seguinte quadro orgânico de pessoal, requisitos de cargo e competências:

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- Coordenador-geral: um Tenente-coronel ou Coronel, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com curso pós-graduado em museologia, história ou património, ou tendo desempenhado funções de direcção em um dos museus militares, no mínimo por cinco anos seguidos, e ter acções reconhecidas no meio museológico nacional ou internacional, para imprimir uma orientação transversal e uma estratégia global da actividade museológica, coordenar os vários serviços da rede, assegurar o cumprimento das funções museológicas, propor as condições de protocolos, de parcerias com outros museus ou com instituições públicas ou privadas, incluindo os estabelecimentos de ensino superior, e de candidaturas a projectos co-financiados por alguns programas da União Europeia, estimular e apoiar a constituição e actividade das Ligas ou Associações de amigos dos museus, ou outras formas de colaboração sistemática da comunidade e dos públicos.

- Serviço de inventário, gestão e rotação de bens museológicos móveis do Exército: um chefe, de posto Major, ou Capitão com o Curso de Promoção a Oficial Superior, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com licenciatura ou curso pós-graduado em gestão, ou com acções de formação em normas e procedimentos de inventário e tendo desempenhado essas funções em um dos museus militares, no mínimo por cinco anos seguidos, para propor, elaborar e acompanhar as actividades de inventário e da informatização das colecções. Para coadjuvá-lo, deverão existir ainda dois Sargentos-ajudantes – técnicos intermédios de informática – para fins exclusivos de apoio ao inventário, gestão e rotação daqueles bens.

- Sistemas de informação e comunicação: um chefe, de posto Major, ou Capitão com o Curso de Promoção a Oficial Superior, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com licenciatura ou curso pós-graduado em sistemas de informação e comunicação, ou com acções de formação nessa área e tendo desempenhado funções dessa natureza em qualquer U/E/O, no mínimo por três anos seguidos, para propor, elaborar e acompanhar as actividades da rede de circulação da informação interna por via electrónica, de fornecimento das informações necessárias à boa gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, da coordenação, controlo e avaliação pelos órgãos competentes da gestão desses recursos, e de circulação para o exterior de alguns dados e informações do âmbito da rede. Para coadjuvá-lo, deverão existir dois Sargentos-ajudantes e um civil – técnicos intermédios de informática – dedicados à rede interna e externa.



## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- Serviços funcionais de Museus Militares e Coleções Militares Visitáveis: um chefe, de posto Tenente-coronel de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com curso pós-graduado em museologia, ou tendo desempenhado funções em um dos museus militares, no mínimo por cinco anos seguidos e ter acções reconhecidas pelo seu anterior director, para dirigir, organizar, coordenar, mediar e planear de forma centralizada as actividades inerentes às funções museológicas, entre os seus serviços e os diferentes órgãos de execução, obedecendo também ao critério de execução descentralizada. Será coadjuvado por: dois Capitães com o Curso de Promoção a Oficial Superior, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitados com licenciatura ou curso pós-graduado em ciências sociais e humanas, sendo um deles o responsável pelas actividades de estudo e investigação, de documentação e de incorporação, coadjuvado por sua vez por um Sargento-ajudante de qualquer Quadro Especial e habilitado com formação superior em ciências sociais e humanas, e o segundo pela gestão da segurança das colecções, dos edifícios, dos espaços e das pessoas; e por dois civis, do quadro de pessoal civil, na carreira de conservador-restaurador, com formação pós-graduada em museologia, para coordenar as práticas museológicas realizadas pelos especialistas em regime de prestação de serviços nas funções de conservação e restauro, de interpretação e exposição e de educação, e orientar os órgãos de execução para a realização de boas práticas.

- Serviço de protocolos, de parcerias e de candidaturas: um chefe, do quadro de pessoal civil, na carreira técnica superior, habilitado com a licenciatura em direito.

- Serviços técnico-administrativos: um chefe, do quadro de pessoal civil, na carreira Chefe de Secção, em apoio técnico-administrativo prioritariamente ao Coordenador-geral, coadjuvado por duas Praças, em apoio administrativo prioritário aos serviços funcionais, serviços de inventário, serviço de protocolos, de parcerias e candidaturas, e sistemas de informação e comunicação, por esta ordem.

Assim, considera-se o seguinte quadro orgânico de pessoal para a Coordenação da Rede de Museus:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
	Coordenação-geral	1	-	-	-	-	1
	Serviços de Inventário e Gestão	1	2	-	-	-	3
	Sistemas de Informação	1	2	-	-	1	4
	Chefe de Serviços	1	-	-	-	-	1
	Serviço de Estudo, Investigação, Documentação e	1	1	-	-	-	2

*UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

Serviços Funcionais	Incorporação						
	Serviço de Segurança, Conservação, Restauro, Interpretação, Exposição e Educação	1	-	-	-	2	3
Serviço de Protocolos		-	-	-	-	1	1
Serviços Técnico-administrativos		-	-	1	1	1	3
TOTAL		6	5	1	1	5	18

Quadro N°8 – Quadro resumo de pessoal da “Coordenação da Rede de Museus”.

**2.3.3.4.2.2. Dos Museus Militares**

O Museu Militar de Lisboa, pela sua abrangência territorial, tipologia de colecções e simultaneamente pelo número de Colecções Militares Visitáveis localizadas na sua área de influência, afigura-se o maior museu militar também em recursos humanos, seguido do Museu Militar do Porto, do Museu Militar dos Açores e do Museu Militar da Madeira.

O Museu Militar de Lisboa deverá ter o seguinte quadro orgânico de pessoal, requisitos de cargo e competências:

- Director: de posto Tenente-coronel ou Coronel de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com curso pós-graduado em museologia, ou numa outra disciplina das ciências sociais e humanas, ou ainda pelo seu currículo profissional em museus e devidamente certificado, para dirigir, organizar, coordenar, mediar e planear as actividades inerentes às funções museológicas na sua área de influência e propor outras actividades no plano nacional e internacional.

- Sistemas de Informação e comunicação: um chefe, de posto Sargento-chefe ou Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação em sistemas de informação e comunicação, ou tendo desempenhado funções dessa natureza em qualquer U/E/O, no mínimo por três anos seguidos, para executar o apoio técnico imediato aos vários serviços e utilizadores dos meios e programas informáticos da rede e propor novas funcionalidades de circulação e eficiência da informação interna. Será coadjuvado por um outro Sargento-ajudante com formação idêntica.

- Serviços de Estudo e investigação: um chefe, de posto Major ou Capitão com o Curso de Promoção a Oficial Superior, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com curso pós-graduado em História Militar, para executar

actividades científicas, através do estudo e da investigação dos bens culturais incorporados ou incorporáveis no Museu e nas várias Coleções Militares Visitáveis da sua área de influência, e propor a contratação de alguns especialistas em regime de prestação de serviços para essas actividades. Será coadjuvado por um Sargento-chefe ou Sargento-ajudante com formação superior em engenharia de material e por dois civis do quadro de pessoal civil na carreira técnica superior, um com curso pós-graduado em história de arte e o outro habilitado com a licenciatura na área de antropologia.

- Serviços de Incorporação: um chefe, de posto Sargento-chefe ou Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com licenciatura em ciências sociais e humanas, para executar as orientações superiores de incorporações e dar continuidade ao enriquecimento do acervo do Museu e das Coleções Militares Visitáveis da sua área de influência, e propor modalidades de incorporação. Será coadjuvado por um Sargento-ajudante de qualquer Quadro Especial.

- Serviços de Inventário e documentação: um chefe, de posto Sargento-chefe, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação em normas e procedimentos de inventário, para executar as orientações superiores de inventário e documentação de cada um e todos bens museológicos do Museu e das Coleções Militares Visitáveis da sua área de influência, e propor formas adequadas de compatibilizar a confidencialidade e a disponibilidade de dados sobre os bens museológicos. Será coadjuvado por dois civis: um da carreira documentalista, responsável pelo centro de documentação, e o outro técnico intermédio de informática.

- Serviços de Conservação e restauro: um chefe, do quadro de pessoal civil, na carreira de conservador-restaurador, para diagnosticar, definir, coordenar e executar os procedimentos preventivos nos objectos museológicos, quer estejam em exposição quer estejam em reserva, propor medidas para manter as condições adequadas de conservação e realizar na oficina de conservação os trabalhos de conservação curativa dos bens museológicos sob a sua área de influência, ou de restauro quando se verifique. Será coadjuvado por um militar, de posto Sargento-ajudante, do Serviço de Material, preferencialmente no activo e habilitado com formação em conservação preventiva.

- Serviços de Segurança: um chefe, de posto Sargento-chefe, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação em segurança física, para implementar procedimentos de segurança indispensáveis à protecção e integridade dos objectos museológicos, dos visitantes, das instalações e dos espaços, e propor medidas complementares à vigilância presencial pela inclusão de meios mecânicos,

físicos ou electrónicos. Será coadjuvado por seis Praças, com formação em segurança e discurso expositivo, e por seis civis, do quadro de pessoal civil, na carreira de vigilante-recepcionista.

- Serviços de Interpretação e exposição: um chefe, de posto Sargento-chefe ou Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação em exposições e divulgação, para implementar novas formas de informação e comunicação que contemplem meios informáticos e apresentação multimédia, quer sejam exposições permanentes, temporárias e itinerantes, e propor os instrumentos auxiliares de leitura e divulgação mais adequados ao tipo de públicos, nomeadamente os textos em bilingue e o apoio às pessoas com deficiência. Será coadjuvado por duas Praças, com formação em exposições e divulgação, e por um civil, do quadro de pessoal civil, na carreira de técnico-profissional de museografia.

- Serviços de Educação: um chefe, de posto Sargento-chefe ou Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação superior em ciências sociais e humanas, para executar a função educativa e social de forma a captar a participação da comunidade – cada vez mais multiracial e multicultural – e aumentar a diversificação dos públicos, e propor formas regulares de colaboração e de articulação institucional com o sistema de ensino, com várias associações – nomeadamente as de juventude, de cultura, de família, de deficientes e de estudantes – e com os serviços de turismo. Será coadjuvado por um civil, do quadro de pessoal civil, na carreira técnico-profissional de museografia.

- Serviços técnico-administrativos e logísticos: um chefe, de posto Sargento-chefe ou Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo, habilitado com formação em gestão, para promover, controlar e/ou executar as tarefas de carácter administrativo e logístico, designadamente: assuntos de pessoal militar e civil; entrada, saída, distribuição e arquivo de correspondência; serviços de loja e de restauração; movimento de viaturas; serviços de limpeza e de manutenção das instalações e dos espaços; serviços telefónicos; e recursos materiais. Será coadjuvado por duas Praças e por um civil, do quadro de pessoal civil, da carreira Assistente administrativo.

- Reservas: um chefe, de posto Sargento-chefe ou Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo, habilitado com formação superior em gestão, para assegurar o estudo, a visita e a gestão e rotação das colecções, e propor as medidas adequadas de acesso e de segurança. Será coadjuvado por um civil, do quadro

*UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

de pessoal civil, da carreira técnico-profissional de conservação e restauro. É de salientar que este espaço de reservas será central e único para toda a sua área de influência.

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Direcção		1	-	-	-	-	1
Sistemas de Informação		-	2	-	-	-	2
Serviços de Estudo e investigação		1	1	-	-	2	4
Serviços de Incorporação		-	2	-	-	-	2
Serviços de Inventário e documentação		-	3	-	-	2	5
Serviços de Conservação e Restauro		-	1	-	-	1	2
Serviços de Segurança		-	1	3	3	6	13
Serviços de Interpretação e exposição		-	1	1	1	1	4
Serviços de educação			1	-	-	1	2
Serviços Técnico-administrativos e logísticos		-	1	1	1	1	4
Reservas		-	1	-	-	1	2
TOTAL		2	14	5	5	15	41

Quadro N°9 – Quadro resumo de pessoal do Museu Militar de Lisboa.

A estrutura orgânica do Museu Militar do Porto, do Museu Militar da Madeira e o Museu Militar dos Açores será semelhante à do Museu Militar de Lisboa. Contudo, envolverá no total menos recursos humanos – compreensíveis pela menor dimensão e tipologia de Colecções Militares Visitáveis e amplitude geográfica da sua área de influência –, embora pontualmente os serviços de conservação e restauro dos Museus Militares da Madeira e dos Açores apresentem um incremento, essencialmente por motivos climáticos adversos à conservação das suas colecções.

Assim, considera-se o seguinte quadro orgânico de pessoal para o Museu Militar do Porto:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Direcção		1	-	-	-	-	1
Sistemas de Informação		-	2	-	-	-	2
Serviços de Estudo e investigação		1	-	-	-	1	2
Serviços de Incorporação		-	1	-	-	-	1
Serviços de Inventário e documentação		-	1	-	-	1	2
Serviços de Conservação e Restauro		-	1	-	-	1	2
Serviços de Segurança		-	1	1	2	4	8
Serviços de Interpretação e exposição		-	1	1	1	1	4
Serviços de educação			1	-	-	1	2
Serviços Técnico-administrativos e logísticos		-	1	1	1	1	4

*UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

Reservas	-	1	-	-	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>30</b>

Quadro N°10 – Quadro resumo de pessoal do Museu Militar do Porto.

O quadro orgânico de pessoal do Museu Militar da Madeira será o seguinte:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Direcção		1	-	-	-	-	1
Sistemas de Informação		-	1	-	-	-	1
Serviços de Estudo e investigação		-	-	-	-	1	1
Serviços de Incorporação		-	1	-	-	-	1
Serviços de Inventário e documentação		-	1	-	-	-	1
Serviços de Conservação e Restauro		-	1	-	-	2	3
Serviços de Segurança		-	1	1	1	1	4
Serviços de Interpretação e exposição		-	1	1	-	-	2
Serviços de educação		-	-	-	-	1	1
Serviços Técnico-administrativos e logísticos		-	1	-	1	1	3
Reservas		-	-	-	-	1	1
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>19</b>

Quadro N°11 – Quadro resumo de pessoal do Museu Militar da Madeira.

Por fim, o quadro orgânico de pessoal do Museu Militar dos Açores será o seguinte:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Direcção		1	-	-	-	-	1
Sistemas de Informação		-	1	-	-	-	1
Serviços de Estudo e investigação		1	-	-	-	1	2
Serviços de Incorporação		-	1	-	-	-	1
Serviços de Inventário e documentação		-	1	-	-	-	1
Serviços de Conservação e Restauro		-	1	-	-	2	3
Serviços de Segurança		-	1	1	1	2	5
Serviços de Interpretação e exposição		-	1	1	-	-	2
Serviços de educação		-	-	-	1	1	2
Serviços Técnico-administrativos e logísticos		-	1	1	1	1	4
Reservas		-	1	-	-	1	2
<b>TOTAL</b>		<b>2</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>24</b>

Quadro N°12 – Quadro resumo de pessoal do Museu Militar dos Açores.

**2.3.3.4.2.3. Das Colecções Militares Visitáveis**

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

Algumas Colecções Militares Visitáveis de várias U/E/O terão semelhantes quadros orgânicos de pessoal, em particular: as Escolas Práticas, a Academia Militar, o Centro Militar de Educação Física e Desportos, o Colégio Militar, o actual Destacamento Museu Militar do Buçaco, o Instituto Militar dos Pupilos do Exército, o Instituto de Odivelas, a Escola Superior Politécnica do Exército, a Escola Militar de Electromecânica, a Escola de Sargentos do Exército, a Escola de Tropas Aerotransportadas, a Manutenção Militar, o actual Museu Militar de Bragança, o actual Museu Militar de Coimbra, as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, a Direcção dos Serviços de Saúde, o Centro de Audiovisuais do Exército, o Instituto Geográfico do Exército e o Centro de Psicologia do Exército.

As razões para a sua semelhança residem essencialmente pela conjugação da posição central que ocupam aquelas Colecções Militares Visitáveis na rede temática e do cumprimento das funções museológicas mínimas.

Assim, propõe-se o seguinte quadro orgânico de pessoal para aquelas U/E/O e anteriormente descritas:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Coordenação		1	-	-	-	-	1
Serviços de Inventário		-	1	-	-	-	1
Serviços de Conservação		-	1	-	-	-	1
Serviços de Interpretação e exposição		-	1	-	1	-	2
Serviços de Educação		-	1	-	-	1	2
TOTAL		1	4	-	1	1	7

Quadro N°13 – Quadro tipo de pessoal de algumas Colecções Militares Visitáveis e consideradas centrais na rede temática.

A coordenação de cada uma dessas Colecções Militares Visitáveis será exercida por um Oficial Superior de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com curso pós-graduado em museologia, ou numa outra disciplina das ciências sociais e humanas, ou ainda pelo seu currículo profissional adequado à vocação da Colecção Militar Visitável, para dirigir, organizar, coordenar e executar as actividades inerentes às funções de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação, e propor outras actividades no plano local. As Colecções

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

Militares Visitáveis da Manutenção Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento serão excepção a esse quadro de pessoal, em termos de coordenação. Para esses dois estabelecimentos fabris propõe-se que a sua coordenação seja realizada por quadros civis, habilitados com formação pós-graduada em museologia e pertencentes à carreira técnica superior.

Os serviços de inventário serão realizados por um Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação em procedimentos de inventário, para executar as orientações superiores de inventário dos bens museológicos da Colecção Militar Visitável.

Os serviços de conservação serão realizados por um Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação em procedimentos de conservação preventiva, para executar as orientações superiores de conservação dos bens museológicos da Colecção Militar Visitável.

Os serviços de interpretação e exposição serão chefiados por um Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação em exposições e divulgação, para executar as orientações superiores de informação e comunicação que melhor se adaptem aos objectivos de divulgação. Será coadjuvado por uma Praça, com formação em exposições e divulgação.

Os serviços de Educação serão chefiados por um Sargento-chefe ou um Sargento-ajudante, de qualquer Quadro Especial, preferencialmente no activo e habilitado com formação superior em ciências sociais e humanas, para executar a função educativa e social que melhor se adequa à realidade local. Será coadjuvado por um civil, do quadro de pessoal civil, na carreira técnico-profissional de museografia.

As restantes Colecções Militares Visitáveis – terão de cumprir igualmente aquelas funções museológicas mínimas e serão nós adicionais às anteriores Colecções nas respectivas áreas temáticas – possuirão o seguinte quadro orgânico de pessoal:

Órgãos	Categorias	Oficial	Sargento	Praça		Civil	TOTAL
				Cabo	Soldado		
Coordenação		1	-	-	-	-	1
Serviços de Inventário, de interpretação, exposição e educação		-	1	-	-	1	2
Serviços de Conservação		-	1	-	-	-	1
TOTAL		1	2	-	-	1	4

Quadro Nº14 – Quadro tipo de pessoal de algumas Colecções Militares Visitáveis e consideradas adicionais à rede temática.



As actuais U/EO abrangidas por este último quadro tipo de pessoal são: Batalhão de Informações e Segurança Militar, Centro de Instrução de Operações Especiais, Regimento de Artilharia Anti-aérea N°1, Regimento de Engenharia N°1, Regimento de Infantaria N°1, Regimento de Infantaria N°2, Regimento de Infantaria N°15, Regimento de Cavalaria N°3, Regimento de Cavalaria N°4, Regimento de Lanceiros N°2, Regimento de Transmissões, Regimento de Artilharia N°5, Regimento de Infantaria N°13 e Regimento de Infantaria N°14.

#### **2.3.3.4.3. Recursos materiais**

A gestão de recursos materiais será da responsabilidade da Repartição Geral da Direcção de Património e Cultura Militar, através da sua Secção Logística.

Os materiais são de natureza e fins diversos, designadamente: de serviços gerais (de transporte, de limpeza e manutenção das infra-estruturas, espaços e edifícios); de sistemas de informação e comunicação; de equipamentos, dispositivos e mobiliários para os serviços; de artigos e produtos de loja para venda ao público; de decoração; de sinalização e sinalética interna e externa; e de suporte técnico às actividades funcionais.

Os procedimentos para a sua requisição, aquisição, fornecimento e distribuição encontram-se normalizados e inscrevem-se nas normas gerias do sistema integrado de gestão.

#### **2.3.3.4.4. Recursos financeiros**

O orçamento da Direcção de Património e Cultura Militar terá por base o financiamento procedente do Orçamento do Ministério da Defesa Nacional – Exército, assim como de eventuais receitas provenientes de orçamentos de Despesas com Compensação em Receitas (DCCR). Estas consagram-se como receitas a realizar especialmente pelas:

- Vendas e prestação de serviços efectuados;
- Transferências de fundos no âmbito de candidaturas a programas comunitários aprovados e do PIDDAC;
- Ofertas no âmbito do Mecenato.

Para efeitos de planeamento anual, existe um instrumento de trabalho muito importante que é a Proposta de Planeamento de Actividades e Proposta de Orçamento Programa (PPA/POP) e cujo preenchimento será obrigatório para os quatro Museus Militares, a RAG e a Coordenação da Rede. No PPA/POP de cada Museu Militar

deverão estar inscritas as propostas de actividades das Colecções Visitáveis das diferentes U/E/O. Posteriormente, a Coordenação da Rede e a RAG farão a sua integração de forma a otimizar e harmonizar os valores orçamentados. Seguidamente, será elaborada uma proposta para futura aprovação pelo Director da Direcção de Património e Cultura Militar e posterior envio ao órgão central de finanças do Exército.

Os recursos financeiros a atribuir anualmente por este último órgão condicionarão o planeamento de actividades e o programa de orçamento propostos. Uma de duas situações poderá aí ocorrer:

- Ou o montante a atribuir é inferior ao planeado, o que implica reavaliar as actividades e respectivos orçamentos, competindo ao Director a tomada de decisão sobre as opções a efectuar e a sua reafecção – normalmente e frequentemente é o que acontece;

- Ou o montante a atribuir satisfaz plenamente as necessidades planeadas e está-se perante um quadro de execução desejável – normalmente e frequentemente é improvável.

A execução e controlo orçamental dos recursos financeiros postos à disposição da Coordenação da Rede de Museus do Exército ficarão sob a responsabilidade da Secção Logística da RAG. Contudo, todos os Directores dos Museus Militares terão um fundo de maneo à sua disposição, cujo valor observará os princípios da proporcionalidade e da progressividade, ambos estabelecidos pelos critérios do orçamento da tutela, dos custos estimados de serviços (designadamente de água e luz) e das actividades funcionais e pela sua natureza e dimensão.

Em relação às várias Colecções Militares Visitáveis, os valores aprovados serão transferidos para as Secções Logísticas das respectivas U/E/O, obedecendo os mesmos critérios.

Vários factores terão de ser analisados para que essa distribuição de verbas seja adequada à sustentabilidade e actividade daqueles órgãos de execução, nomeadamente: a vocação, o tipo, a dimensão e os efeitos produzidos nos públicos passíveis de medição, como sejam por exemplo: a quantidade de visitantes, o valor gerado por vendas de artigos e produtos e o número de referências qualitativas sobre as actividades promovidas.

Para além da óptica sobre as diferentes formas em obter e gerar receitas, a Coordenação da Rede deverá perspectivar também a acção conjugada de se evitarem despesas. Através de diligentes Ligas ou Associações de Amigos dos Museus, de grupos

de interesse especializado, de voluntariado ou de outras formas de colaboração, será possível cumprir aquela última perspectiva.

#### **2.3.3.4.5. Recursos informáticos**

Embora a gestão física dos recursos informáticos seja processada de forma integrada com os outros recursos materiais, a gestão informacional e técnica será da responsabilidade dos Sistemas de Informação e Comunicação. Os recursos informáticos serão concebidos, dimensionados e disponibilizados pelos vários serviços e utilizadores ligados em rede, para o acréscimo da eficiência na gestão integrada dos outros recursos (humanos, materiais e financeiros), quer em economia de tempo quer em economia de peso da informação em papel.

A sua ligação em rede potencia e agiliza toda a estrutura no modo de funcionamento, reduz o número de níveis hierárquicos de decisão ao mínimo indispensável e permite que todos – ou apenas alguns dos seus elementos, por razões de segurança dos fluxos informacionais – tenham acesso à informação e conhecimento.

Assim, através da Rede de Dados do Exército (*Intranet* de conteúdo dinâmico) deverá ser também processada e disponibilizada a informação e conhecimento – preferencialmente sobre tecnologia ADSL – e que diga respeito à Direcção de Património e Cultura Militar, à Coordenação da Rede de Museus, aos Museus Militares e às Colecções Militares Visitáveis, desde os dados relacionados com os recursos humanos na aplicação *RHW*, os materiais na aplicação *RMW* e os financeiros na aplicação *RFW*, passando pela divulgação de actividades nos *websites* e adequando-as às expectativas criadas junto dos respectivos utilizadores, até à consulta de informação sobre os bens museológicos dos Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis para fins de fruição, de estudo e investigação. O *e-mail* e a comunicação *on-line* em tempo real deverão ser igualmente contemplados a todos os utilizadores da rede.

O acesso e utilização da *Internet* serão feitos por outra via e os computadores que estejam a ela ligados não poderão estar conectados à *Intranet*, por razões de maior segurança informática.

Os aspectos de manutenção remota – a partir dos Sistemas de Informação e Comunicação – das redes, seus equipamentos e das aplicações informáticas em todos os serviços da Coordenação da Rede, assim como os meios de *backup* das suas bases de dados, o desenvolvimento de software específico, teste, instalação, formação básica do

peçoal envolvido e manutenção (correctiva e adicional), requerem a sua máxima acuidade.

### **CONCLUSÕES**

A actual estrutura organizacional do Exército Português reflecte a existência de vários elementos de índole museal, desde o nível de direcção até ao nível de execução das actividades museológicas. É explícita a missão, a orgânica e o quadro de pessoal de cada um desses elementos, de uma forma geral sempre sustentados por um documento com valor jurídico.

Contudo, as relações entre esses elementos de índole museal são complexas:

- O Estado Maior do Exército depende do Vice-chefe do EME;
- A Divisão de Logística pertence ao Estado Maior Coordenador;
- A Direcção dos Serviços de Intendência depende do Comando da Logística;
- A DDHM depende do Comando do Pessoal;
- Os actuais Museus Militares dependem funcionalmente da DDHM/Comando do Pessoal, para assuntos de natureza técnica, mas cada um depende de um Comando Territorial para aspectos de natureza administrativa, logística e financeira;
- Os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O dependem: hierarquicamente do seu Comandante, Director ou Chefe; funcionalmente da actual DDHM/Comando do Pessoal.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

Em relação ao nível de execução das actividades museológicas, no Exército destaca-se o seguinte:

- Os actuais Museus Militares estão mais bem dimensionados e estruturados para o cumprimento de algumas das actuais funções museológicas;

- Os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O e cujos quadros orgânicos prevêem uma entidade museológica ou paramuseológica e respectivos quadros de pessoal, possuem condições mais irregulares comparativamente aos Museus Militares para cumprirem algumas das actuais funções museológicas;

- Os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O e cujos quadros orgânicos não prevêem uma entidade museológica ou paramuseológica, mas esta existe de acordo com o preceituado no ponto 1 do Artigo 121 do Regulamento Geral do Serviços nas Unidades do Exército, apresentam ainda maior irregularidade no cumprimento das actuais funções museológicas.

Sobre os dois museus de tutela não militar e com colecções militares, verifica-se o seguinte:

- Há semelhanças de desenho da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Torres Vedras com a estrutura fortemente hierarquizada do Exército, e diferenças entre estas duas instituições e o Museu da Fundação da Casa de Bragança, especialmente porque este apresenta uma estrutura mais esbatida e com menos níveis hierárquicos na tomada de decisão;

- Melhor adequação da missão, da orgânica e de alguns recursos museológicos dos museus de tutela não militar para o cumprimento das boas práticas museológicas, em comparação com os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, do Exército Português.

Os resultados obtidos pelos questionários aos Museus Militares e às U/E/O que declararam possuir museu, núcleo museológico, ou outra denominação, e analisados na óptica dos sete parâmetros, indicam de forma inequívoca o seguinte:

- As fichas de inventário são essencialmente de tipo cadastro, contendo por conseguinte escassa informação sobre os bens museológicos;

- A dinâmica de incorporação é ténue;

- Os espaços de reservas não são facultados para investigação por se encontrarem na sua generalidade inadequados à conservação dos bens museológicos;

- Maciçamente não existem normas sobre procedimentos de conservação preventiva;

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- Globalmente existem medidas restritivas de acesso a documentos sobre segurança dos edifícios onde se localizam os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações;
- Os Museus Militares têm na sua maioria alarme anti-intrusão, ao contrário dos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O;
- A utilização da *Internet* e a produção de edições em vários suportes são significativamente deficitárias;
- Inexistência generalizada de protocolos com estabelecimentos de ensino superior;
- Fraca formação dos quadros em museologia e museografia, com maior incidência nos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O;
- Existência de Ligas de Amigos na maioria dos Museus Militares, embora metade destes considere “má” ou “muito má” as respectivas actividades desenvolvidas por aquelas, em oposição à total inexistência de Ligas nos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O;
- Todos os Museus Militares asseguram a abertura regular ao público, em enorme contraste com os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O que não possuem um horário perfeitamente definido de abertura;
- A maioria dos Museus Militares utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, para além do orçamento da tutela, contrariamente ao que se verifica nos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O onde um destes declarou que procede daquela forma;
- Os Museus Militares têm na sua maioria problemas de espaços para actividades educativas e estacionamento de viaturas dos públicos;
- Os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O apresentam de forma significativa problemas de espaços para actividades educativas e oficinas de conservação;
- Todos os Museus Militares têm quadro orgânico de pessoal aprovado e a grande maioria dos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O não possui;
- Os Oficiais e Sargentos previstos nos actuais quadros orgânicos de pessoal dos Museus Militares são de forma significativa da situação de “Reserva”;
- A quase totalidade dos museus não possui o seu “Regulamento”;

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- Todos os Museus Militares têm registos quantitativos de públicos, em largo contraste com a grande maioria dos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O;

- Em nenhum museu foi disponibilizado qualquer inquérito para ser preenchido pelos públicos;

- A grande maioria dos Museus Militares tem “Livro de Sugestões” e “Reclamações”, em clara oposição com a situação dos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U//E/O;

- O acesso de deficientes físicos a todas as salas de exposição é-lhes vedado na grande maioria dos espaços museológicos;

- Todos os Museus Militares consideram a actual orgânica do Comando do Pessoal inadequada às actividades museológicas;

- Todos os Museus Militares e U/E/O com museu, núcleo museológico, ou outra denominação, concordam com a criação de uma Repartição de Museus na orgânica da DDHM;

- A grande maioria dos Museus Militares e das U/E/O com museu, núcleo museológico, ou outra denominação, concorda que seja importante pertencer a uma rede de museus e igualmente discorda que resulte numa perda da sua identidade por serem membros da rede de museus do Exército;

- A enorme maioria dos Museus Militares e das U/E/O com museu, núcleo museológico, ou outra denominação, concorda com o alargamento da rede de museus do Exército a outros museus nacionais e, embora em menor percentagem, também a museus internacionais;

- Os Museus Militares possuem documento fundador e quase a totalidade dos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O não têm;

- A maioria dos Museus Militares possui um programa museológico e metade deles apresenta insuficiências;

- Os museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O não têm maciçamente o seu programa museológico e atribuem de forma significativa o maior grau de importância à “Conservação/Restauro” dos bens museológicos.

Relativamente aos dois museus de tutela não militar e com colecções militares, os resultados obtidos pelos questionários e analisados também na óptica dos sete parâmetros, indicam de forma inequívoca o seguinte:

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- As fichas de inventário contêm informação considerada “Boa” e estão preenchidas de forma manual;
- O acesso às suas reservas é facultado para fins de investigação;
- Possuem normas sobre procedimentos de conservação preventiva;
- Há registos de humidade relativa e de temperatura;
- Possuem alarme anti-intrusão;
- Utilizam a *Internet* na divulgação das suas actividades;
- Não possuem protocolo com estabelecimentos de ensino superior;
- Nenhum museu possui Liga de Amigos ou Associação afim;
- Têm espaços para reservas e oficinas de conservação;
- Não têm espaços para actividades educativas;
- Possuem o seu “Regulamento de Museu”;
- Registam o ingresso de públicos;
- Em ambos os museus não foi disponibilizado qualquer inquérito para ser preenchido pelos públicos;
- O acesso de deficientes físicos é possível em algumas das salas de exposição;
- Têm “Livro de Sugestões” e “Reclamações”;
- Concordam que seja importante pertencer a uma rede de museus e discordam que haja perda de identidade por se ser membro de uma rede;
- Também concordam com o alargamento da rede de museus do Exército a outros museus internacionais;
- Têm documento fundador;
- Atribuem maior grau de importância ao “Inventário Desenvolvido”.

Para dar resposta, por um lado a situações díspares e por outro a condições semelhantes, quer sob a perspectiva de natureza e vocação, quer de dimensão de cada uma e de todas as entidades museológicas ou paramuseológicas do Exército Português, ao seu largo espectro de realidades museais, foi proposta uma estrutura matricial e funcional em rede, assente em plataforma informática, e capaz de promover a articulação, a coordenação das funções museológicas, a parceria e protocolos, a descentralização territorial, temática e alguns recursos museológicos, a centralização na gestão integrada de bens e de recursos museológicos, entre os quatro Museus Militares e diversas Coleções Militares Visitáveis e outros museus e colecções visitáveis nacionais e internacionais que manifestem vontade de integrar a nova rede de museus do Exército Português.



## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

Para implementar essa nova rede serão necessárias duas fases:

- A primeira fase consistirá na programação, planeamento e reunião de condições que satisfaçam os requisitos exigidos por lei para haver efectivamente quatro Museus Militares;

- A segunda fase visará dotar igualmente as várias Colecções Militares Visitáveis dos apoios em algumas das funções museológicas de forma a cumprirem os requisitos mínimos funcionais.

Constituem alguns objectivos para essas duas fases:

- O reinvestimento na formação de recursos humanos em museologia e museografia e o incremento de actividades a realizar pelas várias Ligas de Amigos;

- A reprogramação museológica dos Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis;

- A captação de recursos financeiros, materiais e informáticos adequados à complexidade e dimensão da rede;

- A adaptação dos espaços e das instalações dos museus, núcleos museológicos, ou outras denominações, das U/E/O de forma a ser assegurada a abertura ao público em horário regular, o estacionamento de viaturas dos visitantes e o acesso para deficientes físicos às salas de exposição;

- A aquisição de serviços especializados para implementar o sub-sistema de inventário, catalogação, gestão e rotação do acervo museológico do Exército Português em bases de dados;

- A instalação de dispositivos de segurança e de equipamentos adequados para a manutenção das condições de ambiente a fim de melhor se conservarem os bens museológicos, quer em contexto expositivo, quer em reservas;

- A dinamização do estudo e investigação sobre os bens museológicos do Exército Português, dando ênfase ao estabelecimento de protocolos com estabelecimentos de ensino superior e à contratação de alguns especialistas;

- A certificação dos Museus Militares e das Colecções Militares Visitáveis.

Em simultâneo poderão e deverão ocorrer os estudos sobre o alargamento da rede a outros museus ou colecções visitáveis, quer no plano nacional (com prioridade para o Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge, da Fundação Batalha de Aljubarrota, do Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras, e do Museu da Fundação da Casa de Bragança) quer no plano internacional (com prioridade para os PALOP, a CPLP,

Espanha e Inglaterra), para cooperação transfronteiriça e partilha de informação sobre o vasto património cultural militar comum.

Que consequências se antevêm da actual proposta na missão, na orgânica e nas relações de autoridade entre os vários elementos de índole museal que intervêm nas actividades museológicas do Exército Português?

- A missão de conservar, valorizar e divulgar as memórias do Exército Português é incorporada desde o nível superior de direcção e planeamento, até ao nível de execução da mais pequena e humilde Colecção Militar Visitável de certa U/E/O;

- Ao nível da estrutura orgânica superior, verifica-se a autonomização dos assuntos de Património e Cultura Militar – onde se insere a actividade museológica – com a criação da respectiva Direcção e na dependência directa do General VCEME. Esta solução elimina uma relação hierárquica que estava identificada no Comandante do Pessoal;

- Também fica eliminada a actividade e interferência da Divisão de Logística do Estado Maior Coordenador e da Direcção dos Serviços de Intendência sobre a gestão de bens museológicos, de materiais não museológicos e funções logísticas afins. Todas essas actividades serão desenvolvidas e centralizadas na estrutura orgânica da Coordenação da Rede;

- Os Directores dos quatro Museus Militares dependerão hierarquicamente do Director da DPCM e funcional e tecnicamente dos serviços da Coordenação da Rede de Museus. Os Directores dos quatro Museus Militares exercerão a autoridade hierárquica sobre o pessoal dos diferentes serviços orgânicos e a autoridade funcional junto dos vários Coordenadores de Colecções Militares Visitáveis das U/E/O sob a sua área de influência. Estes últimos, por sua vez, praticarão a autoridade hierárquica sobre o pessoal dos seus serviços orgânicos.

Desaparece assim a relação de autoridade que existia entre o Director de um Museu Militar e o Comandante de Região ou Zona Militar, conforme se tratasse respectivamente de um museu localizado no continente ou nas ilhas.

Portanto, com a actual proposta de rede:

- Utilizar-se-ão simultânea e concorrentemente critérios de descentralização e de centralização;

- Haverá concomitantemente entidades museológicas complementares, heterogéneas e semelhantes quanto à natureza e dimensão, temática das colecções, tipo de tutela e abrangência territorial;

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- Existirá partilha de recursos e serão estabelecidas diferentes formas de cooperação entre as várias entidades museológicas da rede e fora desta pela celebração de protocolos;

- Verificar-se-á maior ênfase nas Tecnologias de Informação e Comunicações. As redes informáticas têm gerado alterações radicais de paradigmas, sobretudo na capacidade em constituir redes e potenciar o conceito de rede de redes.

Portanto, as linhas orientadoras traçadas para a implementação de uma nova rede de museus para o Exército Português, não assumem um carácter conclusivo mas propõem uma via evolutiva e aberta no sentido de requalificar o tecido museológico militar e da sua gestão integrada e em rede. Esta morfologia implica alterações de mentalidades e de cultura organizacional, de forma a viabilizar aquela arquitectura de relações apresentada em epígrafe e permitir a configuração de novos processos e funções.

Dois de vários condicionamentos são vitais: a formação de quadros e a captação de recursos financeiros. Se ajustarmos as actividades propostas aos recursos disponíveis, reformarmos alguns métodos de trabalho, combatermos as ineficiências, estabelecermos prioridades e fizermos opções, das “duas uma”: ou no final se consegue fazer o mesmo ou mais, e estar-se-á no bom caminho; ou não se consegue e a solução é abdicar de alguma ou várias actividades.

O cenário actual é motivo de grande preocupação, mas acima de tudo de acção, pela execução de boas práticas museológicas. O Estado Português não pode deixar que as suas memórias colectivas se esqueçam, desvalorizem e decomponham.

Se isso acontece, então a sociedade está a decair e a empobrecer. Não se pode pactuar com um sistema que não funciona, que transpira imobilismo e que se afunda em ineficácia. O Exército Português é a instituição privilegiada para promover no país e fora dele e de forma transversal a história e identidade pátrias, contribuindo para a educação dos públicos – em particular os públicos estudantis – através da sua presença na história local, regional, nacional e internacional.

O Exército Português, beneficiando do espírito de missão que caracteriza os seus quadros de pessoal, terá de alcançar o seguinte:

- Cativar e fidelizar a este projecto alguns recursos humanos disponíveis e capazes de promover a mudança do estado actual da sua museologia e museografia;

- Captar simultaneamente os desejados recursos financeiros para operacionalizar e manter a sua nova rede de museus;

- Valorizar, divulgar e expandir além-fronteiras o carácter internacional do património cultural militar comum entre Portugal e os PALOP, a CPLP, alguns países da Europa Ocidental, Sul, Central e Leste, América do Norte, Magreb e Ásia.

## **R E F E R Ê N C I A S**

# BIBLIOGRÁFICAS

## 1. GERAL (consultada e não citada)

### 1.1. Bibliografia

#### Por Autores:

- AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin (1993), *Museum Basics*, Londres, Edição de Routledge.
- BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (2003/2004), *Nova História Militar de Portugal*, Volumes 1 a 5, Rio de Mouro, Edição do Círculo de Leitores.
- CARVALHO, J. M. Crespo de (2001), *Auditoria Logística - Medir para Gerir*, Lisboa, Edições Sílabo.
- COWLING, Alan; MAILER, Chloe (1998), *Gerir os Recursos Humanos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FERNÁNDEZ, Luís Alonso; FERNÁNDEZ, Isabel Garcia (1999), *Diseño de Exposiciones, Concepto, Instalacion y montaje*, Madrid, Alianza Editorial.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- FERNÁNDEZ, Isabel Maria Garcia (1999), *La Conservación Preventiva y La Exposición De Objectos y Obras de Arte*, Murcia, Editorial KR.
- GLASER, Jane R.; ZENETOU, Artemis A. (1996), *Museums: A Place to Work - Planning Museum Carrers*, Londres, Edição de Routledge.
- LOUREIRO, Paulo (1998), *TCP/IP em Redes Microsoft para profissionais*, Lisboa, Edição FCA.
- QUIVY, R. (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- RIVIÉRE, G. H. (1993), *La Museología. Textos y Testimonios*, Madrid, Akal.
- SELVAGEM, Carlos (1931), *Portugal Militar*, Lisboa, Edição Imprensa Nacional.
- THOMSON, Garry, *The Museum Environment* (1986), 2ª Edição, Londres, Butterworth-Heinemann.

### **Por Publicações:**

- BOLETIM N°6/7 (2001), Porto, Edição da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.
- CADERNOS DE MUSEOLOGIA (1993), Lisboa, Edição da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- MUSEU MILITAR DE LISBOA (1995), Lisboa, Edição do Estado Maior do Exército.
- ROTEIRO DOS MUSEUS MILITARES (1999), Lisboa, Edição do Ministério da Defesa Nacional.

### **Por Documentos:**

- Discurso proferido pelo Ministro da Cultura, Augusto Santos Silva no Fórum Internacional sobre Redes de Museus, 19 de Novembro de 2001, Seixal (documento policopiado).
- *Museus dependentes de Autarquias. Análise de valores estatísticos, sua classificação – Proposta de construção de Redes de Museus Regionais*, comunicação apresentada por António Perestrelo de Matos no IX Encontro Nacional *Museologia e Autarquias*, 30 de Outubro de 1998, Loures (documento policopiado).

- *Museus Locais, Museus Centrais, Instâncias Intermédias: Aspectos do Relacionamento Museu-Antropológico*, texto apresentado por Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo no Seminário de Museologia da Universidade Nova de Lisboa, 15 de Fevereiro de 1984, Lisboa (documento policopiado).
- *Patrimoine, Musees et Territoire: L'ére des Resaux*, comunicação apresentada por Jean Guibal no VIII Encontro Nacional *Museologia e Autarquias*, Outubro/Novembro de 1997, Portimão (documento policopiado).

## 1.2. Legislação

- Decreto-lei N° 404-A/98, Diário da República N° 291, I Série-A, de 18 de Dezembro de 1998.

## 1.3. Publicações Periódicas

- BOLETIM TRIMESTRAL DA REDE PORTUGUESA DE MUSEUS, do N° 1 (Junho, 2001) ao N° 15 (Março, 2005).
- NOUVELLES DE L'ICOM, do N°1 ao N°4 de 2003; do N°1 ao N°4 de 2004; do N°1 ao N°2 de 2005.

## 1.4. Endereços na Internet

- <http://www.mde.es> – fornece várias informações sobre os museus militares espanhóis, nomeadamente: *Museo del Ejército de Tierra, Museos de la Armada, Museo del Ejército del Aire*.
- <http://www.museologia-bahia.net> – disponibiliza informação sobre as bases para a política nacional de museus brasileiros, salientando-se os princípios orientadores para a construção da rede de parcerias e os eixos programáticos.

## 2. ESPECÍFICA (citada no texto)

### 2.1. Bibliografia

#### Por Autores:

- AAVV (1979), *Os museus no mundo*, Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil.
- AAVV (1995/96), *Documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico português*, 1ª e 2ª parte, Lisboa, Boletim da APOM, Edição APOM.

- AAVV (2003), *Perspectiva Histórica*, artigo publicado na revista da APOM *Lugar em Aberto*, Semestral, Nº1 – I Série, Lisboa, Edição APOM.
- ALARCÃO, Adília (1993), *O património museológico e a(s) tutela(s)*, artigo publicado na Revista *Vértice*, Maio-Junho.
- CAMACHO, Maria Clara de Frayão (1999), *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa 1974-90*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso (1999), *Museologia y museografía*, 1ª Edição, Barcelona, Edições del Serbal.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1999), *Proposta de realização de um Seminário sobre redes museológicas locais, em Viana do Castelo*, documento policopiado.
- HILL, Manuela Magalhães; e HILL, Andrew (2002), *Investigação Por Questionário*, 2ª Edição, Lisboa, Edições Sílabo.
- JÚNIOR, Leonel Trindade; LUNA, Isabel de (1990), *Museu Municipal de Torres Vedras – cem mil anos de história, sessenta anos de vida*, Revista Semestral *Torres Vedras, Torres Cultural*.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia (1998), *Analisar e Comparar Entidades Museológicas e Paramuseológicas*, Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias, Seixal, Edição da Câmara Municipal do Seixal.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia; CAMPAGNOLO, Henri (2002), *O conceito de “Rede”: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas*, Actas do Fórum Internacional Redes de Museus, Edição Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.
- MONGE, Maria de Jesus, Comunicação apresentada nas *II Jornadas do Património de Vila Viçosa*, Novembro de 2004.
- MOREIRA, Isabel M. Martins (1989), *Museus e Monumentos em Portugal (1772 – 1974)*, Lisboa, Edição da Universidade Aberta.
- PEREIRA, Fernando António Baptista (1999), *Redes de Museus e Organização dos Museus Autárquicos*, in 9º Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, Loures, Edição da Câmara Municipal de Loures.



- PEREIRA, Fernando António Baptista (no prelo), *Manual de Programação Museológica*.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1992), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Edição Universidade Aberta.
- SILVA, Raquel Henriques da (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, Edição do Instituto Português de Museus.
- TEIXEIRA, Madalena Braz (2000), Separata de *Foro BSCH*.
- VARELA, Tenente-coronel Monteiro (2004), *Economia da Defesa*, in *Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa*, Lisboa, Edição da Academia Militar e do Instituto de Altos Estudos Militares.

**Por Publicações:**

- Anuário da DSHM (1991), Lisboa, Edição do Estado Maior do Exército.
- Anuário do Museu Militar (1990), Lisboa, Edição do Museu Militar.
- Anuário do Museu Militar de Bragança (2001), Bragança, Edição do Museu Militar de Bragança.
- Catálogo do Museu de Artilharia (1906) – 4ª Edição, Lisboa, Edição do Museu de Artilharia.
- Diário da República N° 303, I Série, de 31 de Dezembro de 1976.
- Diário da República N° 163, II Série, de 14 de Julho de 1993.
- Diário do Governo N°296, de 16 de Dezembro de 1851.
- Diário do Governo N°241, de 23 de Outubro de 1909.
- Diário do Governo N°122, de 26 de Maio de 1911.
- Máximas de Sempre (2004), Amadora, Edição Lua Nova.
- Normas Internas do Museu Municipal de Torres Vedras, 1992.
- *O Panorama Museológico em Portugal 2000-2003* (2005), Lisboa, Edição do OAC e IPM.
- Ordem do Exército N°80, I Série, de 31 de Dezembro de 1868.
- Ordem do Exército N°10, I Série, de 31 de Agosto de 1926.
- Ordem do Exército N°5, I Série, de 16 de Maio de 1927.
- Ordem do Exército N° 8, 1ª Série de 19 de Novembro de 1959.
- Ordem do Exército N°7, I Série, 14 de Julho de 1993.
- Ordem do Exército N°9, I Série, 1994.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- Ordem do Exército N°7, I Série, 1998.
- Regulamento do Museu Municipal de Torres Vedras (1929).
- Regulamento Geral do Serviço nas Unidade do Exército (1986), Lisboa, Edição do Estado Maior do Exército.

### **Por Documentos:**

- Informação N° 103/82, Direcção do Serviço Histórico-militar, Processo N°80.08.01, de 23 de Novembro de 1982.
- Informação N° 114/83 – DS, Direcção do Serviço Histórico-militar, Processo N°80.08.01, de 10 de Novembro de 1983.
- Informação N° 429/OR/83, Direcção do Serviço Histórico-militar, Processo N°325.39.01, de 17 de Novembro de 1983.
- Normas de Execução Permanente N°04.03.03.04, Divisão de Logística, Estado Maior do Exército, de 9 de Maio de 2000.
- Quadro Orgânico N° 9.9.041, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, 21 de Março de 1985.
- Quadros Orgânicos, 3ª Repartição do Estado-Maior do Exército, de 7 de Junho de 1993, N° 5.8.120, N° 5.8.150, N° 5.8.830, N°5.8.840, N° 5.8.841, N° 5.8.842, N° 5.8.843, N° 5.8.844, N° 5.8.845, N° 5.8.846.
- Quadros Orgânicos, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Julho de 1993, N° 5.8.701, N° 5.8.706.
- Quadros Orgânicos, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 21 de Setembro de 1993, N° 5.8.110, N° 5.8.160, N° 5.8.350, N° 5.8.700, N° 5.8.702.
- Quadros Orgânicos, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 30 de Setembro de 1993, N° 5.8.204, N° 5.8.321.
- Quadros Orgânicos, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 1 de Outubro de 1993, N° 5.8.310, N° 5.8.311, N° 5.8.313, N° 5.8.314, N° 5.8.315, N° 5.8.316, N° 5.8.330, N° 5.8.331.
- Quadro Orgânico N° 5.8.207, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 12 de Outubro de 1993.
- Quadro Orgânico N° 5.8.190, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 25 de Outubro de 1993.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- Quadros Orgânicos, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 26 de Novembro de 1993, N° 5.8.140, N° 5.8.704/A.
- Quadro Orgânico N° 5.8.200, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 10 de Dezembro de 1993.
- Quadro Orgânico N° 5.8.202, 3ª Repartição do Estado Maior do Exército, de 4 de Março de 1994.
- Quadro Orgânico N° 2.2.004, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 16 de Dezembro de 1994.
- Quadro Orgânico N° 7.6.500, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 31 de Julho de 1995.
- Quadro Orgânico N° 5.8.101, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 13 de Setembro de 1996.
- Quadro Orgânico N° 5.8.340, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 21 de Novembro de 1997.
- Quadro Orgânico N° 5.8.333, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 13 de Outubro de 1998.
- Quadro Orgânico N° 2.3.006, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 14 de Maio de 1999.
- Quadro Orgânico N° 2.2.013, Instituto Geográfico do Exército, de 27 de Abril de 2004.
- Quadro Orgânico N° 5.7.705, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 22 de Julho de 2004.
- Quadro Orgânico N° 5.8.130, Divisão de Operações do Estado Maior do Exército, de 3 de Setembro de 2004.

### **2.2. Legislação**

- Decreto de 13 de Dezembro de 1869, Diário do Governo N°290 de 21 de Dezembro de 1869.
- Decreto de 16 de Setembro de 1909, Diário do Governo N°241, de 23 de Outubro de 1909.
- Decreto N°1 de 26 de Maio de 1911, Diário do Governo N°124 de 29 de Maio de 1911.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- Decreto de 30 de Maio de 1914, Ordem do Exército N°12, I Série, de 19 de Maio de 1914.
- Decreto N°7195 de 19 de Novembro de 1920, Ordem do Exército N°14, I Série, de 22 de Dezembro de 1920.
- Decreto N°13224 de 26 de Fevereiro de 1927, Ordem do Exército N°5, I Série, de 16 de Maio de 1927.
- Decreto N°20.985, Diário do Governo N°56, I Série, de 7 de Março de 1932.
- Decreto N°25837 de 9 de Setembro de 1935, Ordem do Exército N°10, I Série, de 30 de Setembro de 1935.
- Decreto N°37082, de 2 de Outubro de 1948, Ordem do Exército N°7, I Série, de 15 de Novembro de 1948.
- Decreto-lei N°33726, Diário do Governo N°132, I Série, de 21 de Junho de 1944.
- Decreto-lei N° 42564, de 7 de Outubro de 1959, e Ordem do Exército N° 8, 1ª Série de 19 de Novembro de 1959.
- Decreto-lei N°46.758, Diário do Governo N°286, I Série, de 18 de Dezembro de 1965.
- Decreto-lei N°242/77, Ordem do Exército N°6, I Série, de 8 de Junho de 1977.
- Decreto-lei N°45/80, Diário da República N°67, I Série, de 20 de Março de 1980.
- Decreto-lei N°248/85, de 15 de Julho de 1985.
- Decreto-lei N°302/88, Diário da República N°203, I Série, de 2 de Setembro de 1988.
- Decreto-lei N°173/91, Diário da República N°108, I Série-A, de 11 de Maio de 1991.
- Decreto-lei N°50/93, Diário da República N° 48, 1ª Série-A, de 26 de Fevereiro de 1993.
- Decreto-lei N°161/97, de 26 de Junho de 1997.
- Decreto-lei N° 398/99, Diário da República N° 239, I Série-A, de 13 de Outubro de 1999.
- Decreto-lei N°23240, Diário do Governo N°266, I Série, de 21 de Novembro de 1933.
- Decreto-lei N° 55/2001, Diário da República N°39, I Série-A, de 15 de Fevereiro de 2001.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- Decreto Regulamentar N° 43/94, Diário da República N°203, I Série-B, de 2 de Setembro de 1994.
- Decreto Regulamentar N°44/94, Diário da República N° 203.
- Decreto Regulamentar N°47/94, Diário da República N°203.
- Deliberação N° 1683/2001 da Universidade de Lisboa, *D.R. II Série*, N° 247, de 24 de Outubro de 2001.
- Deliberação N° 961/2003, *D.R. II Série*, N° 2153, de 05 de Julho de 2003.
- Despacho Conjunto N° 616/2000, Diário da República N° 130, II Série, de 5 de Junho de 2000.
- Despacho Conjunto N° 309/2003, de 14 de Março de 2003, Diário da República N° 79, II Série, de 3 de Abril de 2003.
- Despacho Conjunto N°455/2004, de 6 de Julho de 2004, Diário da República N° 176, II Série, de 28 de Julho de 2004.
- Despacho Conjunto N° 457/2004, Diário da República N°177, II Série, de 29 de Julho de 2004.
- Despacho do General CEME, exarado em 30-12-83 na Informação N°103/82.
- Despacho Normativo N° 28 do Ministério da Cultura, Diário da República N° 132, I Série-B, de 7 de Junho de 2001.
- Lei N°15/92, publicada no Diário da República N° 179, I Série-A, de 5 de Agosto de 1992.
- Lei N°107/2001, Diário da República N°209, I Série-A, de 8 de Setembro de 2001.
- Lei N°4/2004, de 15 de Janeiro de 2004, Diário da República N°12, I Série-A.
- Lei N°47/2004, Diário da República N° 195, I Série-A, de 19 de Agosto de 2004.
- Nota N° 32/03, Processo 101.03, de 22 de Abril de 2003, DDHM.
- Portaria N°12408, Ordem do Exército N°3, I Série, de 30 de Junho de 1948.
- Portaria do Ministério do Exército de 12 de Abril de 1959, Ordem do Exército N°2, I Série, de 30 de Abril de 1960.
- Portaria N°106/87, Ordem do Exército N°2, I Série, de 16 de Fevereiro de 1987, do Ministro da Defesa Nacional.
- Portaria N°425/91, Diário da República N°119, I Série-B, de 24 de Maio de 1991.

- Portaria N°616/93, Diário da República N°151, I Série-B, de 30 de Junho de 1993
- Resolução do Conselho de Ministros N° 64/2004, Diário da República N°119, I Série-B, de 21 de Maio de 2004.

### 2.3. Publicações Periódicas

- *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*, Edição Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, 2002.
- Código Deontológico para os Museus (2003), Edição da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.
- Revista Militar, N°2417/2418, Junho/Julho de 2003.

### 2.4. Relatórios Técnicos

- CAMACHO, Clara Frayão, Relatórios de Actividades de 2001, 2002, 2003 e 2004, Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus.

### 2.5. Endereços na Internet

- <http://www.exercito.pt/portal/exercito> – apresenta informações diversas sobre as diferentes U/E/O do Exército Português e respectivas actividades, historial, missão, infra-estruturas e orgânica.
- <http://www.fcbraganca.pt> – fornece várias informações sobre a história e património da Fundação da Casa de Bragança.
- <http://www.min-cultura.pt/Noticias/Redes/RPMCnt.html> – disponibiliza vasta informação sobre museologia e museografia, assuntos e actividades da Rede Portuguesa de Museus e das suas entidades constituintes.
- <http://www.bertalanffy.org/sites/index1.htm> – apresenta a vida e obra de *Ludwig von Bertalanffy*, criador da Teoria Gera dos Sistemas.
- <http://www.ne-mo.org> – disponibiliza informação e apoios diversos à comunidade museológica europeia e profissionais que sejam membros da *NEMO*.
- <http://www.posi.pcm.gov.pt> – reúne e divulga um enorme conjunto de informação sobre a acção do Governo Português na implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento, através do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento.

## *UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

- <http://www.qca.pt> – fornece vasta informação sobre a Iniciativa Comunitária *INTERREG III*, desde os objectivos, passando pelos projectos transfronteiriços transnacionais, até às orientações da Comunidade Europeia.

# **A N E X O S**

## **ANEXO 1 (ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS DO GENERAL THEMUDO BARATA) ao Capítulo I, página 10.**

O General Manuel Freire Themudo Barata iniciou a vida de Oficial de Artilharia após ter concluído o curso na Escola do Exército, no início dos anos 40 do século XX.

Prosseguiu a sua vida profissional, firmando o seu prestígio ao dedicar-se a várias actividades, inclusive o desporto militar.

Foram salientes as seguintes actividades:

- Participação na década de 40 na montagem da defesa de Lisboa como Oficial na Artilharia Anti-aérea;
- Comandou o Batalhão de Artilharia 1886 em Angola entre 1966 e 1968;



## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

- Comandou até 1971 o Regimento de Artilharia Anti-aérea Fixa;
- Frequentou o Curso de Altos Comandos e foi seu Professor e do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional;
- Publicou vários artigos na Revista Militar, tendo sido galardoado com o prémio Almirante Augusto Osório em 1973, através do escrito “Dinâmica Militar”, e outro em 1977 com o título “O que é a disciplina?”;
- Regressou a África e aí permaneceu até 1975, tendo sido Governador de Distrito em Angola e Comandante de Sector em Cabinda;
- Ainda nesse ano foi nomeado Director do Instituto de Altos Estudos Militares;
- Em 1980 foi nomeado Presidente da Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974);
- Entre 1982 e 1989 dirigiu o Serviço Histórico-militar;
- Em 1995 integrou o *Bureau* Directivo da Comissão Internacional de História Militar;
- Exerceu as funções de docente da disciplina de “História Militar” em alguns Mestrados das Universidades de Coimbra, de Lisboa e na Universidade Lusíada;
- Foi Sócio de Número da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, Académico de Mérito da Academia Portuguesa de História, Sócio Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Academia de História do Paraguai, Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Provedor da Real Irmandade da Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião;
- Colaborou no Simpósio “Quinhentos Anos de Tordesilhas” em 1995 no Rio de Janeiro e no da Roménia em 1995 e 1996;
- Dirigiu e colaborou na obra colectiva de cinco volumes, publicada pelo Círculo de Leitores, com o título “Nova História Militar de Portugal”.

Entre vários louvores e condecorações nacionais e estrangeiras, destacam-se três Medalhas de Ouro e três de Prata de Serviços Distintos, sendo uma delas com Palma, o Grande Oficialato da Ordem Militar de Santiago da Espada, a Comenda de Aviz, a Medalha de Mérito Militar e de 1ª Classe D. Afonso Henriques, a Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro, o Grande Oficialato do Mérito Militar do Brasil e o Oficialato de Mérito da República da Polónia, e a título póstumo com a condecoração 1ª Classe da Defesa Nacional, Grã-Cruz da Ordem Militar do Infante D. Henrique, e Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro (Lisboa);

Faleceu em 25 de Abril de 2003<sup>317</sup>.

**ANEXO 2 (NOTAS ENVIADAS PELA ACADEMIA MILITAR PARA TODOS  
OS COMANDOS DO EXÉRCITO) ao Capítulo I, página 24.**

NOTA Nº 193/DE de 01 de Março de 2004 – Comandante do QG/GML

NOTA Nº 193/DE de 01 de Março de 2004 – Comando de Tropas Aerotransportadas

NOTA Nº 193/DE de 04 de Março de 2004 – Comandante da RMS

NOTA Nº 193/DE de 04 de Março de 2004 – Comandante do CMSM

NOTA Nº 193/DE de 04 de Março de 2004 – Comandante do Pessoal

NOTA Nº 193/DE de 04 de Março de 2004 – Comandante da ZMA

NOTA Nº 193/DE de 04 de Março de 2004 – Comandante da ZMM

NOTA Nº 193/DE de 04 de Março de 2004 – Comandante da RMN

---

<sup>317</sup> - Ver em: Revista Militar, Nº2417/2418, Junho/Julho de 2003, páginas 601-603.

## UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

NOTA Nº 193/DE de 04 de Março de 2004 – Comandante da Logística

NOTA Nº 193/DE de 04 de Março de 2004 – Comandante da Instrução

O conteúdo da NOTA Nº 193/DE era o seguinte:

“O MajCav NIM 14668385 Francisco António Amado Rodrigues encontra-se colocado na Academia Militar onde exerce funções docentes e está simultaneamente a frequentar o 2º Ano do Mestrado em *Museologia e Museografia*;

O título da sua dissertação de Mestrado é “Uma Rede de Museus para o Exército Português”;

A aprovação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses encontra-se para breve e produzirá efeitos sobre a museologia nacional, onde se incluem os museus do Exército.

Assim sendo, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que sejam autorizados:

- Contactos directos entre o MajCav NIM 14668385 Francisco António Amado Rodrigues e as U/E/O sob o seu comando que possuam museus ou núcleos museológicos;

- A nomeação de um POC, por U/E/O, e os respectivos contactos;

- O preenchimento, por essas U/E/O, de um inquérito – a enviar oportunamente – unicamente para efeitos de tratamento de dados estatísticos para a sua dissertação.”

O Comandante da Academia Militar

Silvestre António Salgueiro Porto

Tenente General

UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

**ANEXO 3 (ALGUNS DADOS SOBRE 26 MUSEUS DE TUTELA MILITAR – NÃO EXCLUSIVA AO EXÉRCITO – E  
DISPONIBILIZADOS PELO OBSERVATÓRIO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS) ao Capítulo II, página 48.**

NOME	MORADA	LOCALIDADE	CÓDIGO POSTAL	TELEFONE
Museu da Academia Militar	Paço da Rainha, n.º 29	LISBOA	1169-203 Lisboa	21 3186900
Museu do C.M.E.F.D. / Núcleo Museológico do Lagar de Azeite	C.M.E.F.D. - Largo Conde Januário	MAFRA	2640-530 Mafra	261 812005
Sala Museu do Fuzileiro	Escola de Fuzileiros Navais - Vale do Zebro	PALHAIS	2830 Palhais	21 2151001
Museu das Tropas Aerotransportadas	Rua Polígono de Tancos	PRAIA DO RIBATEJO	2260-102 Praia do Ribatejo	249 733551
Museu da Escola Prática de Artilharia	Av. da República	VENDAS NOVAS	7080-099 Vendas Novas	265 809800
Museu da Cavalaria "Tenente Coronel Cavalaria Salgueiro Maia"	Largo Infante Santo (Escola Prática de Cavalaria)	SANTARÉM	2000 Santarém	243 333171 (ext. 422527)
Museu da Escola Prática de Infantaria	Escola Prática de Infantaria - Alameda da E.P.I.	MAFRA	2640-492 Mafra	261 812105
Museu Militar de Bragança	Apartado 76, Torre de Menagem - Castelo	BRAGANÇA	5301-901 Bragança	273 322378
Museu Militar da Batalha / Campo Militar de S. Jorge	Campo Militar de S. Jorge	PORTO DE MÓS	2480 Calvaria de Cima	244 481439
Museu Militar do Porto	Rua do Heroísmo, 329	PORTO	4300-259 Porto	22 5365514
Museu Militar de Lisboa	Largo dos Caminhos de Ferro	LISBOA	1100-105 Lisboa	21 8842300
Museu Militar de Coimbra	Apartado 5020 - Santa Clara-a-Nova	COIMBRA	3040-270 Coimbra	239 441721 - Ext. 2044
Museu Colegial e Arquivo Histórico	Largo da Luz - Carnide	LISBOA	1600-498 Lisboa	217142171
Centro de Apoio Social de Runa	Rua Princesa Dona Francisca Benedita	RUNA	2565-752 Runa	261 323644
Museu dos Dragões	Rua de Infantaria, n.º8	BRAGA	4710-273 Braga	253 613240
Museu do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea	Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea	CASCAIS	2750 Cascais	21 4830019
Museu de Artilharia Antiaérea	Regimento de Artilharia Antiaérea n.º1	QUELUZ	2745-191 Queluz	21 4343480
Museu do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar	Serra do Pilar - Rua Rodrigues de Freitas	SANTA MARINHA	4430-211 Vila Nova de Gaia	22 3750517
Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas	Quartel da Pontinha. Regimento de Engenharia, n.º1	PONTINHA	1675-161 Pontinha	21 9346100 (CM)
Museu do Regimento de Infantaria n.º14	Av. Regimento de Infantaria 14	RANHADOS	3510-104 Viseu	232 424196

*UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

<b>NOME</b>	<b>MORADA</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>CÓDIGO POSTAL</b>	<b>TELEFONE</b>
Museu do Regimento de Lanceiros n.º2	Calçada da Ajuda	LISBOA	1300-056 Lisboa	21 3620206
Museu das Transmissões	Rua dos Sapadores	LISBOA	1170-342 Lisboa	21 8142146/7
Sala Museológica da Zona Militar da Madeira	Fortaleza de Santiago - Rua do Portão de Santiago	FUNCHAL	9050-031 Funchal	291 226456
Museu Militar dos Açores	Forte de São Brás - Av. Infante D. Henrique	PONTA DELGADA	9500 Ponta Delgada	296 305584
Museu do Instituto de Odivelas	Largo D. Dinis	ODIVELAS	2765-336 Odivelas	21 9337107
Museu Fabril das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento	CMD/OGFE Campo de Santa Clara	LISBOA	1100-473 Lisboa	21 8845813

*UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS*

<b>NOME</b>	<b>FAX</b>	<b>CONCELHO</b>	<b>TUTELA</b>
Museu da Academia Militar	21 3186987	Lisboa	Academia Militar
Museu do C.M.E.F.D. / Núcleo Museológico do Lagar de Azeite	261 812170	Mafra	Centro Militar de Educação Física e Desportos
Sala Museu do Fuzileiro	21 2167795	Barreiro	Comando do Corpo de Fuzileiros
Museu das Tropas Aerotransportadas	249 733039	Vila Nova da Barquinha	Escola de Tropas Aerotransportadas
Museu da Escola Prática de Artilharia	265 890438	Vendas Novas	Escola Prática de Artilharia
Museu da Cavalaria "Tenente Coronel Cavalaria Salgueiro Maia"	243 333171	Santarém	Escola Prática de Cavalaria
Museu da Escola Prática de Infantaria	261 811601	Mafra	Escola Prática de Infantaria
Museu Militar de Bragança	273 322378	Bragança	Estado Maior do Exército
Museu Militar da Batalha / Campo Militar de S. Jorge	244 482087	Porto de Mós	Estado Maior do Exército
Museu Militar do Porto	22 5365514	Porto	Estado Maior do Exército
Museu Militar de Lisboa	21 8842556	Lisboa	Estado Maior do Exército
Museu Militar de Coimbra	239 441245	Coimbra	Estado Maior do Exército
Museu Colegial e Arquivo Histórico	0	Lisboa	Estado Maior do Exército
Centro de Apoio Social de Runa	261 323812	Torres Vedras	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
Museu dos Dragões	253 613240	Braga	Regimento da Cavalaria n.º6
Museu do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea	0	Cascais	Regimento de Artilharia Antiaérea n.º1
Museu de Artilharia Antiaérea	21 4343483	Sintra	Regimento de Artilharia Antiaérea n.º1
Museu do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar	22 3795244	Vila Nova de Gaia	Regimento de Artilharia n.º 5
Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas	21 9346198 (CM)	Odivelas	Regimento de Engenharia n.º1
Museu do Regimento de Infantaria n.º14	232 421186	Vise	Regimento de Infantaria n.º14
Museu do Regimento de Lanceiros n.º2	21 2620206	Lisboa	Regimento de Lanceiros n.º2
Museu das Transmissões	0	Lisboa	Regimento de Transmissões
Sala Museológica da Zona Militar da Madeira	291 226906	Funchal	Zona Militar da Madeira
Museu Militar dos Açores	296 305585	Ponta Delgada	Zona Militar dos Açores
Museu do Instituto de Odivelas	21 9324441	Odivelas	Instituto de Odivelas
Museu Fabril das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento	21 8876104	Lisboa	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento

UMA NOVA REDE DE MUSEUS PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS

NOME	RESPONSÁVEL	CARGO	DATA	INQUÉRITO OAC/IPM
Museu da Academia Militar	Coronel Lourenço	Responsável	1966	
Museu do C.M.E.F.D. / Núcleo Museológico do Lagar de Azeite	Major Contramestre	Chefe da Secção de Relações Públicas	1990	
Sala Museu do Fuzileiro	Cabo Fz. Pais	Responsável	1986	Respondeu
Museu das Tropas Aerotransportadas	Dr. Carlos dos Santos	Responsável	1990	Respondeu
Museu da Escola Prática de Artilharia	Capitão Carlos Caravela	Oficial	1992	Respondeu
Museu da Cavalaria "Tenente Coronel Cavalaria Salgueiro Maia"	Coronel Mário Rui Gomes	Director de Instrução	1996	
Museu da Escola Prática de Infantaria	Coronel João Nuno Antunes	Comandante da Escola Prática de Infantaria	1979	
Museu Militar de Bragança	Daniel dos Anjos Neves	Director	1983	Respondeu
Museu Militar da Batalha / Campo Militar de S. Jorge	Coronel Vitor Valente dos Santos	Director	1986	Respondeu
Museu Militar do Porto	Ten. Coronel Manuel Jorge Pereira Carvalho	Director	1980	Respondeu
Museu Militar de Lisboa	Major António Rodrigues da Graça	Director	1896	Respondeu
Museu Militar de Coimbra	Coronel Simões Manique	Director	1985	Respondeu
Museu Colegial e Arquivo Histórico	Coronel Aidos	Director	1983	
Centro de Apoio Social de Runa	Capitão Manuel Vilhena	Chefe do Serv. Apoio	1992	Respondeu
Museu dos Dragões	Alferes Antas	Alferes	2000	
Museu do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea	Tenente-Coronel Ferrão	Responsável	1980	
Museu de Artilharia Antiaérea	Major José Benrós	Responsável	1993	
Museu do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar	Coronel Alfredo Nunes Piriquito	Coronel de Artilharia	1992	
Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas	Dr. Miguel Sousa Ferreira	Coordenador do Sector de Museus e Núcleos Museológicos	2001	
Museu do Regimento de Infantaria nº14	Tenente Carlos Alberto Sousa	Tenente/Capelão	1975	Respondeu
Museu do Regimento de Lanceiros n.º2	João Romão Mourato Caldeira	Coronel de Cavalaria	1998	
Museu das Transmissões	Coronel Engº Guilherme Bastos Moreira	Director	1978	
Sala Museológica da Zona Militar da Madeira	Tenente Coronel Brás Martins	Director	1992	
Museu Militar dos Açores	Coronel José Manuel Salgado Martins	Director	1999	
Museu do Instituto de Odivelas	Dr.ª Margarida Reymão	Directora	Dez-04	
Museu Fabril das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento	Dr.ª Maria Cristina Moura	Técnica documental	Dez-04	





# APÊNDICES

**APÊNDICE 1 (QUESTIONÁRIO DO 1º GRUPO AOS MUSEUS SOB A  
DEPENDÊNCIA FUNCIONAL DA DDHM) ao Capítulo II, página 49.**

**Identificação do Oficial:**

FRANCISCO A. AMADO RODRIGUES, MAJ CAV NIM 14668385, colocado na Academia Militar (AM) e onde exerce várias funções, entre as quais a de docente militar na especialidade de Cavalaria, possui outra licenciatura em *História*, pela Universidade Aberta, e é também pós-graduado em *Museologia e Museografia* pela Universidade de Lisboa. Encontra-se ainda a elaborar a sua dissertação de Mestrado, cujo título é *Uma Rede de Museus para o Exército Português*, sendo orientado pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira.

Possíveis contactos:

- AM/Gabinete de Tática de Cavalaria – N° Tel Militar: 415626  
N° Tel Civil: 213186900 / 26
- Email: [gracachico@clix.pt](mailto:gracachico@clix.pt)
- N° telemóvel: 919462240

**Objectivo:**

Caracterizar o actual universo museológico do Exército Português, aplicando o presente questionário aos museus sob a dependência funcional do Comando do Pessoal/ Direcção de Documentação e História Militar (DDHM), a fim de requalificar, valorizar, divulgar e certificar o seu património.

**Natureza do questionário:**

Académica.

**Confidencialidade do questionário:**

O preenchimento do questionário é anónimo - apesar da identificação da instituição -, a informação será tratada de forma confidencial e o relatório sobre os resultados da pesquisa não vai identificar pessoas individuais que venham a fornecer os dados solicitados.

**Prazo limite de envio para a Academia Militar:**

121730Jun04.

**SECÇÃO 1**  
**DADOS INSTITUCIONAIS**

1. DENOMINAÇÃO ACTUAL:

2. MISSÃO:

3. ATRIBUIÇÕES:

4. IDENTIFICAÇÃO DO ÚLTIMO DOCUMENTO QUE ESPECIFIQUE A MISSÃO  
E AS ATRIBUIÇÕES:

5. DATA OFICIAL DA CRIAÇÃO:

6. LOCALIZAÇÃO:

7. ANTERIORES DENOMINAÇÕES E RESPECTIVAS ÉPOCAS:

8. ANTERIORES LOCALIZAÇÕES E RESPECTIVAS ÉPOCAS:

## SECÇÃO 2

**ESTE QUESTIONÁRIO É ANÓNIMO.**  
PRETENDE-SE RECOLHER INFORMAÇÃO PARA CARACTERIZAR OS MUSEUS SOB A DEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO COMANDO DO PESSOAL, A FIM DE REQUALIFICAR, VALORIZAR, DIVULGAR E CERTIFICAR O SEU PATRIMÓNIO.

**AGRADECE-SE A SUA COLABORAÇÃO.**

### PARTE I

1. Desde o ano 1999 (inclusive), houve aumento à carga (incorporação) de bens museológicos (bens culturais)?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Se respondeu “Sim” à pergunta 1., passe à pergunta 2.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 3.

2. Quantos bens museológicos (bens culturais) foram aumentados (incorporados)? (Assinale com um X)

	Menos de 10	10 - 30	30 - 40	40 - 50	Mais de 50
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

3. As fichas de inventário museológico encontram-se preenchidas de forma manual e/ou informatizada?

Manual	Informatizada	Ambas
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. A informação disponibilizada pelo inventário museológico sobre os bens culturais é... (Assinale com um X)

Muito má	Má	Razoável	Boa	Muito Boa
1	2	3	4	5

**Muito má:** ficha de inventário manual, sem imagem e tem apenas a denominação do objecto.

**Má:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem e denominação do objecto.

**Razoável:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem e informação descritiva do objecto (dimensões, material, datação e localização).

**Boa:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem, informação descritiva do objecto, historial, data de incorporação, modalidade de incorporação e informação subsequente.

**Muito Boa:** ficha de inventário totalmente informatizada e com os mesmos elementos da anterior ou acrescidos.

5. Existem Normas de Execução Permanente (NEP) relacionadas com procedimentos de conservação preventiva?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 5., passe à pergunta 6.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 7.

6. Qual foi o valor mínimo e máximo de humidade relativa e de temperatura registados em 2003?

	Valor Mínimo	Valor Máximo
Humidade Relativa		
Temperatura (° C)		

7. Há algum dispositivo de alarme anti-intrusão?

Sim	Não

8. Utiliza a *Internet* na divulgação dos bens culturais e das suas iniciativas?

Sim	Não

9. Desde o ano 1999 (inclusive), houve produção de edições em diferentes suportes? (Assinale com X)

	CD-ROM	Folheto	Catálogo	Brochura	Outras	Nenhuma
Ano 1999						
2000						
2001						
2002						
2003						

Se respondeu “Sim” à pergunta 9., passe à pergunta 10.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 11.

10. Quantas edições foram publicadas? (Assinale com X)

	Menos de 3	3 - 5	5 - 7	7 - 9	Mais de 9
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

11. Há algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior ?

Sim	Não

12. Desde 1999 foi possibilitada alguma acção de formação em museologia e/ou museografia?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 12., passe à pergunta 13.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 14.

13. Que tipo de quadros de pessoal beneficiou dessa acção formativa? (Assinale com X)

	Militar(es) do QP		Militar(es) Contratado(s)			Civil(s) do QPCE
	Oficial	Sargento	Oficial	Sargento	Praça	
Ano 1999						
2000						
2001						
2002						
2003						

14. Existe alguma Liga de Amigos do Museu ou Associação afim anterior a 2003?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 14., passe à pergunta 15.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 16.

15. Considera as actividades desenvolvidas em 2003 por essa Liga ou Associação... (Assinale com um X)

Muito Más (0 actividade)	Más (1-3 actividades)	Razoáveis (4-6 actividades)	Boas (6-11 actividades)	Muito Boas (12 ou mais)
1	2	3	4	5

16. Utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, para além do orçamento da tutela?

Sim	Não

Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

17. As instalações incluem espaços para... (Assinale com X)

	Sim	Não
Reservas		
Actividades Educativas		
Oficina de Conservação		

18. O espaço exterior inclui parque de estacionamento para visitantes? (Assinale com X)

Sim	Não

19. Há quadro orgânico de pessoal aprovado?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 19., passe à pergunta 20.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 21.

20. O quadro orgânico inclui... (Assinale com X)

	Sim			Não		
	Activo	Reserva	Ambos	Activo	Reserva	Ambos
Oficial General						
Oficial(is) Superior(es)						
Outros Oficiais						
Sargento(s)						

21. Existe Regulamento do Museu?

Sim	Não

22. O ingresso dos visitantes é registado?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 22., passe à pergunta 23.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 24.

23. Desde 1999, qual foi o número de visitantes por ano? (Assinale com X)

	Até 5.000	5.000 – 10.000	10.000 – 20.000	20.000 – 30.000	Mais de 30.000
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

24. Há inquéritos preenchidos pelos públicos?

Sim	Não

25. Os deficientes físicos têm acesso a... (Assinale com X)

	Nenhuma	Alguma (s)	Toda (s)
Sala (s) de Exposição			

26. O acesso às reservas para fins de investigação é facultado?

Sim	Não

27. O acesso a documentos relativos à segurança do edifício é restrito?

Sim	Não

28. Há Livro de Sugestões e Reclamações?

Sim	Não

29. Existe documento fundador do Museu?

Sim	Não

30. Dispõe de um programa museológico?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 30., passe à pergunta 31.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 32.

31. Considera o programa museológico... (Assinale com X)

Muito Incompleto	Incompleto	Razoável	Completo	Muito Completo
1	2	3	4	5

**Muito Incompleto:** Descreve a missão e os quadros de pessoal.

**Incompleto:** Inclui os elementos anteriores e define os objectivos.

**Razoável:** Inclui os elementos anteriores e: identifica e caracteriza os bens culturais existentes ou a incorporar, identifica os públicos e indica as condições de conservação e segurança.

**Completo:** Inclui os elementos anteriores e: formula estratégias de estudo e investigação, exposição e educação e indica as instalações afectas às diferentes áreas funcionais.

**Muito Completo:** Inclui os elementos anteriores e: indica os recursos financeiros e fundamenta o projecto de arquitectura.



## PARTE II

32. Considera a actual estrutura orgânica do Comando do Pessoal adequada às actividades museológicas?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 32., passe à pergunta 34.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 33.

33. Assinale com X as possíveis novas estruturas orgânicas para o enquadramento superior da actividade museológica do Exército Português.

Ministério da Defesa Nacional		Estado-Maior do Exército		Direcção de Documentação e História Militar	
Direcção Geral de Património e Museus Militares		Divisão de Património e Museus		Repartição de Museus	
Sim		Sim		Sim	
Não		Não		Não	

34. Assinale com um X o grau de importância que atribui às seguintes actividades museológicas, utilizando a escala de **1 a 5** e considerando, respectivamente, o **maior e o menor** grau.

	1	2	3	4	5
Inventário informatizado					
Inventário Desenvolvido					
Conservação/Restauro					
Exposição Temporária					
Catálogo					
Site na Internet					

35. Assinale com X ...

	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo totalmente
Pertencer a uma Rede de Museus do Exército é importante.					
Ser membro da Rede de Museus do Exército resulta numa perda da sua identidade.					

36. Em que medida concorda que essa rede de museus do Exército Português seja alargada a outros museus ... (Assinale com X).

... Nacionais

Discordo Totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Totalmente

... Internacionais

Discordo Totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Totalmente

37. Se respondeu “concordo ou concordo totalmente” com o alargamento dessa rede a outros países, assinale com um X a prioridade a atribuir, utilizando a escala de **1 a 5** e considerando, respectivamente, a **maior e menor** prioridades.

	1	2	3	4	5
Países do Sul da Europa					
Países da Europa Ocidental					
Países da Europa Central/Leste					
Países da CPLP					
Países da América do Norte					
Países da Ásia					
Países do Magreb					

**OBRIGADO.**

OBSERVAÇÕES:

---



---



---



---



---

**APÊNDICE 2 (QUESTIONÁRIO DO 2º GRUPO AOS MUSEUS, NÚCLEOS  
MUSEOLÓGICOS, OU OUTRAS DENOMINAÇÕES, DAS U/E/O) ao**

**Capítulo II, página 49.**

**Identificação do Oficial:**

FRANCISCO A. AMADO RODRIGUES, MAJ CAV NIM 14668385, colocado na Academia Militar (AM) e onde exerce várias funções, entre as quais a de docente militar na especialidade de Cavalaria, possui outra licenciatura em *História*, pela Universidade Aberta, e é também pós-graduado em *Museologia e Museografia* pela Universidade de Lisboa. Encontra-se ainda a elaborar a sua dissertação de Mestrado, cujo título é *Uma Rede de Museus para o Exército Português*, sendo orientado pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira.

Possíveis contactos:

- AM/Gabinete de Tática de Cavalaria – N° Tel Militar: 415626  
N° Tel Civil: 213186900 / 26
- Email: [gracachico@clix.pt](mailto:gracachico@clix.pt)
- N° telemóvel: 919462240

**Objectivo:**

Caracterizar o actual universo museológico do Exército Português, aplicando o presente questionário aos museus sob a dependência hierárquica das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército Português.

**Natureza do questionário:**

Académica.

**Confidencialidade do questionário:**

O preenchimento do questionário é anónimo - apesar da identificação da instituição -, a informação será tratada de forma confidencial e o relatório sobre os resultados da pesquisa não vai identificar pessoas individuais que venham a fornecer os dados solicitados.

**Prazo limite de envio para a Academia Militar:**

291730Jun04.

**SECÇÃO 1**  
**DADOS INSTITUCIONAIS DO MUSEU/NÚCLEO MUSEOLÓGICO**

1. DENOMINAÇÃO ACTUAL:

2. MISSÃO:

3. ATRIBUIÇÕES:

4. IDENTIFICAÇÃO DO ÚLTIMO DOCUMENTO QUE ESPECIFICA A MISSÃO E AS ATRIBUIÇÕES:

5. DATA OFICIAL DA FUNDAÇÃO (CRIAÇÃO):

6. LOCALIZAÇÃO (em Edifício; ao Ar Livre; em Edifício e ao Ar Livre)

7. ÁREA(S) OCUPADA(S): Edifício: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>; Ar Livre: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>

8. ANTERIORES DENOMINAÇÕES E RESPECTIVAS ÉPOCAS:

9. ANTERIORES LOCALIZAÇÕES E RESPECTIVAS ÉPOCAS:

## SECÇÃO 2

### ESTE QUESTIONÁRIO É ANÓNIMO.

PRETENDE-SE RECOLHER INFORMAÇÃO PARA CARACTERIZAR OS MUSEUS SOB A DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA DAS UNIDADES, ESTABELECIMENTOS E ÓRGÃOS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, A FIM DE REQUALIFICAR, VALORIZAR, DIVULGAR E CERTIFICAR O SEU PATRIMÓNIO.

AGRADECE-SE A SUA COLABORAÇÃO.

### PARTE I

3. O Museu/Núcleo Museológico encontra-se regularmente aberto ao público?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 1., passe à pergunta 2.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 3.

4. Qual é a modalidade/horário de funcionamento?

5. Desde o ano 1999 (inclusive), houve aumento à carga (incorporação) de bens museológicos?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 3., passe à pergunta 4.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 5.

6. Quantos bens museológicos foram aumentados (incorporados)? (Assinale com um X)

	Menos de 10	10 - 30	30 - 40	40 - 50	Mais de 50
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

5. As fichas de inventário museológico encontram-se preenchidas de forma manual e/ou informatizada?

Manual	Informatizada	Ambas

6. A informação disponibilizada pelo inventário museológico sobre os bens museológicos é... (Assinale com um X)

Muito má	Má	Razoável	Boa	Muito Boa
1	2	3	4	5

**Muito má:** ficha de inventário manual, sem imagem e tem apenas a denominação do objecto.

**Má:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem e denominação do objecto.

**Razoável:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem e informação descritiva do objecto (dimensões, material, datação e localização).

**Boa:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem, informação descritiva do objecto, historial, data de incorporação, modalidade de incorporação e informação subsequente.

**Muito Boa:** ficha de inventário totalmente informatizada e com os mesmos elementos da anterior ou acrescidos.

7. Existem Normas de Execução Permanente (NEP) relacionadas com procedimentos de conservação preventiva (manutenção)?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 7., passe à pergunta 8.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 9.

8. Qual foi o valor mínimo e máximo de humidade relativa e de temperatura registados em 2003?

	Valor Mínimo	Valor Máximo
Humidade Relativa		
Temperatura (° C)		

9. Há algum dispositivo de alarme anti-intrusão?

Sim	Não

10. Utiliza a *Internet* na divulgação dos bens museológicos e das suas iniciativas?

Sim	Não

11. Desde o ano 1999 (inclusive), houve produção de edições em diferentes suportes? (Assinale com X)

	CD-ROM	Folheto	Catálogo	Brochura	Outras	Nenhuma
Ano 1999						
2000						
2001						
2002						
2003						

Se respondeu “Sim” à pergunta 11., passe à pergunta 12.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 13.

12. Quantas edições foram publicadas? (Assinale com X)

	Menos de 3	3 - 5	5 - 7	7 - 9	Mais de 9
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

13. Há algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior ?

Sim	Não

14. Desde 1999 foi possibilitada alguma acção de formação em museologia e/ou museografia?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 14., passe à pergunta 15.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 16.

15. Que tipo de quadros de pessoal beneficiou dessa acção formativa? (Assinale com X)

Ano	Militar(es) do QP		Militar(es) Contratado(s)			Civil(s) do QPCE
	Oficial	Sargento	Oficial	Sargento	Praça	
1999						
2000						
2001						
2002						
2003						

16. Existe alguma Liga de Amigos do Museu ou Associação afim e anterior a 2003?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 16., passe à pergunta 17.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 18.

17. Considera as actividades desenvolvidas em 2003 por essa Liga ou Associação...  
(Assinale com um X)

Muito Má (0 actividade)	Má (1-3 actividades)	Razoável (4-6 actividades)	Boa (6-11 actividades)	Muito Boa (12 ou mais)
1	2	3	4	5

18. Utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, para além do orçamento da tutela?

Sim	Não

Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

19. As instalações incluem espaços para... (Assinale com X)

	Sim	Não
Reservas		
Actividades Educativas		
Oficina de Conservação		

20. O espaço exterior inclui parque de estacionamento para visitantes? (Assinale com X)

Sim	Não

21. Há quadro orgânico de pessoal aprovado?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 21., passe à pergunta 22.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 23.

22. O quadro orgânico inclui... (Assinale com X)

	Sim			Não		
	Activo	Reserva	Ambos	Activo	Reserva	Ambos
Oficial(is) Superior(es)						
Outros Oficiais						
Sargento(s)						

23. Existe Regulamento do Museu?

Sim	Não



24. O ingresso dos visitantes é registado?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 24., passe à pergunta 25.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 26.

25. Desde 1999, qual foi o número de visitantes por ano? (Assinale com X)

	Até 500	500 – 1.000	1.000 – 2.000	2.000 – 3.000	Mais de 3.000
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

26. Há inquéritos preenchidos pelos públicos?

Sim	Não

27. Os deficientes físicos têm acesso a... (Assinale com X)

	Nenhuma	Alguma (s)	Toda (s)
Sala (s) de Exposição			

28. O acesso às reservas (arrecadação) para fins de investigação é facultado?

Sim	Não

29. O acesso a documentos relativos à segurança do edifício é restrito?

Sim	Não

30. Há Livro de Sugestões e Reclamações?

Sim	Não

31. Existe documento fundador do Museu?

Sim	Não

32. O museu possui núcleos?

Sim	Não

33. Dispõe de um programa museológico?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 33., passe à pergunta 34.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 35.

34. Considera o programa museológico... (Assinale com X)

Muito Incompleto	Incompleto	Razoável	Completo	Muito Completo
1	2	3	4	5

**Muito Incompleto:** Descreve a missão e os quadros de pessoal.

**Incompleto:** Inclui os elementos anteriores e define os objectivos.

**Razoável:** Inclui os elementos anteriores e: identifica e caracteriza os bens culturais existentes ou a incorporar, identifica os públicos e indica as condições de conservação e segurança.

**Completo:** Inclui os elementos anteriores e: formula estratégias de estudo e investigação, exposição e educação e indica as instalações afectas às diferentes áreas funcionais.

**Muito Completo:** Inclui os elementos anteriores e: indica os recursos financeiros e fundamenta o projecto de arquitectura.

## PARTE II

35. Considera a actual estrutura orgânica da sua Unidade/Estabelecimento/Órgão adequada às actividades museológicas?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 35., passe à pergunta 37.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 36.

36. Assinale com X as possíveis novas estruturas orgânicas para o enquadramento superior da actividade museológica no Exército Português.

Estado-Maior do Exército	Direcção de Documentação e História Militar	Unidade/Estabelecimento /Órgão
Divisão de Património e Museus	Repartição de Museus	Secção de Museu
Sim	Sim	Sim
Não	Não	Não

37. Assinale com um X o grau de importância que atribui às seguintes actividades museológicas, utilizando a escala de 1 a 5 e considerando, respectivamente, o maior e menor graus.

	1	2	3	4	5
Inventário informatizado					
Inventário Desenvolvido					
Conservação/Restauro					
Exposição Temporária					
Catálogo					
Site na Internet					

38. Assinale com X ...

	Discordo Totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Totalmente
Pertencer a uma Rede de Museus do Exército é importante.					
Ser membro da Rede de Museus do Exército resulta numa perda da sua identidade.					

39. Em que medida concorda que essa rede de museus do Exército Português seja alargada a outros museus ... (Assinale com X).

... Nacionais

Discordo Totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Totalmente

... Internacionais

Discordo Totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Totalmente

40. Se respondeu “concordo ou concordo totalmente” com o alargamento dessa rede a outros países, assinale com um X a prioridade a atribuir, utilizando a escala de 1 a 5 e considerando, respectivamente, a maior e menor prioridades.

	1	2	3	4	5
Países do Sul da Europa					
Países da Europa Ocidental					
Países da Europa Central/Leste					
Países da CPLP					
Países da América do Norte					
Países da Ásia					
Países do Magreb					

## **OBRIGADO.**

OBSERVAÇÕES:

---

---

---

---

---

**APÊNDICE 3 (QUESTIONÁRIO DO 3º GRUPO AOS MUSEUS SOB TUTELA NÃO MILITAR E COM COLECCÕES MILITARES) ao Capítulo II, página 49.**

**MUSEU DA FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA**

Paço Ducal de Vila Viçosa  
7160 Vila Viçosa

**Identificação do Signatário:**

FRANCISCO A. AMADO RODRIGUES, MAJOR de Cavalaria, colocado na Academia Militar (AM) e onde exerce várias funções, entre as quais a de docente militar na especialidade de Cavalaria, possui outra licenciatura em *História*, pela Universidade Aberta, e é também pós-graduado em *Museologia e Museografia* pela Universidade de Lisboa. Encontra-se ainda a elaborar a sua dissertação de Mestrado, na Faculdade de Belas Artes, cujo título é *Uma Rede de Museus para o Exército Português*, sendo orientado pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira.

Possíveis contactos:

- AM/Gabinete de Tática de Cavalaria – N° Tel Civil: 213186900 / 26
- Email: [gracachico@clix.pt](mailto:gracachico@clix.pt)
- N° telemóvel: 919462240

**Objectivo:**

Caracterizar o Museu da Fundação da Casa de Bragança, em particular a sua colecção de armamento, as respectivas condições de conservação, valorização e divulgação.

**Natureza do questionário:**

Académica.

**Confidencialidade do questionário:**

O preenchimento do questionário é anónimo - apesar da identificação da instituição -, a informação será tratada de forma confidencial e o relatório sobre os resultados da pesquisa não vai identificar pessoas individuais que venham a fornecer os dados solicitados.

**Prazo limite de envio:**

12 de Junho de 2004.

**SECÇÃO 1**  
**DADOS DO MUSEU DA FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA**

1. DENOMINAÇÃO:

2. VOCAÇÃO:

3. DATA DA FUNDAÇÃO DO MUSEU:

4. TUTELA:

5. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:

7. TIPOLOGIA DAS COLECÇÕES:

8. NÚMERO TOTAL DE VISITANTES EM 2003:

9. ÁREA TOTAL DO MUSEU E ÁREA DE OCUPAÇÃO DA SALA DE ARMAMENTO (m<sup>2</sup>):

10. PREÇOS DE BILHETES:

11. CARGO, GRAU ACADÉMICO E FORMAÇÃO DA RESPONSÁVEL:

## SECÇÃO 2

**ESTE QUESTIONÁRIO É ANÓNIMO.**  
PRETENDE-SE RECOLHER INFORMAÇÃO PARA CARACTERIZAR E MEDIR  
A RELEVÂNCIA DA COLECÇÃO DE ARMAMENTO NA ACTIVIDADE  
MUSEOLÓGICA GLOBAL DO MUSEU.

**AGRADECE-SE A SUA COLABORAÇÃO.**

### PARTE I

7. Em que ano foi inaugurada a sala de armamento?
8. Verificou-se a incorporação de bens museológicos da colecção de armamento, desde a inauguração até à actualidade? (Assinale com um X)

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 2., passe à pergunta 3.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 4.

9. Quantos bens museológicos foram incorporados? (Assinale com um X)

	Menos de 10	10 - 30	30 - 40	40 - 50	Mais de 50
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

4. As fichas de inventário museológico encontram-se preenchidas de forma manual e/ou informatizada?

Manual	Informatizada	Ambas

5. A informação disponibilizada pelo inventário museológico sobre esses bens museológicos é... (Assinale com um X)

Muito má	Má	Razoável	Boa	Muito Boa
1	2	3	4	5

**Muito má:** ficha de inventário manual, sem imagem e tem apenas a denominação do objecto.

**Má:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem e denominação do objecto.

**Razoável:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem e informação descritiva do objecto (dimensões, material, datação e localização).

**Boa:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem, informação descritiva do objecto, historial, data de incorporação, modalidade de incorporação e informação subsequente.

**Muito Boa:** ficha de inventário totalmente informatizada e com os mesmos elementos da anterior ou acrescidos.

6. Existem Normas de procedimentos relacionadas com a conservação preventiva?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 6., passe à pergunta 7.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 8.

7. Qual foi o valor mínimo e máximo de humidade relativa e de temperatura registados em 2003?

	Valor Mínimo	Valor Máximo
Humidade Relativa		
Temperatura (° C)		

8. Há algum dispositivo de alarme anti-intrusão?

Sim	Não

9. Utiliza a *Internet* na divulgação desses bens culturais e das suas iniciativas?

Sim	Não

10. Desde o ano 1999 (inclusive), houve produção de edições em diferentes suportes? (Assinale com X)

	CD-ROM	Folheto	Catálogo	Brochura	Outras	Nenhuma
Ano 1999						
2000						
2001						
2002						
2003						

Se respondeu “Sim” à pergunta 10., passe à pergunta 11.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 12.

11. Quantas edições foram publicadas? (Assinale com X)

	Menos de 3	3 - 5	5 - 7	7 - 9	Mais de 9
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					



12. Há algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior ?

Sim	Não

13. Desde 1999 foi possibilitada alguma acção de formação em museologia e/ou museografia?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 13., passe à pergunta 14.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 15.

14. Que tipo de quadros de pessoal beneficiou dessa acção formativa? (Assinale com X)

	Quadros Superiores	Quadros Intermédios	Outros
Ano 1999			
2000			
2001			
2002			
2003			

15. Existe alguma Liga de Amigos do Museu ou Associação afim anterior a 2003?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 15., passe à pergunta 16.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 17.

16. Considera as actividades desenvolvidas em 2003 por essa Liga ou Associação... (Assinale com um X)

Muito Más (0 actividade)	Más (1-3 actividades)	Razoáveis (4-6 actividades)	Boas (6-11 actividades)	Muito Boas (12 ou mais)
1	2	3	4	5

17. Tem orçamento próprio?

Sim	Não

18. Utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, para além do orçamento da tutela?

Quais?

Sim	Não

19. As instalações incluem espaços para... (Assinale com X)

	Sim	Não
Reservas		
Actividades Educativas		
Oficina de Conservação		

20. O espaço exterior inclui parque de estacionamento para visitantes? (Assinale com X)

Sim	Não

21. Há quadro orgânico de pessoal aprovado?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 21., passe à pergunta 22.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 23.

22. O quadro orgânico inclui... (Assinale com X)

	Sim			Não		
	Efectivo	Contrato	Ambos	Efectivo	Contrato	Ambos
Quadro(s) Superior(es)						
Quadro(s) Intermédio(s)						
Outros						
Todos os Quadros						

23. Existe Regulamento do Museu?

Sim	Não

24. O ingresso dos visitantes na sala de armamento é registado?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 24., passe à pergunta 25.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 26.

25. Desde 1999, qual foi o número de visitantes por ano e nessa sala? (Assinale com X)

	Até 5.000	5.000 – 10.000	10.000 – 20.000	20.000 – 30.000	Mais de 30.000
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

26. Há inquéritos preenchidos pelos públicos?

Sim	Não

27. Os deficientes físicos têm acesso a... (Assinale com X)

	Nenhuma	Alguma (s)	Toda (s)
Sala (s) de Exposição			

28. O acesso às reservas para fins de investigação é facultado?

Sim	Não

29. O acesso a documentos relativos à segurança do edifício é restrito?

Sim	Não

30. Há Livro de Sugestões e Reclamações?

Sim	Não

31. Existe documento fundador do Museu?

Sim	Não

32. Dispõe de um programa museológico?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 32., passe à pergunta 33.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 34.

33. Considera o programa museológico... (Assinale com X)

Muito Incompleto	Incompleto	Razoável	Completo	Muito Completo
1	2	3	4	5

**Muito Incompleto:** Descreve a missão e os quadros de pessoal.

**Incompleto:** Inclui os elementos anteriores e define os objectivos.

**Razoável:** Inclui os elementos anteriores e: identifica e caracteriza os bens culturais existentes ou a incorporar, identifica os públicos e indica as condições de conservação e segurança.

**Completo:** Inclui os elementos anteriores e: formula estratégias de estudo e investigação, exposição e educação e indica as instalações afectas às diferentes áreas funcionais.

**Muito Completo:** Inclui os elementos anteriores e: indica os recursos financeiros e fundamenta um projecto de arquitectura para cumprimento das funções museológicas.

## PARTE II

34. Assinale com um X o grau de importância que atribui às seguintes actividades museológicas, utilizando a escala de 1 a 5 e considerando, respectivamente, o maior grau e menor grau.

	1	2	3	4	5
Inventário informatizado					
Inventário Desenvolvido					
Conservação/Restauro					
Exposição Temporária					
Catálogo					
Site na Internet					

35. Assinale com X ...

	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo totalmente
Pertencer a uma Rede de Museus é importante.					
Ser membro de uma Rede de Museus resulta numa perda da sua identidade.					

36. Em que medida concorda que essa rede de museus seja alargada a outros museus Internacionais? (Assinale com X).

Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo totalmente

37. Se respondeu “concordo ou concordo totalmente” com o alargamento dessa rede a outros países, assinale com um X a prioridade a atribuir, utilizando a escala de 1 a 5 e considerando, respectivamente, a maior e menor prioridades.

	1	2	3	4	5
Países do Sul da Europa					
Países da Europa Ocidental					
Países da Europa Central/Leste					
Países da CPLP					
Países da América do Norte					
Países da Ásia					
Países do Magreb					

**OBRIGADO.**

OBSERVAÇÕES:

---



---

## QUESTIONÁRIO AO MUSEU MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

### Identificação do Signatário:

FRANCISCO A. AMADO RODRIGUES, MAJOR de Cavalaria, colocado na Academia Militar (AM) e onde exerce várias funções, entre as quais a de docente militar na especialidade de Cavalaria, possui outra licenciatura em *História*, pela Universidade Aberta, e é também pós-graduado em *Museologia e Museografia* pela Universidade de Lisboa. Encontra-se ainda a elaborar a sua dissertação de Mestrado, na Faculdade de Belas Artes, cujo título é *Uma Rede de Museus para o Exército Português*, sendo orientado pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira.

Possíveis contactos:

- AM/Gabinete de Tática de Cavalaria – N° Tel Civil: 213186900 / 26
- Email: [gracachico@clix.pt](mailto:gracachico@clix.pt)
- N° telemóvel: 919462240

### Objectivo:

Caracterizar o Museu Municipal de Torres Vedras, em particular as suas colecções relacionadas com a Guerra Peninsular/Linhas de Torres Vedras, as respectivas condições de conservação, valorização e divulgação.

### Natureza do questionário:

Académica.

### Confidencialidade do questionário:

O preenchimento do questionário é anónimo - apesar da identificação da instituição -, a informação será tratada de forma confidencial e o relatório sobre os resultados da pesquisa não vai identificar pessoas individuais que venham a fornecer os dados solicitados.

### Prazo limite de envio:

12 de Junho de 2004.

**SECÇÃO 1**  
**DADOS DO MUSEU MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS**

1. DENOMINAÇÃO:

2. VOCAÇÃO:

3. DATA DA FUNDAÇÃO DO MUSEU:

4. TUTELA:

5. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:

7. TIPOLOGIA DAS COLECÇÕES:

8. ÁREA TOTAL DO MUSEU E ÁREA DE OCUPAÇÃO DA SALA “LINHAS DE TORRES VEDRAS” (m<sup>2</sup>):

9. CARGO, GRAU ACADÉMICO E FORMAÇÃO DA RESPONSÁVEL:

## SECÇÃO 2

**ESTE QUESTIONÁRIO É ANÓNIMO.**  
PRETENDE-SE RECOLHER INFORMAÇÃO PARA CARACTERIZAR E MEDIR  
A RELEVÂNCIA DAS COLECÇÕES MILITARES NA ACTIVIDADE  
MUSEOLÓGICA GLOBAL DO MUSEU.

**AGRADECE-SE A SUA COLABORAÇÃO.**

### PARTE I

10. Em que ano foi inaugurada a sala “Linhas De Torres”?
11. Verificou-se a incorporação de bens museológicos essencialmente militares, desde a inauguração até à actualidade? (Assinale com um X)

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 2., passe à pergunta 3.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 4.

12. Quantos bens museológicos foram incorporados? (Assinale com um X)

	Menos de 10	10 - 30	30 - 40	40 - 50	Mais de 50
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

4. As fichas de inventário museológico encontram-se preenchidas de forma manual e/ou informatizada?

Manual	Informatizada	Ambas

6. A informação disponibilizada pelo inventário museológico sobre esses bens museológicos é... (Assinale com um X)

Muito má	Má	Razoável	Boa	Muito Boa
1	2	3	4	5

**Muito má:** ficha de inventário manual, sem imagem e tem apenas a denominação do objecto.

**Má:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem e denominação do objecto.

**Razoável:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem e informação descritiva do objecto (dimensões, material, datação e localização).

**Boa:** ficha de inventário, manual ou informatizada, com imagem, informação descritiva do objecto, historial, data de incorporação, modalidade de incorporação e informação subsequente.

**Muito Boa:** ficha de inventário totalmente informatizada e com os mesmos elementos da anterior ou acrescidos.

6. Existem Normas de procedimentos relacionadas com a conservação preventiva?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 6., passe à pergunta 7.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 8.

8. Qual foi o valor mínimo e máximo de humidade relativa e de temperatura registados em 2003?

	Valor Mínimo	Valor Máximo
Humidade Relativa		
Temperatura (° C)		

8. Há algum dispositivo de alarme anti-intrusão?

Sim	Não

9. Utiliza a *Internet* na divulgação desses bens culturais e das suas iniciativas?

Sim	Não

10. Desde o ano 1999 (inclusive), houve produção de edições em diferentes suportes? (Assinale com X)

	CD-ROM	Folheto	Catálogo	Brochura	Outras	Nenhuma
Ano 1999						
2000						
2001						
2002						
2003						

Se respondeu “Sim” à pergunta 10., passe à pergunta 11.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 12.

11. Quantas edições foram publicadas? (Assinale com X)

	Menos de 3	3 - 5	5 - 7	7 - 9	Mais de 9
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					



12. Há algum protocolo com estabelecimentos de ensino superior ?

Sim	Não

13. Desde 1999 foi possibilitada alguma acção de formação em museologia e/ou museografia?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 13., passe à pergunta 14.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 15.

14. Que tipo de quadros de pessoal beneficiou dessa acção formativa? (Assinale com X)

	Quadros Superiores	Quadros Intermédios	Outros
Ano 1999			
2000			
2001			
2002			
2003			

15. Existe alguma Liga de Amigos do Museu ou Associação afim anterior a 2003?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 15., passe à pergunta 16.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 17.

16. Considera as actividades desenvolvidas em 2003 por essa Liga ou Associação... (Assinale com um X)

Muito Más (0 actividade)	Más (1-3 actividades)	Razoáveis (4-6 actividades)	Boas (6-11 actividades)	Muito Boas (12 ou mais)
1	2	3	4	5

17. Tem orçamento próprio?

Sim	Não

18. Utiliza outras formas para angariar recursos financeiros, para além do orçamento da tutela?

Quais?

Sim	Não

19. As instalações incluem espaços para... (Assinale com X)

	Sim	Não
Reservas		
Actividades Educativas		
Oficina de Conservação		

20. O espaço exterior inclui parque de estacionamento para visitantes? (Assinale com X)

Sim	Não

21. Há quadro orgânico de pessoal aprovado?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 21., passe à pergunta 22.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 23.

22. O quadro orgânico inclui... (Assinale com X)

	Sim			Não		
	Efectivo	Contrato	Ambos	Efectivo	Contrato	Ambos
Quadro(s) Superior(es)						
Quadro(s) Intermédio(s)						
Outros						
Todos os Quadros						

23. Existe Regulamento do Museu?

Sim	Não

24. O ingresso dos visitantes é registado?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 24., passe à pergunta 25.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 26.

25. Desde 1999, qual foi o número de visitantes por ano? (Assinale com X)

	Até 5.000	5.000 – 10.000	10.000 – 20.000	20.000 – 30.000	Mais de 30.000
Ano 1999					
2000					
2001					
2002					
2003					

26. Há inquéritos preenchidos pelos públicos?

Sim	Não

27. Os deficientes físicos têm acesso a... (Assinale com X)

	Nenhuma	Alguma (s)	Toda (s)
Sala (s) de Exposição			

28. O acesso às reservas para fins de investigação é facultado?

Sim	Não

29. O acesso a documentos relativos à segurança do edifício é restrito?

Sim	Não

30. Há Livro de Sugestões e Reclamações?

Sim	Não

31. Existe documento fundador do Museu?

Sim	Não

32. Dispõe de um programa museológico?

Sim	Não

Se respondeu “Sim” à pergunta 32., passe à pergunta 33.. Se respondeu “Não”, passe à pergunta 34.

33. Considera o programa museológico... (Assinale com X)

Muito Incompleto	Incompleto	Razoável	Completo	Muito Completo
1	2	3	4	5

**Muito Incompleto:** Descreve a missão e os quadros de pessoal.

**Incompleto:** Inclui os elementos anteriores e define os objectivos.

**Razoável:** Inclui os elementos anteriores e: identifica e caracteriza os bens culturais existentes ou a incorporar, identifica os públicos e indica as condições de conservação e segurança.

**Completo:** Inclui os elementos anteriores e: formula estratégias de estudo e investigação, exposição e educação e indica as instalações afectas às diferentes áreas funcionais.

**Muito Completo:** Inclui os elementos anteriores e: indica os recursos financeiros e fundamenta um projecto de arquitectura para cumprimento das funções museológicas.

## PARTE II

34. Assinale com um X o grau de importância que atribui às seguintes actividades museológicas, utilizando a escala de 1 a 5 e considerando, respectivamente, o maior grau e menor grau.

	1	2	3	4	5
Inventário informatizado					
Inventário Desenvolvido					
Conservação/Restauro					
Exposição Temporária					
Catálogo					
Site na Internet					

35. Assinale com X ...

	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo totalmente
Pertencer a uma Rede de Museus é importante.					
Ser membro de uma Rede de Museus resulta numa perda da sua identidade.					

36. Em que medida concorda que essa rede de museus seja alargada a outros museus Internacionais? (Assinale com X).

Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo totalmente

37. Se respondeu “concordo ou concordo totalmente” com o alargamento dessa rede a outros países, assinale com um X a prioridade a atribuir, utilizando a escala de 1 a 5 e considerando, respectivamente, a maior e menor prioridades.

	1	2	3	4	5
Países do Sul da Europa					
Países da Europa Ocidental					
Países da Europa Central/Leste					
Países da CPLP					
Países da América do Norte					
Países da Ásia					
Países do Magreb					

**OBRIGADO.**

OBSERVAÇÕES:

---



---

**APÊNDICE 4 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO “ESTUDO E INVESTIGAÇÃO, INCORPORAÇÃO, INVENTÁRIO E DOCUMENTAÇÃO” DOS MUSEUS DO 1º GRUPO) ao Capítulo II, página 52.**

		Nº	%
Desde 1999 houve aumento de bens museológicos? (Pergunta Nº 1)	Sim	5	71,4
	Não	2	28,6
	NA	0	,0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>

Nota:  
NA – Não aplicável

(Pergunta Nº2)		Nº	%
Em 1999 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	2	28,6
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>NA</b>	5	71,4
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>
Em 2000 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	1	14,3
	<b>10 - 30</b>	1	14,3
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	1	14,3
	<b>NA</b>	4	57,1
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>
Em 2001 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	2	28,6
	<b>10 - 30</b>	1	14,3
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	1	14,3
	<b>NA</b>	3	42,9
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>
Em 2002 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	2	28,6
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	1	14,3
	<b>NA</b>	4	57,1
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>
Em 2003 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	2	28,6
	<b>10 - 30</b>	1	14,3
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	1	14,3
	<b>NA</b>	3	42,9
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>

		Nº	%
De que forma estão preenchidas as fichas de inventário? (Pergunta Nº3)	<b>Manual</b>	3	42,9
	<b>Informatizada</b>	0	,0
	<b>Ambas</b>	4	57,1
	<b>NA</b>	0	,0
	<b>Total</b>	7	100,0

		Nº	%
A informação nas fichas de inventário é... (Pergunta Nº4)	<b>Muito Má</b>	2	28,6
	<b>Má</b>	2	28,6
	<b>Razoável</b>	1	14,3
	<b>Boa</b>	2	28,6
	<b>Muito Boa</b>	0	,0
	<b>NA</b>	0	,0
	<b>Total</b>	7	100,0

O acesso às reservas para fins de investigação é facultado? (Pergunta Nº26)					
<b>Sim</b>		<b>Não</b>		<b>Total</b>	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	28,6	5	71,4	7	100,0

**APÊNDICE 5 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
“CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA” DOS MUSEUS DO 1º GRUPO) ao**

**Capítulo II, página 53.**

	Sim		Não		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Existem normas sobre procedimentos de conservação preventiva? (Pergunta Nº5)	0	,0	7	100,0	0	,0	7	100,0
Em 2003 qual foi o valor mínimo de humidade relativa? (Pergunta Nº6)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 qual foi o valor máximo de humidade relativa? (Pergunta Nº6)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 qual foi o valor mínimo de temperatura? (Pergunta Nº6)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 qual foi o valor máximo de temperatura? (Pergunta Nº6)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0

Há alarme anti-intrusão? (Pergunta Nº7)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
4	57,1	3	42,9	7	100,0

O acesso a documentos sobre segurança do edifício é restrito? (Pergunta Nº27)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
7	100,0	0	,0	7	100,0

**APÊNDICE 6 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
“INTERPRETAÇÃO E EXPOSIÇÃO, E EDUCAÇÃO” DOS MUSEUS DO 1º  
GRUPO) ao Capítulo II, página 53.**

	Sim		Não		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A Internet é utilizada para divulgação? (Pergunta Nº8)	3	42,9	4	57,1	0	,0	7	100,0
Em 1999 houve produção de CD-ROM? (Pergunta Nº9)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 1999 houve produção de Folheto? (Pergunta Nº9)	3	42,9	0	,0	4	57,1	7	100,0
Em 1999 houve produção de Catálogo? (Pergunta Nº9)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 1999 houve produção de Brochura? (Pergunta Nº9)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 1999 houve produção de Outras edições? (Pergunta Nº9)	2	28,6	0	,0	5	71,4	7	100,0
Em 1999 houve Nenhuma edição? (Pergunta Nº9)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2000 houve produção de CD-ROM? (Pergunta Nº9)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2000 houve produção de Folheto? (Pergunta Nº9)	2	28,6	0	,0	5	71,4	7	100,0
Em 2000 houve produção de Catálogo? (Pergunta Nº9)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2000 houve produção de Brochura? (Pergunta Nº9)	2	28,6	0	,0	5	71,4	7	100,0
Em 2000 houve produção de Outras edições? (Pergunta Nº9)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2000 houve Nenhuma edição? (Pergunta Nº9)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2001 houve produção de CD-ROM? (Pergunta Nº9)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2001 houve produção de Folheto? (Pergunta Nº9)	5	71,4	0	,0	2	28,6	7	100,0
Em 2001 houve produção de Catálogo? (Pergunta Nº9)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2001 houve produção de Brochura? (Pergunta Nº9)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2001 houve produção de Outras edições? (Pergunta Nº9)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2001 houve Nenhuma edição? (Pergunta Nº9)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0



(Pergunta Nº9)	Sim		Não		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Em 2002 houve produção de CD-ROM?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2002 houve produção de Folheto?	2	28,6	0	,0	5	71,4	7	100,0
Em 2002 houve produção de Catálogo?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2002 houve produção de Brochura?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2002 houve produção de Outras edições?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2002 houve Nenhuma edição?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 houve produção de CD-ROM?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2003 houve produção de Folheto?	3	42,9	0	,0	4	57,1	7	100,0
Em 2003 houve produção de Catálogo?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 houve produção de Brochura?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2003 houve produção de Outras edições?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2003 houve Nenhuma edição?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0

(Pergunta Nº10)		Nº	%
Em 1999 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	4	57,1
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	3	42,9
	<b>Total</b>	7	100,0
Em 2000 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	4	57,1
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	3	42,9
	<b>Total</b>	7	100,0
Em 2001 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	5	71,4
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0

(Pergunta Nº10)		Nº	%
Em 2001 foram publicadas...	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	2	28,6
	<b>Total</b>	7	100,0
Em 2002 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	3	42,9
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0
Em 2003 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	3	42,9
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0

		Nº	%
Há protocolo(s) com estabelecimento(s) de ensino superior? (Pergunta Nº11)	<b>Sim</b>	1	14,3
	<b>Não</b>	6	85,7
	<b>NA</b>	0	,0
	<b>Total</b>	7	100,0

**APÊNDICE 7 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
 “SUSTENTABILIDADE” DOS MUSEUS DO 1º GRUPO) ao Capítulo II, página 54.**

	Sim		Não		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Desde 1999 foi possibilitada alguma acção de formação? (Pergunta Nº12)	3	42,9	4	57,1	0	,0	7	100,0
Em 1999 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 1999 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 1999 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 1999 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 1999 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 1999 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2000 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2000 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2000 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2000 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2000 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2000 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2001 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2001 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa? (Pergunta Nº13)	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0

(Pergunta Nº13)	Sim		Não		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Em 2001 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2001 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2001 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2001 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2002 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2002 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2002 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2002 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2002 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2002 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
Em 2003 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
Em 2003 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa?	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0

(Pergunta Nº13)	Sim		Não		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Em 2003 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa?	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0

		Nº	%
Existe Liga de Amigos do Museu ou Associação afim? (Pergunta Nº14)	Sim	4	57,1
	Não	3	42,9
	NA	0	,0
	Total	7	100,0

		Nº	%
As actividades desenvolvidas por essa Liga em 2003 foram... (Pergunta Nº15)	Muito Más	1	14,3
	Más	1	14,3
	Razoáveis	2	28,6
	Boas	0	,0
	Muito Boas	0	,0
	NA	3	42,9
Total	7	100,0	

		Nº	%
Além do orçamento da tutela, utiliza outras formas para angariar recursos financeiros? (Pergunta Nº16)	Sim	5	71,4
	Não	2	28,6
	NA	0	,0
	Total	7	100,0

	Sim		Não		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
As instalações incluem espaços para reservas? (Pergunta Nº17)	4	57,1	3	42,9	0	,0	7	100,0
As instalações incluem espaços para actividades educativas? (Pergunta Nº17)	3	42,9	4	57,1	0	,0	7	100,0
As instalações incluem espaços para oficina de conservação? (Pergunta Nº17)	5	71,4	2	28,6	0	,0	7	100,0
O espaço exterior inclui parque de estacionamento para visitantes? (Pergunta Nº18)	3	42,9	4	57,1	0	,0	7	100,0

		Nº	%
Há quadro orgânico de pessoal aprovado? (Pergunta Nº19)	<b>Sim</b>	7	100,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	0	,0
	<b>Total</b>	7	100,0

(Pergunta Nº20)	Activo		Reserva		Ambos		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
O quadro orgânico inclui Oficial General...	0	,0	1	14,3	0	,0	6	85,7	7	100,0
O quadro orgânico inclui Oficial(is) Superior(es)...	0	,0	5	71,4	1	14,3	1	14,3	7	100,0
O quadro orgânico inclui Outros Oficiais...	1	14,3	5	71,4	0	,0	1	14,3	7	100,0
O quadro orgânico inclui Sargento(s)...	0	,0	4	57,1	2	28,6	1	14,3	7	100,0
O quadro orgânico não inclui Oficial General...	0	,0	0	,0	0	,0	7	100,0	7	100,0
O quadro orgânico não inclui Oficial(is) Superior(es)...	1	14,3	0	,0	0	,0	6	85,7	7	100,0
O quadro orgânico não inclui Outros Oficiais...	1	14,3	0	,0	0	,0	6	85,7	7	100,0
O quadro orgânico não inclui Sargento(s)...	1	14,3	0	,0	0	,0	6	85,7	7	100,0

		Nº	%
Existe Regulamento do Museu? (Pergunta Nº21)	<b>Sim</b>	1	14,3
	<b>Não</b>	6	85,7
	<b>NA</b>	0	,0
	<b>Total</b>	7	100,0

**APÊNDICE 8 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
“PÚBLICOS” DOS MUSEUS DO 1º GRUPO) ao Capítulo II, página 55.**

		Nº	%
O ingresso de visitantes é registrado? (Pergunta Nº22)	Sim	7	100,0
	Não	0	,0
	NA	0	,0
	<b>Total</b>	7	100,0

(Pergunta Nº23)	Até 5.000		5.000 - 10.000		10.000 - 20.000		20.000 - 30.000		Mais de 30.000		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Em 1999 o número de visitantes foi...	1	14,3	2	28,6	1	14,3	1	14,3	1	14,3	1	14,3	7	100,0
Em 2000 o número de visitantes foi...	2	28,6	2	28,6	1	14,3	1	14,3	1	14,3	0	,0	7	100,0
Em 2001 o número de visitantes foi...	2	28,6	2	28,6	1	14,3	1	14,3	1	14,3	0	,0	7	100,0
Em 2002 o número de visitantes foi...	2	28,6	2	28,6	1	14,3	1	14,3	1	14,3	0	,0	7	100,0
Em 2003 o número de visitantes foi...	3	42,9	1	14,3	0	,0	2	28,6	1	14,3	0	,0	7	100,0

	Sim		Não		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Há inquéritos preenchidos pelos públicos? (Pergunta Nº24)	0	,0	7	100,0	0	,0	7	100,0

	Nenhuma		Alguma(s)		Toda(s)		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A(s) sala(s) de exposição permite(m) o acesso a deficientes físicos? (Pergunta Nº25)	2	28,6	3	42,9	2	28,6	0	,0	7	100,0

Há Livro de Sugestões e Reclamações? (Pergunta Nº28)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
6	85,7	1	14,3	7	100,0

**APÊNDICE 9 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO “REDE”  
DOS MUSEUS DO 1º GRUPO) ao Capítulo II, página 55.**

		Nº	%
A actual orgânica do Comando do Pessoal é adequada às actividades museológicas? (Pergunta Nº32)	Sim	0	,0
	Não	7	100,0
	NA	0	,0
	<b>Total</b>	7	100,0
Criação da Direcção Geral de Património e Museus Militares na orgânica do MDN. (Pergunta Nº33)	Sim	5	71,4
	Não	1	14,3
	NA	1	14,3
	<b>Total</b>	7	100,0
Criação da Divisão de Património e Museus na orgânica do EME. (Pergunta Nº33)	Sim	5	71,4
	Não	1	14,3
	NA	1	14,3
	<b>Total</b>	7	100,0
Criação da Repartição de Museus na orgânica da DDHM. (Pergunta Nº33)	Sim	7	100,0
	Não	0	,0
	NA	0	,0
	<b>Total</b>	7	100,0

	Discordo Totalmente		Discordo		Indeciso		Concordo		Concordo Totalmente		NA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
(Pergunta Nº35)														
Pertencer a uma Rede de Museus é importante.	0	,0	0	,0	1	14,3	4	57,1	2	28,6	0	,0	7	100,0
Ser membro da Rede de Museus do Exército resulta numa perda da sua identidade.	3	42,9	3	42,9	1	14,3	0	,0	0	,0	0	,0	7	100,0
Alargar a Rede de Museus do Exército a outros museus portugueses.	0	,0	0	,0	2	28,6	4	57,1	1	14,3	0	,0	7	100,0
Alargar a Rede de Museus do Exército a outros museus internacionais.	1	14,3	0	,0	3	42,9	2	28,6	1	14,3	0	,0	7	100,0

(Pergunta Nº37)		Nº	%
Alargar essa Rede a outros países do Sul da Europa tem grau de prioridade...	1	1	14,3
	2	2	28,6
	NA	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0



(Pergunta N°37)		N°	%
Alargar essa Rede a outros países da Europa Ocidental tem grau de prioridade...	1	1	14,3
	2	2	28,6
	NA	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0
Alargar essa Rede a outros países Europa Central/Leste tem grau de prioridade...	2	2	28,6
	5	1	14,3
	NA	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0
Alargar essa Rede a outros países da CPLP tem grau de prioridade...	1	1	14,3
	3	2	28,6
	NA	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0
Alargar essa Rede a outros países da América do Norte tem grau de prioridade...	3	2	28,6
	4	1	14,3
	NA	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0
Alargar essa Rede a outros países da Ásia tem grau de prioridade...	3	2	28,6
	4	1	14,3
	NA	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0
Alargar essa Rede a outros países do Magreb tem grau de prioridade...	2	1	14,3
	3	2	28,6
	NA	4	57,1
	<b>Total</b>	7	100,0

Ou

(Pergunta N°37)	Mean	Mode
Alargar essa Rede a outros países do Sul da Europa tem grau de prioridade...	2	2
Alargar essa Rede a outros países da Europa Ocidental tem grau de prioridade...	2	2
Alargar essa Rede a outros países Europa Central/Leste tem grau de prioridade...	3	2
Alargar essa Rede a outros países da CPLP tem grau de prioridade...	2	3
Alargar essa Rede a outros países da América do Norte tem grau de prioridade...	3	3
Alargar essa Rede a outros países da Ásia tem grau de prioridade...	3	3
Alargar essa Rede a outros países do Magreb tem grau de prioridade...	3	3

**APÊNDICE 10 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
 “NATUREZA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL” DOS MUSEUS DO 1º  
 GRUPO) ao Capítulo II, página 56.**

Existe documento fundador do Museu? (Pergunta N°29)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
4	57,1	3	42,9	7	100,0

Dispõe de Programa Museológico? (Pergunta N°30)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
4	57,1	3	42,9	7	100,0

		N°	%
O Programa Museológico é... (Pergunta N°31)	Muito Incompleto	1	14,3
	Incompleto	1	14,3
	Razoável	0	,0
	Completo	2	28,6
	Muito Completo	0	,0
	NA	3	42,9
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>

(Pergunta N°34)	Mean	Mode
O Inventário Informatizado tem grau de importância...	2	2
O Inventário Desenvolvido tem grau de importância...	2	2
A Conservação/Restauração tem grau de importância...	2	1
A Exposição Temporária tem grau de importância...	2	2
O Catálogo tem grau de importância...	3	3
O Site na Internet tem grau de importância...	3	2

(Pergunta N°34)		N°	%
O Inventário Informatizado tem grau de importância...	1	1	14,3
	2	3	42,9
	3	3	42,9
O Inventário Desenvolvido tem grau de importância...	2	4	57,1
	3	3	42,9
A Conservação/Restauro tem grau de importância...	1	3	42,9
	2	2	28,6
	3	1	14,3
	4	1	14,3
A Exposição Temporária tem grau de importância...	1	1	14,3
	2	3	42,9
	3	2	28,6
	4	1	14,3
O Catálogo tem grau de importância...	1	1	14,3
	2	2	28,6
	3	3	42,9
	5	1	14,3
O Site na Internet tem grau de importância...	1	1	14,3
	2	2	28,6
	3	2	28,6
	4	1	14,3
	5	1	14,3

**APÊNDICE 11 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO “ESTUDO E INVESTIGAÇÃO, INCORPORAÇÃO, INVENTÁRIO E DOCUMENTAÇÃO” DOS MUSEUS DO 2º GRUPO) ao Capítulo II, página 57.**

Desde 1999 houve aumento de bens museológicos? (Pergunta N°3)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
14	48,3	15	51,7	29	100,0

(Pergunta N°4)		Nº	%
Em 1999 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	3	60,0
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	2	40,0
	<b>Total</b>	5	100,0
Em 2000 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	5	100,0
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>Total</b>	5	100,0
Em 2001 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	7	87,5
	<b>10 - 30</b>	1	12,5
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>Total</b>	8	100,0
Em 2002 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	6	60,0
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	2	20,0
	<b>40 - 50</b>	2	20,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>Total</b>	10	100,0
Em 2003 quantos bens foram aumentados?	<b>Menos de 10</b>	7	70,0
	<b>10 - 30</b>	1	10,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	1	10,0
	<b>Mais 50</b>	1	10,0
	<b>Total</b>	10	100,0

		Nº	%
De que forma estão preenchidas as fichas de inventário? (Pergunta N°5)	<b>Manual</b>	17	63,0
	<b>Informatizada</b>	3	11,1
	<b>Ambas</b>	7	25,9
	<b>Total</b>	27	100,0

		Nº	%
A informação nas fichas de inventário é... (Pergunta Nº 6)	Muito Má	10	38,5
	Má	8	30,8
	Razoável	6	23,1
	Boa	2	7,7
	Muito Boa	0	,0
	Total	26	100,0

O acesso às reservas para fins de investigação é facultado? (Pergunta Nº28)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
11	37,9	18	62,1	29	100,0

**APÊNDICE 12 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
“CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA” DOS MUSEUS DO 2º GRUPO) ao**

**Capítulo II, página 57.**

Existem normas sobre procedimentos de conservação preventiva? (Pergunta N°7)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
1	3,4	28	96,6	29	100,0

A pergunta 8 não teve qualquer resposta por não ser aplicável.

Há alarme anti-intrusão? (Pergunta N°9)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
4	13,8	25	86,2	29	100,0

O acesso a documentos sobre segurança do edifício é restrito? (Pergunta N°29)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
24	88,9	3	11,1	27	100,0

**APÊNDICE 13 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
 “INTERPRETAÇÃO E EXPOSIÇÃO, E EDUCAÇÃO” DOS MUSEUS DO 2º  
 GRUPO) ao Capítulo II, página 58.**

A Internet é utilizada para divulgação? (Pergunta Nº10)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
6	20,7	23	79,3	29	100,0

(Pergunta Nº11)		Nº	%
Em 1999 houve produção de CD-ROM?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	Total	29	100,0
Em 1999 houve produção de Folheto?	Sim	2	6,9
	Não	0	,0
	NA	27	93,1
	Total	29	100,0
Em 1999 houve produção de Catálogo?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	Total	29	100,0
Em 1999 houve produção de Brochura?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	Total	29	100,0
Em 1999 houve produção de Outras Edições?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	Total	29	100,0
Em 1999 houve Nenhuma edição?	Sim	2	6,9
	Não	0	,0
	NA	27	93,1
	Total	29	100,0
Em 2000 houve produção de CD-ROM?	Sim	1	3,4
	Não	0	,0
	NA	28	96,6
	Total	29	100,0
Em 2000 houve produção de Folheto?	Sim	2	6,9
	Não	0	,0
	NA	27	93,1
	Total	29	100,0
Em 2000 houve produção de Catálogo?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	Total	29	100,0

(Pergunta Nº11)		Nº	%
Em 2000 houve produção de Brochura?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2000 houve produção de Outras Edições?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2000 houve Nenhuma edição?	<b>Sim</b>	2	6,9
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	27	93,1
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 houve produção de CD-ROM?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 houve produção de Folheto?	<b>Sim</b>	3	10,3
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	26	89,7
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 houve produção de Catálogo?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 houve produção de Brochura?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 houve produção de Outras Edições?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 houve Nenhuma edição?	<b>Sim</b>	2	6,9
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	27	93,1
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 houve produção de CD-ROM?	<b>Sim</b>	1	3,4
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	28	96,6
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 houve produção de Folheto?	<b>Sim</b>	3	10,3
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	26	89,7
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 houve produção de Catálogo?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0



(Pergunta Nº11)		Nº	%
Em 2002 houve produção de Brochura?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 houve produção de Outras Edições?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 houve Nenhuma edição?	<b>Sim</b>	2	6,9
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	27	93,1
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 houve produção de CD-ROM?	<b>Sim</b>	3	10,3
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	26	89,7
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 houve produção de Folheto?	<b>Sim</b>	4	13,8
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	25	86,2
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 houve produção de Catálogo?	<b>Sim</b>	0	,0
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 houve produção de Brochura?	<b>Sim</b>	2	6,9
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	27	93,1
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 houve produção de Outras Edições?	<b>Sim</b>	1	3,4
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	28	96,6
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 houve Nenhuma edição?	<b>Sim</b>	2	6,9
	<b>Não</b>	0	,0
	<b>NA</b>	27	93,1
	<b>Total</b>	29	100,0

(Pergunta Nº12)		Nº	%
Em 1999 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	1	100,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>Total</b>	1	100,0
Em 2000 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	1	100,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>Total</b>	1	100,0
Em 2001 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	2	100,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2002 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	1	50,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2003 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	2	50,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	2	50,0
	<b>Total</b>	4	100,0

Há protocolo(s) com estabelecimento(s) de ensino superior? (Pergunta Nº13)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	6,9	27	93,1	29	100,0

**APÊNDICE 14 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
 “SUSTENTABILIDADE” DOS MUSEUS DO 2º GRUPO) ao  
 Capítulo II, página 58.**

O Museu encontra-se regularmente aberto ao público? (Pergunta N°1)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
4	13,8	25	86,2	29	100,0

		Nº	%
O horário de funcionamento é... (Pergunta N°2)	NA	23	79,3
	À ordem.	1	3,4
	Das 10H00/12H30; e das 14H00-17H00, diariamente.	1	3,4
	Durante actividade normal de serviço.	1	3,4
	Semana - Expediente normal; Fins de semana e feriados - só por marcação.	1	3,4
	Sempre que necessário.	2	6,9
	<b>Total</b>	29	100,0

Desde 1999 foi possibilitada alguma acção de formação? (Pergunta N°14)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	3,4	28	96,6	29	100,0

(Pergunta N°15)		Nº	%
Em 1999 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 1999 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 1999 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 1999 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0

(Pergunta N°15)		N°	%
Em 1999 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 1999 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2000 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2000 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	1	3,4
	Não	0	,0
	NA	28	96,6
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2000 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2000 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2000 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2000 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0

(Pergunta N°15)		N°	%
Em 2001 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2001 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2002 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 algum Oficial do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 algum Sargento do QP beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 algum Oficial Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 algum Sargento Contratado beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0

(Pergunta N°15)		N°	%
Em 2003 alguma Praça Contratada beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0
Em 2003 algum Civil do QPCE beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	29	100,0
	<b>Total</b>	29	100,0

Existe Liga de Amigos do Museu ou Associação afim? (Pergunta N°16)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
0	,0	29	100,0	29	100,0

A pergunta 17 não teve qualquer resposta por não ser aplicável.

Além do orçamento da tutela, utiliza outras formas para angariar recursos financeiros? (Pergunta N°18)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
1	3,8	25	96,2	26	100,0

		N°	%
Quais são as outras formas? (Pergunta N°18A)	NA	28	96,6
	Eventualmente por entradas pagas.	1	3,4
	<b>Total</b>	29	100,0

(Pergunta N°19)		N°	%
As instalações incluem espaços para reservas?	Sim	13	48,1
	Não	14	51,9
	<b>Total</b>	27	100,0
As instalações incluem espaços para actividades educativas?	Sim	7	25,9
	Não	20	74,1
	<b>Total</b>	27	100,0
As instalações incluem espaços para oficina de conservação?	Sim	6	23,1
	Não	20	76,9
	<b>Total</b>	26	100,0

O espaço exterior inclui parque de estacionamento para visitantes? (Pergunta N°20)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
20	71,4	8	28,6	28	100,0

Há quadro orgânico de pessoal aprovado? (Pergunta N°21)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
5	17,9	23	82,1	28	100,0

(Pergunta N°22)		N°	%
O quadro orgânico inclui Oficial(is) Superior(es)...	Activo	1	100,0
	Reserva	0	,0
	Ambos	0	,0
	<b>Total</b>	1	100,0
O quadro orgânico inclui Outros Oficiais...	Activo	1	100,0
	Reserva	0	,0
	Ambos	0	,0
	<b>Total</b>	1	100,0
O quadro orgânico inclui Sargento(s)...	Activo	1	100,0
	Reserva	0	,0
	Ambos	0	,0
	<b>Total</b>	1	100,0
O quadro orgânico não inclui Oficial(is) Superior(es)...	Activo	0	,0
	Reserva	0	,0
	Ambos	1	100,0
	<b>Total</b>	1	100,0
O quadro orgânico não inclui Outros Oficiais...	Activo	0	,0
	Reserva	0	,0
	Ambos	1	100,0
	<b>Total</b>	1	100,0
O quadro orgânico não inclui Sargento(s)...	Activo	0	,0
	Reserva	0	,0
	Ambos	1	100,0
	<b>Total</b>	1	100,0

Existe Regulamento do Museu? (Pergunta N°23)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
1	3,6	27	96,4	28	100,0

**APÊNDICE 15 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
“PÚBLICOS” DOS MUSEUS DO 2º GRUPO) ao Capítulo II, página 59.**

O ingresso de visitantes é registado? (Pergunta N°24)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
4	14,8	23	85,2	27	100,0

(Pergunta N°25)		Nº	%
Em 1999 o número de visitantes foi...	Até 500	1	33,3
	500 - 1.000	1	33,3
	1.000 - 2.000	1	33,3
	2.000 - 3.000	0	,0
	Mais de 3.000	0	,0
	<b>Total</b>	3	100,0
Em 2000 o número de visitantes foi...	Até 500	0	,0
	500 - 1.000	1	50,0
	1.000 - 2.000	1	50,0
	2.000 - 3.000	0	,0
	Mais de 3.000	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2001 o número de visitantes foi...	Até 500	1	33,3
	500 - 1.000	1	33,3
	1.000 - 2.000	1	33,3
	2.000 - 3.000	0	,0
	Mais de 3.000	0	,0
	<b>Total</b>	3	100,0
Em 2002 o número de visitantes foi...	Até 500	1	25,0
	500 - 1.000	2	50,0
	1.000 - 2.000	1	25,0
	2.000 - 3.000	0	,0
	Mais de 3.000	0	,0
	<b>Total</b>	4	100,0
Em 2003 o número de visitantes foi...	Até 500	2	40,0
	500 - 1.000	1	20,0
	1.000 - 2.000	2	40,0
	2.000 - 3.000	0	,0
	Mais de 3.000	0	,0
	<b>Total</b>	5	100,0

Há inquéritos preenchidos pelos públicos? (Pergunta N°26)			
Sim		Não	
Nº	%	Nº	%
0	,0	27	100,0



A(s) sala(s) de exposição permite(m) o acesso a deficientes físicos? (Pergunta Nº27)							
Nenhuma		Alguma(s)		Toda(s)		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
12	41,4	7	24,1	10	34,5	29	100,0

Há Livro de Sugestões e Reclamações? (Pergunta Nº30)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
3	10,3	26	89,7	29	100,0

**APÊNDICE 16 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO “REDE”  
DOS MUSEUS DO 2º GRUPO) ao Capítulo II, página 60.**

A actual orgânica da U/E/O é adequada às actividades museológicas? (Pergunta Nº35)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
4	13,8	25	86,2	29	100,0

(Pergunta Nº36)		Nº	%
Criação da Divisão de Património e Museus na orgânica do EME.	Sim	21	75,0
	Não	7	25,0
	Total	28	100,0
Criação da Repartição de Museus na orgânica da DDHM.	Sim	28	100,0
	Não	0	,0
	Total	28	100,0
Criação da Secção de Museu na orgânica da U/E/O.	Sim	28	100,0
	Não	0	,0
	Total	28	100,0

(Pergunta Nº38)	Pertencer a uma Rede de Museus do Exército é importante...		Ser membro da Rede de Museus do Exército resulta numa perda da sua identidade...	
	Nº	%	Nº	%
<b>Discordo Totalmente</b>	0	,0	6	20,7
<b>Discordo</b>	0	,0	18	62,1
<b>Indeciso</b>	4	13,8	4	13,8
<b>Concordo</b>	16	55,2	1	3,4
<b>Concordo Totalmente</b>	9	31,0	0	,0
<b>Total</b>	29	100,0	29	100,0

(Pergunta Nº39)	Alargar a Rede de Museus do Exército a outros museus portugueses...		Alargar a Rede de Museus do Exército a outros museus internacionais...	
	Nº	%	Nº	%
<b>Discordo Totalmente</b>	1	3,4	1	3,4
<b>Discordo</b>	0	,0	0	,0
<b>Indeciso</b>	0	,0	7	24,1
<b>Concordo</b>	21	72,4	17	58,6
<b>Concordo Totalmente</b>	7	24,1	4	13,8
<b>Total</b>	29	100,0	29	100,0

(Pergunta Nº40)	Mean
Alargar essa Rede a outros países do Sul da Europa tem grau de prioridade...	2
Alargar essa Rede a outros países da Europa Ocidental tem grau de prioridade...	2
Alargar essa Rede a outros países da Europa Central/Leste tem grau de prioridade...	3
Alargar essa Rede a outros países da CPLP tem grau de prioridade...	2
Alargar essa Rede a outros países da América do Norte tem grau de prioridade...	3
Alargar essa Rede a outros países da Ásia tem grau de prioridade...	4
Alargar essa Rede a outros países do Magreb tem grau de prioridade...	4

Ou

(Pergunta Nº40)		Nº	%
Alargar essa Rede a outros países do Sul da Europa tem grau de prioridade...	1	11	52,4
	2	7	33,3
	3	2	9,5
	5	1	4,8
	<b>Total</b>	21	100,0
Alargar essa Rede a outros países da Europa Ocidental tem grau de prioridade...	1	4	19,0
	2	11	52,4
	3	5	23,8
	4	1	4,8
	<b>Total</b>	21	100,0
Alargar essa Rede a outros países da Europa Central/Leste tem grau de prioridade...	2	5	23,8
	3	14	66,7
	5	2	9,5
	<b>Total</b>	21	100,0
Alargar essa Rede a outros países da CPLP tem grau de prioridade...	1	11	52,4
	2	4	19,0
	3	6	28,6
	<b>Total</b>	21	100,0
Alargar essa Rede a outros países da América do Norte tem grau de prioridade...	1	1	4,8
	2	4	19,0
	3	9	42,9
	4	4	19,0
	5	3	14,3
	<b>Total</b>	21	100,0

(Pergunta Nº40)		Nº	%
Alargar essa Rede a outros países da Ásia tem grau de prioridade...	<b>3</b>	8	38,1
	<b>4</b>	8	38,1
	<b>5</b>	5	23,8
	<b>Total</b>	21	100,0
Alargar essa Rede a outros países do Magreb tem grau de prioridade...	<b>2</b>	3	14,3
	<b>3</b>	8	38,1
	<b>4</b>	5	23,8
	<b>5</b>	5	23,8
	<b>Total</b>	21	100,0

**APÊNDICE 17 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
 “NATUREZA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL” DOS MUSEUS DO 2º  
 GRUPO) ao Capítulo II, página 61.**

		Nº	%
Existe documento fundador do Museu? (Pergunta Nº31)	Sim	2	6,9
	Não	27	93,1
	<b>Total</b>	29	100,0
Possui núcleos? (Pergunta Nº32)	Sim	4	13,8
	Não	25	86,2
	<b>Total</b>	29	100,0
Dispõe de programa museológico? (Pergunta Nº33)	Sim	1	3,4
	Não	28	96,6
	<b>Total</b>	29	100,0

		Nº	%
O Programa Museológico é... (Pergunta Nº34)	Muito Incompleto	0	,0
	Incompleto	0	,0
	Razoável	1	100,0
	Completo	0	,0
	Muito Completo	0	,0
	<b>Total</b>	1	100,0

(Pergunta Nº37)	Mean
O Inventário Informatizado tem grau de importância...	2
O Inventário Desenvolvido tem grau de importância...	2
A Conservação/Restauro tem grau de importância...	1
A Exposição Temporária tem grau de importância...	3
O Catálogo tem grau de importância...	3
O Site na Internet tem grau de importância...	3

Ou

(Pergunta Nº37)		Nº	%
O Inventário Informatizado tem grau de importância...	1	16	55,2
	2	8	27,6
	3	4	13,8
	5	1	3,4
	<b>Total</b>	29	100,0

(Pergunta Nº37)		Nº	%
O Inventário Desenvolvido tem grau de importância...	1	9	31,0
	2	12	41,4
	3	7	24,1
	4	1	3,4
	<b>Total</b>	29	100,0
A Conservação/ /Restauro tem grau de importância...	1	20	71,4
	2	6	21,4
	3	2	7,1
	<b>Total</b>	28	100,0
A Exposição Temporária tem grau de importância...	1	3	10,7
	2	9	32,1
	3	13	46,4
	4	1	3,6
	5	2	7,1
	<b>Total</b>	28	100,0
O Catálogo tem grau de importância...	1	2	6,9
	2	9	31,0
	3	14	48,3
	4	4	13,8
	<b>Total</b>	29	100,0
O Site na Internet tem grau de importância...	1	4	14,3
	2	8	28,6
	3	8	28,6
	4	3	10,7
	5	5	17,9
	<b>Total</b>	28	100,0

**APÊNDICE 18 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO “ESTUDO E INVESTIGAÇÃO, INCORPORAÇÃO, INVENTÁRIO E DOCUMENTAÇÃO” DOS MUSEUS DO 3º GRUPO) ao Capítulo II, página 61.**

Desde esse ano houve incorporação de bens militares? (Pergunta N°2)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
1	50,0	1	50,0	2	100,0

(Pergunta N°3)		N°	%
Em 1999 quantos bens foram incorporados?	<b>Menos de 10</b>	1	50,0
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>NA</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2000 quantos bens foram incorporados?	<b>Menos de 10</b>	1	50,0
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>NA</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2001 quantos bens foram incorporados?	<b>Menos de 10</b>	1	50,0
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>NA</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2002 quantos bens foram incorporados?	<b>Menos de 10</b>	1	50,0
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>NA</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2003 quantos bens foram incorporados?	<b>Menos de 10</b>	1	50,0
	<b>10 - 30</b>	0	,0
	<b>30 - 40</b>	0	,0
	<b>40 - 50</b>	0	,0
	<b>Mais 50</b>	0	,0
	<b>NA</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0

		Nº	%
De que forma estão preenchidas as fichas de inventário? (Pergunta Nª4)	<b>Manual</b>	2	100,0%
	<b>Informatizada</b>	0	,0%
	<b>Ambas</b>	0	,0%
	<b>Total</b>	2	100,0%

(Pergunta Nª5)		Nº	%
A informação nas fichas de inventário é...	<b>Muito Má</b>	0	,0%
	<b>Má</b>	0	,0%
	<b>Razoável</b>	0	,0%
	<b>Boa</b>	2	100,0%
	<b>Muito Boa</b>	0	,0%
	<b>Total</b>	2	100,0%

O acesso às reservas para fins de investigação é facultado? (Pergunta Nª28)					
<b>Sim</b>		<b>Não</b>		<b>Total</b>	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	100,0%	0	,0%	2	100,0%



**APÊNDICE 19 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
“CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA” DOS MUSEUS DO 3º GRUPO) ao**

**Capítulo II, página 62.**

Existem normas sobre procedimentos de conservação preventiva? (Pergunta N°6)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
0	,0	2	100,0	2	100,0

(Pergunta N°7)		N°	%
Em 2003 qual foi o valor mínimo de humidade relativa?	Sim	2	100,0
	Não	0	,0
	Total	2	100,0
Em 2003 qual foi o valor máximo de humidade relativa?	Sim	2	100,0
	Não	0	,0
	Total	2	100,0
Em 2003 qual foi o valor mínimo de temperatura?	Sim	2	100,0
	Não	0	,0
	Total	2	100,0
Em 2003 qual foi o valor máximo de temperatura?	Sim	2	100,0
	Não	0	,0
	Total	2	100,0

Há alarme anti-intrusão? (Pergunta N°8)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
2	100,0	0	,0	2	100,0

O acesso a documentos sobre segurança do edifício é restrito? (Pergunta N°29)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
1	50,0	1	50,0	2	100,0

**APÊNDICE 20 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
 “INTERPRETAÇÃO E EXPOSIÇÃO, E EDUCAÇÃO” DOS MUSEUS DO 3º  
 GRUPO) ao Capítulo II, página 62.**

A Internet é utilizada para divulgação? (Pergunta N°9)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
2	100,0	0	0	2	100,0

(Pergunta N°10)	Sim		Não		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%
Em 1999 houve produção de CD-ROM?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 1999 houve produção de Folheto?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 1999 houve produção de Catálogo?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 1999 houve produção de Brochura?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 1999 houve produção de Outras edições?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 1999 houve Nenhuma edição?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2000 houve produção de CD-ROM?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2000 houve produção de Folheto?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2000 houve produção de Catálogo?	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Em 2000 houve produção de Brochura?	2	100,0	0	,0	2	100,0
Em 2000 houve produção de Outras edições?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2000 houve Nenhuma edição?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2001 houve produção de CD-ROM?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2001 houve produção de Folheto?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2001 houve produção de Catálogo?	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Em 2001 houve produção de Brochura?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2001 houve produção de Outras edições?	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Em 2001 houve Nenhuma edição?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2002 houve produção de CD-ROM?	0	0	2	100,0	2	100,0

(Pergunta Nº10)	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Em 2002 houve produção de Folheto?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2002 houve produção de Catálogo?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2002 houve produção de Brochura?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2002 houve produção de Outras edições?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2002 houve Nenhuma edição?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2003 houve produção de CD-ROM?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2003 houve produção de Folheto?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2003 houve produção de Catálogo?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2003 houve produção de Brochura?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2003 houve produção de Outras edições?	0	0	2	100,0	2	100,0
Em 2003 houve Nenhuma edição?	0	0	2	100,0	2	100,0

(Pergunta Nº11)		Nº	%
Em 1999 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	0	,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2000 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	2	100,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2001 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	2	100,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0

(Pergunta N°11)		N°	%
Em 2002 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	0	,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2003 foram publicadas...	<b>Menos de 3</b>	0	,0
	<b>3 - 5</b>	0	,0
	<b>5 - 7</b>	0	,0
	<b>7 - 9</b>	0	,0
	<b>Mais de 9</b>	0	,0
	<b>NA</b>	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0

Há protocolo(s) com estabelecimento(s) de ensino superior? (Pergunta N°12)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
0	,0	2	100,0	2	100,0

**APÊNDICE 21 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
 “SUSTENTABILIDADE” DOS MUSEUS DO 3º GRUPO) ao  
 Capítulo II, página 63.**

Desde 1999 foi possibilitada alguma acção de formação? (Pergunta Nº13)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	50,0	1	50,0	2	100,0

(Pergunta Nº14)		Nº	%
Em 1999 algum Quadro Superior beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 1999 algum Quadro Intermédio beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 1999 outro(s) Quadro(s) beneficiou(aram) de acção formativa?	Sim	1	50,0
	Não	0	,0
	NA	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2000 algum Quadro Superior beneficiou de acção formativa?	Sim	1	50,0
	Não	0	,0
	NA	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2000 algum Quadro Intermédio beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2000 outro(s) Quadro(s) beneficiou(aram) de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2001 algum Quadro Superior beneficiou de acção formativa?	Sim	1	50,0
	Não	0	,0
	NA	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2001 algum Quadro Intermédio beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2001 outro(s) Quadro(s) beneficiou(aram) de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0

(Pergunta N°14)		N°	%
Em 2002 algum Quadro Superior beneficiou de acção formativa?	Sim	1	50,0
	Não	0	,0
	NA	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2002 algum Quadro Intermédio beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2002 outro(s) Quadro(s) beneficiou(aram) de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2003 algum Quadro Superior beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2003 algum Quadro Intermédio beneficiou de acção formativa?	Sim	0	,0
	Não	0	,0
	NA	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2003 outro(s) Quadro(s) beneficiou(aram) de acção formativa?	Sim	1	50,0
	Não	0	,0
	NA	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0

Existe Liga de Amigos do Museu ou Associação afim? (Pergunta N°15)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
0	,0	2	100,0	2	100,0

A Pergunta N°16 não teve qualquer resposta por não ser aplicável.

Tem orçamento próprio? (Pergunta N°17)					
Sim		Não		Total	
N°	%	N°	%	N°	%
1	50,0	1	50,0	2	100,0

		N°	%
Quais são as outras formas? (Pergunta N°18)	NA	1	50,0
	Candidaturas a fundos europeus e governamentais.	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0

(Pergunta Nº19)	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
As instalações incluem espaços para reservas?	2	100,0	0	,0	2	100,0
As instalações incluem espaços para actividades educativas?	0	,0	2	100,0	2	100,0
As instalações incluem espaços para oficina de conservação?	2	100,0	0	,0	2	100,0

O espaço exterior inclui parque de estacionamento para visitantes? (Pergunta Nº20)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	50,0	1	50,0	2	100,0

Há quadro orgânico de pessoal aprovado? (Pergunta Nº21)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	50,0	1	50,0	2	100,0

(Pergunta Nº22)		Nº	%
O quadro orgânico inclui Quadro(s) Superior(es)...	Efectivo	1	50,0
	Contrato	0	,0
	Ambos	0	,0
	NA	1	50,0
	Total	2	100,0
O quadro orgânico inclui Quadro(s) Inter-médio(os)...	Efectivo	1	50,0
	Contrato	0	,0
	Ambos	0	,0
	NA	1	50,0
	Total	2	100,0
O quadro orgânico inclui outros Quadro(s)...	Efectivo	1	50,0
	Contrato	0	,0
	Ambos	0	,0
	NA	1	50,0
	Total	2	100,0
O quadro orgânico inclui todos os Quadros...	Efectivo	0	,0
	Contrato	0	,0
	Ambos	0	,0
	NA	2	100,0
	Total	2	100,0
O quadro orgânico não inclui Quadro(s) Superior(es)...	Efectivo	0	,0
	Contrato	0	,0
	Ambos	0	,0
	NA	2	100,0
	Total	2	100,0

(Pergunta N°22)		Nº	%
O quadro orgânico não inclui Quadro(s) Inter-médio(os)...	<b>Efectivo</b>	0	,0
	<b>Contrato</b>	0	,0
	<b>Ambos</b>	0	,0
	<b>NA</b>	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
O quadro orgânico não inclui Outros Quadro(s)...	<b>Efectivo</b>	0	,0
	<b>Contrato</b>	0	,0
	<b>Ambos</b>	0	,0
	<b>NA</b>	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
O quadro orgânico não inclui todos os Quadros...	<b>Efectivo</b>	0	,0
	<b>Contrato</b>	0	,0
	<b>Ambos</b>	0	,0
	<b>NA</b>	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0

Existe Regulamento do Museu? (Pergunta N°23)					
<b>Sim</b>		<b>Não</b>		<b>Total</b>	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	100,0	0	,0	2	100,0



**APÊNDICE 22 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
“PÚBLICOS” DOS MUSEUS DO 3º GRUPO) ao Capítulo II, página 63.**

O ingresso de visitantes é registado? (Pergunta Nº24)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	100,0	0	,0	2	100,0

(Pergunta Nº25)		Nº	%
Em 1999 o número de visitantes foi...	Até 5.000	1	50,0
	5.000 - 10.000	1	50,0
	10.000 - 20.000	0	,0
	20.000 - 30.000	0	,0
	Mais de 30.000	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2000 o número de visitantes foi...	Até 5.000	1	50,0
	5.000 - 10.000	1	50,0
	10.000 - 20.000	0	,0
	20.000 - 30.000	0	,0
	Mais de 30.000	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2001 o número de visitantes foi...	Até 5.000	1	50,0
	5.000 - 10.000	0	,0
	10.000 - 20.000	1	50,0
	20.000 - 30.000	0	,0
	Mais de 30.000	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2002 o número de visitantes foi...	Até 5.000	1	50,0
	5.000 - 10.000	0	,0
	10.000 - 20.000	1	50,0
	20.000 - 30.000	0	,0
	Mais de 30.000	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Em 2003 o número de visitantes foi...	Até 5.000	1	50,0
	5.000 - 10.000	0	,0
	10.000 - 20.000	1	50,0
	20.000 - 30.000	0	,0
	Mais de 30.000	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0

Há inquéritos preenchidos pelos públicos? (Pergunta Nº26)					
Sim		Não		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	,0	2	100,0	2	100,0

(Pergunta Nº27)		Nº	%
A(s) sala(s) de exposição permite(m) o acesso a deficientes físicos?	<b>Nenhuma</b>	0	,0
	<b>Alguma(s)</b>	2	100,0
	<b>Toda(s)</b>	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0

Há Livro de Sugestões e Reclamações? (Pergunta Nº30)					
<b>Sim</b>		<b>Não</b>		<b>Total</b>	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	100,0	0	,0	2	100,0

**APÊNDICE 23 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO “REDE”  
DOS MUSEUS DO 3º GRUPO) ao Capítulo II, página 64.**

(Pergunta Nº35)		Nº	%
Pertencer a uma Rede de Museus é importante.	<b>Discordo Totalmente</b>	0	,0
	<b>Discordo</b>	0	,0
	<b>Indeciso</b>	0	,0
	<b>Concordo</b>	1	50,0
	<b>Concordo Totalmente</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Ser membro de uma Rede de Museus resulta numa perda da sua identidade.	<b>Discordo Totalmente</b>	1	50,0
	<b>Discordo</b>	1	50,0
	<b>Indeciso</b>	0	,0
	<b>Concordo</b>	0	,0
	<b>Concordo Totalmente</b>	0	,0
	<b>Total</b>	2	100,0

(Pergunta Nº36)		Nº	%
Alargar essa Rede de Museus a outros museus internacionais...	<b>Discordo Totalmente</b>	0	,0
	<b>Discordo</b>	0	,0
	<b>Indeciso</b>	0	,0
	<b>Concordo</b>	1	50,0
	<b>Concordo Totalmente</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0

(Pergunta Nº37)	Mean
Alargar essa Rede a outros países do Sul da Europa tem grau de prioridade...	3
Alargar essa Rede a outros países da Europa Ocidental tem grau de prioridade...	2
Alargar essa Rede a outros países da Europa Central/Leste tem grau de prioridade...	4
Alargar essa Rede a outros países da CPLP tem grau de prioridade...	3
Alargar essa Rede a outros países da América do Norte tem grau de prioridade...	4
Alargar essa Rede a outros países da Ásia tem grau de prioridade...	3
Alargar essa Rede a outros países do Magreb tem grau de prioridade...	4

Ou

(Pergunta Nº37)		Nº	%
Alargar essa Rede a outros países do Sul da Europa tem grau de prioridade...	1	1	50,0
	4	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Alargar essa Rede a outros países da Europa Ocidental tem grau de prioridade...	1	1	50,0
	2	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Alargar essa Rede a outros países da Europa Central/Leste tem grau de prioridade...	3	1	50,0
	5	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Alargar essa Rede a outros países da CPLP tem grau de prioridade...	2	1	50,0
	3	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Alargar essa Rede a outros países da América do Norte tem grau de prioridade...	3	1	50,0
	5	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Alargar essa Rede a outros países da Ásia tem grau de prioridade...	3	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
Alargar essa Rede a outros países do Magreb tem grau de prioridade...	3	1	50,0
	4	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0

**APÊNDICE 24 (DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE O PARÂMETRO  
 “NATUREZA INSTITUCIONAL E FUNCIONAL” DOS MUSEUS DO 3º  
 GRUPO) ao Capítulo II, página 64.**

(Pergunta N°1)		N°	%
Ano de inauguração da Sala "Linhas de Torres Vedras";	Anos 40/50; Reformulada e temporariamente reaberta em 1992; nova reabertura em 1994, mantendo-se até à actualidade.	1	50,0
Ano de inauguração da Sala de Armamento do Museu da Fundação da Casa de Bragança.	Existe armaria desde a criação do Museu; actual projecto foi aberto ao público em duas fases: a 1ª em Junho de 1992 e a 2ª em Outubro de 1997.	1	50,0
<b>Total</b>		<b>2</b>	<b>100,0</b>

	Sim		Não		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%
Existe documento fundador do Museu? (Pergunta N°31)	2	100,0	0	,0	2	100,0
Dispõe de Programa Museológico? (Pergunta N°32)	1	50,0	1	50,0	2	100,0

(Pergunta N°33)		N°	%
O Programa Museológico é...	<b>Muito Incompleto</b>	1	50,0
	<b>Incompleto</b>	0	,0
	<b>Razoável</b>	0	,0
	<b>Completo</b>	0	,0
	<b>Muito Completo</b>	0	,0
	<b>NA</b>	1	50,0
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>

(Pergunta Nº34)	Mean
O Inventário Informatizado tem grau de importância...	3
O Inventário Desenvolvido tem grau de importância...	1
A Conservação/Restauro tem grau de importância...	2
A Exposição Temporária tem grau de importância...	4
O Catálogo tem grau de importância...	3
O Site na Internet tem grau de importância...	5

Ou

(Pergunta Nº34)		Nº	%
O Inventário Informatizado tem grau de importância...	1	1	50,0
	4	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
O Inventário Desenvolvido tem grau de importância...	1	2	100,0
	<b>Total</b>	2	100,0
A Conservação/Restauro tem grau de importância...	1	1	50,0
	2	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
A Exposição Temporária tem grau de importância...	3	1	50,0
	4	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
O Catálogo tem grau de importância...	2	1	50,0
	3	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0
O Site na Internet tem grau de importância...	4	1	50,0
	5	1	50,0
	<b>Total</b>	2	100,0